

Ian Coelho de Souza Almeida

Disciplinarização e cientificidade: a economia política e a nascente sociologia durante o estabelecimento das ciências humanas e sociais na Alemanha (1875-1920)

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2020

Ian Coelho de Souza Almeida

**Disciplinarização e cientificidade: a economia política e a
nascente sociologia durante o estabelecimento das
ciências humanas e sociais na Alemanha (1875-1920)**

Tese apresentada ao curso de doutorado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Suprinyak

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2020

Ficha Catalográfica

Almeida, Ian Coelho de Souza.

A447d Disciplinarização e cientificidade [manuscrito] : a economia política e
2020 a nascente sociologia durante o estabelecimento das ciências humanas e
 sociais na Alemanha (1875-1920) / Ian Coelho de Souza Almeida. – 2020.
 278 f.

Orientador: Carlos Eduardo Suprinyak.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Inclui bibliografia (f. 247-272) e anexo.

1. Economia – Teses. 2. Sociologia – Teses. 3. Ciências sociais –
História - Alemanha - Teses. I. Suprinyak, Carlos Eduardo. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e
Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 330

Elaborado por Fabiana Pereira dos Santos CRB-6/2530

Biblioteca da FACE/UFMG. – FPS/58/2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

IAN COELHO DE SOUZA ALMEIDA

TÍTULO DO TRABALHO:

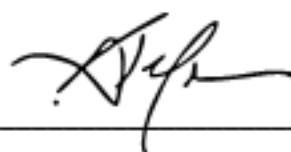
“DISCIPLINARIZAÇÃO E CIENTIFICIDADE: A ECONOMIA POLÍTICA E A NASCENTE SOCIOLOGIA DURANTE O ESTABELECIMENTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ALEMANHA (1875 - 1920)”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração em História Econômica, Economia Política e História do Pensamento Econômico.

APROVADO EM 24 DE ABRIL DE 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alexandre Mendes Cunha
(CEDEPLAR/FACE/UFMG)
(participação por videoconferência)



Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Curso de Pós-Graduação
em Economia

FOLHA DE APROVAÇÃO

IAN COELHO DE SOUZA ALMEIDA

TÍTULO DO TRABALHO:

“DISCIPLINARIZAÇÃO E CIENTIFICIDADE: A ECONOMIA POLÍTICA E A NASCENTE SOCIOLOGIA DURANTE O ESTABELECIMENTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ALEMANHA (1875 - 1920)”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração em História Econômica, Economia Política e História do Pensamento Econômico.

APROVADO EM 24 DE ABRIL DE 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Carlos Eduardo Suprinyak (Orientador)
(CEDEPLAR/FACE/UFMG)
(participação por videoconferência)



Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Curso de Pós-Graduação
em Economia

FOLHA DE APROVAÇÃO

IAN COELHO DE SOUZA ALMEIDA

TÍTULO DO TRABALHO:

“DISCIPLINARIZAÇÃO E CIENTIFICIDADE: A ECONOMIA POLÍTICA E A NASCENTE SOCIOLOGIA DURANTE O ESTABELECIMENTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ALEMANHA (1875 - 1920)”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração em História Econômica, Economia Política e História do Pensamento Econômico.

aprovado EM 24 DE ABRIL DE 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luiz Felipe Bruzzi Curi
(CEDEPLAR/FACE/UFGM)
(participação por videoconferência)



Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Curso de Pós-Graduação
em Economia

FOLHA DE APROVAÇÃO

IAN COELHO DE SOUZA ALMEIDA

TÍTULO DO TRABALHO:

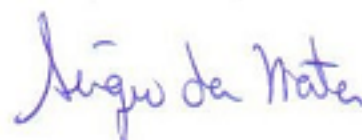
“DISCIPLINARIZAÇÃO E CIENTIFICIDADE: A ECONOMIA POLÍTICA E A NASCENTE SOCIOLOGIA DURANTE O ESTABELECIMENTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ALEMANHA (1875 - 1920)”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração em História Econômica, Economia Política e História do Pensamento Econômico.

APROVADO EM 24 DE ABRIL DE 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
(participação por videoconferência)



Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Curso de Pós-Graduação
em Economia

FOLHA DE APROVAÇÃO

IAN COELHO DE SOUZA ALMEIDA

TÍTULO DO TRABALHO:

“DISCIPLINARIZAÇÃO E CIENTIFICIDADE: A ECONOMIA POLÍTICA E A NASCENTE SOCIOLOGIA DURANTE O ESTABELECIMENTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ALEMANHA (1875 - 1920)”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração em História Econômica, Economia Política e História do Pensamento Econômico.

Aprovado EM 24 DE ABRIL DE 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Laura Valladão de Mattos (USP)
(participação por videoconferência)



Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Curso de Pós-Graduação
em Economia

Men are not narrow in their intellectual interests by nature; it takes special and rigorous training to accomplish that end.¹

¹ Jacob Viner (1950, p.12) em discurso onde aborda os problemas da excessiva especialização acadêmica. A passagem continua assim: “And men who have been trained to think from the point of view of one subject, will never make good teachers at the college level even in that subject. They may know exceedingly well the possibilities of that subject, but they will never be conscious of its limitations, or if conscious of them, will never have an adequate motive or a good basis for judging as to their consequence or extent.”

AGRADECIMENTOS

A confecção deste trabalho foi mais longa e penosa do que o imaginado inicialmente, só sendo possível graças ao apoio profissional e pessoal que recebi de diversas pessoas durante estes mais de cinco anos de doutorado. Ainda hoje não consigo decidir se a escolha deste tema foi um infortúnio ou acerto. O lado positivo foi a possibilidade de conhecer a fundo um assunto que apresenta possibilidades variadas de desenvolvimento; assunto amplo, complexo e atemporal. Por outro lado, a necessidade de aprender uma nova língua, o alemão, fez o fantasma de um retumbante fracasso rondar esta tese durante muito tempo. A ansiedade aumentava a cada novo patamar de familiaridade que eu alcançava em relação ao alemão, que permitiam descobrir, tardiamente, como a minha concepção inicial estava enganada, como boa parte de meu esforço de pesquisa já tinha sido realizado ou, pior, como a literatura em inglês que até o momento eu me baseava era incompleta ou mesmo equivocada. Bem, consequências. E essas consequências que poderiam ser evitadas de alguma maneira.

Outros problemas, no entanto, têm origem na guinada anticientífica e emburrecedora que passamos nos últimos anos. Mesmo que o Brasil não esteja sozinho nesta trilha da estupidez, certamente está entre os líderes. A degradação da carreira docente (e isso falando do magistério superior) e a perseguição ao funcionalismo público criam muitas incertezas àqueles que se dedicaram por tantos anos para se qualificar e perseguir uma carreira acadêmica.

Sendo assim, tanto os aspectos diretamente ligados à realização desta pesquisa quanto os indiretos (a modificação da realidade daquilo que se almeja enquanto doutorando) implicaram em desafios emocionais e práticos. Para a superação destes recebi o apoio de pessoas maravilhosas, sem as quais não seria possível finalizar esta tese.

O local óbvio por onde devo começar os agradecimentos é o âmbito familiar. Antes de mais nada, uma boa estrutura familiar, com gente que se ama, se respeita e se apoia é fundamental para a evolução do indivíduo. Mesmo hoje, com 30 anos de idade, seria muito mais penoso tomar decisões e me dedicar aos meus objetivos se eu não tivesse a certeza de que tenho um grupo muito grande de pessoas me apoiando; sem ter a certeza de que caso tudo dê errado, possuo lugar para voltar, ou, de preferência, tomar um fôlego e tentar novamente. Sendo assim, meus pais são aqueles que devo agradecer em primeiro lugar. Dona Penha e Seu Cláudio sempre me deram todo o apoio que precisei, sempre colocando a minha felicidade

e de meu irmão em lugar preferencial. Eles nos acolhem em todas as situações, tornando a sensação boa de chegar em casa das coisas mais reconfortantes. A tranquilidade da vida, no entanto, não está calcada apenas no sentimento, e o investimento financeiro que os dois fizeram na minha educação é difícil de contabilizar. Este trabalho é resultado, então, de muito suor e sacrifício que meus pais fizeram por mim, e a eles eu o dedico. Essa é uma das coisas que mais me faz rechaçar a ideia liberal tosca de meritocracia. Sem esses pontos que levantei aqui, eu precisaria de muito mais para chegar onde cheguei. Os erros que cometi durante esta trajetória, desde o início da graduação, arruinariam as chances de muitas pessoas que não contaram com estes privilégios.

Continuando o agradecimento à minha família, gostaria de agradecer ao meu irmão, Raoni. Ele sempre esteve ao meu lado e suportava minhas loucas mudanças de humor, principalmente nos momentos mais estressantes do estudo, sem reclamar (muito). Hoje ele está longe, sendo assim não precisa mais lidar com minha loucura, mas sempre se faz presente de algum modo.

Existem muitas outras pessoas da família a quem devo agradecer, ainda mais em uma onde só de tios e tias eu tenho mais de quinze. Alguns são mais próximos que outros, principalmente pela distância geográfica, de terem buscado um caminho para a vida distante da família, assim como eu faço neste momento. Mesmo assim, são pessoas que sempre pude contar, e que tenho certeza de que sabem que podem contar comigo. Eu amo e valorizo muito a família que tenho. São muitas pessoas, e por isso vou me ater a agradecer nominalmente à matriarca da minha família por parte de mãe, Dona Eugita. Ela criou uma família maravilhosa, muito unida, que se ama e se respeita. Pelo lado do meu pai, não tenho avós vivos, mas só tenho a agradecer à família que eles deixaram aqui. Dificilmente eu teria mais sorte.

Saindo da família original e entrando na família em formação, eu gostaria de agradecer, e muito, minha namorada Letícia. Nós passamos por muita coisa juntos, tivemos que nos distanciar diversas vezes devido às demandas deste trabalho (que me levou a ficar na Alemanha, no total, por 10 meses) e da profissão que escolhi. Ela sempre foi muito companheira, acreditou muito no meu potencial (certamente mais que eu mesmo), e nunca me deixou ter qualquer dúvida de que estaria sempre ao meu lado. Hoje eu não consigo imaginar minha vida longe da pessoa que amo.

Durante estes cinco anos fiz muitas amizades e reatei laços de tempos anteriores. Não só o apoio entre os pares é fundamental nesta caminhada, mas os momentos de descontração suavizam o processo. Nesse espírito não poderia deixar de agradecer aos membros da GERAUC, que acabaram se tornando meus amigos muito queridos durante o doutorado: Ana Tereza, Camila Maria, Rods, Lucão, Bill, e Philipe. Existem, no entanto, diversos outros colegas do Cedeplar a quem devo agradecer, pois foram não só grandes companheiras e companheiros, mas também foram cruciais no meu desenvolvimento intelectual. Dentre eles, Rafael Galvão, Marco, Marquinho, Lucas, Ana Paula, Jakob, Luciana, Hugo, Julia, Harley, Fran, Renatinha e muitos outros. Com essas pessoas o Cedeplar se tornou uma segunda casa. Lugar central também tem um grande amigo, e agora professor, Bruzzi, que sempre buscou me ajudar no que fosse possível para que eu tivesse sucesso nesta empreitada. Fora desta esfera outros amigos também me marcaram durante estes anos. Alguns são continuação de amizades da época de mestrado, como a Raíssa, outros de épocas anteriores de BH como Angélica (e também seu namorado Adriano), ou de períodos mais longevos, como Billy, Balão e Dino. Houve também aqueles que fiz em minhas diversas andanças e que me ajudaram em momentos quando estava muito distante da minha família e amigos. Do período que passei na Alemanha, certamente devo agradecer a ajuda e o companheirismo de muitos, mas especialmente de Harald, Cony e Viviane.

Na minha vida acadêmica os agradecimentos devem, obviamente, ser iniciados pelo Cedeplar. Em primeiro lugar, tenho que agradecer a meu orientador, Carlos, pela dedicação que despendeu a esse trabalho e pela paciência com um confuso pesquisador em formação. Ademais, muitos outros professores podem ser mencionados, principalmente aqueles da área da história do pensamento econômico, Hugo e Alexandre. Além de fornecer o treinamento necessário para nossa formação, todos sempre estiveram muito abertos e atenciosos no auxílio de nossos projetos, mesmo que estivessem ainda em fase meramente especulativa. Ainda assim, há muitos outros que podem ser nomeados como cruciais para minha formação e que servem como modelo de profissional. Ainda no Cedeplar agradeço aos demais trabalhadores que tornam possível o sucesso do centro, em especial os técnicos da secretaria, que sempre foram muito solícitos, fizeram um ótimo trabalho, e me trataram muito bem nestes cinco anos.

Fora do Cedeplar outros grandes professores também foram muito importantes para o meu desenvolvimento. O primeiro nome que me vem à mente é de Rebeca Gomez Betancourt, uma grande estudiosa e entusiasta da história do pensamento econômico. Rebeca sempre deu

muito apoio aos jovens pesquisadores e certamente fez a diferença na trajetória de muitas pessoas. Aqui vale também mencionar os professores Bertram Schefold, que me recebeu na universidade de Frankfurt e tornou possível a realização deste estudo, e Sérgio da Mata, que me recebeu, e auxiliou, na UFOP para a consulta às obras completas de Max Weber.

Ainda devo agradecer aos membros de minha nova casa, Almenara. Tem sido uma experiência muito significativa trabalhar no IFNMG, que me proporciona grande crescimento pessoal e profissional. A dificuldade da distância de minha família, namorada e amigos tem sido ao menos parcialmente superada graças às pessoas maravilhosas que conheci aqui. Aqui devo agradecer à amizade e apoio de Gilvânia, Luiz, João Gabriel, Felix, Vanessa, Débora, Ana Paula e muitos outros. Trabalhar e conviver com essas pessoas têm sido uma experiência muito gratificante. Além disso, a cidade me acolheu muito bem, e neste sentido devo agradecer a Estela, que me acolheu em sua casa nos primeiros meses de trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer à CAPES, que financiou este projeto através de uma bolsa de doutorado no Brasil e durante meu período sanduíche. É uma pena que recursos tão fundamentais estejam sendo cortados em meio ao austericídio dos últimos anos. Ainda no aspecto institucional, agradeço aos membros da *Young Scholars Initiative*, instituição que me proporcionou diversas oportunidades de crescimento profissional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AfSS – *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo para a ciência social e política social)

DGS – *Deutsche Gesellschaft für Soziologie* (Sociedade Alemã para Sociologia)

EAE – Escola Austríaca de Economia

EeS – Economia e Sociedade

EHAE – Escola Histórica Alemã de Economia

EM – Escola de Manchester

EPEC – A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo

FdV – Filosofia da Vida

GdS - *Grundriss der Sozialökonomik* (Esboço da Economia Social)

GVuAN – *Grundriß zu den Vorlesung über Allgemeine (“Theoretische”) Nationalökonomie*

IIS – *Institut International de Sociologie* (Instituto Internacional de Sociologia)

JfGVV – *Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich* (Anuário para Legislação, Administração e Economia no reino alemão)

KddV – *Kongreß der deutschen Volkswirthe* (Congresso dos Economistas Alemães)

MGW – *Max Weber Gesamtausgabe* (Obras Completas de Max Weber)

OES – Organizações Externas da Sociedade

VfSP – *Verein für Sozialpolitik* (Associação para Política Social)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Economia e sociologia: Imperialismo, Concorrência e Complementariedade	22
1.2 Qual sociologia?	26
1.3 Algumas questões de filosofia e economia	32
1.4 <i>Methodenstreit</i> , <i>Werturteilsstreit</i> e o <i>Verein für Sozialpolitik</i> na consolidação da sociologia	36
1.5 A existência de uma Escola Histórica de Economia Alemã e seu domínio na segunda metade do século XIX.....	42
PARTE I - <i>NATIONALÖKONOMIE</i> EM DISPUTA	50
2 O <i>METHODENSTREIT</i> E A POSIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DENTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	51
2.1 Uma nova justificativa para as ciências humanas e sociais: Wilhelm Dilthey	52
2.2 A crítica de Carl Menger ao método histórico	62
2.2.1 <i>Menschheitswissenschaften</i>	63
2.2.2 Carl Menger e o debate de métodos	66
2.3 A posição de Schmoller e sua ideia de método histórico	75
2.3.1 O método histórico e o contexto da disputa entre Schmoller e von Treitschke: o <i>Verein</i> , os liberais e a luta contra o socialismo	77
2.3.2 As etapas do método histórico e o sistema de economia política	81
2.4 Organismo Social e Economia Política	87
3 QUESTÕES ANTERIORES AO <i>METHODENSTREIT</i> E UMA TERCEIRA VIA: A <i>SOZIALÖKONOMIK</i> DE HEINRICH DIETZEL.....	97
3.1 O debate entre Schmoller e Wagner como o ponto inicial de Dietzel	104
3.2 A <i>Sozialökonomik</i> de Dietzel	109
3.2.1 O fenômeno econômico, conceitos fundamentais e o objetivo da disciplina....	112
3.2.2 O sistema de economia social de Dietzel	116
3.3 <i>Non nova, Noviter?</i> Defesa e reformulação da economia política clássica	122
3.3.1 Teoria do valor	125
PARTE II – O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A CIÊNCIA ECONÔMICA	129
4 O LEGADO DE IMMANUEL KANT ENTRE <i>GEISTESWISSENSCHAFTEN</i> E <i>KULTURWISSENSCHAFTEN</i>	130
4.1 A crítica de Heinrich Rickert à Filosofia da Vida.....	131
4.2 As <i>Kulturwissenschaften</i> de Rickert	137

4.3 O combate à ideia de organicismo na Filosofia da Vida e no neokantianismo	143
5 WEBER E AS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	149
5.1 O método das ciências sociais e da economia política em Max Weber	153
5.1.1 Ciências Sociais, juízos de valor e organicismo	159
5.2 As disciplinas da economia e da sociologia.....	166
5.2.1 A disciplina da sociologia	167
5.2.2 A <i>Sozialökonomik</i> de Weber	183
6 A DISPUTA SOBRE OS JULGAMENTOS DE VALORES E OS PRIMÓRDIOS DA ASSOCIAÇÃO ALEMÃ PARA SOCIOLOGIA	197
6.1 Do debate de métodos ao julgamento de valores.....	201
6.2 A posição de Schmoller e as diferentes implicações do juízo de valor	205
6.3 O conceito de produtividade	212
6.4 A Sociedade Alemã para Sociologia	217
6.4.1 Juízo de valor durante o primeiro <i>Soziologentag</i>	220
6.4.2 As definições de sociologia dentro da DGS.....	227
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
REFERÊNCIAS	247
ANEXO	273

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Esquema mengeriano de divisão do conhecimento econômico (1883)	
.....	70
FIGURA 2 – Sistema de Economia Política popularizado por Rau nos anos 1820	
.....	71
FIGURA 3 – O entendimento de Dietzel do conhecimento econômico	118

RESUMO

Esta tese busca compreender o relacionamento entre a sociologia e a economia política na Alemanha do último quarto do século XIX e início do século XX, momento no qual a primeira ainda é uma disciplina infante e vista por muitos com desconfiança, ao passo que a última já é uma disciplina relevante política e academicamente, porém em um ambiente onde a cientificidade das ciências humanas e sociais ainda está em disputa. Neste contexto, buscamos interligar dois grandes debates. De um lado o *Methodenstreit*, onde Schmoller, líder da então dominante Escola Histórica Alemã de Economia, defende seu método histórico em oposição ao método abstrato de Menger. Do outro lado a discussão para a qual Wilhelm Dilthey fez grande contribuição: a independência e cientificidade das ciências sociais e humanas (que ele denomina *Geisteswissenschaften*). Dilthey argumenta que tal campo de pesquisa possui objeto de estudo distinto ao das ciências naturais, além de método próprio, o método histórico. Nosso objetivo com isso é apresentar como as disputas da economia política podem ser mais bem compreendidas quando vistas em comparação ao campo das ciências sociais como um todo. Posteriormente, apresentamos a obra de Heinrich Dietzel, autor que busca apresentar uma solução ao *Methodenstreit* que seja não apenas uma conciliação entre as posições de Menger e Schmoller, mas que também reestabeleça a correta teoria da economia política, aquela de visão ricardiana. Outro autor que buscará uma solução para o *Methodenstreit* é Max Weber, figura central em nossa discussão. Abordamos a obra de Weber primeiramente a partir de sua proximidade com Heinrich Rickert. Rickert, um dos principais autores do neokantianismo, tem parte de sua obra dedicada à discussão da cientificidade das ciências humanas e sociais, as *Kulturwissenschaften*, em sua versão. O autor é crítico de Dilthey, e estabelece as bases de uma separação metodológica entre as *Kulturwissenschaften* e as ciências naturais. O que buscamos apontar é como as críticas de Weber a Schmoller guardam relação com a crítica de Rickert a Dilthey. Ademais, a significância de Weber repousa em sua imagem de pai da sociologia. O autor, radicado na economia política, foi muito importante para o desenvolvimento da sociologia. Chamamos atenção para as variações ao longo do tempo na concepção de Weber sobre sociologia e economia política, e como tais disciplinas se relacionam em sua obra tendo em mente como o campo das ciências sociais em geral está relacionado com isso. Outros autores, como Georg Simmel e Werner Sombart, foram tão ou mais importantes na institucionalização da sociologia. A relação entre eles é observada em mais detalhes dentro das discussões da Sociedade Alemã para Sociologia (DGS), criada em 1909, em especial em meio ao chamado *Werturteilsstreit*. Este debate está diretamente relacionado ao *Methodenstreit* e implica na superação de erros de concepção de ciência por parte não somente, mas principalmente, da Escola Histórica. Essa é uma discussão sobre a neutralidade de valores, que se torna ponto-chave nas ciências sociais e é importante para que compreendamos como a especialização científica não só depende da superação da perspectiva schmolleriana de economia política, mas é também essencial para a correção do que estes autores, os modernos sociólogos, viam como equívocos do método histórico. Colocado desta maneira, a sociologia weberiana permitiria uma solução ao *Methodenstreit* ao concentrar na sociologia econômica aspectos da realidade social que Schmoller buscava analisar a partir da teoria econômica, e que Menger negava enquanto objeto de estudo da disciplina. Por fim, analisamos as diferentes perspectivas de sociologia existentes na DGS, mostrando como, apesar de imperar um pluralismo metodológico, as posições contrárias à especialização científicas eram marginalizadas.

Palavras-chave: *Methodenstreit*; *Werturteilsstreit*; Economia Política; Sociologia; Ciências do Espírito; Ciências Culturais

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between sociology and political economy in late-19th and early-20th century Germany. At this moment, sociology was still an infant and highly criticized discipline, while political political economy was already relevant politically and academically. At the same time, both disciplines were embedded in a discussion regarding the autonomy and scientificity of the social and human sciences. In this context, our intention is to connect two great debates. On one hand, we have the *Methodenstreit* between Schmoller, then leader of the dominant German Historical School of Economics, and Menger. In sum, Schmoller defends the historical method against Menger's criticism. On the other hand, the debate to which Wilhelm Dilthey largely contributed: the emancipation and scientific recognition of the social and human sciences, which he names *Geisteswissenschaften*. Dilthey argues that this field has a specific object of study and method, the historical method. Herewith, we show how we can better understand the controversies within political economy when we are aware of the circumstances affecting the social sciences field in general. Thereafter, we present the work of Heinrich Dietzel, who seeks a conciliatory solution for the *Methodenstreit* while advancing his view of the proper manner to do economic theory, following the Ricardian perspective. Another author that pursues a solution for this methodological debate is Max Weber, a key figure in our discussion. We first address Weber's work from his proximity to Heinrich Rickert. Rickert, one of the most notorious neo-Kantians authors, dedicates part of his endeavor to defend his version of the independent field of human and social sciences, the *Kulturwissenschaften*. His is critical of Dilthey's epistemological differentiation and establishes the difference between natural and cultural sciences in methodological terms. Here our focus is to present how Weber's criticism to Schmoller is related to Rickert's criticism of Dilthey. Furthermore, Weber's significance rests on his image as the father of sociology. The author, who for a long period worked as a political economist, had a major role in the development of sociology. We explore how Weber's conception of sociology and political economy changed over time and how these disciplines were related to the construction of knowledge in the social sciences in general. Other authors, such as Georg Simmel and Werner Sombart, were as much or even more important than Weber in the process of institutionalization of sociology. We will discuss them in the context of disputes inside the German Society for Sociology (DGS), created in 1909, specially the so-called *Werturteilsstreit*. This debate is directly connected to the *Methodenstreit* and implies overcoming the mistakes perpetrated majorly, but not exclusively, by the German Historical School. This was a discussion about value neutrality in science, which became a touchstone in the social sciences at the time. Moreover, value neutrality is crucial for understanding how scientific specialization depended on overcoming Schmoller's perspective, and also how it was essential for correcting the mistakes associated with the historical method. In this sense, Weberian sociology allowed for a solution to the *Methodenstreit* by concentrating in economic sociology those aspects of social reality that Schmoller would see as part of economic theory, while Menger would dismiss as outside the field of political economy. Lastly, we analyze the different sociological perspectives that co-existed in the DGS to show that, even though there was significant methodological pluralism, positions that went against scientific specialization were marginalized.

Keywords: *Methodenstreit*; *Werturteilsstreit*; Political Economy; Sociology; Sciences of the Spirit; Cultural Sciences

1 INTRODUÇÃO

A intenção desta tese de doutoramento é mostrar como os diferentes modos de entender a economia política na Alemanha do último quartel do século XIX estão relacionados a diferentes compreensões sobre o que é a ciência social, quais seus objetivos e partes constituintes, tendo como foco especial a relação entre a economia política e a nascente disciplina da sociologia, e também como o surgimento da última está ligado a tais questões. Para isso apresentamos a interrelação de três momentos: i) A disputa pelo correto escopo da disciplina da economia política que, como argumentaremos, permite compreender como a especialização científica na análise da realidade social foi essencial para o surgimento da sociologia moderna e o papel da economia política nesse processo; ii) A defesa da independência e cientificidade das ciências sociais e humanas, que posteriormente contrapõe duas grandes perspectivas da análise da realidade social; iii) a institucionalização da sociologia vista aqui a partir da criação da Sociedade Alemã para Sociologia (*Deutsche Gesellschaft für Soziologie* – DGS).

Todos os temas elencados são de grande interesse no estudo da história das disciplinas mencionadas. As grandes controvérsias entre escolas do pensamento econômico, mesmo que não estudadas a partir da perspectiva que adotamos, incluem uma discussão implícita ou explícita sobre quais fenômenos devem ser analisados dentro de uma disciplina. Já o debate sobre a independência das ciências sociais e humanas é muitas vezes abordado dentro da discussão da crise do historicismo e da cientificidade da história. Afinal, como veremos, o conhecimento da sociedade é neste momento conhecimento histórico. Por fim, o processo de institucionalização das disciplinas é uma linha de estudo muito utilizada dentro da história do pensamento econômico, que nos permite compreender com mais clareza a separação entre o reconhecimento de um campo de estudo por um grupo de autores e a possibilidade de reproduzi-lo autonomamente na academia, tornando-se uma maneira de compreender o ponto inicial de uma ciência.

O que buscamos, então, é mostrar como todos estes tópicos se relacionam e foram fundamentais para o surgimento do que se entende como sociologia moderna, ao mesmo tempo que demonstramos como estas modificações implicaram em uma reestruturação do pensamento econômico. O que é também importante ter em mente é que compreender como

chegamos à estrutura científica que possuímos hoje é essencial em um momento de crise de credibilidade como esse que a disciplina econômica atravessa – significativa depois da crise do *subprime*, e certamente ainda mais após a crise pós-Corona vírus e a exposição dos limites do liberalismo econômico. Entender as perspectivas que ficaram para trás é passo fundamental para identificar os limites daquilo que temos hoje.

A Alemanha da virada do último quartel do século XIX e início do século XX nos permite, com maior facilidade, analisar as modificações na ciência que temos interesse. O contexto do período é o de uma economia política já dissociada do pensamento cameralista, mais bem estabelecida academicamente se comparada às demais disciplinas que hoje entendemos como ciência social, e que se torna locus de disputas metodológicas e epistemológicas para o campo como um todo. A força do método histórico na Alemanha também é outro fator significativo. Tendo ganho grande reconhecimento a partir das obras dos membros da Escola Histórica de Jurisprudência, notadamente Friedrich Carl von Savigny, o método histórico foi tanto marca da escola de pensamento por muito tempo dominante em território germânico, a Escola Histórica Alemã de Economia (EHAE), quanto base para a principal defesa da independência das ciências sociais e humanas durante o último quartel do século XIX.

A proximidade entre as disciplinas aqui tratadas também é fator preponderante para ter a academia alemã como objeto de análise. Ali, e mais do que em outras localidades, alguns dos autores que viriam a ser considerados pais da sociologia moderna, como Max Weber, se identificavam enquanto economistas políticos. Sendo assim, durante os primeiros congressos da DGS, fica claro como assuntos naquele momento centrais para a economia política eram abordados também nas discussões sociológicas, em especial a discussão do juízo de valores nas ciências sociais. Por mais que esse tópico tenha feito parte da crítica de Carl Menger a Gustav Schmoller durante o *Methodenstreit*, ele retorna com mais força em meio ao que ficou conhecido como *Werturteilsstreit*.

Todos estes fatores estão relacionados em um momento onde as humanidades passam por intenso desenvolvimento e reorganização. O *Methodenstreit* é uma disputa ao mesmo tempo pelo método correto de análise dos fenômenos econômicos e pela definição do que são tais fenômenos (i.e. o escopo da disciplina). Em sua defesa do método histórico durante o referido debate, Schmoller lançará mão da obra de Wilhelm Dilthey, autor que busca a independência das ciências humanas (suas *Geisteswissenschaften*) em relação à ciência natural. Para além da argumentação epistemológica, Dilthey apontará o método histórico como o método das *Geisteswissenschaften*, o que diferiria da busca por leis naturais do

método das ciências naturais. Sendo assim, podemos dizer que Schmoller defende a economia política como parte deste grupo de ciências em oposição à busca por leis exatas de Menger – autor que rejeita a noção da economia política enquanto disciplina histórica. Já no que diz respeito ao escopo da disciplina, entramos aqui na necessidade de disciplinarização, de especialização científica para o estudo da realidade social. Aqui temos posições diversas. Enquanto, como ficará claro, Schmoller tem uma noção muito rudimentar de disciplinarização, Menger defende uma delimitação estrita de escopo do fenômeno econômico, sem, no entanto, diferenciar epistemologicamente os dois tipos de conhecimento (natural e não-natural). Por outro lado, os autores da moderna sociologia defenderão tanto a independência das humanidades quanto a divisão científica do trabalho. Isso ocorre muito em função da influência dos filósofos neokantianos, principalmente Heinrich Rickert e sua ideia de Ciências Culturais (*Kulturwissenschaften*).

Ainda no que diz respeito à relação entre as disciplinas das ciências humanas e sociais, e considerando o foco que existe na formulação de um linguajar distinto para as ciências sociais e humanas, discutiremos aqui o biologismo e a utilização de analogias e metáforas naturais. Esse se tornará um ponto central no entendimento de autores que buscam a independência deste ramo do conhecimento científico. A relevância disto fica clara quando se observa que muitas visões de sociologia do século XIX buscavam uma justificativa de cientificidade calcada em uma aproximação às ciências naturais através de paralelos feitos por meio de metáforas e analogias, corriqueiramente vistas como excessivas pelo que consideraremos como sociólogos modernos (especialmente aquelas de inspiração comteana). Tais paralelos poderiam carregar estruturas metodológicas ou juízos de valor das disciplinas de origem.

Nesse sentido, a fundação da DGS é acontecimento importante. Essa sociedade marca o início do período de maturidade da disciplina, desenvolvida muito baseada nas discussões anteriores. A sociologia busca seu objeto de estudo em meio a um domínio da economia política dentro das ciências sociais. Já o método defendido por autores como Max Weber e Werner Sombart surge a partir de um afastamento tanto da concepção de história de Dilthey e Schmoller, quanto das ciências naturais. Mesmo assim, a DGS abarca diferentes perspectivas acerca do escopo da disciplina, permitindo observar não só as implicações de tais diferenças, mas também até que ponto elas estão ligadas às discussões dentro da economia política.

Sendo assim, pode-se dizer que buscamos estudar a história do pensamento econômico no contexto de suas disciplinas limítrofes. Na literatura contemporânea, existe um esforço similar dessa compreensão da história do pensamento econômico enquanto história das ciências sociais (Fontaine, 2015; Backhouse; Fontaine, 2010). Tal literatura, no entanto, tende a focar na história recente (pós Segunda Guerra Mundial), onde já há uma delimitação mais precisa das disciplinas dentro das ciências sociais e uma necessidade de esclarecimento dos desenvolvimentos trans- e interdisciplinares. Esse esforço é colocado a partir de uma perspectiva de história intelectual que, como enfatiza Collini (1988), traz vantagens em relação a uma história disciplinar por não se ater às visões que delimitam os campos da ciência em nossa contemporaneidade. Já o ponto levantado por Fontaine e Backhouse é que essa perspectiva evita a abordagem mais comum na literatura, que foca nas ciências naturais quando busca causas extra-disciplinares para as modificações ocorridas dentro da disciplina da economia, como no caso da busca da ciência econômica por emular a física.

Tendo isso em mente, ao tratarmos de um momento em que a especialização disciplinar ainda era muito mal estabelecida, essa necessidade de entender a relação com o ambiente imediatamente externo - as ciências sociais como um todo e suas disciplinas constituintes - é ainda maior. Porter (2008), por exemplo, enfatiza como é necessário encontrar um fino ajuste entre a busca por unicidade dentro das ciências e suas nascentes delimitações disciplinares. Sendo assim, esta tese têm o objetivo de criar uma narrativa histórica onde se coloca a economia política em meio a uma busca pela definição das ciências sociais e uma defesa do lugar específico das ciências sociais e humanas, além de retratar como isso gera reverberações para fora do escopo da economia política, dando foco ao surgimento da sociologia². Muito em razão disso, apresentaremos diferentes visões sobre o escopo da disciplina em disputa naquele momento.

Antes de iniciarmos nossa análise, entretanto, é necessária uma introdução mais detalhada a alguns tópicos que serão relevantes ao longo do trabalho.

1.1 Economia e sociologia: Imperialismo, Concorrência e Complementariedade

² É interessante notar, como aponta Ross (2008), que a Alemanha é onde existe a maior rejeição ao positivismo. Sendo assim, a busca por uma definição de ciência social em oposição às ciências naturais foi ali mais marcante, onde se buscava a manutenção de um “ethos de classe e identidade científica”.

Desde o surgimento da sociologia enquanto uma disciplina independente, ocorrido no período aqui abordado, sua relação com o estudo da economia variou significativamente, muito graças às mudanças no escopo e no método de ambas. Diversas definições da disciplina tiveram significativo impacto em como a economia é entendida, como as de Smith³, Marshall⁴ e Lionel Robbins. Outros, como Gustav Schmoller, Carl Menger e Heinrich Dietzel também buscavam delimitar o domínio da disciplina, mas não foram tão influentes quanto as definições anteriormente citadas. No entanto, principalmente os dois primeiros, certamente causaram impacto na disciplina de seu tempo.

Ainda assim, mesmo com várias modificações até o momento em que a definição de Robbins ganhou significativo espaço na mente dos economistas⁵, pode-se dizer sem ressalvas que a economia sempre possuiu uma melhor definição de seu objeto de estudo do que a sociologia. Desde seus primórdios, definir o que é a sociologia é uma questão altamente conflituosa. No momento em que a sociologia ainda era vista por alguns como o estudo dos problemas sociais em geral, Ira W. Horwerth (1895, p. 17), nos Estados Unidos, escreveu: “se alguém espera encontrar no presente pensamento sociológico uma concepção definitiva da natureza e função da ciência da sociologia, ficará desapontado”. O autor comparou o estado da disciplina infante com o período inicial de outras já estabelecidas, como física e química, argumentando que aquele estado de confusão era um reflexo de seu período de amadurecimento. Obviamente a sociologia evoluiu significativamente e, normalmente, não mais se duvida de seu caráter científico e seu lugar enquanto parte das ciências sociais. Bannister (2008) argumenta que isto se deu porque a sociologia teve a peculiaridade de, no

³ “Political oeconomy, considered as a branch of the science of a statesman or legislator, proposes two distinct objects; first, to provide a plentiful revenue or subsistence for the people, or more properly to enable them to provide such a revenue or subsistence for themselves; and secondly, to supply the state or commonwealth with a revenue sufficient for the public services. It proposes to enrich both the people and the sovereign (Smith, 1981 [1776], p.428)

⁴ “Political Economy or Economics is a study of mankind in the ordinary business of life; it examines that part of individual and social action which is most closely connected with the attainment and with the use of the material requisites of wellbeing. Thus it is on the one side a study of wealth; and on the other, and more important side, a part of the study of man.” (Marshall, 2013 [1890], p.1). Sendo que o estudo do homem está limitado à sua expressão monetária; “the steadiest motive to ordinary business work is the desire for the pay which is the material reward of work. The pay may be on its way to be spent selfishly or unselfishly, for noble or base ends; and here the variety of human nature comes into play. But the motive is supplied by a definite amount of money: and it is this definite and exact money measurement of the steadiest motives in business life, which has enabled economics far to outrun every other branch of the study of man.” (*Ibidem*, p. 12)

⁵ Mesmo assim visões concorrentes nunca deixaram de existir. Exemplos são a economia institucional e a economia feminista. Ambas tentam modificar o escopo da disciplina. O domínio da corrente neoclássica, no entanto, é o que garante a maior estabilidade. O aumento de escopo proposto nas visões citadas é diferente da ideia de “imperialismo econômico” que aqui discutimos brevemente. Sobre a ideia de escopo na economia feminista, que está também ligada ao institucionalismo Vebleniano, ver Jo e Todorova (2018).

momento em que surgia, não buscar delimitar um objeto de estudo exclusivamente seu (como a economia política buscava explicar a economia, mesmo que se discordasse sobre o que tal conceito necessariamente engloba), algo que ficará muito evidente na proposta de Simmel de uma sociologia que se ocupa das formas de associação, e não do conteúdo destas. Essa característica foi mantida ao longo dos anos, e, contemporaneamente, autores como Bögenhold (2014, p. 8) afirmam que a sociologia carece de unidade, sendo mais uma “colcha de retalhos de conhecimento” com um “universo de discurso” que traz certa coerência.

Baur et.al. (2008) coloca que desde Durkheim a sociologia tenta interpretar a realidade social independentemente dos indivíduos. O maior problema é que, além dessa questão continuar demasiadamente em aberto, há uma oposição irreconciliável entre as teorias da ação e das estruturas (ou sistemas) e seus métodos. Já Peck e Bryant (2007, 2) apresentam diferentes definições de sociologia, como, por exemplo, “o estudo de agregados sociais e grupos em suas organizações institucionais, de instituições e suas organizações e das causas e consequências de mudanças em instituições e organizações sociais”⁶, ou o estudo de “unidades de interação dentro de grupos sociais, relações sociais e organizações sociais”, entre outras. Os autores apontam a razão dessa gama de definições como as diversificadas influências sob as quais a disciplina surgiu, desde o ambiente europeu com Max Weber e Émile Durkheim, até o da academia americana, com as escolas de Harvard, Chicago, Berkeley, etc. Interessante também é a análise de Goudsblom e Heilbron (2001), que apontam para os diferentes estágios de desenvolvimento da disciplina, que agora estaria superando a fragmentação e caminhando para uma síntese. Nesse sentido, Burawoy (2005), durante seu discurso presidencial na Associação de Sociologia Americana, indicava a necessidade de se buscar um *ethos* comum à disciplina.

Essa falta de definição não é necessariamente vista como um problema. Para Dahrendorf (1974, p. 43-44), por exemplo, a sociologia é definida por uma multiplicidade de métodos a serem aplicados de acordo com o problema observado, e nem ela nem qualquer outra disciplina tem realmente um objeto sistematicamente delineável. Isso é também um efeito do caráter dinâmico dos fenômenos, continua Dahrendorf, o que não implica na obsolescência de uma busca por definição. O objeto da disciplina não seria algo estático, mas algo que surge do acordo entre os praticantes da disciplina. Ademais, se há proximidade na definição da disciplina entre os seus praticantes, têm-se uma disciplina, caso contrário

⁶ Albert Reiss (1968, p. 1).

paira no ar a dúvida de sua existência, sua cientificidade. Sendo assim, um dos problemas de se estabelecer a sociologia enquanto disciplina poderia ser a inexistência de um acordo mínimo entre seus participantes a respeito do que compõe seu escopo. No capítulo seis ficará claro que, apesar de existirem diferentes perspectivas sobre sociologia na DGS, há uma concordância mínima entre um grupo significativo de membros, que pode ser visto como algo que permite a própria existência da sociedade. Mesmo aceitando perspectivas divergentes, ainda se busca afastar-se de certas perspectivas demasiadamente distantes desta “base comum”

Sendo assim os diferentes modos de relacionamento entre economia e sociologia que aqui tratamos estão ligados aos referidos escopos das disciplinas. O escopo de uma disciplina, ou seja, os tipos ou aspectos de fenômenos dos quais ela se ocupa, varia ao longo do tempo (e de acordo com perspectivas teóricas) a depender da definição da disciplina (Mäki, 2009). Essa definição, aponta Mäki, nada mais é que a caracterização do fenômeno com o qual se lida. Como dito, a definição de Economia que ganhou maior aceitação desde a segunda metade do século XX foi a de Lionel Robbins (1932, p.15): “Economia é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto uma relação entre fins e meios escassos que possuem usos alternativos”. Backhouse e Medema (2009) mostram como essa definição foi a base para o entendimento do escopo da teoria econômica enquanto um problema de escolha racional (ou maximização restrita). Esse cenário abriu caminho para tratar como problemas econômicos questões que anteriormente eram tratadas dentro de outras disciplinas das ciências sociais, ou seja, uma sobreposição de objetos de estudo que caracterizou o chamado “imperialismo econômico”⁷, tipo de relação entre as disciplinas que ganhou espaço na literatura desde ao menos os anos 1980. Esta “invasão” de campos intelectuais é para alguns autores, como Lazear (2000), sinal de superioridade da disciplina⁸. Tal interpretação coincide com o que Mäki (2009) apresenta como uma busca por unificação, que soma apreço por simplificação e por consiliência, algo que estaria presente entre economistas ao menos desde Nassau Senior. Essa última ideia, consiliência, afirma que uma teoria é tanto melhor

⁷ Sobre como essa definição implica na incorporação de fenômenos ligados à política, guerra e outros (saindo da ideia de que a economia estaria ligados a fenômenos de mercado), ver Hirshleifer (1985).

⁸ Essa sobreposição (imperialista) pode ser vista também no sentido sociologia-economia, apesar de menos organizado e significativo em relação ao conjunto da disciplina sociológica, como nos lembra Serban (2008). O autor aponta principalmente para as teorias da “sociologia da escolha racional” e da “nova sociologia econômica”. A sociologia da escolha racional, capitaneada por James Coleman, vê a economia como um ramo da sociologia e, ao contrário da escolha racional como vista por economistas, inclui conceitos de norma, poder, interesse e controle. Já na nova sociologia econômica temos, por exemplo, o imperialismo sociológico contido em estudos recentes sobre a emergência de mercados (ROJAS, 2006).

quanto mais classes (tipos) de fatos (aspectos de fenômenos) ela é capaz de explicar. Dentro dos autores que apresentamos, aqueles que representam lados mais opostos nesse sentido são Schmoller e Dietzel. Enquanto Schmoller busca uma economia política que seja capaz de relacionar a ação econômica a todos os aspectos que influenciam a ação social, resultando em uma disciplina que abarca a completude do que entendemos enquanto ciências sociais, Dietzel o acusa de ultrapassar os limites da disciplina e busca criar uma disciplina estritamente delimitada à partir da crítica dos conceitos utilizados por seus contemporâneos. Ademais, uma das questões apontadas por Mäki, e também por Backhouse e Medema, que mais nos interessa é o modo como o *core* dos praticantes da disciplina adotou a definição de Robbins, modificando assim o escopo da disciplina ao longo do século XX. Isso vai ao encontro da centralidade que damos para o modo como cada autor define a disciplina a ser estudada em busca de moldar o campo intelectual. A particularidade desse período que estudamos é como a definição da economia política reverbera diretamente em todo o campo das ciências sociais. São as discussões do *Methodenstreit* que influenciam e serão base de crítica daqueles que serão os atores do estabelecimento da disciplina da sociologia. Sendo assim, no recorte temporal e local que criamos, será possível observar diferentes tipos de relação entre estas diferentes formas de se ver a economia política, definidas no contexto de debates que precederam e guardam relação com o estabelecimento da sociologia enquanto disciplina. Ao mesmo tempo, esse recorte nos permite esclarecer alguns desenvolvimentos adjacentes, como a mudança da importância do indivíduo nas ciências humanas e o ganho de espaço do movimento neokantiano.

1.2 Qual sociologia?

Um dos pontos relevantes que emerge em nosso estudo é entender qual o momento de surgimento da sociologia, algo que não é indisputável dentro da literatura. Aspectos da busca de conhecimento sociológico podem ser observados nos mais diversos autores, inclusive dentre aqueles de períodos muito distantes, como os primeiros filósofos gregos. Esse é o caso da comparação feita por Moulin-Stozek (2018), que vê relações da obra de Aristóteles com a microssociologia, ou por Ober (1993), que busca entender a *Polis* de Aristóteles enquanto uma comunidade. No entanto, por mais que alguns identifiquem esses e outros autores como sociólogos, isso se dá em um sentido fraco, normalmente delimitando aspectos de seus trabalhos. Sociólogos no sentido que usamos costumam ser identificados no século

XIX, principalmente a partir do primeiro emprego da palavra “sociologia”, feita por Auguste Comte (1789-1857) no início da década de 1840.

Enquanto a posição de Comte como criador do termo “sociologia” não admite disputa, o mesmo não ocorre com seu reconhecimento como fundador da disciplina⁹. Sua obra buscava uma filosofia positiva, a ser contrastada com os desenvolvimentos metafísicos e teleológicos que persistiam no pensamento filosófico de seu tempo, e estabelecia a sociologia enquanto o estudo da sociedade em todos seus aspectos. Nesse sentido, como lembra Swedberg (1990, p. 10), Comte também acusava a economia política de ser uma disciplina metafísica e estéril em seus resultados¹⁰. Ademais, dentro de sua filosofia positiva, havia uma ordenação das ciências, que também apresentava caráter de evolução do pensamento, onde a sociologia seria a última a ser desenvolvida e que coordenaria todas as demais, não havendo distinção entre o conhecimento buscado nos campos das ciências sociais e naturais (Bourdeau, 2018). Essa será a ideia positivista de ciência que autores como Dilthey buscarão rebater.

A grande distinção entre a ideia comteana e os desenvolvimentos modernos da sociologia torna dúbio seu reconhecimento enquanto pai da disciplina. Muitas vezes o que se prefere é estabelecer os fundadores como aqueles cujos esforços levaram mais diretamente ao reconhecimento da cientificidade e institucionalização da sociologia. Enquanto alguns intérpretes, como Cockerham (2013) e Turner, Beeghley e Powers (2012), apresentam Comte como fundador da disciplina, a obra de Boudon, Cherkaoui e Alexander (1997) o coloca ao lado de Hobbes, Locke, Montesquieu e outros no processo de formação do pensamento sociológico. São autores do período que abordamos aqui, como Weber, Wilhelm Dilthey, Durkheim e Simmel, que entram na classificação de clássicos da sociologia. Do mesmo modo o faz Aron (2010 [1965]), que trata do pensamento sociológico desde Montesquieu, Comte e outros, mas os classifica como pré-sociólogos. Já Form e Faris (2015) iniciam sua descrição no verbete “sociologia” da Encyclopedia Britannica com Herbert Spencer (também positivista) e as inclinações darwinianas da sociologia. Por fim, Eriksson

⁹ Algo que já podia ser observado nos anos subsequentes aos seu falecimento, como no caso da análise de John Stuart Mill. “[...] he has done nothing in Sociology which does not require to be done over again [...]. If it cannot be said of Comte that he has created a science, it may be said truly that he has, for the first time, made the creation possible. This is a great achievement, and, with the extraordinary merit of his historical analysis, and of his philosophy of the physical science, is enough to immortalize his name.” (MILL, 1865, p.124)

¹⁰ Veja Repplinger (1999, p. 119-122) para a relação desse diagnóstico com a ideia da economia política clássica de ação humana como a busca racional pelo interesse individual. O autor (*Ibidem*, p. 20, nr. 3) também traz uma considerável bibliografia de autores que consideravam Comte como fundador da sociologia, ao menos parcialmente.

(1993) aborda, e critica, especificamente a ligação direta, muitas vezes encontrada na literatura, entre Comte ter forjado o termo “sociologia” e ser fundado a disciplina. O autor, no entanto, só verá a sociologia enquanto uma disciplina unificada no fim dos anos 1930, ligada ao trabalho do “*Bureau of Applied Research*”.

Os autores de uma primeira versão da sociologia, como Comte e até certo ponto Marx¹¹, estão também ligados à emergência da disciplina devido a suas obras serem vistas como respostas às demandas impostas por grandes marcos das relações sociais, especialmente a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (Bock, 2006; Dahrendorf, 2006; Nisbet, 1943), posteriormente à primavera dos povos (Lichtblau, 2017), ou como busca por uma resposta à “crise da sociedade” de modo amplo (Repplinger, 1999, p. 20). Schlechtriemen (2014), por exemplo, apesar de apontar que a ideia de sociologia ainda é parcialmente turva em Comte, o inclui entre os sociólogos pela sua importância enquanto intelectual desse período revolucionário. Essa ligação também pode ser vista em sentido contrário, onde o não desenvolvimento da disciplina corresponderia a uma falta de necessidade histórica. Isso pode ser observado quando Milk-horke (1999) afirma que o desenvolvimento tardio da sociologia na Áustria se deve em muito à falta de continuidade no processo de derrubada da aristocracia. Segundo a autora, a disciplina teve que ser desenvolvida enquanto se escondia do governo imperial, que retomou o poder na figura do príncipe de Schwarzenberg. A falta de um processo social revolucionário condiz com a falta do desenvolvimento de um novo modo de pensar a sociedade. O lugar de Comte e da importância da Revolução Francesa estariam, no sentido que tratamos aqui, no estudo das ciências sociais como um todo, e não da sociologia (Wallerstein et al., 1996).

Essa sociologia, como ciência social, estava, no entanto, ligada à estrutura de pensamento das ciências naturais. O que fica claro na importância que Comte dá aos desenvolvimentos da biologia para o entendimento da sociedade. A argumentação de Dilthey, e de outros, buscará a independência das humanidades, e aí também a economia política, em relação às ciências naturais.

Quando tratamos aqui da emergência da sociologia no final do século XIX, buscamos enfatizar sua aceitação enquanto uma ciência e sua institucionalização no círculo acadêmico. Nesse sentido, as obras de autores como Weber e Simmel, na Alemanha, são centrais neste

¹¹ “Até certo ponto” no sentido de que a obra de Marx marcou com mais propriedade o desenvolvimento posterior de uma sociologia crítica marxista em comparação ao que fez Comte.

processo, especialmente Simmel. Além deles, outros autores que abordaremos aqui apenas marginalmente tem papel muito relevante, como Leopold von Wiese, que, assim como Durkheim o fez na França, ocupou a primeira cadeira de sociologia na Alemanha.

Pensando agora na pesquisa sociológica nos termos que consideramos, na sociologia moderna (também chamada de sociologia científica), Ferdinand Tönnies tem seu *Comunidade e Sociedade (Gemeinschaft und Gesellschaft)*, de 1887, entendido como a primeira obra entre aquelas desta nova perspectiva (Adair-Totef, 2005; Freund, 1979). Plessner (2003) chama este período iniciado com *Comunidade e Sociedade* de período de emancipação da sociologia. Werner Sombart, também um autor repetidamente estudado neste processo, e um que teve relação próxima a Weber. Sombart, além de autor do importante *O Capitalismo Moderno*, foi um dos mais importantes membros da novíssima EHAE, tendo se unido a Weber nos debates a respeito do juízo de valor durante a Werturteilsstreit. Como apontou Aron (2010), foram também as obras destes autores da sociologia científica, ao lado da de Marx, que se tornaram a base daquilo ensinado nas universidades ao longo do século XX.

Por outro lado, a negação do materialismo histórico de Marx foi elemento importante nos debates que apresentamos sobre a sociologia. Entretanto, o modo como o marxismo era referido durante as discussões dentro das associações aqui discutidas era peculiar, servindo muito mais como padrão de ciência a não ser seguido, quando não combatido. Ademais, o materialismo histórico teve seu desenvolvimento significativamente concentrando dentro dos partidos, em especial o SPD, e distante dos meios acadêmicos, ficando, assim, fora do recorte escolhido para esta tese. A presença do marxismo, então, não se dava enquanto perspectiva que disputava espaço na Associação para Política Econômica (*Verein für Sozialpolitik* - VfSP) ou na DGS, com ressalvas a serem feitas no que diz respeito às incorporações parciais feitas por aqueles autores que Lukács chamou de sociólogos da burguesia. Nesse sentido, vale ressaltar a busca constante dentro da VfSP pela negação de qualquer saída revolucionária aos problemas sociais do período, assim como o apoio de alguns membros à lei antissocialista de Bismarck.

Já a influência de Comte no meio acadêmico não foi pequena, tanto na sociologia quanto na economia política alemãs, mesmo sendo alvo de severas críticas no período que estudamos. No caso da sociologia, as primeiras aulas com o tópico “sociologia” foram proferidas já em 1875 por autores influenciados por Comte e Herbert Spencer na Universidade de Heidelberg:

Hans Scherrer e Otto Caspari (KRUSE, 1990). Já na economia política, Schmoller será o caso onde poderemos observar a influência do autor francês.

Ademais, segundo Bernart (1999), a recepção de Comte pode ser dividida em três vertentes: 1) a escola positivista neokantiana (que posteriormente se divide em duas, positivista e neokantiana, nos anos 1880); 2) Dilthey e outros autores que buscam separar ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*); e 3) os darwinistas da analogia do corpo social. Esta última corrente era menos crítica ao pensamento comteano que as duas primeiras.

Outra divisão dessas escolas de sociologia pós-comteanas, de um autor mais próximo ao período aqui discutido, é a de Paul Barth (1922). Barth irá identificar a sociologia derivada de Comte como intelectualista, apontará a existência da sociologia biológica (de autores como Spencer, Schäffle e Paul Lilienfeld) e, por fim, a única vertente que ele não considera parcial, a voluntarista, que inclui autores dos itens 1 e 2 de Bernart. A primeira edição do livro de Barth é de 1897, e apesar de incluir importantes autores de outros países, como F. H. Giddens e Albion Small, não entra no mérito dos autores que consideramos dentro da sociologia moderna, como Ferdinand Tönnies e Georg Simmel (que já haviam escrito trabalhos sociológicos no período). Isso é interessante para termos em mente que, durante a maior parte do período que estudamos, quando um autor se refere à sociologia, se refere a ela no sentido positivista de Comte, principalmente antes da virada do século. Dada a forte crítica ao positivismo na Alemanha do período, essa associação era muitas vezes utilizada em tom pejorativo, como já apontado.

Outros também enfatizam a centralidade dos autores aqui discutidos para a formação da sociologia, algo central para o que discutiremos no capítulo quatro. Para Georg Lukács (1981), o vitalismo presente na filosofia da vida (*Lebensphilosophie*), iniciado por Wilhelm Dilthey (e até certo ponto por Nietzsche), seria a característica unificadora de todas essas abordagens pós-comteanas não revolucionárias à sociologia. Partindo da ideia de evolução social e o desenvolvimento de novas formas da luta de classes como resultado das revoluções dos séculos XVIII e XIX, o vitalismo buscava solucionar essas novas questões “filosoficamente, de uma perspectiva da burguesia imperialista e sua intelligentsia parasitária” (Lukács, 1981, p. 404). Nessa visão, para esse grupo de autores, o sucesso dos movimentos de 1848 só foi garantido com a derrota do caráter revolucionário e sua substituição pela democracia burguesa. Esse novo formato, de democracia burguesa, necessitava de uma filosofia que correspondesse aos seus interesses de classe, e é o vitalismo

que ocupa esse lugar. O posicionamento idealista dos neokantianos, que o autor vê como uma continuação desse pensamento vitalista (no sentido de carregar a ideologia burguesa) era contrastado com o materialismo dos autores vitalistas da corrente da sociologia biológica. Estes, para Lukács, retornavam à metafísica ao invés de avançar cientificamente. No entanto, como veremos no capítulo quatro, autores neokantianos como Rickert constroem seu posicionamento como uma crítica ao vitalismo.

Ainda dentro da importância das modificações no pensamento filosófico para o estabelecimento científico da disciplina nos interessa enfatizar a análise de Šuber (2002). O autor adota o mesmo ponto de partida que Lukács para o estabelecimento da sociologia na Alemanha: Dilthey. No entanto, busca esclarecer as diferenças entre os pensamentos vitalistas. Para ele o vitalismo da filosofia da vida (*Lebensphilosophie*), não seria traço tão relevante em Heinrich Rickert. Neste, têm-se, em substituição, uma busca por uma abordagem transcendental (no sentido kantiano). Em resumo, Šuber (2002, p. 13) aponta que para entender como Weber e Simmel foram capazes de fundar a sociologia na Alemanha deve-se entender as barreiras que representavam “o historicismo e o resultante relativismo ideológico e epistemológico, o surgimento da epistemologia como uma disciplina filosófica e os embates entre grupos orientados pelas ciências naturais ou pela história”. O papel de Dilthey e Rickert foi a busca pelo estabelecimento de uma ciência humana (incluindo as ciências sociais) independente das ciências naturais. O que fazemos aqui vai muito ao encontro dessa perspectiva. Analisamos o surgimento da sociologia nesse contexto, mas focando em como a economia política era palco para as discussões epistemológicas e metodológicas. Essas discussões, por sua vez, eram influenciadas pelos debates ao redor do estabelecimento de um conjunto das humanidades.

Fica claro, então, que Comte, Dilthey e Rickert serão os autores a serem relacionados com as querelas mais propriamente da economia política no final do século XIX e início do XX. Com relação a Comte, nos é importante não só ele ter utilizado o nome “sociologia” pela primeira vez, ou ter feito esforços importantes para o avanço das ciências sociais, mas também como os desenvolvimentos posteriores se deram com base e em crítica ao seu trabalho. Igualmente, queremos entender até que ponto os críticos de Schmoller, que o acusavam de buscar que a economia política fosse tão abrangente quanto a sociologia do autor francês, estavam corretos. Já Dilthey e Rickert são relevantes para a sociologia enquanto disciplina que faz parte das ciências sociais, não por diretamente buscarem fundar

a disciplina, mas por criarem uma base para a independência das ciências humanas e sua divisão interna, sua especialização disciplinar.

Por fim, se ainda hoje existe uma dificuldade na definição do escopo e método da sociologia, a situação no tempo em que os fatos analisados aqui ocorrem é ainda mais clara. Segundo Leopold von Wiese (1926), entre 1908 e 1926 três quartos de toda publicação sociológica focava em questões metodológicas. E, mais importante, nesse momento de surgimento da disciplina da sociologia sua definição e justificativa de necessidade está intimamente ligada ao que se considera como justificativa e definição das ciências sociais como um todo, o que inclui a economia política. A economia política se torna ainda mais importante por ter sido palco de debates metodológicos que influenciam esse contexto, além de lugar institucional de diversos autores que de certa forma migraram para o campo da sociologia ao passo que ele foi sendo estabelecido. Sendo assim, e essa noção permeia todo nosso trabalho, o modo de se pensar uma disciplina da sociologia está ligado ao modo de se pensar a economia política. Essa é então uma tese a respeito da história do pensamento econômico, com a especificidade de se ocupar das reverberações das modificações dentro de nossa disciplina e até que ponto questões de caráter mais amplo guiaram ou influenciaram seu caminho.

1.3 Algumas questões de filosofia e economia

A ontologia pode ser entendida como o estudo do “ser” (ou seja, da existência ou não de uma entidade ou coisa, como as discussões a respeito da existência de Deus) ou o estudo das “características e relações mais gerais dessas entidades que existem” (Hofweber, 2018)¹². O principal tópico ontológico que existe enquanto pano de fundo dentro dos temas que discutimos diz respeito à existência da sociedade. Essa questão opunha duas grandes correntes de pensamento: realismo e nominalismo¹³. A possibilidade do realismo diz respeito a qualquer objeto exterior à consciência, mas focaremos em nosso objeto de interesse. Antes

¹² Hofweber adiciona ainda dois outros objetivos que podem ser perseguidos dentro do estudo da ontologia, mas que não nos interessam aqui: o compromisso ontológico e a meta-ontologia.

¹³ Essa oposição é certamente muito anterior ao período aqui abordado. A ideia de que existe algo de concreto naquilo observado, como mostram Screpanti e Zamagni (2005), pode já ser visto em Aristóteles, mais especificamente na ideia de “universais”. Já no século XIII realistas e nominalistas se opunham, com o frade Tomás de Aquino defendendo que os universais representavam a essência das coisas, e possibilitavam a dedução da verdade a partir da realidade empírica. O desafio à essa posição veio de autores como Roger Bacon, que negavam a possibilidade de acessar a essência, defendendo que a verdade viria apenas do estudo dos aspectos individuais das coisas. Esse debate se arrasta ao longo do tempo, e chega às questões do modo como colocamos.

de mais nada, devemos pensar a sociedade enquanto um conceito. Para os realistas, aquilo que corresponde ao que pensamos quando nos vem à mente a ideia de sociedade é real, e representa o fenômeno em sua mais completa e íntima essência. Para os nominalistas, esse conceito de sociedade é meramente um nome; o que podemos observar enquanto sociedade é apenas aquilo que criamos previamente em nossa mente. Sendo assim, não haveria algo realmente concreto a ser observado.

A centralidade em estabelecer a possibilidade da existência ou não da sociedade nesse período está ligada à novidade e importância da modificação desse conceito para a ciência. A ideia de sociedade civil (*Bürgergesellschaft*) teve seu significado modificado ao longo dos séculos XVII e XVIII por escritores iluministas como Locke, Montesquieu e Kant. Em seu aspecto positivo, dizia respeito à independência do indivíduo e de sua família, que deixavam de ter “dado o que comer ou [de ser] reprimido por um estado autoritário” (Kocka, 2006, p.38). Segundo Kocka, nesse momento o termo já podia ser visto como sua definição em oposição ao Estado, apesar de não tão marcadamente como viria a acontecer na obra de escritores do século XIX (como Hegel e Marx). Um importante corolário disso na perspectiva aqui tratada é que a unidade de análise nas ciências humanas passa a ser o indivíduo, já que o Estado não era mais considerado como provedor das necessidades humanas. O lugar da razão estava agora no cidadão, e não mais nos oficiais do Estado (Tribe, 1998, p.195), o que tem grandes implicações para o estudo dos problemas da sociedade, que se configurarão enquanto ciências sociais. Essa questão de o indivíduo tomar o lugar central na análise, no sentido da liberdade perante um poder central (i.e. monárquico) e possibilidade de buscar o que é melhor para si, é então muito relevante para o ganho de cientificidade da economia política (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005). Na Alemanha, por exemplo, é esse curso de eventos, que ali tem como grande impulsionador Immanuel Kant, que ocasiona a passagem das ciências camerais (*Cameralwissenschaften*) para a Economia Política (*Nationalökonomie*)¹⁴. Se anteriormente, nas *Cameralwissenschaften*, o indivíduo

¹⁴ Hagemann (1996) dá mais ênfase à importância da economia política britânica para o fim do cameralismo. O autor afirma que os estudos camerais começaram a perder prestígio na década de 1790, por culpa do aumento da influência da Riqueza das Nações, de Adam Smith. Para o autor, apesar de traduções para o alemão estarem disponíveis em 1776-1778, uma melhor, e que causou maior impacto, foi publicada em 1794. Como discutiremos, a *Nationalökonomie*, principalmente dos primeiros autores como Karl Heinrich Rau e Friedrich List misturavam uma teoria econômica à la Grã-Bretanha com uma economia prática de influência cameralista - algo a ser criticado pela EHAE, principalmente Schmoller. Wilhelm Roscher e outros fundadores da EHAE também aceitavam mais ideias ricardianas e smithianas do que Schmoller viria a fazê-lo. Ver Tribe (2007, p.71) sobre o caso de Roscher, e Nau (1998) para um aprofundamento aos debates internos à escola histórica alemã dentro do *Methodenstreit*.

(entendido nesse primeiro momento como membro da “população diferenciada apenas pelas habilidades, idade, gênero e localização”) estava sob constante supervisão do governante, no novo entendimento ele estava livre para escolher seus próprios cursos de ação (TRIBE, 1988). Dado o contexto de grandes revoluções, definir o que é sociedade e qual o modo de acessar os fenômenos sociais tem lugar de destaque. Antes, o que era visto enquanto problema social era o problema do estado, agora, o foco é no indivíduo, e a Economia Política surge enquanto uma disciplina voltada para as relações entre estes indivíduos, principalmente se considerarmos a escola clássica. Como voltaremos a abordar, parte da crítica de Schmoller aos primeiros economistas políticos alemães, como Friedrich List e Karl Heinrich Rau, era sua proximidade de seus desenvolvimentos teóricos ao individualismo dos britânicos.

Voltando à questão ontológica, Comte e outros positivistas eram considerados realistas, assim como Schmoller¹⁵. Em contraste, os filósofos idealistas alemães se posicionavam enquanto nominalistas. Como será discutido, a filiação ao nominalismo era vista por alguns como algo que impossibilitaria a própria existência da sociologia e como veremos no capítulo cinco, a tarefa da sociologia para alguns autores do início do século XX era exatamente compreender o que é a sociedade.

Ademais, questões epistemológicas também são de grande importância aqui, ligadas principalmente ao problema do vitalismo e da justificativa da independência em relação à ciência natural. É útil, no entanto, apresentar algumas divergências terminológicas que podem dificultar a compreensão das questões aqui abordadas. A ciência contemporânea, aponta Czayka (2000), é dividida entre ciência formal e ciência empírica. A primeira é lógica completamente baseada em métodos dedutivos. A segunda é empírica, onde a informação é acessada direta ou indiretamente no “mundo real”. O autor divide essas ciências empíricas, por sua vez, em ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e ciências culturais (*Kulturwissenschaften*). Já esta contém as ciências humanas (*Geisteswissenschaften*) e sociais (*Sozialwissenschaften*). Por mais que outras diferenciações possam existir no debate

¹⁵ Yuichi Shionoya argumenta que a posição de Schmoller é, na realidade, confusa em relação a isso. Segundo o autor, apesar de Schmoller ser realista em relação aos seus objetivos, ele seria nominalista em relação à formação dos conceitos. “When Schmoller (1911, 467–68) considered the nature of concept formulation, he argued that concepts are an auxiliary means to organized thought, not a perfect copy of reality, admitting nominalism instead of realism. But because he believed that the ultimate goal of science was still realism, he suffered from the serious contradiction between nominalism and realism.” (Shionoya, 2005, p. 6).

contemporâneo¹⁶, a delimitação das ciências que analisam os fenômenos sociais, buscada por autores como Dilthey, Rickert e outros, diz respeito a uma emancipação em relação às ciências naturais. Também, como pode ser observado, a nomenclatura utilizada por estes autores não possui significado equivalente ao modo como se utiliza contemporaneamente, o que pode ser um obstáculo ao leitor desatento. Diferentemente da categorização de Czayka, as *Geisteswissenschaften* não seriam parte das ciências culturais, mas sim perspectiva diferente sobre o campo científico. Ademais, os autores não carregam acordo em relação aos termos ou conteúdo do que deveria ser essa nova ciência independente, como mencionamos. Como coloca Ebner (2014), as *Geisteswissenschaften* que Dilthey pretende estabelecer são diferenciadas das *Naturwissenschaften* por questões epistemológicas: a primeira busca a compreensão (*Verstehen*) e a segunda a explicação (*Erklärung*)¹⁷. De outro lado está Wilhelm Windelband¹⁸, orientador de doutorado de Heinrich Rickert, que faz uma diferenciação metodológica, onde as ciências nomotéticas buscam a formação de leis (*Naturwissenschaften*) e as ciências ideográficas visam a reconstrução de eventos através da busca por particularidades (*Culturwissenschaften*) (Rezende Jr., 2017). Rickert desenvolve sua teoria a partir das bases colocadas por Windelband. Esta diferença entre Dilthey e os neokantianos implicará em diferentes separações das disciplinas de cada campo. A obra de Dilthey, tanto em sua tentativa de formular uma ciência humana independente quanto em sua crítica ao empirismo histórico, será abordada dentro do debate do *Methodenstreit*. Já Rickert e Windelband serão introduzidos como modo de compreender a formulação dos sociólogos ligados aos desenvolvimentos neokantianos que tratamos na segunda parte da tese.

Um último ponto, pensando nas disciplinas que compõem as ciências sociais, é que sua relação depende de como se define seus objetos de estudos, ou seja, de quais aspectos dos

¹⁶ Mesmo hoje em dia esses limites não são muito bem estabelecidos. A Unesco incluiu em seu relatório sobre as ciências sociais de 2016 as seguintes disciplinas dentro da grande área de ciências sociais: Antropologia, Psicologia (e ciências cognitivas), economia, sociologia, contabilidade e outras áreas relativas a negócios (como turismo e contabilidade) (ISSC; IDS; UNESCO, 2016). No entanto, como mostra Bögenhold (2017), no relatório de 1999 antropologia e psicologia apareciam na grande área das ciências humanas, ao invés de integrarem as ciências sociais juntamente com economia, sociologia, ciência política e outras.

¹⁷ É importante ter em mente que nesse período não há uma diferenciação bem estabelecida entre ciências humanas e ciências sociais. Termos como *Geisteswissenschaften*, *Menschenwissenschaften*, *Sozialwissenschaften*, etc., buscam em um primeiro momento uma distinção do corpo de conhecimento das ciências naturais (seja por questões metodológicas, epistemológicas ou outras). Ver Ebner (2014).

¹⁸ Rickert e Windelband são muito mais uma continuação entre si do que se comparados a Dilthey. Rickert modifica a terminologia de Windelband, mas dá continuidade à sua separação entre ciências nomotéticas e ideográficas, como será destacado na segunda parte dessa tese.

fenômenos sociais tratam ou qual sua contribuição para o entendimento social como um todo. Isso está diretamente ligado às relações de concorrência, complementariedade e imperialismo discutidas nessa introdução. A questão é que, ao estabelecer o campo de uma disciplina, e pensando na divisão do trabalho científico, automaticamente se propõe também um campo sobre o qual as demais disciplinas não deveriam avançar, ou apenas avançariam marginalmente. É nesse sentido que Bögenhold (2008) argumentará que a definição de uma disciplina é dependente do entendimento das disciplinas vizinhas, e que nós apresentaremos as diferentes possibilidades de relação entre a economia política e as disciplinas que a circundam. Durante o *Methodenstreit*, e marcadamente na contribuição de Dietzel, a ideia de que certas perspectivas teóricas implicavam em escopos de disciplinas para a economia política que cruzavam barreiras disciplinares é importante. O foco no problema central da disciplina, ou seja, uma correta especialização, é algo que permitiria um maior sucesso no entendimento dos fenômenos.

1.4 *Methodenstreit*, *Werturteilsstreit* e o *Verein für Sozialpolitik* na consolidação da sociologia

Quando se discute o *Methodenstreit*, o mais comum é centralizar a discussão no debate entre Carl Menger e Gustav Schmoller ocorrido no início dos anos 1880¹⁹. Resumindo o que será visto em mais detalhes no segundo capítulo da tese, Menger (1985 [1883]) redigiu uma longa crítica ao método histórico da EHAE. Apesar de nem sempre apontado na literatura sobre o tema, a crítica foi dirigida aos fundadores da EHAE, e não diretamente a Schmoller (1883), que veio em defesa de Wilhelm Roscher²⁰, Karl Knies e outros, ao mesmo tempo em que criticava esses autores e apresentava sua própria versão do método histórico. Após essa réplica, Menger (1884) respondeu, sem no entanto adicionar muitos novos argumentos, mas aumentando a virulência dos ataques. Por fim, Schmoller (1986a [1884]) se recusa a dar continuidade ao debate. As discussões são continuadas por partidários dos dois autores,

¹⁹ Esse é o caso, por exemplo, de Bostaph (1978), Häuser (1988) e Yagi (2001). Esse último, apesar de discutir autores que deram continuidade às teorias de Menger e Schmoller, foca o *Methodenstreit* nesses últimos dois. Já Salley (1993/1994), por outro lado, inclui a obra de Wilhelm Dilthey, e aponta como a proximidade aos avanços de Dilthey retiram a imagem reacionária da posição de Schmoller.

²⁰ Veja Milford (1995) para considerações a respeito do pensamento de Roscher para o *Methodenstreit*, que para o autor é muito mais importante na disputa que o próprio Schmoller.

como Eugen Böhm-Bawerk e Lujo Brentano, e por autores que buscam realizar uma síntese do debate, caso de Dietzel e Weber.

Muitas das avaliações da utilidade desse debate, focado em Menger e Schmoller, foram negativas. Diversos autores definiram o debate como infrutífero ou como um excesso de alocação de energia em um problema de segunda importância²¹. Ademais, essa avaliação muitas vezes veio acompanhada da consideração de que o debate fora gerado por um mero mal-entendido entre as partes. O mais famoso defensor da utilidade desse debate é Friedrich Hayek (1934), que afirma que a exposição de Menger foi essencial para o melhor entendimento da natureza dos fenômenos sociais. A partir de outro ponto de vista, Nardinelli e Meiners (1988) também defendem a disputa. Para os autores, o reaparecimento de controvérsias envolvendo tópicos correlatos aos do *Methodenstreit* demonstra que a questão era muito mais ampla que simples diferenças pontuais entre os autores. Kromphardt (2014) aponta esse fato como um dos motivos do corriqueiro reaparecimento desse debate metodológico na literatura: disputas metodológicas são muitas vezes apresentadas em comparação ao *Methodenstreit*. Nau (1997b) vai além e considera que este debate é sempre invocado quando há um movimento organizado contra o *mainstream*. Em linha similar, Häuser (1988) afirma que, apesar de o debate não ter gerado respostas para as próprias perguntas, estabeleceu importantes questões metodológicas que viriam a ser abordadas por um longo tempo.

Como apontado, por mais que Schmoller e Menger não tenham voltado a se enfrentar, seus pares continuaram o debate. Isso é o foco de uma outra linha de análise do *Methodenstreit*. Nau (1997a) vê o debate como durando entre 1883 e o início da Primeira Guerra Mundial, em uma série de discussões metodológicas e epistemológicas (sendo a última o debate sobre o juízo de valor, que opôs gerações distintas da EHAE, a *Werturteilsstreit*). O autor também enfatiza a importância desses eventos para a institucionalização da *Nationalökonomie* e a disputa de poder entre a EHAE e seus opositores. Takebayashi (2003), por outro lado, tem como foco, assim como faz essa tese, a importância do *Methodenstreit* para o surgimento da sociologia, mas com foco sobre as discussões em torno da teoria do capitalismo. Em sua narrativa, o autor foca também na continuação do *Methodenstreit*, mas dessa vez entre Menger e Lujo Brentano. Há também a apresentação das posições de Karl Bücher, Sombart

²¹ Dentre eles Gide e Rist (1948), Hutchison (1973), Kerschlag (1925), Ritzel (1951) Schumpeter (1954) e Wicksell (1958).

e Weber a respeito. Nau (1997b) também enfatiza o papel da batalha de métodos e de seus personagens na formação da sociologia, mas adiciona o embate entre Adolf Wagner e Gustav Schmoller, em 1881, como um precursor. Essa querela anterior girou em torno da proposição de Schmoller de uma *Nationalökonomie als Sozialwissenschaften* (economia política como ciência social), que para alguns aproximava a disciplina da ideia de sociologia de Comte. Aqui buscamos apresentar essa questão, mas principalmente a posição posterior de Heinrich Dietzel, que vai se aproximar da posição de Wagner e buscar uma disciplina especializada da economia política, sua *Sozialökonomik*. Kasprzok (2005) também vê importância nessa disputa precursora, e aprofunda a ideia de *Sozialökonomik* de Dietzel. Já Homan (1989), ao buscar extrapolar o limite Schmoller-Menger do *Methodenstreit*, mostra como as questões persistiram em debates posteriores até a *Positivismusstreit* (debate do positivismo) entre racionalistas críticos (Karl Popper e Hans Albert) e a Escola de Frankfurt (Theodor Adorno e Jürgen Habermas) na década de 1960, que girava em torno da ideia de *Verstehen* (compreensão).

Outra divergência encontrada a respeito dessa disputa é a questão de qual seria seu ponto central. Seguindo a própria classificação feita por Schmoller (1883), diversos autores apresentam o *Methodenstreit* enquanto uma oposição entre técnicas de lógica para o estabelecimento de leis: dedução vs. indução. Ou, mais precisamente, entre os métodos abstrato-dedutivo e empírico-indutivo. Segundo Louzek (2011), essa interpretação foi levada ao mundo anglófono por Böhm-Bawerk (1890) e reforçada por John Neville Keynes (1990 [1891]). Louzek critica a limitação dessa perspectiva e indica a importância das noções de coletivismo e individualismo metodológico e a possibilidade de se justificar leis exatas, além do fato de Menger não utilizar a terminologia dedução-indução (algo que faria a análise já ser iniciada com o viés teórico de Schmoller). Milford (2012), por exemplo, já apresenta o debate como uma crítica de Menger ao indutivismo essencialista (realista), que o austríaco opõe com seu indutivismo nominalista, o qual seria mais apropriado à economia política e ao individualismo metodológico. Sendo assim, o autor nega que haja uma disputa entre indutivismo e dedutivismo. Esses diferentes modos de ler a disputa da perspectiva da lógica estão relacionados com a própria possibilidade da indução e o método científico apropriado, algo que será apresentado quando for discutida a crítica de Menger.

A questão em foco aqui, no entanto, é outra. Ela se aproxima da análise de Nau (1997b), que vê a disputa como uma busca por modos de emancipação em relação às

*Staatswissenschaften*²², ou Häuser (1994), que aborda a questão a partir do pertencimento ou não da disciplina às ciências humanas (*Geisteswissenschaften*), que implicava em não buscar leis dos fenômenos do modo que o faziam as ciências naturais.

Um dos argumentos-chave desta tese é que a definição de Schmoller resulta em um escopo da disciplina da economia política com implicações diferentes para o estudo da realidade social, incluso para as demais disciplinas que poderiam fazer parte deste conjunto de conhecimento, como uma nova possível disciplina do estudo da sociedade. Isso se dava tanto em comparação às definições de Menger, Dietzel ou mesmo outros autores da EHAE. Pensando na questão apresentada sobre imperialismo econômico e sociológico, o importante é entender como certos aspectos dos fenômenos vieram a ser considerados como pertencentes a uma ou outra das disciplinas. Schmoller busca entender as ações econômicas a partir de todos os impulsos que as justificam, éticos ou econômicos. Sendo assim, para ele não há como delimitar uma motivação puramente econômica, o que amplia o escopo da disciplina. Neste sentido, Dietzel e Menger se opunham a Schmoller ao buscarem uma delimitação das relações sociais que seriam objeto de estudo da economia política. Até que ponto Weber e outros autores convergem ou divergem em seu entendimento da disciplina também será tema para nossa discussão, mas aqui com foco no que essa definição implica para suas concepções de ciências sociais e sociologia.

Em outro momento será discutido a *Werturteilsstreit* (batalha dos juízos de valor), um importante debate que, ao contrário do *Methodenstreit*, ocorreu dentro da Associação para Política Econômica (VfSP). A VfSP foi uma associação criada em 1873²³, dois anos após a unificação da Alemanha (com a formação do segundo *Reich*), e que teve grande influência na institucionalização tanto da economia quanto da sociologia na Alemanha. Instituição central para o entendimento da EHAE a VfSP foi criada sob a liderança dos membros da segunda geração da EHAE. Essa associação, inicialmente, fazia oposição ao grupo liberal

²² *Staatswissenschaften* (ciências do estado) é a tradição do estudo das questões econômicas que, segundo Dietzel (1893, p. 566-7), desde 1727 é entendida enquanto disciplina independente dos conhecimentos canônicos da filosofia moral, política e Jurisprudência. Nesse momento, a disciplina era entendida basicamente em termos práticos, e as questões econômicas dentro dela enquanto finanças do estado e política econômica. Quando se faz referência a esse contexto utiliza-se o termo ciências camerais (*Cameralwissenschaften*). Isso porque, por exemplo, a primeira cadeira da disciplina foi denominada “Profissão em economia, política e questões camerais” (*Profession in Ökonomie, Polizei und Kammersachen*). Ver também Tribe (1988).

²³ Segundo Hagemann (2013), apesar da fundação oficial em 1873, a primeira reunião dessa associação ocorreu em outubro de 1872. Como a VfSP era, na realidade, uma instituição dos economistas de língua alemã, não apenas da Alemanha, encontros ocorriam também na Áustria ou Suíça. Até sua dissolução em 1936, o *Verein* teve quatro encontros fora da Alemanha: em Viena (1894, 1909, 1926) e em Zurique (1928). A associação foi reestabelecida após a Segunda Guerra Mundial, e em 1952 se reuniu em Salzburg (Áustria).

do Congresso de Economistas Alemães (*Kongreß der deutschen Volkswirthe* - KddV), que existiu entre 1858 e 1885 e teve a década de 1860 como seus anos áureos. Ao contrário do KddV, a VfSP buscava uma saída planejada e mediada pelo estado para a “questão social” (*Soziale Frage*). Essa, como já mencionado, dizia respeito aos problemas ligados ao empobrecimento da população no processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo, e fora muito impulsionada pelo trabalho de Ferdinand Lassalle. A VfSP, no entanto, não era uma associação exclusiva para os membros da EHAE, ou seja, não se pode igualar os dois termos em questão de autores pertencentes. Como mostram Grimmer-Solem e Romani (1998), autores da escola austríaca, como Böhm-Bawerk, também participavam das reuniões. O mesmo ocorria com os membros do KddV. Como o próprio Schmoller (1985 [1883]) descreve, houve uma grande guinada na política social alemã entre 1870 e 1880, passando a ser menos guiada por ideias liberais e mais por intervencionistas. Nesse período, os dois congressos conviviam, tendo suas reuniões em anos alternados, e era comum que membros de um participassem das conferências do outro grupo. Ainda segundo Schmoller, isso veio ao fim quando, em 1879, o então presidente do KddV, Karl Braun, decidiu proibir membros da VfSP de participarem das conferências do KddV.

A influência da VfSP na institucionalização da economia é mais simples de ser observada. Como coloca Hagemann (2013), esse foi um importante local para debates de política econômica pós-unificação da Alemanha (1871), marcado pela oposição às ideias socialistas e ao *laissez-faire*. Foi importante também pelo que representou em termos de ganho de poder da escola histórica dentro do discurso político e do ambiente acadêmico, o que segundo Takebayashi (2003, p. 320-1) é a base para a denominação de “escola” que esse grupo heterogêneo de autores carrega - algo que retomaremos mais adiante. Já a importância da VfSP na institucionalização da sociologia está tanto no desenvolvimento de métodos empíricos de pesquisa para as ciências sociais, que Gorges (2018) enfatiza como influência não intencional, quanto no papel dos membros da associação no processo de defesa da cientificidade da disciplina e seus avanços institucionais (Lichtblau, 2017; Maus, 2018).

A *Werturteilsstreit*, como anteriormente colocado, pode ser exposta como uma continuação do *Methodenstreit*, envolvendo agora membros mais jovens da EHAE. Para Backhaus e Hansen (2000), é o modo de pensar de Menger que dá origem à segunda disputa, enquanto Kruse (1990) enfatiza como o paradigma da sociologia histórica de Sombart, Alfred e Max Weber e outros (nesse momento entendidos enquanto economistas políticos e parte da VfSP) são produto de uma síntese das discussões metodológicas do *Methodenstreit*. Em ambos os

debates, era o método histórico o alvo de críticas e Schmoller seu defensor, agora contra a geração mais nova da EHAE, liderada por Weber e Sombart.

Tendo então como objetivo principal fundar um espaço exclusivo para a teoria social, desligado da política social, Weber e Sombart, juntos a Simmel, Tönnies e outros, lideram em 1910 o primeiro congresso (*Ersten deutschen Soziologentag*) da Sociedade Alemã de Sociologia (*Deutschen Gesellschaft für Soziologie*), em Frankfurt am Main. A proximidade entre Weber e Sombart, no entanto, foi gradativamente diminuindo, o que ficou claro dadas as seguidas obras em que Sombart apresenta desafios à concepção de história de Weber e sua sociologia da religião, além de outras razões pessoais enfatizadas por Radkau (2009, p. 205ff). Posteriormente, após o segundo encontro, por divergências em relação ao que deveria ser o postulado da liberdade em relação ao juízo de valor, Weber abandona a sociedade. Mesmo assim, o autor prossegue no caminho da nova disciplina, e estabelece sua sociologia compreensiva, que postumamente deu origem a seu *Economia e Sociedade* (EeS).

Esse é o caminho do estabelecimento científico da sociologia. Inclui discussões metodológicas dentro da economia política, justificativas da independência das ciências humanas, entendimento do que é sociedade, e busca por estabelecimento institucional. Nesse sentido, estaremos interessados em responder às seguintes questões: qual o escopo traçado pelas definições desses autores? Até que ponto os escopos trazidos por esses economistas envolvidos no *Methodenstreit* se adequam à (ou permitem) sociologia que está em processo de formação? Como os debates dentro da economia política carregam questões da busca pela independência e cientificidade das ciências sociais?

Essas questões recorrentemente expõem os objetivos ora congruentes ora divergentes entre a economia política e a nascente sociologia, que são aqui nosso interesse. Dado que buscamos entender essa relação dentro das diferentes concepções de escopo de cada disciplina, além de apresentar como cada autor demarca seu campo de interesse, daremos atenção também a um mecanismo de legitimação das ciências humanas: as analogias e metáforas biológicas como um obstáculo à cientificidade, e as possíveis implicações para a discussão epistemológica e a definição de uma disciplina. Neste momento de estabelecimento das humanidades, a dependência em relação às ciências naturais aparece muitas vezes em forma de analogias que carregam estruturas causais. Elas buscariam respaldar o caráter científico desse ramo autônomo das ciências, mas são cada vez mais vistas com desconfiança, e serão expressamente negadas por diversos autores.

As metáforas e analogias biológicas de Comte, assim como as de seu “sucessor” Herbert Spencer, tiveram grande influência na Alemanha do período aqui estudado. A utilização mais extrema pode ser observada em Albert Schäffle e Paul von Lilienfeld, que serão brevemente discutidos. O modo como Menger, Schmoller e Dilthey tratam essa relação será apresentada antes que se discuta a rejeição das analogias biológicas pelos novos sociólogos. O intuito dessa análise é entender se o modo de utilização dessas analogias traz alguma implicação para o entendimento do escopo e objetivo das disciplinas, ou mesmo sua existência e necessidade. Buscaremos também diferenciar a utilização de analogias e metáforas entre os autores.

Por fim, para finalizar este capítulo introdutório, é necessário lidar com um ponto recorrente na literatura que gira em torno desse debate: a existência de uma EHAE e sua consistência. Isso nos é interessante também para apresentar as divergências internas que recorrentemente aparecem nas discussões aqui tratadas.

1.5 A existência de uma Escola Histórica de Economia Alemã e seu domínio na segunda metade do século XIX

Na Alemanha do final do século XIX e início do século XX, era comum apontar características geográficas e históricas particulares ao desenvolvimento daquele país, as quais seriam responsáveis por algo além da distinção tradicional de trajetórias de desenvolvimento. Esse é o chamado *Sonderweg* (caminho especial). Tais características eram utilizadas para justificar uma superioridade cultural alemã (quando comparada com os demais países europeus), em algo que podemos chamar de *Sonderweg* positivo. Posteriormente, em uma versão negativa do resultado dessas características particulares, historiadores buscavam explicar o porquê de o nazismo ter se desenvolvido ali (Kocka, 1988).

A ideia de *Sonderweg*, no entanto, também foi relacionada com a economia política desenvolvida pela EHAE²⁴. A pesquisa e o ensino de economia teórica a partir do final da Segunda Guerra Mundial na Alemanha, assim como em outros países, convergiu para um *mainstream* neoclássico (Häuser, 1994), ainda que houvesse uma dimensão ética ainda ligada à EHAE, como no caso do ordoliberalismo (veja Goldschmidt (2002)).

²⁴ Ver Lukács (1972, 391) sobre a ideia de superioridade da EHAE e da sociologia alemã.

Anteriormente, porém, principalmente a partir da década de 1870, dominou a visão ético-histórica da EHAE, contrária aos principais desenvolvimentos de outros círculos acadêmicos europeus, notadamente França e Grã-Bretanha. É com relação a isso que intérpretes desse período, como apontam Grimmer-Solem e Romani (1998), buscam argumentar pela existência de uma teoria econômica particularmente alemã, a qual surgira como resultado do historicismo, idealismo e/ou romanticismo peculiares àquele país. Contrários a essa visão, Grimmer-Solem e Romani veem pouca evidência que justificaria essa interpretação, ou mesmo que justificaria se falar de uma escola histórica de economia na Alemanha. Nesse sentido, não haveria algo que ligasse os diferentes autores em um grupo minimamente coeso que pudesse ser considerado uma “escola”.

A EHAE é normalmente dividida em três gerações. A primeira, a velha EHAE, fundou a escola por volta dos anos 1850. Esse é o período da publicação de algumas das influentes obras de Wilhelm Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrand. A segunda geração, a nova EHAE, foi iniciada na década de 1870, tendo como alguns dos principais nomes Gustav von Schmoller, Adolph Wagner, Lujo Brentano e Friedrich Knapp. Essa foi certamente a mais influente, tanto em questões acadêmicas quanto sobre a política econômica e social da Alemanha, dado que esse foi também o período de fundação da VfSP. Por fim, temos a novíssima EHAE, que começa a se formar por volta da década de 1890, tendo como principais referências Max Weber e Werner Sombart. Essa sistematização não é consensual, e é comum, como fazem Grimmer-Solem e Romani, desafiar-se a unidade dessas gerações, principalmente a primeira e a última. Lindenfeld (1997, p. 152), por exemplo, discorda que seja possível pensar que Roscher, Knies e Hildebrand possam formar uma escola, dado que não havia colaboração entre os autores e eles discordavam sobre o que deveria ser o método histórico da economia política. Já Grimmer-Solem (1998, p. 19) mostra que, apesar de Schumpeter inicialmente usar o termo “novíssima EHAE”, posteriormente o vê como inapropriado. Além disso, o grupo de autores que fazem parte da EHAE eram também agrupados sob diversos outros termos, como “socialistas da cátedra” (*Kathedersozialisten*²⁵), membros da VfSP, Escola Neo-Histórica (*neuhistorische Schule*) e Economia Política Neo-Prussiana (*neupreussische Nationalökonomie*). Esses nomes reúnem os autores (e não necessariamente os mesmos autores) por diferentes motivos, seja em referência ao uso do

²⁵ Heinrich Oppenheim foi quem designou, pejorativamente, os membros do *Verein für Sozialpolitik* de *Kathedersozialisten* (Hentschel, 1975). O autor também se referia a esse grupo como “socialistas de água-doce” (*Süßwasser-Sozialisten*) (Oppenheim, 1872).

método histórico, à centralidade e necessidade da política social governamental intervencionista (também enquanto um modo de evitar o caminho revolucionário) e/ou a crítica à economia política clássica.

Pearson (1999) também argumenta contra a ideia de um *Sonderweg* na economia política praticada pela EHAE. Adicionalmente, ele propõe que se entenda os autores do período como culturais ou institucionais ao invés de históricos, e que eles não poderiam ser agrupados enquanto uma escola²⁶. Caldwell (2001) reconhece a relevância de várias críticas feitas por Pearson, mas aponta a grande influência das discussões do *Verein* (associação idealizada pela nova EHAE) na política alemã e o poder de Schmoller nas universidades através do “Sistema Althoff”²⁷ como justificativa para considerá-los uma escola. Betz (1998) também defende a alcunha de “escola” para esse grupo de economistas. Isso porque, em sua opinião, eles têm uma herança intelectual comum, mesmo que tenham entendimentos diferentes do método histórico e da maneira correta de trazer realidade à análise econômica.

Estabelecer uma convergência no pensamento econômico que justifique a alcunha de “escola” é algo sempre passível de controvérsia, quando não com respeito à possibilidade de existência de certa escola, sobre quais são os autores integrantes. Lawson (2013), por exemplo, traz o caso da coerência de se falar de uma “Escola Neoclássica”, suas modificações ao longo do tempo e as interpretações correntes, enquanto Marcuzzo et al. (2008) falam sobre a multiplicidade dentro da “Escola de Cambridge”, argumentando que é mais apropriado designá-la como “grupo” ao invés de “escola”. A EHAE certamente carrega diversas características que dificultam falar sobre unidade, principalmente a disparidade na visão dos autores de cada geração, ou até mesmo no nível intrageracional.

A geração de Schmoller foi a mais dominante e influente na vida acadêmica e política da Alemanha. Na nossa visão, o grupo liderado por Schmoller é aquele que melhor justifica a alcunha de “escola”, havendo ali uma convergência mínima entre os autores. Essa

²⁶ Em sua conclusão, o autor ainda amplia os potenciais participantes desse grupo cultural/institucional para autores abertamente contrários ao método histórico, como Carl Menger e Friedrich von Wieser,

²⁷ Friedrich Althoff, amigo próximo de Schmoller, foi um importante membro do Ministério da Educação da região da Prússia. Ele exerceu grande influência na formulação do sistema educacional alemão entre 1882 e 1907. Esse foi um período de larga expansão do ensino superior, inclusive com a inclusão de mulheres, judeus e outras minorias segregadas. Nesse contexto a EHAE expandiu significativamente seu domínio na academia, seja através da indicação de docentes ou pelo financiamento de seus grandes projetos empíricos (Backhaus, 1993). Ademais, o *Verein für Sozialpolitik* já exercia grande influência na sociedade. Gorges (1980, p. 302), por exemplo, fala sobre como autores da época criticavam o viés gerado na opinião pública. Para mais detalhes sobre o sistema Althoff e a evolução da estrutura acadêmica na Alemanha, veja Spinner (1993).

convergência não indica um projeto teórico unificado, mas antes um caminho para pensar uma disciplina econômica condicionada a fatores histórico-sociais, seja em aspectos teóricos ou práticos²⁸, contestando a posição da escola clássica mas evitando também o materialismo histórico dos socialistas. Dentro do campo político, isso é visto como uma negação do *laissez-faire* estrito e da via revolucionária. Até que ponto tal negação tornaria os autores estatistas ou até onde a dependência de fatores históricos excluiria a centralidade e independência do indivíduo é outra questão. É muito mais importante ver sua unidade na busca por uma alternativa a essas duas correntes, ligada a fatores histórico-sociais. Por esse motivo, nada impede que existam grandes divergências, por exemplo, entre Adolf Wagner e Schmoller, ou que autores da segunda geração, como Eugen von Philippovich, se aproximassem do marginalismo.

Essa centralidade que colocamos na segunda geração está em acordo com aqueles que, como já comentado, veem uma impossibilidade de conectar os três principais autores da primeira geração, Wilhelm Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrand. Suas ideias sobre método histórico eram divergentes e eles não colaboravam do modo como ocorreu com a segunda geração no *Verein für Sozialpolitik*, e com a terceira, também na VfSP e em outras associações, como a Sociedade Alemã para Sociologia (DGS). O que os conecta, na realidade, é a maneira como as próximas gerações têm o trabalho desses autores da primeira geração como modelo inicial daquilo a ser desenvolvido enquanto específico da EHAE. Schmoller (1888b), por exemplo, indica Roscher como o ponto inicial dessa escola. Além disso, o reconhecimento da unidade desta escola pode ser visto na avaliação de autores externos ao círculo. Como aponta Takebayashi (2013, p. 319), é Menger, em 1883, quem aponta a existência de uma EHAE. Com respeito à terceira geração, ficará claro na segunda parte dessa tese como, apesar de grandes divergências, ainda há algo que une autores como Max Weber ao grupo de Schmoller, mesmo que de maneira mais frágil do que as gerações anteriores. As questões histórico-institucionais ainda são marcas do trabalho de ambos os autores, mesmo que desenvolvidas de modo diferente, algo que fica escancaradamente claro durante as discussões da VfSP após a virada do século.

²⁸ Dentro da própria nova EHAE, havia divergência sobre até que ponto a teoria econômica deveria confiar em teorizações hipotético-dedutivas, com Schmoller sendo o mais radicalmente contrário, como apresentaremos ao longo da tese. No entanto, havia uma convergência maior no que diz respeito às finanças (*Finanzwissenschaften*) e à política econômica. Segundo Häuser (1994, p. 63), as finanças são a parte da economia política da EHAE que resiste basicamente intocada ao longo das discussões do fim do século XIX e início do XX.

* * *

Tendo agora claras as questões centrais e tangenciais de nossa discussão, é possível apresentar a estrutura da tese. A primeira parte (denominada “*Nationalökonomie* em disputa”) é iniciada com uma discussão sobre as grandes mudanças da economia política, tendo como foco o debate metodológico entre Menger e Schmoller e sua relação com o conhecimento das ciências sociais em geral, em um momento em que a sociologia (enquanto disciplina parte das ciências sociais) ainda não existia. Aqui as ideias de sociologia ainda se aproximam muito de Comte, que buscava a construção de uma filosofia positiva e, sendo assim, não concebia uma separação entre os dois ramos científicos (as ciências naturais e as humanidades) do modo como Dilthey vai defender neste período. O papel dessa parte da tese é também apresentar o contexto anterior ao surgimento da sociologia, tendo como foco as discussões metodológicas na economia política alemã que vieram a influenciá-la. Sendo assim, o capítulo dois é intitulado “O *Methodenstreit* e a posição da economia política dentro das ciências sociais”, enquanto o terceiro discute “Questões anteriores ao *Methodenstreit* e uma terceira via: a *Sozialökonomik* de Heinrich Dietzel”. Dietzel, autor pouco estudado na história do pensamento econômico, interessa-nos em primeiro lugar por seu grande esforço de categorização das nomenclaturas e perspectivas teóricas existentes na Alemanha no período. É a partir disso que o autor constrói sua crítica e síntese do *Methodenstreit*. Podemos ver também em Dietzel como ele continua um debate que inicialmente opôs Schmoller e Adolf Wagner, ocorrido antes mesmo do *Methodenstreit*. Neste debate anterior, Dietzel se aproxima da posição de Wagner. A via tomada por Dietzel é uma tentativa de reestabelecimento do pensamento da economia política clássica britânica, onde ele posiciona a economia política como uma ciência da sociedade (que ele diferencia da ideia de relações com o estado que buscava a EHAE), mas que continha elementos de pensamento social distintos de outros autores que pensavam a ciência da sociedade naquele momento. Em resumo, o autor é abordado aqui por seu extenso trabalho de contextualização dos debates do período e sua posição particular, primeiro em relação ao *Methodenstreit* e segundo em relação ao caráter das ciências sociais. Em ambos os capítulos, buscaremos mostrar como as definições das disciplinas discutidas aproximam-se ou não da concepção dos fundadores da sociologia moderna, e também como os debates da economia política do período influenciaram o desenvolvimento desta.

A segunda parte, denominada “O surgimento da sociologia e suas relações com a ciência econômica”, tem como um de seus focos uma segunda disputa entre economistas alemães, a

“disputa sobre o julgamento de valor” (*Werturteilsstreit*). Como o nome indica, a questão gira em torno da possibilidade, do local e de quais tipos de julgamentos de valor são apropriados dentro da pesquisa e do ensino da economia política (e das ciências sociais como um todo). Esse debate, ao contrário do *Methodenstreit*, ocorre também em meio às sessões da Associação para Política Social (*Verein für Sozialpolitik* – VfSP), tendo como principais opositores Schmoller e Max Weber, representantes respectivamente da nova Escola Histórica Alemã de Economia (EHAE) e da novíssima EHAE. A disputa, posteriormente, contaminará várias discussões dentro da DGS, além de estar ligada à sua fundação. A VfSP teve grande importância no desenvolvimento da sociologia, não só por conta desse debate, mas também pelo desenvolvimento de métodos para a pesquisa social (Gorges, 1980; 2018). Isso será mais propriamente discutido no capítulo seis.

O capítulo quatro apresentará a perspectiva de Heinrich Rickert e sua ideia de ciências culturais (*Kulturwissenschaften*). O autor foi um dos grandes representantes da escola neokantiana de Heidelberg e muito próximo a Max Weber. Rickert exerceu grande influência entre os primeiros sociólogos e oferecia um contraponto à perspectiva de Wilhelm Dilthey, cuja ideia de ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) era mais próxima a autores como Schmoller. Para Rickert, assim como em Weber, a questão do valor era um ponto crucial, que será abordada a partir de sua ideia de valor cultural, base para a escolha do objeto das ciências culturais. Tanto as ciências culturais quanto as ciências do espírito (de Dilthey) aqui são tratadas como humanidades (ou ciências humanas/sociais), mesmo que não sejam necessariamente formadas das mesmas disciplinas que correntemente seriam classificadas assim.

Pensando na diferenciação entre ciências sociais e humanas, é preciso ter em mente que ambos os autores pensavam nas humanidades enquanto ciência histórica (mesmo que tivessem ideias diferentes sobre as implicações disto), sendo que o pertencimento das ciências sociais a este conjunto de disciplinas também estava em jogo. A nomenclatura “ciências sociais” (*Sozialwissenschaften*) não é utilizada de modo muito rígido no período, e não compõe um corpo de disciplinas bem definido. Para entender isso, é preciso ter em mente que esse campo científico surge enquanto arte/prática, o pensar nos problemas sociais práticos. Como mostraremos, isso em um primeiro momento está ligado aos problemas das finanças do reino, abarcado pelo que se chamava de ciências camerais (*Cameralwissenschaften*). Com o avanço da ideia de sociedade, e o ganho de centralidade do indivíduo, as ciências camerais perdem esse papel na discussão dos problemas sociais, e

um novo corpo de estudos é formado. Quando se fala de ciências sociais no período que estudamos, faz-se referência, primeiramente, ao que se denomina “problema social” (*Soziale Frage*). Em geral, esse seria um conjunto de questões ligadas a discussões geradas pela modernização da sociedade, em especial ao desenvolvimento capitalista. As ciências sociais seriam, então, o pensamento científico que lidaria com essas questões e, até certo ponto, proporia soluções. No contexto que analisamos, as ciências sociais geram as seguintes perguntas: a) As ciências sociais requerem uma abordagem científica única (com a economia política ocupando um lugar proeminente) ou dividida em disciplinas? b) Se dividida em disciplinas, quais são estas? c) Existe um único método para as ciências sociais? d) As ciências sociais devem buscar sua independência frente ao conjunto de conhecimento das ciências naturais (aproximando-se das humanidades, seja no sentido de Rickert ou de Dilthey)? Isso poderá ser observado em questões metodológicas e ontológicas, tais como se as ciências sociais buscam a formação de leis, se utilizam o método histórico, se a sociedade deve ser entendida enquanto um organismo, etc.

Já o capítulo cinco discutirá diretamente com a obra de um dos primeiros sociólogos modernos, muitas vezes considerado como pai da sociologia: Max Weber. Weber teve muita influência nos escritos sociológicos posteriores, porém sua busca pela institucionalização da disciplina foi acanhada se comparada a outros autores da época, principalmente Georg Simmel. O foco aqui está no ponto em que surgem suas discussões sobre o método correto para as ciências sociais, sua proximidade com Rickert, sua ideia de sociologia e como ela é modificada e, finalmente, seu entendimento sobre a economia política nessa transição de seu trabalho da economia para a sociologia. Buscaremos apontar como seu trabalho foi influenciado pelos autores discutidos anteriormente, e como a solução para as questões levantadas no *Methodenstreit* guiam as discussões na Alemanha do período, inclusive com reverberações na sociologia. Simmel será corriqueiramente referenciado enquanto contraponto à perspectiva de Weber, tanto para compreender melhor a separação que este último faz entre os campos da economia e da sociologia quanto para deixar mais claro como Weber se encaixa entre os autores do seu período que tratavam a sociologia em sentido moderno.

O sexto e último capítulo discutirá a batalha dos juízos de valores (*Werturteilsstreit*) e o surgimento da DGS. O momento de criação dessa sociedade, muito em função de um esforço de Simmel, coincide com as discussões de juízo de valor na VfSP. O tópico se torna central na VfSP em 1909, com o debate a respeito da produtividade, seu modo de mensuração e sua

relação com o progresso. Um debate específico sobre o juízo de valor, onde este seria o tema do encontro, só aconteceria em 1914. Não entraremos, entretanto, nesta discussão. É suficiente termos em mente o que implicava o debate do juízo de valor, e como os principais autores, notadamente Schmoller, Werner Sombart e Weber, se posicionavam a esse respeito. O tema será crucial já na primeira reunião da DGS, em 1910, e discutiremos até que ponto isso está relacionado com os debates da VfSP ou com demandas internas à sociologia. Ademais, também será útil discutir quais as perspectivas sobre o objeto e escopo de estudo da sociologia existiam nos primórdios da associação, relacionando tais perspectivas com o entendimento da natureza das ciências sociais e sua divisão do trabalho, incluindo seu relacionamento com as demais disciplinas, como a economia política.

Por fim, apresentaremos as conclusões finais. Além dos comentários em relação ao que foi desenvolvido, utilizaremos o que foi levantado ao longo da tese para realizar uma análise inspirada em Geary (2010) a respeito da relação entre economia e sociologia, com o intuito de entender até que ponto as disciplinas poderiam ser vistas como complementares ou concorrentes no período aqui tratado.

É importante enfatizar que não pretendemos apresentar o surgimento da sociologia enquanto subproduto da economia política. Nosso objetivo é proporcionar uma melhor compreensão dos fatores que estão em disputa no que diz respeito à busca pela reformulação da disciplina, enfatizando a economia política enquanto uma disciplina chave dentro das ciências sociais, cujas estrutura e entendimento não são independentes dos demais desenvolvimentos científicos. Certamente existem outros fatores que possibilitaram o surgimento da sociologia moderna, como no caso de Simmel, muito mais influenciado por seu passado na filosofia. O que fazemos é enfatizar os pontos de contato com a economia política para compreender como esta última se relaciona com seus arredores.

PARTE I - *NATIONALÖKONOMIE* EM DISPUTA

2 O *METHODENSTREIT* E A POSIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DENTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Já introduzimos o que nossa perspectiva pretende acrescentar à literatura que trata do *Methodenstreit* e que será tema desse primeiro capítulo. Há, no entanto, de se explicitar mais detalhadamente a ligação entre isso e o filósofo alemão Wilhelm Dilthey.

Em sua obra de 1883, *Introdução às Ciências Humanas*, Dilthey busca, entre outras coisas, justificar a independência das humanidades em relação às ciências naturais. Essa tarefa ele já iniciara em 1865, em seu “Princípios de Lógica do Sistema da Ciência Filosófica” (*Grundriß der Logik und des Systems der philosophischen Wissenschaften*). Isso significa que há a intenção de que a cientificidade de um grupo de ciências das humanidades (e isso inclui tanto disciplinas que hoje compreendemos como ciências humanas e sociais) não dependa daquilo desenvolvido dentro das ciências naturais, rejeitando a filosofia positiva de Comte, como ficará mais claro na seção 2.1. Nas palavras de Salley (1993/1994), o que Dilthey busca é uma justificativa epistemológica para a tradição histórica alemã nos campos da jurisprudência, história e política social. Isso porque, para Dilthey o conhecimento social é conhecimento histórico e justificar o que ele chama de *Geisteswissenschaften* é demonstrar a necessidade do método histórico.

Onde podemos ver mais claramente a relação entre isso e o *Methodenstreit* é quando Schmoller, no artigo em que responde aos ataques de Menger ao método histórico, utiliza a obra de Dilthey para exemplificar um modo de crítica construtiva à tradição histórica, apontando o caminho correto para o desenvolvimento científico. “Ele está tão longe de Menger quanto dos limites do horizonte. A universalidade de seu conhecimento e seu letramento são tão admiráveis quanto é atraente a singularidade de sua concepção, a qual desdenha de todos caminhos tradicionais utilizados.” (Schmoller, 1883, p. 251-2).

Esse capítulo, então, apresentará primeiramente o pensamento de Dilthey sobre a independência das ciências sociais e sua organização interna, para posteriormente discutir o *Methodenstreit*. As posições de Schmoller e Menger serão discutidas, nas seções 2.2 e 2.3, tanto de forma geral, com a apresentação de seus principais argumentos contra e a favor do método histórico, quanto buscando seus posicionamentos diferentes acerca do que deveria ser entendido pelo termo “economia política”. Essa última questão está ligada ao objeto e ao

objetivo da disciplina, que relacionaremos com os entendimentos de ciência social apresentados na seção 2.1. Por fim, na seção 2.4, apresentaremos uma remanescente dependência em relação às ciências naturais, na forma das analogias biológicas.

2.1 Uma nova justificativa para as ciências humanas e sociais: Wilhelm Dilthey

Dilthey nasceu na cidade de Wiesbaden, próxima a Frankfurt am Main. O filósofo alemão iniciou seus estudos em teologia nas universidades de Heidelberg e Berlin. Nesta, transferiu seu curso para filosofia, onde também se tornou doutor na área, em 1864. Lecionou nas universidades de Basel, Kiel e Breslau antes de ingressar como docente na Universidade de Berlim em 1882, mesmo ano em que Schmoller se juntara à esta instituição (Bollnow, 2018).

A obra de Dilthey citada por Schmoller que analisamos aqui, de 1883, é um trabalho inacabado. Dilthey publicou apenas um volume (dividido em dois livros), ao qual nos atemos. Da parte que fora planejada como livro dois, foram publicados manuscritos e o plano geral em 1922, onze anos após seu falecimento.

Como já colocado anteriormente, damos centralidade ao trabalho de Dilthey por sua influência em Schmoller e com a intenção de apresentar modos diferentes de se entender as ciências humanas/sociais que estavam em voga durante o *Methodenstreit*. Para isso, é importante ter em mente que, em sua tentativa de reforma do historicismo, o autor buscava se afastar do positivismo e da filosofia da história. Mesmo assim, como mostraremos, há sim um reconhecimento do avanço e certa influência positivista sobre o autor, especialmente a obra de Comte.

Em Comte (2000 [1842]) a principal característica que queremos enfatizar é o modo como o autor construiu sua filosofia positiva. O francês tinha o intuito de eliminar toda a metafísica, que apontava estar presente na obra de seus antecessores, de modo a alcançar o verdadeiro conhecimento científico e, dessa maneira, completar o curso de desenvolvimento da inteligência humana. Nesse sentido, seu sistema de filosofia positiva compreendia a busca pela verdade em relação a todos os fenômenos experimentados pelo ser humano, entendendo as ciências como dependentes entre si e conectadas de forma hierárquica. Nessa hierarquia a última e mais complexa ciência seria a que lidaria com os fenômenos mais orgânicos. Seis eram as ciências que compunham essa filosofia, separadas pela classe de fenômenos a que diziam respeito e ordenadas da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química,

biologia e sociologia. A matemática se ocupava dos fenômenos mais simples, aqueles menos orgânicos, além de ser também uma ferramenta para as demais ciências. O estabelecimento de leis é o objetivo de cada ciência, e as leis estabelecidas pela matemática são a base para a próxima disciplina, a astronomia, que por sua vez estabelece leis que também são base para a física, e assim por diante.

A sociologia de Comte, que em seus trabalhos iniciais era nomeada “física social”, é a disciplina mais complexa de sua filosofia positiva, dependente do conhecimento gerado por todas as outras ciências, mas especialmente pela biologia. Como mostra Iggers (1959), Comte utilizara o termo “física social” para fazer distinção à ideia de “ciência social” encontrada em Saint-Simon, que estava mais perto da ideia de política. Física social era a “ciência ocupada com fenômenos sociais a partir da mesma perspectiva que fenômenos astronômicos, físicos, químicos, e fisiológicos; o que significa estarem sujeitos a leis naturais e invariáveis, as quais são o objeto especial de sua análise” (Comte, 1825-26 *apud* Iggers, 1959, p. 434). Sendo assim, fica claro que as ciências sociais, nesse momento sob a alcunha de sociologia, são dependentes das ciências naturais e não conseguem se estabelecer como ciência de forma independente (algo que buscará Dilthey). Outra questão relevante é como a análise do fenômeno social é buscada de forma unitária, i.e. não há divisão do trabalho científico dentro das ciências sociais, algo que ficará mais claro na apresentação da posição de Dilthey.

Outro autor positivista importante para Dilthey foi John Stuart Mill. É a tradução de suas ciências morais, que em alemão apareceu como *Geisteswissenschaften* (ciências do espírito em tradução literal), que Dilthey utiliza para designar sua ciência (Makkreel; Rod, 1989, p.10-11; Bakker, 1999, p. 47)²⁹. Makkreel e Rod (1989, p. 10-11) enfatizam como a ideia de Dilthey era dar centralidade à realidade sócio-histórica como objeto de estudo. Ademais, continua Bakker (1999, p. 48), ambos (Dilthey e Mill) colocavam o indivíduo no centro da ideia de sociedade, apesar de Dilthey discordar daquilo que ele entendia como a ideia de *homo economicus* e a noção de indivíduo maximizador em Mill. Nesse sentido, continua Bakker, há a presença de um certo individualismo metodológico em Dilthey, mas buscando as características que fazem dos indivíduos plenamente humanos, tornando a compreensão

²⁹ Segundo Bakker, há uma certa confusão acerca da origem do termo, já que autores ligam o nome da ciência ao uso de *Geistes* feito por Hegel. No entanto, o autor esclarece que essa não era a intenção, algo que fica claro quando se observa os termos utilizados anteriormente, como *moralisch-politische Wissenschaften* (ciência moral-política)

da realidade histórico-cultural do homem o objetivo da disciplina. Lessing (2016, p. 54) é outro que aponta a importância de Mill para o entendimento de Dilthey. O autor mostra como Dilthey, desde que começou a tratar do tema das *Geisteswissenschaften*, fazia referência ao trabalho de Mill, variando entre concordância parcial e distanciamento, principalmente no que diz respeito ao papel da dedução nessa ciência. Já no texto de 1883, a posição estabelecida é a de crítica. Ainda que Dilthey visse Mill como superior a Comte por admitir a independência das explicações que devem ser utilizadas nas ciências naturais e ciências morais (no sentido de não recorrer à hierarquização das disciplinas e a dependência cruzada das leis das diferentes ciências), seu método das ciências morais é uma mera adaptação daquele das ciências naturais.

Existem ainda diversas outras importantes influências às ideias de Dilthey advindas de autores que escreviam com o intuito de desenvolver as ciências naturais. Algumas das principais vieram de autores como Ernst Mach (1838-1916), Hermann von Helmholtz (1821-1894) e Wilhelm Wundt (1832-1920). Como mostra Pulte (2016), dois eram os principais processos de modificação das ciências naturais ocorrendo no tempo de Dilthey: a modificação do mecanicismo, deixando de ser uma ciência axiomática-certista (*axiomatisch-certistischen*³⁰) para tornar-se hipotético-falibilista; e a naturalização do ser humano, com sua inclusão no processo evolutivo darwiniano³¹ e aplicação da fisiologia sensorial. Essas duas questões estariam ligadas a uma terceira, a historização das ciências naturais. Nessa reconstrução, Pulte não só contextualiza o pensamento de Dilthey, diminuindo possíveis exageros quanto à novidade que representam suas ideias, como também mostra como o autor não fora guiado apenas em reação ao grande sucesso das ciências naturais na segunda metade do século XIX, mas também por se opor à incorporação do ser humano ao estudo da biologia, particularmente de uma biologia reducionista ainda ligada à velha noção de mecanicismo. Essa posição de Dilthey claramente ia contra o pensamento de Comte e de diversos outros autores muito discutidos na Alemanha do período, como Herbert Spencer e Albert Schäffle. Ademais, Lepenies (1992, p. 239) argumenta que posteriormente, entre 1904 e 1906, quando Dilthey busca reescrever sua *Introdução*, ele continuará criticando a ideia de sociologia presente em Comte e Spencer mas aprovará as ideias que estão em desenvolvimento por

³⁰ *Certismus* se refere a uma teoria do conhecimento, contrária ao falibilismo, que obedece ao princípio da “justificação suficiente”.

³¹ Isso levou à inclusão do ser humano como objeto da ciência a partir do entendimento de método das ciências naturais (como era o caso de Mill – ver Lessing (2016, p. 44)).

Georg Simmel, mostrando que ele não seria contrário a toda perspectiva de estudo que se nomeou “sociologia”. O ponto central em Simmel para Dilthey, que busca a independência científica da disciplina da sociologia, era o lugar central para a “vida psicológica”. Como veremos, uma das críticas de Dilthey à EHAE era exatamente o tratamento incorreto de fatores psicológicos.

Como fica óbvio, Dilthey não parou de escrever sobre a questão após a obra de 1883 aqui analisada. No entanto, como explicita Bambach (1995, p. 129), por mais que a ênfase nos aspectos mais relevantes para o projeto de justificativa das ciências sociais/humanas tenha sido modificada entre seus primeiros escritos e sua morte em 1911, não ocorreram mudanças significativas na direção do argumento. A obra de 1883, nesse sentido, estaria dentro da segunda fase do autor (que durou de 1877 a 1900), onde ele se preocuparia mais com a metodologia das humanidades e da psicologia. No entanto, Bambach (1995, p. 131) argumenta pela possibilidade de entender o pensamento de Dilthey como um desenvolvimento mais conciso, sempre buscando o entendimento de todas as ciências enquanto baseadas na experiência, tal experiência sendo dependente das “condições e contexto de consciência da qual surge”, como já apontava claramente em sua obra de 1883.

Ainda a respeito da originalidade do pensamento de Dilthey, é interessante apontar que a oposição entre as duas ciências não era algo realmente inovador: sua contribuição gira em torno da construção de uma justificativa para essa oposição. A lista de autores que opuseram as ciências não é curta. Wilhelm Roscher, por exemplo, como lembra Karl Milford (1995), busca diferenciar os métodos das ciências naturais daqueles da história e das ciências sociais, ao mesmo tempo em que entende que o verdadeiro método científico é o método indutivo. Em sua busca, Roscher vê uma dificuldade de aplicar esse método no universo social, algo parecido com a visão de Mill. No entanto, o autor volta à questão da necessidade de uma ciência indutiva, e aponta a história, a indução a partir de fatos históricos, como a base para essas ciências da sociedade³². Roscher e Karl Knies voltarão a ser discutidos quando apresentarmos a crítica de Max Weber a suas perspectivas no capítulo 5.

³² “According to Roscher, the natural sciences and history are positive sciences, which aim at the discovery of strictly universal knowledge that is proved true, and his naturalistic account of the methodological principles of history explains that inductive methods make this possible. But he also explains in this account that the application of inductive methods depends on the possibility of making repeated observations, i.e. on the structural characteristics of the “universe” which is investigated. With respect to the natural sciences, Roscher perceives no problem here. However, in his view, the social universe seems to lack this characteristic to a certain extent and thus seems to rule out the application of inductive methods in the social sciences. But according to Roscher genuine scientific knowledge is obtained by inductive methods, and thus the question arises of the kind of scientific knowledge the social sciences or history may obtain. His answer to this problem

A diferenciação das ciências feita por Dilthey é de caráter epistemológico. Em resumo, existem dois tipos de experiência, a completamente externa ao sujeito, que caracteriza os fenômenos das ciências naturais, e as experiências internas, onde o próprio sujeito deve ser tomado em consideração na análise do objeto, característica dos fenômenos sociais. A primeira está ligada a um método de explicação (*Erklärung*), enquanto a segunda a um de compreensão (*Verstehen*). Como mostram Šuber (2002) e Lucács (1981), essa proposta de Dilthey faz parte de sua filosofia da vida (*Lebensphilosophie*)³³ e é o ponto inicial da sociologia moderna da virada do século na Alemanha. A influência kantiana – algo que no entanto não o insere dentro do movimento neokantiano, como discutiremos em outro momento – pode ser observada no entendimento de sua perspectiva enquanto uma “crítica da razão histórica” que busca uma defesa científica para as humanidades, da mesma forma como Kant o fez para as ciências matemáticas naturais em sua *Crítica da Razão Pura*.

Tendo estabelecido que o modo de experimentar a verdade das ciências humanas e sociais é distinto, Dilthey aprofunda no modo de acessar essa verdade. Nesse ponto sua ideia se distancia ainda mais da sociologia de Comte, dado que considera que a complexidade da realidade sócio-histórica, objeto dessa ciência, impede uma análise a partir de um esforço único onde uma única disciplina lidaria com todos os aspectos e construiria o conhecimento sobre essa realidade (Dilthey, 1989 [1883], p. 58). Isso levou à primeira esquematização da organização interna das ciências sociais, aspecto que também contribuiu para o surgimento de disciplinas como a sociologia em sentido contemporâneo (Lessing, 1984).

A proposta de Dilthey para a compreensão da realidade social está centrada na observação da cristalização de dois tipos de relações duradouras entre os indivíduos: (a) aquelas que emergem a partir de características naturais de indivíduos (ou grupo de indivíduos), i.e. sem volição, formando “sistemas culturais”; e (b) as relações ligadas à vontade de indivíduos ou grupos e unidas por “causas persistentes”, podendo surgir tanto das articulações da vida social ou dos motivos que guiam a vida. As relações de tipo (b) dão origem às “organizações externas que o ser humano faz para si mesmo”, como estado ou sociedades (em sentido

is that the theoretical social sciences are the theory of history, and that strictly universal knowledge consists in laws of historical development, which are inferred from history, the historic-empirical basis of this science.” (Milford, 1995, p.38).

³³ Para Dilthey, “[l]ife as it is revealed in the human sciences is the medium in which self-consciousness and self-knowledge, scientific and practical activity originate, and remains the abiding concern of the human sciences” (Reid, 2001, p. 409)

restrito³⁴) (Dilthey, 1989 [1883], p. 94). Indivíduos podem ter várias relações do tipo (a) ao mesmo tempo que têm relações do tipo (b).

Essa dicotomia é base para a divisão do trabalho dentro das humanidades, dado que cada disciplina dentro dessa ciência se diferenciara das demais pelo grau em que os fenômenos que analisa estão mais ligados a sistemas culturais ou organizações externas da sociedade (OES). Ética, por exemplo, é uma ciência que lida diretamente com sistemas culturais da forma mais independente possível em relação às OES – a relação com as OES estaria limitada ao *Ethos* e ao costume. Já o direito seria um sistema híbrido, onde os sistemas culturais estariam fortemente dependentes das organizações externas da sociedade (*Ibidem*, p.127). A Economia Política, por sua vez, teria um alto grau de dependência em relação às OES, embora menor que o direito. A disciplina que estudaria diretamente as OES é a ciência do estado³⁵ (*Staatswissenschaften*). Neste sentido, é importante lembrar que parte da discussão aqui é até que ponto a economia política faz parte de um conjunto de disciplinas de ciências do estado, mesmo que não se estude o estado em si (se afastando de seu passado cameralista).

Ao aprofundar o que seria a análise das OES, Dilthey mostra sua ligação com o pensamento da Escola Histórica e, como ficará claro na próxima seção, sua distância da posição crítica de Menger com relação a Schmoller. A economia política, ao ter que levar em conta as OES, busca o estudo “[de] tudo que influencia as associações nacionais – incluindo a vontade do estado e o sistema legal” (Dilthey, 1989 [1883], p. 107).

Considerando o exposto, podemos pensar em um dos temas centrais desta tese: o surgimento da sociologia no sentido moderno, enquanto uma disciplina dentro das ciências sociais, e a definição de seu objeto de estudo. Primeiramente, Dilthey estabelece o que é necessário para uma nova disciplina: “Sempre que uma esfera distinta de influências sociais foi formada e essa esfera apresentou um grupo de fatos aos quais a atividade individual era dirigida, as condições para o surgimento de uma teoria estavam presentes” (*Ibidem*, p. 90). Isso significa que o que determina a necessidade de uma nova teoria é um fator material. Um conjunto novo de relações que geram fatos antes não conhecidos. Por um longo tempo, as *Staatswissenschaften* e o estudo do direito, i.e. a jurisprudência, foram os principais estudos

³⁴ “[...] the network of enduring volitional bonds according to the fundamental relations of power, dependence, property, and community. This network has recently been designated as society in a narrower sense, in contrast to the state” (Dilthey, 1989 [1883], p. 94).

³⁵ *Staatswissenschaften* é também muitas vezes traduzida enquanto ciências políticas

das OES. No entanto, aponta Dilthey (1989 [1883], p. 132), a “sociedade” (em sentido restrito), em decorrência da Revolução Francesa, surgiu enquanto organização externa da sociedade, ou seja, se separou enquanto objeto de estudo autônomo. Nesse contexto é que surge a sociologia, com autores franceses como Saint-Simon e Comte, que carregavam o problema de tentar subsumir o conhecimento dessa OES (e de outras) como objeto de uma disciplina especial. Posteriormente, autores alemães influenciados pela obra de Comte, como Albert Schäffle e Robert von Mohl, mesmo que não seguissem estritamente a ideia da filosofia positiva de Comte (especialmente seu esquema hierárquico das ciências), buscavam um estudo da sociedade em oposição ao estado, exatamente no sentido de compreender o surgimento desta nova OES como ponto inicial para uma nova ciência. Dilthey é crítico tanto da visão de Comte quanto desta última: “Uma nova disciplina é constituída pela descoberta de importantes verdades e não pela demarcação de um território até então desocupado no mundo selvagem dos fatos” (*Ibidem*, p.134).

Ademais, também é possível observar como Dilthey tenta, de certo modo, reconciliar posições em contenda no período, o pensamento histórico alemão e o dos britânicos que advogavam a existência de leis naturais:

“Foi um erro fundamental da abordagem abstrata [do Iluminismo] desconsiderar a relação dos conteúdos parciais abstraídos com o todo da vida e, finalmente, tratar essas abstrações como realidade. Foi um erro complementar, mas não menos desastroso, da Escola Histórica, rejeitar o mundo das abstrações por sentimentos obscuros com relação à vívida e irracionalmente poderosa realidade que transcende todo conhecimento baseado no princípio suficiente da razão” (Dilthey, 1989 [1883], p. 99)

Os clássicos, e aqui principalmente David Ricardo e sua abordagem abstrata, então, tinham como grande erro concentrar sua análise puramente nas relações que formam sistemas culturais. Ao buscar analisar as relações entre indivíduos da forma mais pura e lógica possível, eles ignoravam diversos outros aspectos psicofísicos e psicológicos existentes, aqueles que fazem parte das OES, também chamado de “conteúdo de segunda ordem”. O que não significa que seu método deveria ser completamente dispensado: “Expressões abstratas, nas quais certos aspectos de um objeto são negligenciados mas outros desenvolvidos, não são o final exclusivo dessas ciências mas suas ferramentas indispensáveis” (*Ibidem*, p. 79). Os erros da escola histórica, por outro lado³⁶, ao ignorar

³⁶ Apesar de suas críticas, é importante atentar que a reconciliação que Dilthey busca é através da reformulação do pensamento da Escola Histórica. Essa foi central nos primeiros passos daquilo que ele busca agora

aspectos abstratos na formação da teoria da economia política, jurisprudência e outras disciplinas que buscavam aplicar seu método histórico, poderiam ser vistos mais claramente no limite de seu empirismo, que Dilthey via, pejorativamente, como “empiricismo”:

“A Escola [Histórica] foi caracterizada por um modo puramente empírico de observação, imersão simpática nos detalhes do processo histórico, uma abordagem universal à história em busca de determinar o valor de um estado particular das coisas do contexto de seu desenvolvimento [...] No entanto, inclusive hoje a Escola Histórica não foi capaz de superar os limites internos que necessariamente inibiram seu desenvolvimento teórico e sua influência sobre a vida. Seu estudo e avaliação do fenômeno histórico permanecem desconectados da análise dos fatos da consciência; conseqüentemente, não tem nenhuma base no conhecimento que é fundamentalmente seguro [...] Visão histórica e procedimentos comparativos são incapazes de estabelecer um Sistema autônomo de ciências humanas ou de exercer influência sobre a vida” (Dilthey, 1989 [1883], p.48)

Existem outras críticas a essas duas vertentes. Como já colocado, Dilthey centra o entendimento da realidade histórico-social no indivíduo, e por esse motivo, dará lugar central à psicologia nas humanidades. Essa psicologia, no entanto, é de natureza diferente daquela encontrada nos estudiosos ligados às leis naturais, que seria uma psicologia individualista:

“Nem na experiência nem através de inferência a psicologia pode encontrar o homem como ele é fora das interações com a sociedade – mas *a priori* à sociedade, como era. Se isso fosse possível, então a formação das ciências humanas teria ocorrido de forma bem mais simples” (Dilthey, 1989 [1883], p. 82, ênfase no original).

O que fazem os britânicos adeptos das leis naturais é isolar os indivíduos e posteriormente mecanicamente os reconectar, pensando assim estar analisando a sociedade – algo que, para Dilthey, não tem valor cognitivo³⁷. Por outro lado, a visão coletivista da Escola Histórica tampouco seria correta. Dilthey diverge das noções de “unidade do organismo social”, “alma do povo” (*Volksseele*) ou “espírito do povo” (*Volksgeist*), os quais veem uma unidade legal, cultural ou religiosa na vida de um grupo de indivíduos:

“A *alma do povo* não possui unidade de autoconsciência e ação que expressamos no conceito de alma. O conceito de um organismo

completar. Segundo Dilthey (1989 [1883], p.47), foi a escola histórica, quando do surgimento das primeiras disciplinas, separadas de um pensamento filosófico unitário, que conduziu um segundo passo desse processo para a disciplina da história, afastando-a de sua “relação subserviente com a metafísica”.

³⁷ Ver Johach (1974, p.15). Para como essa questão está relacionada a uma crítica a Mill, ver Lessing (2016, p. 60).

substitui um problema por outro. De fato como J. S. Mill observou, o problema de uma sociedade pode muito bem ser resolvido antes e de maneira mais completa que o do organismo animal”. (Dilthey, 1989 [1883], p. 83).

O que Dilthey busca é uma psicologia descritiva, ao invés de uma explicativa (como era a dos britânicos), algo que corrigiria os erros de se tentar entender a realidade social a partir de pontos de vista psíquicos individuais. Essa psicologia descritiva leva em consideração os motivos de ações individuais dentro do contexto social no qual se encontra, motivo pelo qual, como enfatiza Lessing (1984, p. 168), muitas vezes Dilthey utiliza os termos “psicologia” e “antropologia” de maneira intercambiável. Sendo assim, a disciplina base para as ciências sociais seria a psicologia ou a antropologia (no sentido utilizado pelo autor). Essa psicologia, no entanto, seria muito criticada pelos autores posteriores, que não a veriam como base para o conhecimento das humanidades. O que Dilthey estaria fazendo, na opinião de críticos como Rickert, era buscar uma disciplina base assim como a mecânica era para as ciências naturais (ao menos até o ponto onde há uma negação do mecanicismo). Essa psicologia e a noção de se buscar um objetivo comum, a análise da totalidade da realidade sócio-histórica, era o que impedia uma independência entre as disciplinas humanas do modo como viria a ser concebido posteriormente.

É interessante apontar como essa discussão da independência das ciências que se ocupam dos aspectos histórico-culturais se relaciona com as analogias biológicas, que na Alemanha chegaram a extremos em trabalhos como os de Albert Schäffle e outros autores influenciados por Comte e Spencer. Para Dilthey, tais analogias configuravam uma ligação de subordinação às ciências naturais³⁸:

“é notável que a relação entre propósito, função e estrutura, que no domínio dos seres orgânicos guia a pesquisa apenas heurísticamente – como um modelo hipotético, por assim dizer – é aqui uma realidade historicamente demonstrável, acessível à experiência social. E então, viraria as coisas de cabeça para baixo se o conceito de um organismo vivo, que é obscuro e hipotético do modo como é achado na natureza orgânica, fosse usado como guia para as relações que surgem na sociedade, que são experienciadas e claras!” (Dilthey, 1989 [1883], p. 121).

Há então, nesse sentido, a busca por um jargão específico das ciências humanas e sociais, que retire todos esses conceitos importados das ciências naturais que nada mais fazem do

³⁸ Mostraremos na segunda parte como essas analogias, principalmente as mais exageradas, ganharam um contorno de não-cientificidade para os fundadores da sociologia moderna da Alemanha.

que obscurecer a análise e dificultar o entendimento daquelas enquanto ciências independentes.

Uma última questão que merece ser destacada nessa obra de Dilthey diz respeito à relação entre os aspectos práticos e teóricos das humanidades. Dilthey via as humanidades divididas em três tipos de conhecimento:

“Uma classe descreve a realidade dada na percepção. Essas afirmações incluem o componente histórico do conhecimento. A segunda classe explica o comportamento uniforme dos componentes parciais, os quais foram separados por abstração. Essas afirmações formam o componente teórico das ciências humanas. A última classe expressa julgamento de valores e prescreve regras. Essas afirmações contêm o componente prático das ciências humanas. As ciências humanas consistem então dessas três afirmações: fatos, teoremas e julgamento de valor” (Dilthey, 1989, p. 78)

Essa divisão das subpartes de todas as ciências humanas individuais será de nosso interesse na análise do *Methodenstreit*, principalmente até onde cada uma dessas partes seja necessária para a construção do conhecimento da economia política. Como ficará claro, seu sistema então diverge daquele que Schmoller propõe, adaptado de Karl H. Rau, e também da abordagem de Menger, já que esse último retira o conhecimento histórico do sistema de economia política. No entanto, Dietzel, mesmo que não faça referência a Dilthey, estabelece sua *Sozialökonomik* com uma divisão próxima a esta (como mostraremos no capítulo quatro). O autor, no entanto, não incorpora a independência das ciências humanas, tampouco a subdivisão entre sistemas culturais e OES.

Há também a questão de como as subpartes das disciplinas se relacionam, algo que aparece no *Methodenstreit*, mas que fica ainda mais em voga na disputa sobre julgamento de valor (*Werturteilsstreit*). Para Dilthey, a última classe de conhecimento, a de julgamento de valor e imperativos “geram um sistema de sentenças independente das duas primeiras classes” (*Ibidem*), algo tão particular às ciências humanas/sociais que as distinguem das ciências naturais, ou seja, são base da diferença entre as ciências anteriormente apontada. Sendo assim, um sistema de valores e uma crítica daquilo que pode trazer um futuro melhor faz parte da tarefa do cientista social, ao contrário das ciências naturais, preocupadas apenas com “o que é”. Essa questão do juízo de valor dentro das humanidades aparecerá com mais força em Rickert. Essa questão, para Dilthey, está presente em todas as ciências sociais individuais, sendo também algo que as une, local onde se encontra um objetivo final de modificação da realidade que unificaria as disciplinas. Isso é certamente diferente de

interpretações completamente analíticas das ciências sociais, onde cada disciplina teórica deveria se preocupar com seu objeto de forma independente, mesmo que existam correlações e o conhecimento de uma disciplina possa ser utilizado na construção do outro. Esse ponto ficará mais claro ao longo dessa tese.

Tendo apresentado as questões aqui relevantes da obra de Dilthey analisada por Schmoller, podemos apresentar o debate do *Methodenstreit*, focando na relação da economia política com as humanidades. No capítulo quatro da segunda parte voltaremos a abordar Dilthey, como forma de apresentar a obra de Rickert.

2.2 A crítica de Carl Menger ao método histórico

O *Methodenstreit* foi iniciado pelo precursor da Escola Austríaca de Economia (EAE) Carl Menger em 1883, data da publicação de seu *Investigações sobre o método das ciências sociais com especial referência à Economia Política (Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaft, und der Politischen Oekonomie insbesondere)*. Terceiro de dez filhos, Menger nasceu em Neusandez (Império Austro-Húngaro) – cidade hoje localizada no território polonês sob o nome de Nowy Sącz. Ele cursou direito nas universidades de Viena (1859) e Praga (1860 a 1863) e posteriormente obteve seu doutorado pela Universidade da Cracóvia em 1867. Para conseguir sua *Habilitation* (um grau que permite lecionar) pela Faculdade de Direito da Universidade de Viena, submeteu a obra *Princípios de Economia Política (Grundsätze der Volkswirtschaftslehre)*, seu *magnum opus*, publicado em 1871. Nessa mesma universidade se tornou professor da cadeira de economia política da Faculdade de Direito e Ciência Política (Milford, 2012).

Em seu *Investigações*, Menger construiu uma elaborada crítica ao método histórico defendido pelos autores da EHAE e também apontou um caminho que via como o modo correto para o desenvolvimento de uma teoria da economia política. Nessa defesa de seu método, ele também criticou outras linhas de pensamento, como alguns aspectos da teoria desenvolvida na Inglaterra (e.g. Mill) e França (e.g. Say), mesmo que não com a mesma intensidade. Como já apontado, a EHAE exercia grande domínio na academia alemã, principalmente a partir da década 1870, com a criação da VfSP. A principal obra de Schmoller, a *Introdução à Economia Política Geral (Grundriß der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre)* só viria a ser publicada muitos anos depois, em 1900, mas na época do *Methodenstreit* ele já era um autor de grande importância e reconhecimento,

principalmente por suas monografias históricas³⁹. Como já colocado, Schmoller era figura central no domínio exercido pela EHAE na Alemanha, onde, devido às questões ligadas ao “sistema Althoff” (ver nota de rodapé 27), havia grandes dificuldades para que intelectuais demasiadamente divergentes (leia-se excessivamente próximos ao pensamento da economia clássica) alcançassem o cargo de professor. Krüger (2010) dá o exemplo de Heinrich Herkner (1863-1932) como autor que teve sua carreira prejudicada por desviar da perspectiva dominante da EHAE, especificamente de Schmoller. Este domínio, no entanto, diminui com a proximidade da virada do século. Rammsted (1988, p. 267), por exemplo, cita como a escolha de Karl Theodor Reinhold (1849-1901) para se tornar professor da universidade de Berlim foi uma derrota para Schmoller e Wagner, mesmo que tenha sido para a cadeira de *Sozialwissenschaft* e não para a mais prestigiosa cadeira de *Staatswissenschaften*.

Segundo Bostaph (1978), essa estrutura de domínio acadêmico foi uma das razões para o surgimento da querela em relação ao método. O autor argumenta que o *Investigação* de Menger foi, na realidade, uma resposta à recepção profundamente negativa que seu *Princípios* recebera. Quatro diferentes revistas acadêmicas publicaram resenhas do *Princípios*. Nenhuma delas foi positiva, sendo que duas eram diretamente ligadas à EHAE (Yagi, 1997). Uma das resenhas foi assinada por Schmoller e publicada na revista da qual ele era editor, o “Anuário para Legislação, Administração e Economia no reino alemão” (*Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich - JfGVV*). O principal argumento de Schmoller era que a teoria de Menger era demasiadamente ligada à obsoleta escola clássica britânica, pensada aqui enquanto uma abordagem abstrata ligada, principalmente, a David Ricardo.

Iniciaremos com uma discussão da divisão das ciências a partir da visão de Menger. Posteriormente, entraremos propriamente no debate de métodos.

2.2.1 *Menschheitswissenschaften*

Pensando no que foi dito sobre Dilthey, apresentaremos o *Methodenstreit* como uma disputa sobre o que deveria ser a disciplina da economia, qual seu objetivo e seu objeto de estudo;

³⁹ Quando apresentarmos a ideia de método de Schmoller ficará mais simples entender essa questão. Dado que ele via o trabalho histórico como pré-requisito para o desenvolvimento teórico, não haveria como lançar, assim como fez Menger, uma grande obra econômica até que houvesse assimilado uma quantidade satisfatória de conhecimento histórico. Na disputa que teve com Adolph Wagner isso também poderá ser visto.

algo conectado também ao que se assume como o papel e a justificativa científica de uma ciência não-natural. Em resumo, Menger não buscará uma distinção epistemológica entre as ciências naturais e sociais,⁴⁰ mas diferenciará epistemologicamente o conhecimento histórico do teórico (dentro da diferenciação formal das disciplinas), o que por sua vez representará desafio à ideia do método histórico. As ciências sociais e humanas (que em Menger assumem o nome de *Menschheitswissenschaften*) e naturais são diferenciadas pelos objetos com os quais lidam, mas seguem o mesmo modo de organização, e o objetivo das teorias das ciências sociais é o mesmo que das ciências naturais, a busca por leis.

Antes de entrar propriamente no *Methodenstreit*, apresentaremos a perspectiva de Menger das ciências em geral, para, desse modo, nos aproximarmos do objetivo geral da tese, a apresentação dos debates econômicos dentro de um contexto de modificação das ciências sociais. O trabalho onde aborda isso em mais detalhe é seu *Gründzüge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften* (Características Fundamentais de uma classificação das Ciências Econômicas), de 1889, mesmo que Menger (1985 [1883]) já abordasse essa questão de modo menos sistematizado.

Menger (1960 [1889]) entende a diferenciação material entre as ciências desligada de diferenciações metodológicas. Sendo assim, Menger vê uma divisão entre as ciências naturais e as ciências da humanidade (*Menschheitswissenschaften*), diferente da visão de ciências humanas ou do espírito (*Geisteswissenschaften*) de Dilthey. Dentro destas ciências da humanidade, Menger vê ciências como jurisprudência (*Rechtswissenschaften*), ciências do estado (*Staatswissenschaften*), ciências econômicas (*Wirtschaftswissenschaften*) e ciências da sociedade⁴¹ (*Gesellschaftswissenschaften*)⁴². Mesmo que Dilthey também

⁴⁰ Aqui vamos nos ater a falar das ciências sociais. Mesmo que estas, na visão de Dilthey, estariam inclusas na sua justificativa das *Geisteswissenschaften*, é importante ter em mente que a obra de Menger buscava estabelecer o método correto para as ciências sociais, o que não incluiria a jurisprudência, por exemplo, e, principalmente, a história. Por este motivo, quando estivermos falando de ciências sociais nestes termos, estaremos considerando até que ponto os autores pensam nas ciências sociais dentro das *Geisteswissenschaften*, ou seja, se elas também deveriam buscar um método e justificativa diferente daquele das ciências naturais.

⁴¹ A tradução para o inglês que referenciamos traz, no entanto, a tradução como sociologia, o que torna mais difícil a compreensão das questões que queremos apontar. Outro ponto de divergência que temos com a literatura é a sistematização feita por Nau (1997b, p. 118). O autor unifica as ciências econômicas (*Wirtschaftswissenschaften*) e da sociedade (*Gesellschaftswissenschaften*) sob o termo ciências sociais (*Sozialwissenschaften*), algo que Menger (1889, p. 467) claramente não faz. Utilizar a nomenclatura de Nau seria ainda mais confuso dado que estamos lidando com a discussão exatamente do que cada autor pensa que são as ciências sociais e como se relacionam com a economia política e a sociologia.

⁴² O quê exatamente seriam as ciências sociais para Menger é um pouco confuso. Certamente não faz parte das ciências da sociedade, mas também não corresponde a uma realidade material. Essa última característica pode estar ligada ao fato da ideia de ciência social vir da abordagem prática dos problemas sociais, como apontados anteriormente, e não de uma questão de análise de parte da realidade. Menger (1884) por diversas vezes deixa

proponha uma divisão interna de suas *Geisteswissenschaften*, em Menger não há a ideia da construção do conhecimento histórico-cultural enquanto um objetivo final.

Uma questão importante é que essas ciências da sociedade (*Gesellschaftswissenschaften*) seriam, comumente, pensadas enquanto uma tradição na Alemanha encontrada nos trabalhos de autores como Albert Schäffle e Robert von Mohl. A essa tradição realista de estudo da sociedade (muito influenciada por Comte) retornaremos quando discutirmos Weber. Mas vale adiantar que ela representa uma perspectiva que entra em declínio na Alemanha após o século XIX, mesmo que a nomenclatura continue a ser utilizada em alguns casos.

Adiantando outro ponto que será relevante no próximo capítulo, Menger (1889) vê como um erro a utilização da ideia de economia social (*Social-oekonomie*), que, como já adiantado, será o ponto central da obra de Dietzel. O problema para ele é que essa opção busca ver a economia política como parte das ciências da sociedade (*Gesellschaftswissenschaften*), a partir da divisão entre estado e sociedade trazida pelo iluminismo, mas ignora que as partes práticas da disciplina são políticas. Sendo assim, a resposta para a necessidade de desvencilhar a economia das ciências do estado, do estudo do estado, não poderia ser ligada a essa ciência da sociedade e sua concepção orgânica de sociedade, como fizeram Schäffle e Mohl. Em nossa visão, Dietzel superará esse problema ao apresentar a prática econômica como ramos da ética e da política, que utilizam métodos diferentes da teoria da economia social. Dietzel vê sua economia social ligada a uma *Gesellschaftswissenschaften*, mas, por sua vez, não vê essa ciência da sociedade ligada a um conceito realista de sociedade. Ademais, como bem enfatiza Nau (1997b, p. 113), Menger também é crítico da noção de sociedade dos clássicos, que desconsideram a ideia de instituições e importam acriticamente um método mecanicista para as ciências da humanidade. Nau (1997b, p. 114) reforça muito essa característica durante sua análise para apresentar seu argumento de que Menger seria um meio termo entre os clássicos e a teoria daqueles ligados ao imperador austríaco Franz Joseph I, corrente que seria significativa na Áustria do período.

Outro ponto que nos interessa mais imediatamente é o modo como Menger (1960 [1889]) afirma que a divisão material das ciências pertencentes ao sistema da *Menschheitswissenschaften* não é suficiente face ao conhecimento científico: “[...] o

a impressão de que ela seria equivalente à economia política, no entanto, em outro momento conta a economia política como *uma* ciência social (inclusive no título de seu *Investigações*). Relevante é que o autor não deixa claro quais poderiam ser as outras disciplinas das ciências sociais, e inclusive nega, por exemplo, que a demografia (*Bevölkerungslehre*) sejam uma delas (Menger, 1887, p. 562).

progresso da ciência e o aprofundamento do interesse em problemas especializados levaram a uma outra classificação baseada em um segundo princípio” (*Ibidem*, p. 4). Ou seja, dizer que existem diferentes objetos de estudo dentro das ciências da humanidade não é suficiente, falta a consideração dos aspectos formais (referentes ao método) que diferenciam a prática científica. Mesmo dentro de um campo de conhecimento, como a economia política, estes ramos de especialização deverão apresentar o resultado de seu esforço científico de modo separado. O sentido disso é a distinção metodológica para a divisão interna da disciplina. Sendo assim, essas não servem para a diferenciação entre as duas grandes ciências, mas para sua organização interna. As questões formais dizem respeito ao reconhecimento da análise concreta e geral dos fenômenos. Todas as ciências dentro das ciências naturais ou sociais, segundo Menger, contêm a análise histórica e estatística (análise do concreto) enquanto algo epistemologicamente diferente da teórica e da morfológica (análise do geral)⁴³. Essas são as partes da divisão do trabalho científico responsáveis pela análise da realidade, daquilo “que é” e do “como veio a ser”. Ainda existem, no entanto, as ciências práticas, responsáveis pelo “deve ser”, a parte normativa. Boa parte de sua crítica à EHAE gira em torno do não respeito a essas delimitações; a partir da perspectiva histórica, com a utilização do mesmo método e mesma análise, poder-se-ia obter teoria e prática.

2.2.2 Carl Menger e o debate de métodos

Já nas primeiras páginas de seu *Investigações*, Menger (1985 [1883], p. 25) aponta a impossibilidade de se alcançar um método correto de uma ciência sem que antes se estabeleça clara e corretamente seu objetivo. Com isso, ele buscava apontar o erro inicial da EHAE: a não compreensão do que é o campo da economia política, ou seja, um erro no tocante à natureza da disciplina. Este pode ser dividido em três eixos: (a) o modo de observar os fenômenos; (b) o que é “economia nacional”; e (c) a orientação da pesquisa teórica. Esses eixos estão ligados ao que Menger vê como os requisitos para se definir uma disciplina e estabelecer sua necessidade:

⁴³ No texto de 1883, que consideramos durante a maior parte desta análise por ser a obra central do *Methodenstreit* ainda não existe a ideia de morfologia. Essa seria responsável por um pré-trabalho, algo preparatório para possibilitar o desenvolvimento teórico. Comparativamente, a morfologia seria um correspondente ao papel de formação dos conceitos que a história terá na EHAE. Assim define Menger (1960 [1889], p.14) o que é morfologia: “the description of the common structures of different groups of homogeneous phenomena.”

“(1) a exata designação da ciência a ser definida; (2) o objeto ao qual a pesquisa está relacionado (e.g. o mundo animal ou das plantas, o estado, a Economia política, etc., ou um ramo específico destes); e (3) o ponto de vista formal a partir do qual esse objeto é examinado (e.g. o histórico, o teórico, etc.). Então, uma correta definição da teoria econômica tem que não só designar essa ciência e seu objeto, a economia nacional; também tem que determinar o ponto de vista formal com o qual essa ciência que diz respeito à economia nacional deve investigar a realidade econômica (em oposição a outras ciências que estão interessadas no mesmo objeto, e.g. história, estatística da economia nacional, política econômica, etc.).” (Menger, 1985 [1883], p. 197)

Nos pontos (a) e (3) encontramos a questão epistemológica que comentamos. Menger defenderá que a economia política é uma disciplina teórica, o que de seu ponto de vista implica na distinção de uma busca pela verdade do ponto de vista histórico. No entanto, todos esses pontos são relevantes para compreender sua visão do campo da disciplina.

O ponto (a) distingue as possíveis análises dos fenômenos observáveis, inclusive os fenômenos econômicos, de acordo com os interesses cognitivos de análise: um primeiro interesse seria o dos aspectos gerais dos fenômenos, enquanto um segundo seria o voltado para seus aspectos individuais (concretos). Nesse sentido, uma mesma classe de fenômenos é objeto de estudo de duas ciências distintas⁴⁴. Pode-se entender isso como a existência de duas verdades, que permitem perspectivas epistemológicas diferentes para analisar a realidade. Os aspectos individuais, ou fenômenos concretos (*concreten Erscheinungen*), dizem respeito à real interação entre indivíduos em determinado tempo e espaço; já os aspectos gerais buscam compreender as “formas de manifestação (*Erscheinungsformen*) [ou tipos] recorrentes na variação desses [fenômenos concretos]” (Menger, 1985 [1883], p. 35)

⁴⁵. Podemos utilizar o surgimento do ouro como o material do dinheiro como exemplo para essa diferenciação. Em algum local e tempo específicos o ouro se tornou o equivalente geral de trocas e foi considerado como tendo as características necessárias para se tornar “dinheiro”. De natureza diferente é a análise do fenômeno geral do surgimento do dinheiro, onde o ouro ou outro bem se tornou equivalente geral de troca, em locais distintos, e com processos não necessariamente equivalentes. Aqui temos o dinheiro como tipo (ou forma de

⁴⁴ Essas classes de fenômenos são, por exemplo, a economia nacional ou o mundo animal, como destacado no ponto (2), ao qual retornaremos.

⁴⁵ Na versão de língua inglesa de Menger (1985 [1883]), *Erscheinungsformen* é traduzido como “formas empíricas”. Nós preferimos utilizar “formas de manifestação” para evitar confusão com termos que aparecem posteriormente, quando há referência à orientação empírico-realista de pesquisa, onde “empírico” vêm de *empirisch*.

manifestação), algo que corresponde idealmente à investigação teórica. Já o anterior corresponde à investigação da história e da estatística.

Tendo estabelecido os dois modos de observar os fenômenos, e advogando que a economia política é uma disciplina interessada nos aspectos gerais dos fenômenos econômicos - ou seja, pesquisa teórica - resulta que sua intenção é identificar os tipos (formas de manifestação). Ocorre que existem duas orientações de pesquisa, que podem ser utilizadas tanto para os aspectos individuais (história) quanto para os gerais (teoria). Isso está relacionado à crítica à EHAE vista no ponto (c). Pensando nos fenômenos gerais, existem dois tipos (formas de manifestação) que podem ser observados, os tipos exatos (ou estritos) e os tipos reais, ligados, respectivamente, ao estabelecimento de leis exatas ou empíricas (também chamadas de relações típicas reais ou empíricas)⁴⁶. Os tipos e leis exatas são o resultado de uma orientação exata de pesquisa, enquanto os tipos e leis reais são o resultado de uma orientação realista-empírica de pesquisa⁴⁷. Sendo assim, por seguir um método histórico-indutivo, a EHAE não é capaz de estabelecer tipos e leis exatas, mas apenas leis e tipos reais. Além disso, falham novamente por não reconhecerem a existência de tal diferenciação:

Se o mundo dos fenômenos é considerado de um modo estritamente real, suas leis exprimem meramente as regularidades reais determinadas através da observação, na sucessão e coexistência do fenômeno real que pertence a certas formas empíricas. Uma 'lei' obtida do ponto de vista acima só pode verdadeiramente afirmar que na realidade, regularmente ou sem exceção, fenômenos pertencentes à forma empírica C seguiram o fenômeno concreto pertencente às formas empíricas A e B, ou que foram observados em coexistência com eles [...] Aristóteles reconheceu isso corretamente quando negou o caráter estritamente científico da indução. Mas mesmo o método indutivo essencialmente aperfeiçoado por Bacon foi capaz somente de garantir a incondicionalidade das leis no modo apresentado acima (indução empírica); nunca foi capaz de oferecer garantia absoluta disso. (Menger, 1985 [1883], p. 57).

⁴⁶ "Experience teaches us, rather, that definite phenomena are repeated, now with greater exactitude, now with lesser, and recur in the variation of things. We call these empirical forms types. The same holds true of the relationships among concrete phenomena. These also do not exhibit a thorough individuality in every single case. We are able, rather, to observe without much difficulty certain relationships among them recurring now with greater, now with lesser regularity (e.g., regularities in their succession, in their development, in their coexistence), relationships which we call typical". (Menger, 1985 [1883], p. 36).

⁴⁷ É nesse ponto em que Menger estabelecerá a impossibilidade de se testar as leis e tipos exatos empiricamente. Como essas são construídas a partir dos elementos mais simples (e assim generalizáveis) observados nos fenômenos, alcançáveis apenas através de abstração do concreto, não há razão de se conseguir testar seus resultados na realidade concreta. (Menger, 1985 [1883], p. 61)

Por mais que não seja inútil a obtenção de leis e tipos empíricos, o objetivo principal de disciplinas da teoria da economia política, assim como qualquer outra disciplina teórica, é a obtenção de leis e tipos exatos, algo essencial para uma de suas principais tarefas: a previsão. A utilização da orientação realístico-empírica, por outro lado, é a que deve guiar o trabalho histórico, que, como já colocado, é de outra natureza. Nesse sentido, é importante entender como Menger vê a questão da composição da Economia Política para a EHAE - algo relacionado ao ponto (1) acima, e que ainda traz a questão de como devem se relacionar as subdisciplinas da Economia Política. Na Figura 1 esboçamos como Menger vê os diferentes tipos de conhecimento econômico, i.e. aquele conhecimento adquirido através da observação de fenômenos econômicos.

A primeira questão a ser observada é como a análise dos fenômenos individuais/concretos não faz parte do sistema de economia política de Menger. Eles são sim parte do conhecimento econômico, já que são fruto da análise de fenômenos econômicos, mas não são parte da disciplina. Ao comparar com a Figura 2, o que se percebe é que o sistema da economia política de Menger continua, à primeira vista, o mesmo de Karl Heinrich Rau. Como argumenta Priddat (1998, p.184), o sistema de Rau, do início do século XIX, teve grande influência na Alemanha, sendo sua grande novidade a separação entre o conhecimento teórico e prático. Seu sistema, no entanto, era insuficiente tanto para Menger quanto para Schmoller, embora por motivos opostos. No caso de Menger, não havia a possibilidade de compreensão dos diferentes aspectos dos fenômenos que sua distinção epistemológica trazia. Para Menger, a Economia Histórica Nacional⁴⁸ (História Econômica + Estatística) deveria ser vista apenas como disciplina auxiliar, parte da história geral e não da economia.

⁴⁸ O autor utiliza três nomes, comuns à língua alemã da época e que pouco se diferenciavam, para se referir à Economia Política. Na ordem de maior utilização esses são: *Politische Ökonomie*, *Volkswirtschaftslehre* e *Nationalökonomie*. Traduzimos todos como Economia Política. Só não fazemos isso quando nos referimos à Economia Nacional Histórica, pois ele se refere a uma *historischen Wirtschaftswissenschaften*, ou *historischen Volkswirtschaftslehre*, mas nunca a uma *historischen politische Ökonomie*. *Politische ökonomie* é a tradução literal do termo “Economia Política”, e por mais que fosse utilizada em certo grau pela EHAE, muitas vezes fazia referência ao pensamento britânico, o qual não carregava o aspecto nacional que estava embutido nos nomes *Volkswirtschaftslehre* ou *Nationalökonomie*.

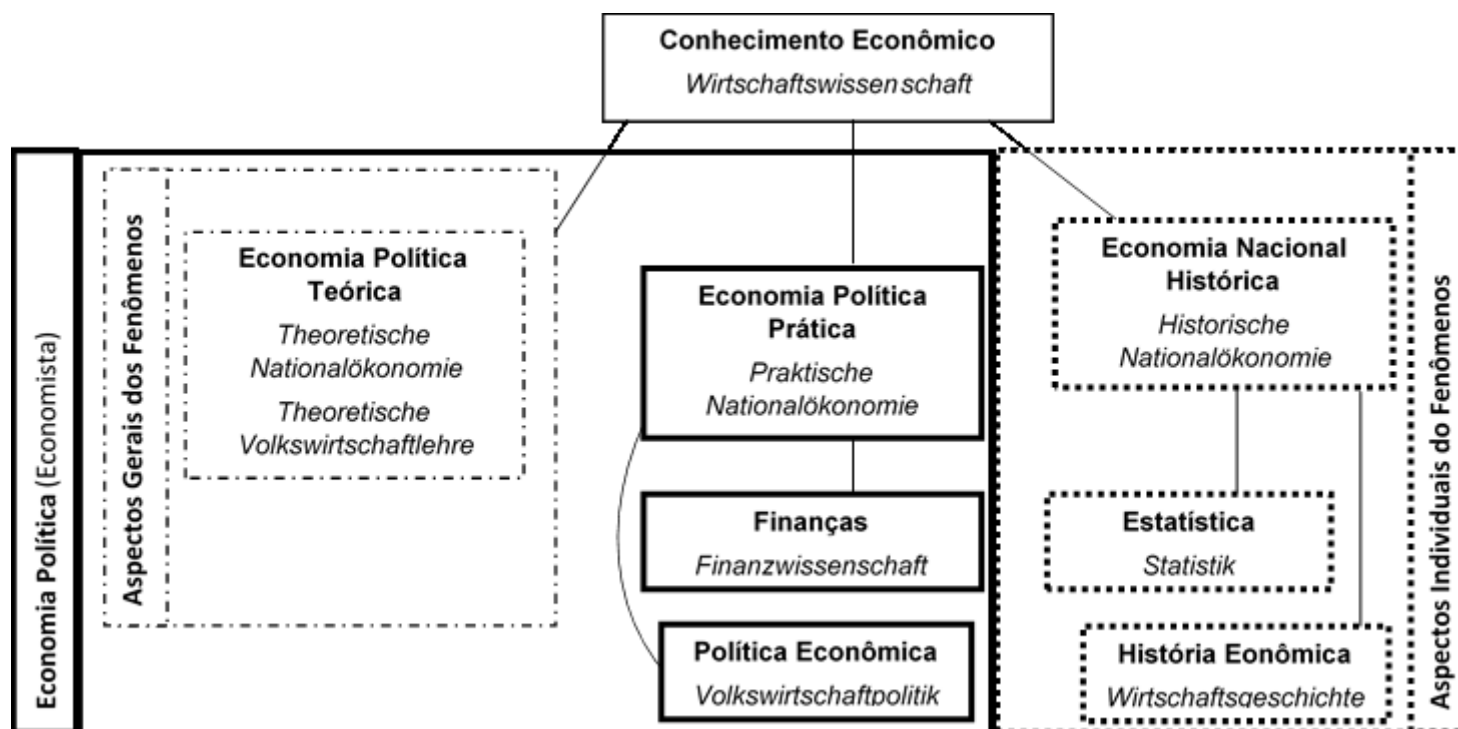


Figura 1 – Esquema mengeriano de divisão do conhecimento econômico (1883)

Fonte: Elaboração própria, baseada em Menger (1985 [1883])

Já a economia política prática não se ocupa de apresentar as verdades nem dos fenômenos econômicos em geral nem em particular. Ao invés disso, é a ciência do que “deveria ser”, daquilo que a realidade deveria vir a ser, ao contrário da teoria e da história, que analisam aquilo que “é”. Ela não possui, como acontece na EHAE e em Dilthey, uma centralidade no estabelecimento dos objetivos da disciplina, tampouco é indissociável da teoria, como mostraremos mais especificamente na obra de Schmoller. Menger, mostra Curi (2018, p. 120-122), é inclusive acusado de colocar as questões de política econômica em um segundo plano, como mera arte/tecnologia (*Kunstlehre*), algo que carregava o sentido de menor valor se comparado ao papel da ciência. Menger (1884), no entanto, negava essa acusação.

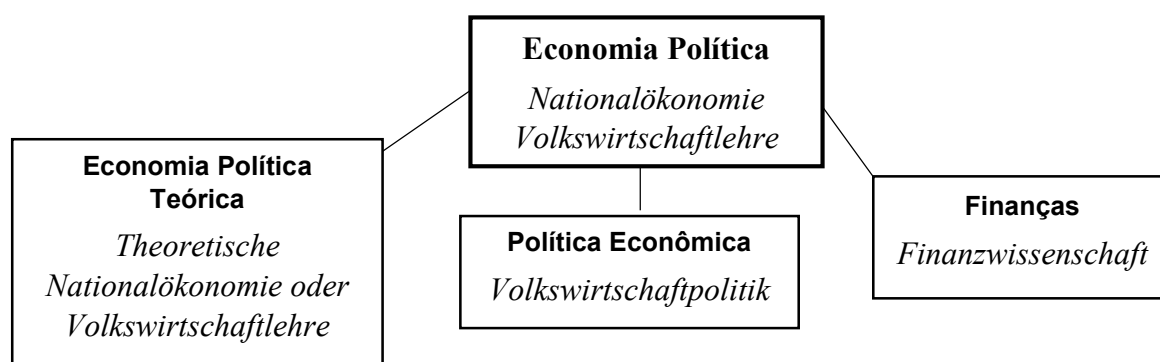


Figura 2 – Sistema de Economia Política popularizado por Rau nos anos 1820

Fonte: Elaboração própria

A questão da deficiência na distinção entre teoria e prática é algo que Menger critica também em outros autores. Jean Baptiste Say (1983 [1803], p.40-41), para utilizar como exemplo alguém que o austríaco cita nominalmente, divide o mundo dos fenômenos em duas ordens de fatos distintas: coisas que “existem” e coisas que “acontecem”. A primeira seria o lugar de uma ciência descritiva que incluiria a história e a estatística. Já a segunda seria experimental, lugar da economia política. Essa estrutura não é satisfatória. Para o austríaco, o modo como se relacionam a ciência da economia política prática e a ciência da economia política teórica, e também como essas duas se relacionam com a prática da economia política na obra do francês são equivocados. Aqui é importante ter em mente que Menger defende que a formulação de políticas públicas e outros aspectos da aplicação prática do conhecimento econômico não são uma aplicação da economia política teórica, como defendiam autores como Say e Roscher, mas sim uma aplicação da ciência da economia política prática (MENER, 1985 [1883], p. 203). Essa ciência discutiria como uma determinada nação pode tirar proveito do conhecimento econômico (sendo assim afetada

pela ideia de nação, como comentaremos logo a seguir), ao passo que a prática da economia política consistiria nos atos legislativos em si. Enquanto isso, a teoria da economia política teria outro papel:

Teoria econômica tem que descrever para nós a natureza geral e a conexão geral (leis) dos fenômenos econômicos, enquanto política econômica e a ciência das finanças nos ensinam máximas através das quais, de acordo com as particularidades das condições, pode-se melhor avançar a economia nacional e pode-se instituir da melhor maneira o estado das finanças. (Menger, 1985 [1883], p. 203).

Esse problema de distinção poderá ser observado na obra de Schmoller quando discutirmos o modo como ele busca uma separação entre economia política geral (*Allgemeine*) e especial (*Specielle*), que misturaria as ciências teóricas e práticas, distinguindo apenas níveis de abstração e falhando em reconhecer a verdadeira natureza da prática econômica⁴⁹.

A questão principal dos problemas da definição do conteúdo da economia política, então, gira em torno do que é a teoria econômica, mas traz inevitavelmente o papel da história econômica e da estatística para a disciplina – graças aos erros do método histórico – e da política econômica – devido à dificuldade de diferenciação de seus objetivos por parte da EHAE, principalmente em um contexto onde a *Soziale Frage* era algo tão latente. Curiosamente, as finanças passam incólumes por esse processo, como mostra Häuser (1994).

Por fim, chegamos às questões levantadas por Menger nos pontos (b) e (2). No Anexo 1 de seu *Investigações*, Menger discute mais detalhadamente o que representa a ideia de “economia nacional”. O ponto é que a EHAE vê a nação enquanto uma unidade capaz de sentir necessidades e demandar bens econômicos. Ao contrário, o modo correto de proceder seria considerar a nação como uma soma de ações de indivíduos, ou como um nível de abstração mais complexo da interação entre esses indivíduos. É por esse motivo que ele considera a EHAE coletivista:

Se a Economia nacional fosse considerada enquanto uma unidade especial diferente do fenômeno singular da Economia humana, poder-se-ia facilmente estabelecer a consequência que aspectos nacionais deveriam ser objetos exclusivos de tratamento científico na teoria da economia nacional, e que o fenômeno da economia humana deveria ser de lá excluído. Nem a natureza geral dos

⁴⁹ Em Menger o que é geral ou especial depende da orientação de pesquisa. Do mesmo modo que pode existir a orientação empírica ou exata de pesquisa teórica (sendo a última a que melhor alcança os objetivos de formulação de leis e tipos exatos), também existem orientações empíricas e exatas para a economia política prática e para a economia nacional histórica.

fenômenos da Economia humana nem suas relações gerais seriam, a partir disso, objeto de pesquisa no campo da teoria econômica. Desse ponto de vista, pesquisa acerca do fenômeno da economia nacional parecia ser o único objetivo da teoria econômica. Enquanto isso, pesquisas sobre a natureza geral e relações gerais do fenômeno singular da Economia humana foram banidas do campo de nossa ciência. (Menger, 1985 [1883], p.92).

Em Menger quando se fala de “economia nacional” - e isso se reflete nos termos utilizados para se referir aos fenômenos econômicos (*Volkswirtschaft* e *Nationalökonomie*)⁵⁰ - há apenas referência ao estado de evolução em que se encontram as relações econômicas, que diferem das relações tribais ou de estágios onde a economia familiar era o objeto de estudo. Não há, assim, qualquer implicação para a economia política teórica, apenas para alguns ramos da economia política prática e para a economia nacional histórica. Em Schmoller, como veremos, a ideia de nação está ligada a uma delimitação de cultura e uma ética minimamente comum, que modificariam o entendimento que essa sociedade (circunscrita à nação) vê para si mesma. É nesse sentido que Menger critica este aspecto da EHAE, a noção de modificação da realidade, diferente em cada nação, que é aquilo que tornaria a teoria econômica circunscrita aos espaços nacionais.

Tendo essa discussão em mente, em especial a ideia de que a nação não delimita o campo da economia política, apresentamos o que Menger entende enquanto objeto de estudo da economia política.

Duas questões são centrais para entender a quais fenômenos Menger se refere ao tratar da economia política. Primeiramente, e ao contrário do que fizeram Comte, Dilthey e Schmoller, ele busca abstrair os fenômenos econômicos dos demais. E em segundo lugar, há uma busca pelos elementos mais simples dos fenômenos. Nesse sentido, o que ele vê como objeto da teoria da economia política são as ações de indivíduos guiadas pelo auto interesse voltadas para a aquisição de bens econômicos.

A teoria exata da Economia política é uma teoria desse tipo, uma teoria que nos ensina a seguir e entender de modo exato as manifestações do auto interesse humano nos esforços de humanos-econômicos que tem como objetivo a provisão de suas necessidades materiais. (Menger, 1895 [1883], p. 87, ênfase no original)

⁵⁰ É importante atentar que, enquanto *Nationalökonomie* pode se referir ao fenômeno econômico ou à disciplina, *Volkswirtschaft* se refere ao fenômeno e *Volkswirtschaftslehre* à disciplina.

Essa seria a definição do objetivo da teoria da economia política. Ela, no entanto, não abarca tudo aquilo que é econômico. Outras questões podem ser de interesse dentro do campo da ciência econômica. Mesmo assim, a teoria econômica exata seria a mais importante parte não só da ciência econômica, mas também do estudo da ação humana. Isso ocorre pela economia política lidar com o impulso mais relevante na vida humana, o auto interesse, e o principal objetivo de ação, a provisão de bens materiais.⁵¹ A especificidade da teoria exata estaria em lidar apenas com esses fenômenos, desconsiderando os demais, algo que a narrativa histórica não necessitaria ou poderia fazer. Como argumenta Kasprzok (2005, p. 155-7), a abstração de Menger seria uma utilização implícita do homem econômico de Stuart Mill. Nau (1997b) também fala em um homem econômico em Menger, mas o diferencia do de Mill a partir da noção de utilidade subjetiva, que não estaria presente no autor inglês.

Como tratamos aqui de como a economia se relaciona e se distingue das demais partes das ciências da humanidade, é interessante notar como Menger (1985 [1883], p. 87) aponta que outras “teorias da vida humana” buscariam análises a partir de motivos de ação diferentes “e.g. do ponto de vista do espírito público, da influência estrita do ideal de justiça, etc.”⁵². Isso é importante no que diz respeito à delimitação da disciplina. Esse é o modo como Menger delimita o aspecto material que diferencia as ciências (seja economia, ciência do estado, etc.). Dietzel, por exemplo, irá criticar essa perspectiva por pensar que por mais que a economia política utilize a abstração do auto interesse em sua análise, não é apenas ela que o faria, o que tornaria o escopo da disciplina de Menger demasiadamente amplo.

⁵¹ É importante ter em mente, no entanto, que ele via sua noção de auto interesse como distinta da economia política clássica. Para ele, muito por culpa da dificuldade de distinção entre as ciências teóricas e práticas, a noção de auto interesse daqueles autores vinha acompanhada de um desnecessário pressuposto normativo: o de que o melhor cenário social seria alcançado se cada indivíduo buscasse seus próprios interesses, i.e. “bem estar descentralizado”. A ideia de auto interesse também será alvo de crítica da EHAE, mas por outros motivos, já que esses buscam deliberadamente incluir questões éticas na teoria.

⁵² Nesse contexto, pensando em desenvolvimentos mais contemporâneos das justificativas para a divisão das disciplinas dentro das ciências sociais, o homem sociológico de Ralf Dahrendorf (1974), por exemplo, que age a partir da perspectiva dos papéis sociais que um indivíduo cumpre, lidaria com fenômenos sociais sem adentrar o campo da economia política. Isso é interessante de ser contrastado com a questão do imperialismo econômico a partir da definição de Robbins. Como mostra Morgan (2006, p.19) em sua análise das mudanças do homem econômico na literatura, a ideia de escolha racional ainda não era uma questão central no tempo de Menger e dos primeiros marginalistas. O pensamento de que qualquer ação de escolha racional tornaria um fenômeno possível objeto de estudo da economia, inclusive o homem sociológico de Dahrendorf, não era, então, uma questão. “In the marginalists’ conception (whether of Jevons or Menger), man’s desires or his needs (respectively) are primary and they dictate his valuations and so choices. For mid-twentieth-century economists’ rational economic man, it is valuations and choices which are dominant, and it is assumed that desires can only be maximized or satisfied by “rational” choices.”

Ademais, como colocado, a separação formal, que leva à exclusão da história de dentro da análise teórica, é válida para todas essas ciências. Isso implica que para construir um entendimento teórico da realidade social, outras disciplinas teóricas que lidam com outros fenômenos sociais deveriam existir, como fica claro em sua ideia de ciências da humanidade. As leis encontradas dentro de cada teoria das ciências da humanidade podem ser utilizadas para a melhor compreensão dos fenômenos das demais disciplinas, sem que para isso tenha que se eleger uma disciplina base para estas ciências, como a psicologia no caso de Dilthey. Também ao contrário de Dilthey, a possibilidade de compreensão das ações humanas em sentido geral não é um princípio que deveria guiar as análises. Há uma independência dos objetivos de cada parte das ciências da humanidade, o que não há é uma independência em relação ao método da teoria das ciências naturais que permita uma diferenciação epistemológica entre as disciplinas.

Tendo isso em mente, apresentaremos agora a posição de Schmoller, seu método histórico, e como isso guarda relação com seu entendimento das ciências sociais e sua relação com a economia política.

2.3 A posição de Schmoller e sua ideia de método histórico

Como já mencionado, não há uma visão unificada do que seria o método histórico e suas etapas. No entanto, enquanto principal expoente da EHAE à época, Schmoller respondeu às críticas de Menger, defendendo o método histórico. Aqui apresentamos suas críticas a Menger e sua ideia deste método.

Um ponto que será discutido ao longo destas seções e do próximo capítulo é como a ideia de economia política de Schmoller era tão ampla que tendia a englobar todos os aspectos da vida social, ultrapassando o modo como diversos autores viam o escopo da disciplina. Schmoller tinha o entendimento que uma análise é tão mais científica quanto mais fenômenos é capaz de explicar. É nesse sentido que ele via o futuro da disciplina na “economia política enquanto ciências sociais” (*Nationalökonomie als Sozialwissenschaften*). Nós voltaremos a abordar isso em mais detalhe, mas de início é interessante notar como sua ideia radical de método histórico requeria a compilação de dados e descrições históricas que fossem capaz de jogar luz sobre todos os possíveis determinantes da ação econômica. Mesmo autores da EHAE, como Wagner, o criticavam por isso e o acusavam de buscar uma ciência positiva e monolítica como Comte e sua sociologia. Por outro lado, ele via na ideia

de Dilthey de *Geisteswissenschaften* uma crítica construtiva ao método histórico, que poderia apontar caminhos corretos para a ciência, ao contrário das críticas de Menger que apresentamos acima. Iniciaremos por sua crítica a Menger.

Em sua resenha da obra de Menger, Schmoller (1883) nega que ignore as diferentes orientações de pesquisa. A busca por leis e tipos exatos, para ele, envolveria o que ele vê como pura utilização da lógica dedutiva a partir do conhecimento de razões psicológicas das ações. Estes formariam os elementos mais simples dos fenômenos de Menger. Para Schmoller, ao contrário, só é possível o estabelecimento de leis após um robusto processo de análise indutiva, onde a história e a estatística representam um pré-trabalho, com a formação dos conceitos e apresentação das relações que tornam possível o desenvolvimento teórico. Um processo dedutivo seria, então, possível apenas após essa etapa indutiva, e no momento que essa atingisse a completude dos aspectos relevantes para a ação (SCHMOLLER, 1883, p. 981). Mais especificamente, Schmoller reforça não ser contrário à orientação exata na pesquisa científica: o problema seria apenas a incipiência das ciências sociais e humanas. Enquanto a proposta de Menger correspondia ao modo correto de se prosseguir nas ciências naturais, ainda havia a necessidade de desenvolver ferramentas para que o mesmo fosse possível nas ciências sociais e humanas. Ou seja, ao contrário de Menger, ele vê, mesmo que diga ser temporariamente, uma cisão entre os métodos das ciências naturais e humanas, com as ciências sociais fazendo parte desta última. Seria necessário um avanço no estado da arte, principalmente no que diz respeito à psicologia, que apesar de buscado anteriormente nunca foi alcançado:

“Nisto ele estava correto; se fosse possível acessar os mais simples elementos de uma ciência, de um campo de conhecimento, então tudo mais seria comparativamente fácil; toda ciência completa seria dedutiva, já que, a partir do momento em que se dominasse os elementos mais simples, os mais complexos seriam meramente uma combinação deles. No entanto, esses elementos simples, que são por exemplo fixados na matemática e em certas partes da física, ainda não foram completamente explorados e esclarecidos a ponto de qualquer ciência do pensamento, sentimento e ação humana possa concluir somente baseada neles; muito menos as ciências sociais.” (Schmoller, 1883, p. 979).

Nesse sentido, Schmoller pensa que Menger subestima as possibilidades presentes no método histórico, e coloca seus erros sempre em proximidade com aqueles cometidos pelos

clássicos britânicos (ou Escola de Manchester (EM))⁵³, como ele corriqueiramente se refere). Menger reconhece que pode existir uma análise empírico-realista, mas sem dar centralidade. Isso não condiz com a realidade como vista por Schmoller, para quem apenas o referido método histórico era realmente factível no contexto das limitações apresentadas acima. Sendo assim, é insuficiente o tratamento que Menger dá à metodologia. Ao longo dessa seção apresentaremos as etapas do método histórico de Schmoller, mas aqui adiantamos que caso a primeira etapa, a de observação, seja bem (perfeitamente) executada, será possível a extração de leis, dado que as relações seriam repetidamente observadas. Ou seja, Schmoller aponta a possibilidade do descobrimento de leis, mas coloca isso dependente de uma maturidade de pesquisa científica ainda não alcançada.

Ademais, continua Schmoller em sua resenha, o modo como Menger delimita o objeto de estudo da disciplina repete o erro de limitar o campo da economia política: “sempre apenas a trocas, valor e dinheiro” (Schmoller, 1883, p. 983). Na sua visão, isso causa uma falta de reconhecimento de questões relevantes para a disciplina, mais especificamente “órgãos e instituições econômicas”. Esses poderiam ser incluídos caso Menger utilizasse a ideia de estado/nação em sua análise do modo como o faz Schmoller. É interessante notar que a ideia de instituição nos dois autores se dá de modo diferente. Em Menger temos uma análise da instituição no modo como exemplificamos no caso do dinheiro, a partir dos elementos mais simples que permitiram sua emergência. Em Schmoller, instituições e órgãos se desenvolvem em conjunto e são analisados de forma orgânica.

Para apresentar com mais clareza o método de Schmoller, no entanto, recorreremos a outros escritos e debates em que o autor se envolveu. Por esse motivo, apresentamos suas críticas a Heinrich von Treitschke, às quais Menger faz referência, publicadas em 1874 em uma das principais revistas de economia política do período, o “Anuário de Economia Política e Estatística” (*Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*).

2.3.1 O método histórico e o contexto da disputa entre Schmoller e von Treitschke: o *Verein*, os liberais e a luta contra o socialismo

⁵³ Ritsert (1994, p. 19) mostra que esse nome faz referência a uma câmara de comércio criada na cidade de Manchester em 1834 para combater as tarifas protecionistas sobre cereais, as *Corn Laws*.

Apesar do domínio exercido pela escola histórica, desafios à posição de seus autores eram constantes, principalmente antes de seu auge na década de 1880. Durante estas disputas, foi necessária a defesa não só do método histórico mas também do entendimento dos objetivos de política econômico-social, em um momento em que a noção de povo (*Volk*) se encontrava com a materialização de uma nação, i.e. a unificação alemã. É nesse contexto, então, que a posição de Schmoller pode ser esclarecida a partir de sua querela com Heinrich von Treitschke, ao invés de meramente nos atermos à interpretação de sua posição à sua resposta a Menger.

Segundo Adolf Hausrath (2011 [1914]), von Treitschke (1834-1896) iniciou sua carreira como professor de história e economia política na Universidade de Leipzig, quando ainda tinha uma posição liberal em relação ao papel do estado. Posteriormente ingressou na Universidade de Freiburg, localizada na cidade de mesmo nome. Durante a guerra Austro-Prussiana (1866), Treitschke se mudou para Berlin, onde se aproximou das ideias nacionalistas de Bismarck, assim como diversos liberais durante o período da unificação⁵⁴. Nessa cidade ele deu início a sua carreira política. Quando da unificação, em 1871, assumiu uma cadeira no parlamento do recém-criado Império Alemão. Ademais, nesse período, ele também se tornou amigo próximo de Schmoller e Karl Knies (este último da primeira geração da EHAE). Mesmo que Treitschke tenha diminuído seus traços liberais, a diferença entre os autores ainda era muito evidente. Um exemplo disso é como o autor nega que a fonte das diferenças de classe (origem, então, de seus conflitos) seja uma “injustiça original” (algo como um problema de alocação inicial de recursos, para colocar em termos contemporâneos); esse ponto que era chave para a posição da EHAE a respeito da “questão social” (Hausrath (2011 [1914]), p. 102). Ademais, continua Hausrath, Treitschke não diferenciava a posição de Schmoller, um reformista, daquela de um socialista radical, vendo-os igualmente como inimigos da liberdade. No entanto, por mais que ambos (reformistas e socialistas) reconhecessem o problema da desigualdade e das questões sociais trazidas pelo avanço do capitalismo, isso não automaticamente implicava na busca revolucionária. Essa confusão entre social e socialismo deve ser mantida em mente, dado que será algo que também afetará os autores da sociologia emergente no século XX. É nesse contexto que Schmoller (1874, p. 231) vai negar a acusação de Treitschke de que ele seria um “seguidor do socialismo”. Sua “proximidade” ao socialismo estaria muito mais alinhada com uma mera

⁵⁴ Ver Mork (1971) sobre como Bismarck conquistou o apoio dos liberais.

negação do *laissez-faire*, o que se cristaliza em sua crítica à EM. É nesse ponto que pode ficar clara parte de sua aversão à economia política clássica. A ideia de limitação da economia política à ação guiada pelo egoísmo impedia o entendimento dos determinantes da realidade e as possibilidades de ação no real. Quanto menos se leva em consideração as condições históricas e concentra-se nos problemas de alocação do indivíduo (e nesse sentido a EHAE se voltava principalmente contra Ricardo e os ricardianos) menos a economia política pode proporcionar formas concretas de solução para as questões mais pujantes da sociedade. Em linhas gerais isso pouco difere de uma oposição entre a crença na otimização de alocação do mercado e a necessidade do papel do estado que ainda perdura.

Segundo Schmoller (1874), Treitschke, em sua oposição ao avanço do Partido Social Democrata⁵⁵ (SPD - *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), tinha a intenção de reconciliar os adeptos ao pensamento da EM e da EHAE, onde cada um assumiria os erros em suas posições pela busca desse objetivo comum, o de evitar o avanço socialista.

É importante ter em mente, no entanto, que nessa época o SPD tinha uma filiação mais próxima ao marxismo e ao socialismo que contemporaneamente, e que o pensamento da EM era ativo e relevante na Alemanha, sendo representado no Congresso dos Economistas Alemães (KddV). Como mostra Gorges (1980, p. 325), na década de 1890 o SPD tomou uma via mais reformista. O revisionista Eduard Bernstein é o nome mais famoso dentre aqueles que apoiavam essa mudança, tendo entrado em conflito com as visões marxistas de Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo. As questões relativas à modernização da sociedade e ao avanço do capitalismo são, então, o grande ponto de contenda entre diferentes ideologias sociais. Como lembra Weber (1999 [1904]), as ciências sociais nascem de um problema prático, para depois se tornarem estruturas de pensamento científico que buscam por um método correto de análise da realidade. Sendo assim, estas disputas sobre política social precedem e fomentam a disputa pelo correto método das ciências sociais, e em especial da economia política. Isso fica ainda mais evidente quando consideramos, como mostraremos em mais detalhes no capítulo sobre o debate de juízo de valores, que em Schmoller o objetivo de política social deve guiar a teoria.

Interessante para os nossos propósitos aqui é como Schmoller defende sua ideia do campo da economia política já em sua discussão com Treitschke, e de maneira menos áspera se

⁵⁵ Treitschke, por exemplo, apoiou a “lei contra o perigo público dos socialdemocratas”, que basicamente perseguia o pensamento socialista e esteve em vigor até 1890.

comparada ao seu debate com Menger. Central aqui é a questão do coletivismo, i.e. de qual a relevância em incluir a noção de nação na análise econômica. Para Schmoller, a “economia nacional” (*Volkswirtschaft*) não pode ser resumida pela soma dos indivíduos, tampouco aquilo que une os indivíduos de uma nação é seu pertencimento à delimitação territorial de um estado:

“As economias da Inglaterra e da Alemanha, a economia da Groenlândia, dos negros africanos⁵⁶ ou dos chineses – essas não são nomenclaturas que meramente ou substancialmente designam uma soma de economias individuais sob a mesma autoridade estatal em mesmo território. Na verdade, elas representam um todo unitário onde todas subpartes estão em relação umas com as outras ao mesmo tempo que estão em relação com as subpartes de outros estados ou povos. Ademais, o elemento comum, que une as economias individuais de um povo ou estado, não é meramente o estado, mas algo mais profundo: a língua, a história, as memórias. Os costumes e as ideias que determinado povo tem em comum. É um mundo de sentimentos e ideias, é governo através de ideias em comum, uma pressão mais ou menos irresistível de todos os impulsos psicológicos.” (Schmoller, 1874, p. 254).

Nesse ponto também já se torna mais clara outra questão: o modo como Schmoller nega o auto interesse como impulso central da ação humana. Esse seria apenas um aspecto entre diversos outros na determinação da ação humana, que sofre influência de questões morais de um determinado povo/nação. “Egoísmo na economia política”, diz Schmoller (1874, p. 259), “é como a fumaça de um motor a vapor. Eu só sei o seu efeito quando sei a pressão sob qual ela trabalha”. Mesmo que fosse possível o isolamento daquilo que seria a raiz de toda ação econômica (que seria então uma “ação natural” do ser humano), ela nunca poderia ser considerada por si só, “pois os sentimentos morais inatos, as necessidades estéticas e o intelecto capturam toda ação natural” (*Ibidem.* p. 255). Por essa razão, o estudo da economia deve sempre incluir questões que dizem respeito a diferentes fatores psicológicos assim como à lei, aos costumes e à ordem ética da vida. (*Ibidem.* p. 261). Estes fatos estão circunscritos a uma cultura, a um povo (*Volk*) ou nação.

Essa questão fica clara quando Schmoller defende que são questões morais, e não a natureza humana, as responsáveis pelo surgimento do mercado. Mudanças no caráter social, a interação entre indivíduos etc., são o que dá origem ao mercado, e não algum conjunto inato de qualidades naturais que seres humanos possuem em qualquer tempo e local. Disso tem-

⁵⁶ O termo utilizado por Schmoller é Cafre (*Kaffre*), um termo pejorativo para designar povos negros da África.

se que as instituições econômicas são dependentes das relações específicas de um povo, e não uma criação de um encadeamento de eventos inevitáveis.

2.3.2 As etapas do método histórico e o sistema de economia política

Schmoller (1893) apresenta detalhadamente sua versão do método histórico, onde fica claro até que ponto ele se afasta de outras interpretações dentro da EHAE e se aproxima de Dilthey.

O método histórico busca trazer à tona as regras que dominam a vida econômica e social, as quais são inseparáveis de questões morais, de costume e do direito. Nesse ponto existe uma clara proximidade com Dilthey e sua psicologia descritiva, principalmente em como Schmoller também inclui nessa sua psicologia aspectos que a aproximam da antropologia. Mesmo assim, como aponta Nau (1998, p. 30-31), Schmoller corriqueiramente dá mais crédito à psicologia de Herbert Spencer, mais ligada às ciências naturais e à explicação (pensando no binômio explicação vs. compreensão). Para Nau, esse é um dos problemas que por fim tornam a ideia de método de Schmoller inconsistente ao longo de seus escritos.

O método de Schmoller é dividido em três etapas: a) observação e descrição dos fenômenos; b) definição de conceitos e classificação; c) explicação causal.

A etapa de observação busca identificar o curso e os efeitos de uma determinada ação econômica, de modo a selecionar aquilo que se repete. Pensando naquilo que Dilthey propõe a respeito da análise das ciências sociais apresentar uma mistura entre sujeito e objeto, para Schmoller é a observação repetida que permite a eliminação da subjetividade na tarefa científica:

“Nós só acreditamos possuir observações corretas e cientificamente necessárias se, após repetidas observações do mesmo objeto, diferentes observadores sempre chegarem ao mesmo resultado; se toda influência subjetiva é eliminada do resultado” (Schmoller, 1893, p. 30).

Aqui é interessante pensar em algo que discutiremos em mais detalhe na parte dois da tese, a irracionalidade do conhecimento histórico. A questão dos indivíduos tomarem decisões de forma independente (o livre arbítrio) impediria a formulação de leis da evolução histórica. A aleatoriedade/imprevisibilidade da ação do ser humano dado o livre arbítrio tornaria impossível a compreensão histórica. Isso é muito presente nas obras dos fundadores da

EHAÉ, como Karl Knies. A observação de eventos repetidos é o que possibilitaria, na visão de Schmoller, superar essa barreira à história enquanto empreitada científica. A questão da irracionalidade da história continuará sendo um ponto crítico, como veremos em Weber.

Ademais, mesmo que Schmoller negue que os fenômenos econômicos possam ser analisados puramente, ignorando toda a influência advinda de outros aspectos da vida social (como advoga Menger), há a necessidade de abstrair os aspectos de interesse. Isso torna esta ciência ainda mais complexa, principalmente quando comparada às ciências naturais, dada a impossibilidade de utilização de testes e experimentos controlados. Ademais, é nesse ponto que entra a segunda parte da primeira etapa do processo metodológico, a descrição, que busca

“[descrever] o objeto que é separado de seu contexto, dar o nome estabelecido pela definição científica, classificar em tipos e classes do fenômeno em questão, estabelecer similaridades, igualdades, coexistências, resultados e conexões.” (Schmoller, 1893, p. 33)

Essa primeira etapa pode ser vista como preparação para o procedimento de indução lógica. Quanto menos complexa a ciência, i.e. quanto menos relevante for a questão sujeito-objeto (e aqui pode-se pensar na questão de Dilthey sobre experiência interna e externa), mais fácil será observar a repetição dos fenômenos em questão, algo que pode variar também dentro de uma mesma disciplina. No caso da economia, a flutuação de preços seria um fenômeno de menor complexidade. Vale a pena ter em mente que são exatamente esses fenômenos menos complexos que Schmoller aponta como as únicas coisas que a economia política de Menger se propõe a estudar.

É no ponto *a* (observação e descrição) que reside a centralidade da história e da estatística. Ambas as disciplinas são auxiliares na observação e classificação dos fenômenos. A história, no entanto, ao contrário da estatística, tem também um papel próprio: a análise histórica como objetivo final, como construção de uma história cultural, onde novamente a estatística seria mera ciência auxiliar. Não há a ideia de um outro método para observar as questões de um ponto de vista puramente histórico, mas a aplicação do método histórico para fenômenos econômicos, legais, éticos e etc. permite a formação desse conhecimento. Isso já era apontado por diversos pensadores, principalmente na Alemanha, que viam centralidade da história na análise de sua ciência, como no caso da economia política nas obras de List, Roscher, Knies e Hildebrand. Schmoller também aponta para a tentativa de Comte de basear o estudo de todo fenômeno social na história, apesar de ter ficado isolado nessa tarefa por

um longo tempo (Schmoller, 1893, p. 40). O modo de se chegar a um conhecimento sólido, não viesado, em Comte, era, no entanto, diferente daquele que apresentamos nessa primeira etapa de Schmoller. Para Comte, todo cientista construiria sua análise da observação dos fenômenos de forma imperfeita, e o avanço científico ao longo de diferentes gerações iria permitir que eventualmente se chegasse a uma verdade completa. A questão de se confiar em um conhecimento imperfeito, que não seria alcançado facilmente pelo processo de observação e indução, é o que levava Comte ao processo dedutivo. Ao invés de fazer como Schmoller e buscar fenômenos que se repetem, Comte, dizia Schmoller (1986c [1895]), recorria a conceitos abstratos previamente estabelecidos, aproximando-se de um modelo hipotético-dedutivo. Desse modo, era impossível que a teoria de Comte alcançasse o completo desenvolvimento, sendo sempre dependente de hipóteses teleológicas (Nau, 1998, p. 34-35).

Aqui já é possível ver como Schmoller se distancia da sociologia de Comte, aproximando-se por outro lado de Dilthey. No entanto, Wagner (1886a, p. 198, nr. 1) e outros autores o acusavam de buscar uma ciência tão compreensiva quanto aquela sociologia; uma ciência que buscasse abordar todas as questões das quais as ciências sociais se ocupam a partir da economia política, resultado de sua negação de um papel para a abstração da realidade social que permitiria delimitar o conjunto de fenômenos dos quais se ocuparia a economia política. Schmoller (1897, p. 54) claramente nega a intenção de construir uma ciência social unitária (*eine Wissenschaft vom 'gesellschaftlichen Gesamtzusammenhang'*) e afirma que Comte, ao tentar realizar uma única análise de toda a realidade social, recorre a um “ato de fantasia”, já que isso seria completamente incompatível com seu empirismo (SCHMOLLER, 1986c [1895], p. 494). Ele defende que, ao contrário do que pode aparentar inicialmente, quando fala sobre uma “economia política como ciência social” (*Nationalökonomie als Sozialwissenschaft*), o que ele busca é basear a análise na realidade histórico-social, parte da teoria de Comte com a qual ele concorda:

“E então é também compreensível que quanto mais eticamente e psicologicamente tratadas essas questões, quanto mais baseadas em observação empírica, resulta naquilo hoje chamado de sociologia [*Soziologie*] ou ciência social [*Sozialwissenschaft*]. Portanto, se alguém recentemente estabeleceu a economia política enquanto parte das ciências sociais em geral, o que quer dizer nada mais que uma demanda por uma fundação em estudos da psicologia, ética e filosofia legal.” (Schmoller, 1893, p. 54)

O ponto é então que, enquanto Schmoller vê sua economia política como parte das ciências sociais do modo como Comte a vê (e isso é um contraditório, já que Comte via que sua sociologia tornava a economia política dispensável), seus críticos viam sua economia política como uma busca por se tornar a própria sociologia comteana.

Outrossim, a partir da observação e classificação dos fenômenos é então possível desenvolver o ponto (b). Essa seria a definição e classificação dos conceitos, que podem ser de dois tipos: conceitos analíticos, como quando Wagner divide todos os fenômenos econômicos em público, privado ou sistemas de caridade; ou conceitos genéticos, como quando o próprio Schmoller classifica a sequência histórica das organizações econômicas em vilas, cidades, territórios e povo (Schmoller, 1893, p. 47). A interdependência dessas suas etapas é crucial para o método histórico, já que tanto Menger como alguns autores clássicos erram ao tentar construir conceitos e chegar a axiomas sem passar pela etapa (a) de observação e descrição.

Em todo caso, a construção de conceitos é o que permite a comparação de processos reais e a identificação de formas de manifestação dos fenômenos e, posteriormente, suas relações causais (o que será parte da etapa (c)) (Schmoller, 1900, p. 105). Essa questão não diverge da estrutura do que pensa Menger. O que difere é até que ponto o tipo de relação encontrada a partir do método histórico satisfaz a generalidade requerida por uma disciplina teórica, conforme cada um dos dois a vê. A especificidade das formas típicas encontradas através do método de Schmoller é que existe um limite para sua generalidade, o qual é estabelecido exatamente pelas questões éticas mencionadas. A ideia de nação, ou povo, delimitaria, dessa forma, a validade de parte das leis encontradas através da teoria da economia política. Schmoller também vê outra diferença nos tipos e formas que é capaz de encontrar, a causalidade cruzada. Ele consegue evitar o erro de estabelecer prioridade lógica de um fenômeno sobre o outro, o que seria um estabelecimento prévio de causa e consequência. Ele vê Marx como o maior exemplo desse erro, já que os fenômenos relacionados à produção seriam a base para todo fenômeno social (*Ibidem*, p. 106).

A superioridade que Schmoller vê em seu método é a capacidade de incluir tudo aquilo que Menger propõe e ainda adicionar outros aspectos dos fenômenos não presentes na análise do austríaco, o que permite ir além dos fenômenos econômicos mais simples, aos quais Menger se limitaria. Ele diz não negar completamente o papel da dedução, mas afirmar que um método baseado puramente nela leva invariavelmente a uma análise especulativa e viesada. Ademais, considerar apenas o indivíduo, e isolá-lo completamente das questões éticas que

determinam seu comportamento e acabam ligando-o à ideia de povo ou nação, impossibilitaria uma previsão bem-sucedida, algo que Menger vê como papel central da teoria da economia política.

No que diz respeito à divisão do conhecimento dentro da economia política, ou seja, à estrutura do sistema de Schmoller, obviamente não há uma exclusão da análise histórica como no caso de Menger. Aparentemente, Schmoller segue o esquema de Rau, apresentado na Figura 2, onde há uma divisão entre teoria, política e finanças da economia política. Para ele, não há distinção epistemológica que justifique a exclusão do conteúdo histórico das disciplinas teóricas. Como reforça Wittkau (1994, p.64-7), apesar de terem características epistemológicas distintas, os esforços de teorizar e de agregar conhecimento histórico fazem parte do mesmo processo de obtenção de leis.

O modo como essas partes do conhecimento econômico relacionam-se entre si e com a história é o que torna limitante o sistema de Rau (ver também Takebayashi, 2003, p. 377), visto por Schmoller como uma mistura das tradições anglo-francesa e cameralista. Como argumenta Priddat (1998), era comum, no fim do século XVIII e início do XIX, recorrer a Smith, por exemplo, para modificar e aprimorar o pensamento cameralista. Tentativas nesse sentido podem ser vistas em autores como Georg Sartorius, Christian Jakob Kraus, Ludwig H. von Jakob, Johann F. E. Lotz e Gottlieb Hufeland. No caso de Rau, que traz a clara separação entre teoria e prática, é possível observar como a primeira traz inspiração smithiana, enquanto a segunda bebe na fonte cameralista.

“Certamente não existe uma única forma correta de sistema para a ciência. O sistema é um arranjo convencional de um conjunto de sentenças científicas associadas. Mas sempre há no sistema um empenho de criar um todo uniforme simétrico desse conhecimento incompleto associado. [...] O antigo sistema de Rau é uma criação comum do casamento entre uma tecnologia claramente cameralista com uma economia teórica abstrata dogmática, dita pura, inglesa. E hoje nós temos que ir além disso; economia política é hoje uma ciência apenas se é expandida para a doutrina da sociedade e na medida em que faz isso. Seu ponto inicial não pode mais ser o do indivíduo e da produção técnica, mas uma sociedade e seu desenvolvimento histórico; suas explicações devem ser investigações das manifestações sociais da vida econômica.” (Schmoller, 1986b [1882], p. 68)

Essa questão fica ainda mais clara quando trazemos à tona a avaliação que Schmoller faz de Roscher, que ele por um lado vê como fundador da EHAE, mas que por outro perpetua o erro de Rau, reduzindo o papel da história: “ela [a história] foi reduzida a investigações sobre

história da literatura e dos dogmas, [...] muitas vezes, é claro, elas permanecem como coleções de exemplos, assim como prevalecia em Rau” (Schmoller, 1888b, p. 154). O problema, então, seria que Roscher limitara o pré-trabalho histórico às finanças e à política - que é onde Schmoller aponta que Roscher logrou fazer os maiores avanços - deixando a teoria sem uma estrutura histórica:

“Eles [os volumes que lidam com a economia prática e finanças] estão muito à frente dos outros volumes, e a causa disso é óbvia. Aqui as instituições econômicas são retratadas. Aqui era a única área para o historiador cultural, para a história comparativa, para encontrar a sequência histórica necessária [...] Aqui também há um novo sistema, historicamente estruturado.” (Schmoller, 1888b, p. 157)

Sendo assim, embora as estruturas da economia política de Schmoller e Roscher sejam muito próximas, não há aplicação do método histórico de maneira satisfatória no caso de Roscher, e a teoria da economia política fica sem sua base histórica. A solução de Schmoller é reunir parcialmente teoria e prática, ao menos no que diz respeito à etapa (a) de seu método histórico. É nesse sentido que ele fala de uma economia política geral (*Allgemeine Volkswirtschaftslehre*) e uma especial (*Spezielle Volkswirtschaftslehre*). Ambas partiriam da mesma análise histórica. No entanto, a primeira seria especializada nas causas gerais da vida e das ações econômicas, com a descrição dos órgãos típicos (algo que será objeto de esclarecimento na próxima subseção) e a busca por verdades “universais” (delimitadas pelas questões éticas); já a segunda focaria no estudo dessas ações no concreto, apresentando não só os resultados das ações mas também problemas correlacionados e possíveis efeitos cruzados com objetos de análise de outros campos. Em outras palavras, tem-se o mesmo processo metodológico para teoria (*Allgemeine*) e prática (*Spezielle*), onde o que diferencia a análise é o nível de abstração.

Isso é diretamente oposto ao que colocava Menger, que apontava que cada subdisciplina (ciência) do sistema de economia política tinha sua parte geral e especial, representada pelas orientações de pesquisa: “As ciências se diferenciam – algo que Schmoller ignora – não por suas classes, mas por aquilo que tem como objetivo solucionar” (Menger, 1884, p. 57).

No que diz respeito à delimitação dos fenômenos econômicos, Schmoller (1900, p. 1) define-o como aqueles “fenômenos gerais baseados na atividade humana, que são ao mesmo tempo chancelados pelas comunidades humanas”. Unindo isso ao que comentamos de que o autor via a cientificidade como a capacidade de analisar o maior número de fenômenos possíveis,

fica clara a tendência da economia política englobar todas as relações humanas. Ou seja, o motivo da ação não seria aquilo que diferenciaria as disciplinas dentro das ciências sociais, como acontecia em Menger.

Ademais, isso implica também que há uma necessidade de que a ação, para ser considerada enquanto fenômeno objeto de estudo da economia, afete a coletividade. Isso não é um pressuposto exclusivo de Schmoller. Diversos autores têm a intenção de basear a atividade econômica nas relações entre indivíduo e coletividade, mas com implicações distintas. Dietzel será um exemplo disso. Uma questão importante é que a própria ideia schmolleriana de atividade econômica evolui com a referida comunidade, já que é guiada por seus padrões morais.

Como ficará mais claro à medida que desenvolvermos o papel da ideia de organismo, é um fator comum entre membros da EHAE a tentativa de ligar a evolução da sociedade a fatores já existentes nessa comunidade e que dependem de um desenvolvimento conjunto das partes individuais. Esses “sentimentos de valor e julgamentos de valor” se tornam cada vez mais ligados ao sentimento de comunidade conforme a sociedade evolui. Sendo assim, o objetivo da nação (ou da coletividade em questão) se torna cada vez mais influente na ação do indivíduo. Algo completamente oposto a Menger, que via na evolução da sociedade um aumento da liberdade do indivíduo no sentido de um comportamento mais voltado para questões individuais.

Tendo em mente o método de Schmoller, como ele se distingue de Menger e se posiciona em relação às ideias de Comte e Dilthey, a seguir apresentaremos um aspecto relevante que distancia o entendimento de Schmoller dos autores da sociologia científica da virada do século, apesar da grande influência que estes debates tiveram sobre eles: a ideia de organismo social. Esta, que traz uma unidade lógica à obra de Schmoller e foi utilizada em graus perigosamente não científicos no trabalho de outros autores, revela uma espécie de dependência da EHAE em relação às ciências naturais. Inclusive Dilthey, que busca aperfeiçoar o método histórico, critica diretamente essa dependência e indica abertamente a necessidade de um jargão exclusivo para uma ciência que planeja ser independente.

2.4 Organismo Social e Economia Política

Um último ponto que relaciona o *Methodenstreit* à ideia de ciências sociais e humanas de Dilthey e Comte é a questão das analogias e metáforas biológicas enquanto uma dependência das ciências naturais. Embora com intenções diferentes, Menger estará mais próximo da posição de Dilthey em uma tentativa de evitar essa figura de linguagem na economia política. Já Schmoller, apesar de apontar alguns excessos, utiliza mais recorrentemente e é mais tolerante com as analogias, principalmente a noção de organismo como referência à evolução da sociedade. Em um primeiro momento, temos então que apresentar os diferentes modos que essa aproximação entre o mundo da biologia e o da economia política assumiram, para posteriormente observar até que ponto esses autores a consideravam equivocada.

Desde pelo menos McCloskey (1983), a metáfora vem ganhado espaço nas discussões da filosofia da economia e da história do pensamento econômico, principalmente enquanto artifício literário de cientistas econômicos na formação de seus argumentos. A autora argumenta que “cada etapa do raciocínio econômico, até mesmo a respeito da retórica oficial, é uma metáfora” (*Ibidem*, p.502) e que tais figuras não são meramente ornamentais, no sentido de que não poderiam ser simplesmente suprimidas para que a realidade seja confrontada diretamente. Certamente existe a possibilidade de uma metáfora ser um problema, por exemplo ao mascarar um argumento falho, mas do mesmo modo pode dar forma e substância para bons argumentos, continua McCloskey (1989, p. 13). Um exemplo do último caso para a autora seriam as metáforas de criminosos enquanto pequenos empresários ou famílias como pequenas firmas, utilizadas por Gary Becker.

Em geral, o que se utiliza enquanto metáfora é a aproximação de um argumento a um segundo advindo de outro campo do conhecimento. Uma dessas aproximações, que tratamos aqui, é entre natureza e sociedade. Como já colocamos, não há consenso ao redor do que é sociedade, muito em função de sua imaterialidade. Por esse motivo, alguns autores, como Lemke (2010), apontam a impossibilidade de se descrever a sociedade sem a utilização de metáforas⁵⁷.

Existem, é claro, diferentes modos de se estabelecer essa relação entre o natural e social. Um deles são as metáforas mecânicas. O *Leviatã* de Hobbes é uma metáfora mecânica para a sociedade, como aponta Meyer (1969), enquanto a ideia de corpo social de Comte é um

⁵⁷ Mirowski (1994, p. 11) tenta sistematizar e comparar os diferentes modos encontrados na literatura para relacionar natureza e sociedade. Algumas estão relacionadas ao que apresentaremos aqui, como sua classificação de Weber, Rickert e Windelband como relação entre natureza e sociedade por status epistemológico.

exemplo de metáfora biológica. As metáforas, no entanto, não se limitam à ideia de sociedade, mas estão presentes na descrição de outras categorias, como sistema monetário, crescimento, relação entre técnica e produção, etc. Assim como as metáforas mecânicas, que caracterizam a aproximação entre a economia e a física, principalmente em autores clássicos e neoclássicos, as biológicas são mais típicas entre os autores da atual economia evolucionária, da EHAE e outros autores do período, como Alfred Marshall.

Aqui damos foco ao modo como essas aproximações são utilizadas enquanto instrumento de cientificidade, uma espécie de transferência de status científico de uma disciplina já mais estabelecida para outra menos. Isso se dá no exemplo apontado por Mirowski (1994), quando a economia do século XX busca emular a física, vista como possuidora do método científico correto. Esse também é o caso da relação entre biologia e ciências sociais no período aqui abordado. Já falamos sobre como Comte via um papel especial para as leis das ciências biológicas na sua sociologia, proximidade que fica ainda mais evidente no modo como utiliza a ideia de “organismo social”. Comte buscava claramente substituir a linguagem poética presente nos estudos da sociedade por algo que fosse mais aceito pelas ciências naturais, que já haviam alcançado status científico, desvinculando-se dos sistemas metafísicos. No momento em que ocorre o *Methodenstreit* há uma popularidade muito grande da biologia pelo reconhecimento que ganha a teoria da evolução das espécies de Darwin⁵⁸. O darwinismo social será um dos fatores a serem combatidos pelos autores da sociologia científica da virada do século, de inspiração neokantiana.

Essa introdução de uma linguagem científica através de metáforas e analogias era muito comum no período, e não estava ligada a uma perspectiva metodológica específica. Levine (1995) mostra como tanto a interpretação holística de Comte, que via a sociedade como um grande organismo, quanto a de autores como Johann Gottfried von Herder (1744 - 1803), que entendia a sociedade como a união de diversos organismos que se desenvolvem independentemente e devem ser analisados individualmente, exemplificam alguns dos usos de metáforas biológicas daquele tempo. Herder nos ajuda a entender a visão da EHAE, já

⁵⁸ A obra de Darwin foi um divisor de águas na relação entre as ciências sociais e a biologia. As tentativas de aproximar essas disciplinas infantis do sucesso da biologia foram muitas. Comte já falava de um corpo social, mas Herbert Spencer é quem leva mais longe a influência da perspectiva darwiniana com um sistema social evolucionário (Reinert, 2010). Segundo Maus (1965), a obra de Schäffle foi o primeiro grande trabalho influenciado por Comte e Spencer na Alemanha. Para entender a relação, através da utilização de analogias, entre o estudo da sociedade e da biologia em períodos anteriores, ver Levine (1995).

que sua unidade de análise era o povo, visto enquanto um grupo de pessoas com similaridades culturais.

Existe, no entanto, uma diferença entre o mero uso de metáforas e o uso de analogias (diferença muitas vezes ignorada na literatura), e ainda mais do uso de analogias de modo considerado excessivo por autores da virada do século XIX para o XX. Aqui utilizamos a diferenciação de Schneider (2010, p.103) entre uso de analogias e metáforas biológicas. Analogias estabelecem “similaridades entre tipos diferentes de coisas, especialmente em relação ao objetivo e características estruturais comuns”. Já metáforas meramente “afirma[m], como um jogo de palavras, a possibilidade de comparação, sem que seja utilizável enquanto regra para a prova de similaridades estruturais”. O que queremos enfatizar é que a afirmação dessas similaridades estruturais pode importar leis de relacionamento entre os fenômenos observados na disciplina fonte da analogia, como acusará Menger.

Albert Schäffle é um exemplo central nessa discussão. Ele recorria fortemente a analogias biológicas, como, por exemplo, em sua comparação entre a função de instituições sociais e do tecido humano (REINERT, 2010, p. 135), e foi duramente criticado por isso. O ponto de suas analogias serem excessivas ou não, de serem anticientíficas ou não, no entanto, não é sem disputa. Schneider (2010), por exemplo, não vê suas analogias como excessivas, principalmente se comparadas a alguns de seus contemporâneos, como Emmanuel Herman, que buscava manter as ciências naturais e sociais não diferenciáveis. Mesmo assim, autores como Reinert apontam para suas analogias biológicas excessivas como uma das principais razões para sua falta de sucesso.

Nesse sentido, Schäffle pode ser utilizado para demonstrar a diferença entre a visão de Schmoller e Menger com relação ao uso de analogias biológicas. Schmoller (1888a) defende a contestada obra de Schäffle, *Estrutura e Vida do Corpo Social (Bau und Leben des sozialen Körpers)*, apesar de ver algum excesso em seu uso de analogias. O excesso das analogias estava na substituição imprecisa do conhecimento histórico e social por algo desenvolvido nas ciências naturais. Isso ocorreria, principalmente, por Schäffle buscar entender tudo a partir do ponto de vista da teoria darwiniana da evolução, onde toda a vida social é meramente uma “continuação e desenvolvimento superior da vida natural orgânica” (*Ibidem*, p. 226).

Schmoller, no entanto, não era totalmente contrário ao uso de analogias. Para ele, a ideia de um organismo social trazia uma unidade ao argumento, evitando uma mera apresentação “de um nevoeiro de imagens abstratas sem qualquer realidade” (SCHMOLLER, 1883, p. 247). Trata-se de argumento similar ao apresentado por Schlechtriemen (2014, p. 237), que mostra como uma das razões para utilização das analogias é a impossibilidade de descrever algo intangível e pouco estudado como a sociedade. Os mecanismos de interação entre as partes de um organismo poderiam ser utilizados para entender a estrutura das relações sociais.

Em seus primeiros escritos, como “Sobre a História das visões Econômicas no Período da Reforma Alemã”, Schmoller já defendia o uso de analogias biológicas⁵⁹. Alhures, ele resume sua utilidade da seguinte forma:

“A analogia pode enfatizar que tanto no corpo quanto na economia a maioria dos processos internos ocorre sem que os órgãos centrais estejam conscientes disso, sem que, no entanto, falte à unidade, assim que necessário, a gestão diretamente dirigida. Mas, mais que uma parábola isso não é [...] É sempre uma questão de entender como é que pessoas com suas necessidades e impulsos inicialmente aparentemente puramente individuais estão crescentemente conectadas a grupos menores e maiores; parcialmente diretamente conectados e parcialmente indiretamente conectados na forma de trocas entre suas economias.” (Schmoller, 1893, p. 13).

A analogia é inclusive utilizada por Schmoller para justificar as implicações de uma economia nacional (*Nationalökonomie* ou *Volkswirtschaft*) para a teoria econômica. A economia nacional pressupõe a existência de um estado moderno e é uma evolução de outra economia (*Wirtschaft*), definida como

“[...] a epítome ou o círculo fechado de eventos e relações que uma ou mais pessoas coabitantes produziram com seu trabalho, sua influência no mundo externo material, suas trocas com o propósito de sobrevivência, primeiramente com relação a si mesmos e depois com relação a terceiros.” (Schmoller, 1893, p. 9).

Ademais, o ato de economizar representa o esforço de satisfação de necessidades. No entanto, por mais que esse esforço tenha caráter individual, com alguém buscando satisfazer as próprias necessidades, o senso de comunidade está presente até nas economias mais

⁵⁹ Aqui ele concorda com a utilização de metáforas feita por Lutero: “Lutero corretamente compara todo o povo (*Volk*) com um corpo e as diferentes classes com os diferentes membros; cada membro tem sua função; um tem que fazer isso o outro aquilo; nenhum pode tomar o trabalho do outro sem decorrer em atraso, uma profissão, como um todo, é tão necessária quanto a outra, de modo que um indivíduo sempre necessita do outro e nenhum pode ser dispensado. (Schmoller, 1860, p. 485).

primitivas. É a evolução desse senso de comunidade, de unidade, a responsável pela modificação dos tipos de economia. Autores como Schmoller indicam na modificação da palavra que designa “economia” seu estágio de evolução e de suas organizações (como a passagem de uma economia baseada no núcleo familiar para uma baseada na empresa capitalista).

Organizações econômicas emergem de um senso de comunidade baseado em proximidades espaciais, enquanto relações (marciais ou religiosas) de poder estabelecem relações de trabalho. Quando há a conexão entre essas organizações econômicas e a unidade da sociedade é possível de falar de um corpo social (Schmoller, 1900, p. 2). É nesse sentido que ele mostra a evolução das formas de economia (*Wirtschaft*) enquanto uma evolução do corpo social. Toda economia, não importa seu estágio de evolução, é um conjunto que busca a satisfação total ou parcial das necessidades de seus membros. Além disso, a economia tem à sua disposição bens e capital, o que permite a formação de organizações econômicas. A questão central passa a ser então que a estrutura dessa organização social depende do organismo social ao qual está ligada: Família, Clã, Tribo ou Nação. Esses organismos são as estruturas que determinam as relações de poder e cooperação, dessa maneira influenciando os fins econômicos. No curso do tempo e da evolução cultural, esses organismos se multiplicam e aumentam sua complexidade.

Começando de culturas econômicas primitivas, como clãs e tribos, e depois economias do lar e da família, chega-se ao modo de organização das cidades antigas. Essas são áreas urbanas que agregam mercados e caracterizam as “economias de cidade” (*Stadtwirtschaft*). Essa evolução faz com que as economias individuais se tornem cada vez mais interdependentes. Além disso, isso possibilita o aumento da força de um poder estatal, principalmente por permitir a cunhagem e a criação de leis territoriais, até o ponto onde atinge a forma do estado moderno. Nesse ponto, a organização se torna um organismo social central, característica da “economia do povo” (*Volkswirtschaft*), “economia nacional” (*Nationalökonomie*) ou “economia de estado” (*Staatwirtschaft*) (Schmoller, 1900, p.4). Sendo assim, e como já dito anteriormente, não é possível, para Schmoller, separar o estudo da economia do estado. As necessidades individuais não podem ser supridas pelo indivíduo isolado, mas apenas enquanto parte desse organismo, não importa seu estágio de evolução (*Ibidem*, p. 62)⁶⁰. A ideia de interdependência das partes de um organismo para a evolução

⁶⁰ Existem ainda outros dois níveis de abstração, os órgãos e as instituições. Os principais órgãos de uma economia nacional são, por exemplo, “grandes bancos, instituições centrais de transporte, representações

destas partes e do organismo como um todo permeia toda a justificativa da necessidade das questões éticas e históricas no entendimento da sociedade e da economia. Meyer (1988) vai chamar os resultados destes pressupostos em Schmoller de “ficção ontológica”, base metafísica de seu sistema de Economia Política.

Menger critica mais duramente a utilização de analogias, mas o excesso que vê não vai na direção da crítica de Schmoller, relacionada à ocultação do conhecimento histórico. Para Menger, as analogias biológicas limitam a análise da economia política àqueles fenômenos que são similares em origem e função a fenômenos naturais.

O que Menger (1985 [1883]) argumenta é que a principal razão para a utilização dessas analogias é a relação de dupla causalidade entre órgão e organismo, a não possibilidade de existência de um sem o outro. No entanto, nas ciências naturais isso seria causado por uma origem dos fenômenos a partir de processos naturais (automáticos)⁶¹. No caso das ciências sociais, isso significaria tratar de fenômenos que têm sua origem em “resultados não intencionais dos desenvolvimentos históricos” (*Ibidem*, p. 192). Ocorre que, mesmo que esses fenômenos existam, como no caso do surgimento do dinheiro e do mercado, esse não é o caso de diversas estruturas sociais. Aquelas estruturas que resultaram da “ação intencional do ser humano em direção ao seu estabelecimento e desenvolvimento” (*Ibidem*) não estariam representadas⁶². Essas são possíveis apenas a partir de acordos coletivos ou

comerciais, e ministérios do comércio e da agricultura” (Schmoller, 1900, p. 6). Instituições, por outro lado, são parte da vida comunitária e tem evolução própria (mas mesmo assim preservam relação com moral e costumes de uma comunidade específica, o que as diferencia das instituições de outras comunidades), e ao longo do tempo, tendo influência sobre diferentes gerações. Exemplos de instituições são: propriedade, casamento, cunhagem, escravidão e servidão (*Ibidem*, p.61). Órgãos seriam o “lado pessoal” das instituições. A família seria, por exemplo, esse lado do casamento. É a evolução desses órgãos e instituições que devem ser observados e descritos no passo (a) do método de Schmoller.

⁶¹ Aqui é interessante observar o entendimento divergente entre Menger e Schmoller da natureza da economia política. Enquanto Menger vê que só se poderia falar de organismo social a partir do momento em que se leva em consideração apenas os resultados não esperados das ações econômicas, Schmoller utiliza essa analogia, mas de saída define o fenômeno econômico como uma ação consciente e baseada em uma ideia razoável sobre os resultados das ações. Ver Schmoller (1900, p. 2).

⁶² “[...] some social phenomena are the results of a common will directed toward their establishment (agreement, positive legislation, etc.), while others are the unintended result of human efforts aimed at attaining essentially individual goals (the unintended results of these). [...] In the second case social phenomena come about as the unintended result of individual human efforts (pursuing individual interests) without a common will directed toward their establishment. Only this circumstance, recognized up to now only very imperfectly (but by no means, for instance, an objectively based, strict analogy to the natural organisms!), gave occasion to designate the cause of the last mentioned social phenomena (resulting unintentionally) as "original," "natural," or even "organic," in contrast to the cause of those mentioned first (established intentionally, by the common will).” (Menger, 1985 [1883], p. 133). É interessante observar que há uma separação de relações para origem de fenômenos próxima a de Dilthey, na sua separação entre sistemas culturais e organizações externas da sociedade, mas com desencadeamentos diferentes para o entendimento teórico.

legislação positiva. Aqui a relação entre indivíduo e unidade é dada por meio do cálculo humano, e não por processos naturais. Sendo assim, a analogia permitiria uma análise apenas parcial da realidade que a teoria deveria confrontar, e algo que parecia antes apenas um mecanismo facilitador se torna limitador.

Uma segunda questão é que, mesmo que estejamos lidando com os tipos de estruturas sociais passíveis de serem entendidas nessa relação órgão/organismo, a analogia pode ser apenas parcial. Isso porque as analogias são capazes de demonstrar apenas as observações mais ingênuas de similaridade, sem levar a um verdadeiro entendimento dos fenômenos naturais ou sociais. Ademais, a utilização de analogias pode trazer implicações metodológicas indesejadas, e essa é a questão mais problemática. As analogias mais excessivas podem importar relações de causalidade pré-estabelecidas dentro das ciências naturais, principalmente do estudo da anatomia, já que estamos lidando com a ideia de organismo. Sendo assim, teríamos um “entendimento orgânico do fenômeno social” ao invés de uma “determinação de leis de coexistência e sucessão dos fenômenos sociais em geral”.

Ainda assim, mesmo sendo crítico do uso de analogias, não é a qualquer tipo de uso que Menger se opõe. Seu uso como mera estratégia de apresentação de questões econômicas sem implicações metodológicas, como fazia Roscher⁶³, não era algo que necessariamente deveria ser descartado. Aproximando da diferenciação que fizemos entre analogia e metáforas, desde que as comparações se mantenham no campo das metáforas, sem implicações estruturais (e no caso de Menger com especial atenção às implicações metodológicas), não haveria problema em sua utilização. Usos mais problemáticos seriam de autores como Henry Charles Carey, o já mencionado Albert Schäffle e o russo Paul von Lilienfeld⁶⁴ (Menger, 1985 [1883], p.136, nota de rodapé 48). Sendo assim, por mais que tanto Menger quanto Schmoller critiquem o trabalho de Schäffle, Menger é mais cético ao uso geral de analogias

⁶³ Para Roscher, a economia evoluía para sua maturidade assim como o faria um organismo: nas fases iniciais os órgãos teriam tamanhos desproporcionais, mas à medida que o organismo atinge a maturidade, eles cresceriam também em proporcionalidade. É assim que o autor apontaria a distribuição de renda mais igualitária como algo característico de sociedades mais avançadas (Priddat, 1997, p. 26-28). Há também, como mostra Krabbe (1995), uma tentativa de evitar a generalização teórica dos britânicos, tratando os organismos (vistos como povos) independentemente, influenciado pelo já mencionado Herder. Por fim, Schneider (2010) aponta como as analogias biológicas eram um traço comum da Escola Histórica, não necessariamente apenas da EHAE, como nas obras de Adam Müller e Karl W. C. Schüz.

⁶⁴ Schmoller (1888a, p. 228) também critica duramente o trabalho de Lilienfeld, vendo-o como um “talentoso e nobre dileitante” cujo trabalho “Pensamentos sobre a Ciência Social do Futuro” foi “descuidadamente confiado à impressão”.

biológicas, enquanto Schmoller se opõe apenas nos momentos em que elas impedem o aprofundamento do conhecimento histórico.

Mesmo tendo sido alvo de diversas críticas, pelos mais variados motivos, a obra de Schäffle foi muito influente tanto para as ciências sociais como um todo quanto para a economia especificamente. Suas analogias biológicas, ao contrário de autores como Lilienfeld, não se apoiavam em individualismo metodológico (ao menos não em toda sua análise⁶⁵), algo importante para diferenciar sua recepção, principalmente entre membros da EHAE. Reinert (2010, p. 135) argumenta que o menor elemento da análise de Schäffle, comparável às células, eram as famílias, enquanto para Lilienfeld era o indivíduo. Ademais, mostra Balabkins (2010), a proximidade de Schäffle com o darwinismo não ia até o ponto de ver a luta do indivíduo por sobrevivência como motor da evolução, entendendo que o melhor resultado da evolução da sociedade era baseado na liberdade e na equidade entre os indivíduos.

As principais críticas, como o próprio Schäffle (1905) reconhece, se deram à obra *Estrutura e Vida*, mesmo que autores como Émile Durkheim tenham visto importantes contribuições na obra (Peukert, 2010). Mesmo assim, ele continuava sendo reconhecido, em geral, como um grande autor do período. Scheel (1885 [1882], p. 98), por exemplo, o coloca ao lado de Wagner, Rau e Hildebrand como um dos principais autores na tradição da economia política alemã⁶⁶. Nesse sentido, sua obra *Quintessência do Socialismo* foi muito bem recebida pela crítica (Balabkins, 2010). Conceitos e teorias desenvolvidos por ele também permaneceram influentes por um longo tempo. Borchardt (1961) e Balabkins (2010) argumentam que o autor adiantou vários aspectos da teoria do desenvolvimento de Schumpeter, como a centralidade das ideias do empreendedor, do inovador e de rendas de monopólio. Borchardt também aponta uma influência de Schäffle sobre a essência do valor (subjetivo) de Menger. Por fim, Hutter (1993/1994) mostra como a ideia schmolleriana de “círculos conscientes” (*Bewusstseinskreise*) vem de Schäffle, mesmo que o líder da EHAE não tenha feito referência direta ao último. Esse conceito é baseado em forças psíquicas coletivas, responsáveis por ligar fenômenos econômicos a outros fenômenos sociais.

⁶⁵ Peukeurt (2010, p. 204) mostra como o individualismo metodológico aparece no livro dois de *Estrutura e Vida*.

⁶⁶ Curiosamente, Scheel (1885 [1882]), escrevendo para o volume que causará importante debate entre Schmoller e Wagner, e que apresentaremos no capítulo 3, não cita Schmoller entre os maiores economistas políticos.

Em resumo, o que tentamos focar é como cresceu, ao longo do século XIX, a oposição às analogias biológicas e à dependência da ciência social para com a ciência natural. Isso, no entanto, não descarta todo e qualquer desenvolvimento obtido lançando mão dessa estrutura científica. A questão é que cada autor se oporá a isso de acordo com sua própria visão do modo como deveriam ser desenvolvidas as ciências sociais. Schmoller opõe-se apenas no ponto em que as analogias poderiam criar um impedimento à compreensão histórica dos fenômenos econômicos. Já Menger coloca em dúvida a utilidade do uso dessas analogias na medida em que limitam a gama de fenômenos a serem analisados, vendo-as como definitivamente equivocadas no momento em que trazem implicações para o entendimento das relações causais dentro dos fenômenos de interesse. Já Dilthey, como colocado anteriormente, busca a supressão dessas analogias com o intuito de garantir a independência da disciplina. Em sua tentativa de reformular o pensamento da escola histórica, o autor busca afastar-se da dependência de unidades como povo e nação, que aparecem como organismos nessas analogias, e construir um conhecimento histórico-social que não necessite dessas categorias, que para ele só obscurecem o trabalho do cientista social.

Feita esta última análise, é possível passar para o próximo tema de discussão: a teoria de Dietzel. Nesse capítulo, pudemos observar aspectos centrais da metodologia de Menger, Schmoller e suas respectivas escolas, que em geral guiaram o debate dentro do pensamento econômico alemão até ao menos o início da Primeira Guerra Mundial. O autor que apresentaremos a seguir adota uma via diferente. Apesar de haver outras tentativas de solucionar esse debate metodológico, nenhum outro autor se posicionou de forma tão abertamente próxima à escola clássica, grande alvo de críticas da EHAE. A obra de Dietzel será importante para apresentar não só uma perspectiva em relação à economia política normalmente ignorada quando se trata desse período, mas também uma visão sobre a relação dessa disciplina com as demais ciências sociais, e assim estabelecer um leque significativo das possíveis influências sobre os autores da moderna sociologia. Dietzel apresenta um terceiro modo de abordar a ideia de uma disputa pelo futuro da economia política, que, no fim, concentrou boa parte os debates que influenciaram as perspectivas sociológicas do início do século XX, principalmente se levamos em conta o papel de liderança da economia política no estudo da realidade social, ligado também a sua importância enquanto palco do debate de política social.

3 QUESTÕES ANTERIORES AO *METHODENSTREIT* E UMA TERCEIRA VIA: A *SOZIALÖKONOMIK* DE HEINRICH DIETZEL

Gottlob Heinrich Andreas Dietzel (1857-1935) foi um economista alemão nascido em Leipzig. Ele estudou direito em Heidelberg e Berlim e cursou o doutorado em economia política sob a supervisão de Adolf Wagner, também em Berlim. Em 1885 se tornou professor na Universidade de Dorpat, localizada onde hoje é território da Estônia, e que no idioma local atende pelo nome de Universidade de Tartu. Posteriormente, em 1890, ingressou na Universidade de Bonn, onde permaneceu até o fim da vida. Dietzel é um autor majoritariamente esquecido na história do pensamento econômico, com exceção de algumas poucas menções, como Beckerath (1944), Nau (1997b), incluindo uma possível influência sobre o Ordoliberalismo (Goldschmidt, 2002), mas, principalmente, a obra de Kasprzak (2005), a mais completa sobre o autor. Fora da literatura alemã, o conhecimento de seu trabalho é praticamente nulo.

Dietzel possuía uma visão muito particular na Alemanha do último quarto do século XIX. O autor buscava um reestabelecimento e reformulação do pensamento clássico, defendendo-o de várias críticas das principais correntes de língua alemã: a nascente Escola Austríaca e a EHAE. Como enfatiza Beckerath (1944), isso o colocava em relativo isolamento entre os acadêmicos alemães do período, mesmo que tenha encontrado certo apoio ao seu trabalho mais definitivo, de 1895 (Schäffle, 1895). Como poderá ser visto no capítulo 5, Dietzel era também reconhecido por Weber, que o utilizava enquanto bibliografia de seu curso de economia política. Por mais que outros (como Karl Bücher, Wilhelm Lexis e mesmo Adolf Wagner) também tenham buscado alguma aproximação teórica com os clássicos, principalmente se comparados a Schmoller, nenhum foi tão longe quanto Dietzel.

As razões para darmos centralidade a essa figura pouco conhecida do pensamento alemão são as seguintes: 1) Dietzel, mais que qualquer outro autor do período, dá centralidade aos conceitos utilizados na economia política para a correta definição do escopo da disciplina. Seu foco na correta delimitação da disciplina dá origem a detalhados trabalhos onde explora os diferentes entendimentos que certos conceitos fundamentais têm na literatura de língua alemã no período, assim como quais tipos de erros delimitações incorretas poderiam

acarretar, principalmente na perda de precisão das análises. Nisso ele concorda com Menger, no sentido de ver a EHAE ultrapassando os limites do que deveria ser o escopo da disciplina. Ele, no entanto, mostra que a saída do autor austríaco também não é satisfatória. Isso tem clara ligação com o tema desta tese. É de nosso interesse entender como os autores justificam a necessidade de uma disciplina, e como deverá ser sua delimitação. Fica claro que a delimitação de Schmoller, por ser demasiadamente abrangente, cria dificuldade para a delimitação de um campo de interesse de uma nova ciência, por exemplo; 2) Sua posição dentro do *Methodenstreit*, principalmente no que diz respeito ao papel da história e sua ideia de sociedade. Dietzel irá buscar abarcar tanto o método histórico, com a ideia de uma teoria baseada na observação, e a construção abstrata da teoria, mesmo que claramente dê maior importância às construções abstratas. Sendo assim, ele representa uma das muitas tentativas de sínteses em meio a uma disputa pelos rumos da economia política; 3) Sua influência sobre Max Weber, principalmente no que diz respeito à separação entre o ser e o dever ser, e também seu papel na popularização do termo *economia social* (*Sozialökonomik*) para designar os estudos das relações econômicas. Em caráter embrionário, o sentido da mudança que impulsiona o surgimento da sociologia, que surge em meio a uma crítica tanto do historicismo quanto do Iluminismo, pode ser encontrado em Dietzel. Weber também buscará construir uma síntese do *Methodenstreit* e algumas das questões apontadas por Dietzel também estarão presentes em sua obra.

Como já enfatizado, o período em questão exibe uma disputa aberta pelo futuro da economia política, sendo um dos motivos para isso a falta de coesão dentro do que consideremos a corrente dominante, algo que Dietzel aponta reiteradamente. Essa disputa nunca deixará de estar ligada a uma proximidade ou negação do pensamento clássico, mesmo que na Inglaterra e na França a teoria econômica passe por significativas modificações (e essa nomenclatura não seja utilizada de forma muito precisa), principalmente com o advento do marginalismo. É mais importante para autores como Schmoller sua identificação enquanto “Escola de Manchester”, dos princípios do egoísmo que deve ser evitado. Dietzel representa uma guinada mais categórica em direção à abstração e ao “homem econômico”, adicionado de uma perspectiva epistemológica diferente tanto da EHAE quanto de Menger. Weber, como veremos na próxima parte, irá buscar também o conhecimento abstrato, mas seu entendimento de ciências humanas/sociais modificará o sentido com o qual essas abstrações são utilizadas.

Tendo isso em vista, apresentamos em primeiro lugar como Dietzel se posiciona frente às questões epistemológicas trazidas por Dilthey e sobre o lugar da economia política (mais precisamente da *Sozialökonomik*) em relação às ciências sociais.

Na introdução de sua obra mais madura, Dietzel (1895) discute porque a *Sozialökonomik* pode ser considerada uma ciência e qual a sua estrutura. Ele coloca essa disciplina, sua versão da economia política, dentro do conjunto de ciências da sociedade (*Gesellschaftswissenschaften*). Sendo assim, a visão do autor é a da divisão entre as ciências do estado (*Staatswissenschaft*) e da sociedade, diferente de Menger, por exemplo, que via a economia política como parte das ciências econômicas (*Wirtschaftswissenschaften*), algo independente das ciências da sociedade. É importante notar que, como mencionado, a ideia de *Gesellschaftswissenschaften* de Dietzel não carrega a noção da sociedade enquanto organismo social, como era comum no período. Com isso, há em Dietzel uma equidade entre ciências da sociedade e ciências sociais, já que em sua divisão os problemas sociais são aqueles ligados ao indivíduo.

É uma característica já apontada como a economia política se tornou a principal disciplina dentro das ciências sociais, abarcando todos os problemas práticos da sociedade e as discussões epistemológicas. Esse ponto é interessante para que tenhamos em mente como o entendimento da estrutura e justificativa desse grupo de ciências varia na Alemanha, isso quando os autores tratam o tópico de forma mais consistente.

A razão desta “superioridade” da economia política está ligada a algo que discutimos no primeiro capítulo, o surgimento da ideia de sociedade em oposição à ideia de estado. Com o gradativo ganho de relevância da sociedade em relação ao estado há também uma mudança no que diz respeito à quais questões a pesquisa social deve responder. Anteriormente estas questões diziam respeito à tensão entre a coroa e o povo, entre governo e governados, sendo as questões de política constitucional as mais em voga, e a política e a filosofia do estado as disciplinas mais relevantes. Gradativamente, as questões de política econômica-social tomam posição de maior relevância, impulsionadas pela disputa entre os possuidores e os sem posses, os ricos e os pobres, de acordo com Dietzel. Nesse contexto, é a economia política que passa a ser a disciplina líder dentro das ciências sociais, dado que há um movimento conjunto de separação entre o estudo do estado e o da sociedade. Também importante, é que no âmbito da economia política (ou Economia Social - *Sozialökonomik*) que os problemas epistemológicos passam a ser disputados. Isso inclui a diferença entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Adentrando a análise comparativa de Dietzel com os autores anteriormente abordados, primeiramente, Dietzel é contrário à ideia de Dilthey sobre a diferenciação epistemológica entre ciências naturais e humanidades. Isso ocorre porque Dietzel considera como método das ciências naturais o método do isolamento, onde o fenômeno é considerado com relação apenas ao objetivo da análise. Esse método é o que permite atingir o objetivo da teoria, a obtenção de teoremas, mesmo método da teoria da economia social e de outras teorias das ciências sociais.

Estes teoremas obtidos nas ciências naturais são mais precisos que aqueles das ciências sociais, mesmo que o autor busque em ambos os casos se afastar da rigidez da busca por leis. Mesmo o resultado da pesquisa teórica da física, seus teoremas abstratos, teriam apenas validade hipotética para a vida real. “[Os teoremas abstratos da física] têm validade apenas hipotética, [mas] enunciam tendências reais completas, algo que os diferenciam dos análogos teoremas da doutrina social teórica” (Dietzel, 1895, p. 17). Trataremos Weber na próxima parte desta tese, mas já é interessante adiantar como, apesar de certas similaridades, os autores possuem posições diferentes quanto a isso. Weber também nega a possibilidade de formações de leis, mas a proposta de Dietzel está longe de trazer a perspectiva histórica dos conceitos formados por Weber, apesar de também ter um certo caráter heurístico. Dietzel estaria muito mais próximo da ideia de Menger de leis.

A impossibilidade de se obter leis fica mais clara no caso das ciências sociais. Nelas só é possível observar as formulações causais no concreto caso o indivíduo ou os indivíduos observados tenham “aflorada” a característica psicológica sob consideração. O resultado disso é a incapacidade de se observar regularidades suficientes para a formulação de leis (Dietzel, 1895, p. 76). Pensando no *Methodenstreit*, a razão para a ação econômica, como o egoísmo, não seria vista como aquele motivo último, mais elementar, como em Menger. Ao contrário, seguindo a ideia da EHAE, o autor aceita a multiplicidade de razões psicológicas por trás da ação, e assim descarta a ideia de se formular leis das relações entre os indivíduos. O egoísmo seria o determinante da ação destacado para a análise econômica, e só corresponderia a uma ação real caso algum agente tivesse um comportamento demasiadamente guiado por este fator.

Ademais, o sentido que o autor implica de teorema é a condicionalidade da prova lógica àquilo que foi assumido a respeito do comportamento dos indivíduos, como no exemplo a seguir

“Uma fórmula causal social-teórica obtida por meio do método de isolamento é, por exemplo, o teorema da economia social de que sob certas premissas o evento de uma queda na oferta marca uma subida nos preços serve tanto para entender processos de preços anteriores, quanto para a predeterminação do que acontecerá quando um evento como esse acontecer no futuro.” (Dietzel, 1895, p. 17).

Em resumo, por mais que haja uma tentativa de se aproximar o método de ambos ramos da ciência, uma busca por replicar um método visto como correto baseado em uma ciência já bem estabelecida, a robustez dos resultados da pesquisa teórica é algo que as diferencia.

Ademais, outra coisa que diferencia esses dois ramos da ciência é a relação entre as partes teórica e prática. Para Dietzel, tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais devem buscar conhecer “aquilo que é” (*Sein*), que corresponde à parte teórica. No entanto, enquanto nas ciências naturais a parte prática é uma mera aplicação do conhecimento obtido na teoria, o mesmo não se pode dizer das ciências sociais, onde a prática busca conhecer “aquilo que deveria ser” (*Seinsollen*)⁶⁷. A parte prática das ciências naturais lida apenas com aspectos técnicos, a das ciências sociais deveria levar em conta além de questões técnicas, críticas e normativas. Essa divisão tripartite de seu objetivo se torna duas subpartes de toda ciência social: a ética (a ética econômica, por exemplo), que lida com aspectos normativos, e a política (como a política econômica), que lida com aspectos técnico-culturais (Dietzel, 1895, p. 4-6). Essa ligação da economia prática à disciplina da ética é algo que o diferencia de Menger, mesmo que o autor austríaco também enfatize que não se deve meramente aplicar as leis encontradas na pesquisa teórica na prática econômica. Há por trás desta posição de Dietzel uma ideia de que apenas as ciências naturais poderiam ser neutras, somente elas poderiam realizar a parte prática de sua tarefa científica sem recorrer à normatividade. É interessante ter isso em mente, já que a posição de Rickert, que terá muita influência sobre Weber, é exatamente uma onde as ciências humanas e sociais são caracterizadas pela ideia de valor cultural, que impediam sua completa emancipação do juízo de valor. Ademais, a divisão entre ética econômica e política econômica também diferencia Dietzel de uma de suas principais influências, Jean Baptiste Say⁶⁸.

⁶⁷ Takebayashi (2003, p. 399) aponta que Dietzel coloca essa questão no centro do debate alemão a partir de sua participação no debate entre Schmoller e Adolf Wagner, que discutiremos na próxima seção. Segundo o autor ele é o primeiro a desenvolver uma classificação para as ciências sociais a partir desse debate.

⁶⁸ “Como é vã a oposição entre a teoria e a prática! O que é a teoria senão o conhecimento das leis que ligam os efeitos às causas, isto é, fatos a fatos? Quem melhor conhece os fatos do que o teórico, que os conhece sob todos os seus aspectos e que sabe quais são as relações que eles mantêm entre si? E o que é a prática sem a teoria, isto é, o emprego dos meios sem saber como nem por que eles atuam?” (Say, 1983 [1803], p. 42).

O resultado disso é a negação não apenas da justificativa epistemológica de Dilthey para a separação das ciências sociais, mas também das perspectivas de lógica de Menger e Schmoller para a economia política. “A teoria econômica não é a ciência do geral nem do típico, mas sim a ciência do efeito específico dos motivos econômicos enquanto um momento causal psicológico das ações humanas” (Dietzel, 1895, p. 76).

Do exposto até aqui fica claro que Dietzel vai negar a ideia de Schmoller de uma *Nationalökonomie als Sozialwissenschaft*. A economia política deve ser entendida enquanto parte das ciências sociais, mesmo que ele as veja como um ramo da ciência ainda pouco desenvolvido. A economia política que busca englobar todos os impulsos psicológicos para a ação é inalcançável. Não há concordância também com Dilthey, que une as ciências sociais a partir do objetivo de compreensão da realidade histórico-social, dado que a teoria não tem como objetivo descrever a realidade. Por mais que Dietzel visse a economia política (ou economia social) como a disciplina que guiaria os desenvolvimentos dentro das ciências sociais, os objetivos de pesquisa deveriam ser estabelecidos independentemente. Em outras palavras, ele se distancia do método histórico.

Menger também não é bem-sucedido nesse ponto, na opinião de Dietzel. Sua ideia do egoísmo como fenômeno mais simples que guia a ação humana e fator que diferenciaria a disciplina das demais ciências sociais (Menger, 1985 [1883], p. 97) não é satisfatória. Por mais que, continua Dietzel (1884a, p. 33), a economia política clássica também partisse desse pressuposto, do egoísmo como chave para o entendimento da economia política, não havia a pretensão de apresentar como parte de uma ciência social. Sendo assim, seu equívoco não estaria tão exposto. “O ‘interesse próprio’ não está apenas no campo dos acontecimentos econômicos, mas – há um acordo sobre isso – desempenha um papel em todas as áreas dos eventos sociais; em uma teoria do interesse próprio, a teoria econômica seria apenas um capítulo.” (Dietzel, 1911, p. 445).

O que as demais disciplinas teóricas das ciências sociais deveriam fazer é, então, também buscar delimitar os fenômenos considerados como objetos de seu estudo. O procedimento é pensar sobre um meio de agir em busca de uma necessidade tangível (Dietzel, 1895, p.2) do qual pudesse se deduzir o comportamento de um grupo/sociedade. Enquanto Menger diferenciaria as disciplinas por um outro tipo de interesse, como “bem comum”, que guiaria uma ação, em Dietzel é a finalidade da ação que teria este papel (daí, como veremos, a definição do que é bem econômico se torna central).

No que diz respeito diretamente à sociologia é central sua divisão entre o princípio social e o individual, motivo pelo qual Beckerath (1944) chama Dietzel de, além de economista, sociólogo. Para nós fica clara que essa classificação não seria compartilhada por Dietzel, além de implicar em uma visão estruturalista de sociologia. O sentido que Beckerath implica é que Dietzel seria sociólogo por se dedicar ao estudo das estruturas sociais, em oposição ao estudo do indivíduo. Como frisamos em outros momentos, há para Dietzel uma carga negativa em sua utilização do termo “sociologia”, já que ele não compartilha do pensamento comteano.

O princípio social é “a proposição de que o todo social (a unidade abstrata de todos os indivíduos) é o propósito último; os órgãos individualmente servem à vida do corpo social, como membros [servem] à vida do corpo físico” enquanto o princípio individual é “a proposição de que o indivíduo é o objetivo supremo; todas as estruturas sociais superiores e inferiores - família, propriedade, cooperativa, estado, unidade dos estados - são apenas meios para os propósitos que os indivíduos possuem em si mesmos.” (Dietzel, 1910, p. 590). Como ficará claro, essa diferenciação faz parte do que Dietzel considera como parte da discussão de ética econômica. Esses princípios são opostos, devem ser entendidos como normas básicas e axiomáticas. Assim como no caso do *Sein* (o que é), o *Seinsollen* (dever ser) também parte de um princípio fundamental, uma sentença indisputável, que pode ser generalizada. No caso do princípio social, que corresponde ao socialismo, mas não somente a ele⁶⁹, a ideia de que o objetivo é o desenvolvimento do todo, e que esse todo age como “uma potência que vêm de cima” (*Ibidem*, p. 592), é que, além de classificar o sistema, ele guiará a política econômica. A intenção do autor aqui é não limitar a análise econômica ao individualismo. Outro lugar em que a questão da relativização da centralidade do individualismo aparece é em suas premissas sociais (algo diferente de princípios sociais) da teoria econômica, como ficará claro na seção 3.2.2. Isso é um exemplo onde o autor tenta se posicionar como um conciliador entre as posições do *Methodenstreit*.

Um último ponto deve ser levantado, antes de prosseguirmos para uma análise mais profunda da obra deste autor, a questão das analogias. Como fica claro na citação da definição do princípio social, o autor lança mão dessa ferramenta. No entanto, isso é algo que aparece muito pouco em sua obra, e somente quando há alguma noção no sentido de relação unidade-todo. Dietzel, como fica claro em sua teoria, não parte de um ponto de vista coletivista. No

⁶⁹ Dietzel (1910) fala inclusive de um princípio social com objetivos *laissez-faire*.

entanto, o princípio social, na falta de modo melhor para ser descrito, “pode ser classificado sob o título geral de sistemas orgânicos” (DIETZEL, 1910, p. 590). Sendo assim, não há a transposição da interdependência entre o particular e o todo para toda a análise econômica como em Schmoller, e, ainda menos, os relacionamentos rígidos entre essas estruturas como até Schmoller acusa autores como Schäffle. Tampouco já existe uma percepção das inúmeras barreiras que esse tipo de tratamento impõe ante o desenvolvimento das ciências sociais. É exatamente nos momentos em que busca fazer concessões à EHAE que o autor recorre a essas imagens biológicas.

O que é necessário fazer a seguir é apresentar o sistema de *Sozialökonomik* de Dietzel, e como ele se propõe enquanto uma alternativa ao debate de métodos entre Schmoller e Menger. Iniciamos, no entanto, com a posição de Dietzel a respeito de um debate anterior, entre Schmoller e Adolf Wagner. Nessa disputa já estão presentes algumas questões que ganhariam mais visibilidade com o *Methodenstreit*, sendo portanto um local onde já é possível ver seu posicionamento com respeito às ciências da sociedade, principalmente o foco na separação entre *Sein* e *Seinsollen*. Além disso, seu principal trabalho logo após esse debate é justamente a obra onde o autor levanta uma extensa análise bibliográfica dos termos utilizados na economia política, e como esses seriam inadequados para a correta delimitação do escopo da disciplina.

3.1 O debate entre Schmoller e Wagner como o ponto inicial de Dietzel

A disputa entre Wagner e Schmoller já pode ser considerada uma questão ao redor do método correto para a economia política, onde Wagner representava uma posição muito menos radical do método histórico. A questão gira em torno da edição do *Manual de Economia Política* (*Handbuch der politische Ökonomie*) de Gustav von Schönberg, publicado em 1882. Schönberg editou o livro e escreveu o prefácio, o primeiro capítulo sobre a natureza do fenômeno econômico (*Volkswirtschaft* – sua essência, história e presente), além de dois outros capítulos sobre comércio. Diversos outros autores escreveram os demais capítulos, entre eles Adolf Wagner, Emil Sax, Hans von Scheel e Friedrich Julius von Neumann. A obra era significativamente abrangente. A segunda edição, à qual tivemos acesso⁷⁰, era

⁷⁰ A diferença entre a primeira e a segunda edição é de sistematização, segundo o prefácio à segunda edição. A primeira edição foi escrita em dois volumes. Foram incluídas apenas 40 páginas na segunda edição, mas o autor aponta que foram feitos vários melhoramentos ligados à organização.

composta de três volumes lançados entre 1885 e 1886 que somavam quase três mil páginas. De acordo com Hagemann e Rosch (2002), os repetidos lançamentos de novas edições comprovam o sucesso da obra⁷¹.

O próprio formato da obra, de manual, é ponto relevante aqui. Como argumentam Hagemann e Rosch, o manual era um formato já muito popular na Alemanha do século XIX, o qual reproduz o estado geral do conhecimento do campo que pretende cobrir. O livro de Schönberg foi o primeiro de seu tipo por se ocupar do campo da economia política como um todo. Esse é o principal ponto de crítica de Schmoller. O autor não via a economia política pronta para a sistematização da integridade de seu conteúdo. Enquanto defensor de um método histórico mais radical, Schmoller via a necessidade de um extenso trabalho histórico e estatístico antes de se avançar qualquer análise da realidade (Wagner, 1886a)⁷².

Em sua crítica a Schönberg, Schmoller (1986b [1882]) vê também um problema na divergência de objetivos perseguidos por cada um dos autores contribuintes, mesmo que eles permaneçam de algum modo conectados à EHAE de sua contemporaneidade no que diz respeito ao método. Essa proximidade metodológica por si só é também um problema. Isso porque, como vimos, a intenção de Schmoller era modificar essa visão de método, a qual ele ainda via ligada à velha EHAE e com demasiadas concessões à economia política clássica. O caminho de evolução da disciplina, completa apenas no momento em que se obtenha *Nationalökonomie als Sozialwissenschaft*, envolve

“[...] ampla erudição, pesquisa exata, a reunificação das sentenças meramente dogmáticas da economia política, filosofia, psicologia, história e ética (que anteriormente eram tratadas separadas umas das outras), [que] caracteriza a consequência da reversão que deve ser e será a transformação da chamada economia política em ciência social.” (Schmoller, 1986a [1882], p. 67)

Isso superaria a sistematização do conhecimento de economia política da velha EHAE, da qual segundo Schmoller a obra de Schönberg era uma mera continuação com leves mudanças. Isso fica claro também na questão da composição da disciplina. Embora Schmoller reconheça que não existe apenas um modo de sistematizar o conhecimento econômico, existe um objetivo a ser cumprido nessa tarefa: a construção de uma unidade de

⁷¹ O manual também teve sucesso internacional, inclusive no Brasil. Curi (2018) mostra como Rui Barbosa foi influenciado por essa obra, principalmente os escritos de Wagner no campo das finanças.

⁷² Esse artigo, onde Wagner faz uma detalhada resenha sobre o *System der Nationalökonomie* de Gustav Cohn, apareceu como uma tradução comentada na primeira edição do *The Quarterly Journal of Economics*, onde Wagner era apresentado como “um dos mais eminentes economistas vivos” (ver Wagner, 1886b).

conhecimento. O modo utilizado por Schönberg é inadequado e representa uma barreira ao avanço da disciplina na direção proposta por Schmoller. O autor não teria sido capaz de superar o erro de Rau, que não permite que o método histórico seja utilizado em sua completude dentro da teoria da economia política, tendo papel central apenas na política econômica e nas finanças (ver Figura 2).

Schönberg (1885 [1882]) divide seu livro da seguinte maneira: depois da introdução, há uma discussão da história da teoria da economia política (feita por Scheel), uma justificativa da economia política enquanto ciência e, por fim, uma breve discussão sobre socialismo e comunismo. O quarto capítulo, escrito por von Neumann, apresenta os principais conceitos da disciplina (bens, valor, preço, riqueza, economia, lucro, receita e renda). A isso se segue “A produção econômica em Geral”, por F. Kleinwächter. Os capítulos subsequentes da parte teórica também seguem a distribuição dos objetos de análise comuns à época: “Configurações dos Preços”, “Sistema Monetário e Cunhagem”, “Crédito e Sistema Bancário”, “Transporte e Comunicação”, etc. O que Schmoller aponta como falha é a falta da formação inicial dos conceitos baseada no método histórico, que permitiria apresentar os órgãos e organismos da economia - ou seja, como os conceitos se encontram inseridos na sociedade, sendo “formas sociais de manifestação da vida econômica” (SCHMOLLER, 1986a [1882], p. 68).

É possível esclarecer essa questão observando a divisão utilizada por Schmoller (1900). O primeiro capítulo de seu *Grundriss der allgemeinen Volkswirtschaftslehre* é voltado para a apresentação dos conceitos básicos, mas aqui sempre tendo em vista como estão inseridos no contexto social. A seção 1.3, por exemplo, é denominada “Os conceitos da Economia enquanto Órgãos Sociais e a Economia do Povo” (*Der Begriff der Wirtschaften als gesellschaftlicher Organe und der Volkswirtschaft*)⁷³. Já no capítulo dois fica claro que o modo de influência da sociedade nos fenômenos econômicos é por meio da ética, da lei e dos hábitos. Após isso, o autor apresenta a história da economia política até sua contemporaneidade, e isso é seguido dos tópicos considerados estritamente econômicos. Mesmo assim, nesses capítulos teóricos, ele coloca a questão em função dos órgãos, discutidos anteriormente, e de instituições. É isso que forma sua conceituação genética. Sendo assim, e retomando o que discutimos no capítulo anterior, Schmoller vai buscar

⁷³ É importante notar como no alemão ele distingue entre *Wirtschaft* e *Volkswirtschaft*, no sentido que só será *Volkswirtschaft* se for considerada enquanto algo ligado ao contexto social. Por esse motivo diferenciamos as traduções.

aproximar a economia política às ciências sociais ao levar em consideração esses aspectos éticos, legais e de costume, além de utilizar a analogia do corpo social para estabelecer a interdependência entre as partes e o todo.

Como já apontado, mesmo sendo da mesma geração de Schmoller no que diz respeito à EHAE, Wagner não comungava de diversas de suas perspectivas, principalmente no que diz respeito à teoria econômica, e veio em defesa de Schönberg (e de si mesmo, já que contribuíra para a obra). Primeiramente, com respeito à crítica à falta de comunicação entre os autores, ele lembra a dificuldade do trabalho que é coordenar 22 coautores, e adiciona: “Faça melhor, *vivat sequens!*” (Wagner, 1883, p. 260).

Algumas das críticas de Schmoller, Wagner apenas comenta brevemente, já que envolvem questões metodológicas mais profundas que não teriam espaço suficiente em uma resenha. Essas voltam ao centro do debate na Alemanha durante o *Methodenstreit*. No entanto, outras ele discute com mais detalhe. Ele aborda o problema da sistematização da disciplina, mostrando como Schmoller nesse ponto estava próximo a autores como Karl Rodbertus, Lorenz von Stein e Albert Schäffle. A ligação que há entre a sistematização de Schmoller e sua posição quanto ao método histórico, na visão de Wagner, colocava-o demasiadamente distante do caminho traçado por Roscher e Knies, e da maioria dos membros da EHAE. Estes últimos não compartilhavam a ideia da necessidade de um grande número de monografias históricas como elemento central para o desenvolvimento teórico. “Todos nós”, diz Wagner (1883, p. 266), “é claro, consideramos a identificação de Schmoller entre história econômica e teoria da economia não só imprecisa, mas também obscura, além de violar as demandas lógicas no sistema de metodologia das ciências”. A proximidade de Schmoller à Schäffle e von Stein é outro ponto negativo, e isso está ligado diretamente à sua ideia da transformação da economia em ciência social. Essa perspectiva é limitada, e por mais que ela tenha alcançado alguns resultados, incorre em erros demasiados. O caminho, assim como em Dietzel e Menger, é o método dedutivo.

“É uma violação de qualquer procedimento metódico proceder a partir do fenômeno mais complexo ao invés do mais simples. O primeiro estudo psicológico terá que começar com o indivíduo e vai então investigar se e em qual extensão a observação é aplicável para o indivíduo, primeiro para ele mesmo [o pesquisador], e também para a massa de indivíduos e a ‘sociedade’. Por isso, é significativamente correto proceder na economia política por meio do método dedutivo; com o qual, ao menos até o momento, os resultados mais significantes na economia política geral [i.e. teórica] foram obtidos. Resultados esses que alguns desejam enterrar

prematuramente, antes mesmo que possam ser substituídos por algo útil.” (Wagner, 1883, p. 268).

No sentido dessa observação de Wagner, é interessante rediscutir a questão da dominância da EHAE na Alemanha. Fica claro que esse domínio não era traduzido em uma filiação cega àquilo postulado pelo principal nome da escola, Schmoller. Dietzel (1884b, p. 115-118) também faz questão de apontar que esse aparente domínio do método de Schmoller, dada sua posição de liderança dentro da escola, era bem menor que o aparente, tanto pelos motivos já listados quanto pelos entendimentos concorrentes a respeito do objetivo da disciplina⁷⁴. O autor faz questão de enfatizar que não se pode igualar o pensamento alemão ao método histórico, muito menos à versão radical de Schmoller. Este domínio tem muito mais a ver com a influência sobre as políticas públicas (pensando na busca de uma saída reformista para os desafios impostos pelo capitalismo) e sobre a academia (como fica claro na discussão do sistema Althoff). No que diz respeito à teoria, além dessa questão levantada por Wagner, há o caminho seguido por Dietzel, que se distancia ainda mais do grupo de Schmoller.

A negação de Dietzel à ideia de Schmoller de *Nationalökonomie als Sozialwissenschaft* já pode ser observada em Wagner. Wagner (1886a) aponta que seguindo dessa maneira, a economia política de Schmoller não diferiria da sociologia de Comte. A própria ideia de ciência social aí seria imprecisa e pouco adicionaria ao debate. Ao invés de se buscar transformar a economia em ciência social, Wagner entendia que ela deveria ser entendida como “economia social” (*Sozialökonomie*), disciplina das ciências sociais. É daí que parte o desenvolvimento de Dietzel.

Em resumo, essas foram as questões levantadas nesse debate. Por mais que as principais questões metodológicas só viriam a ser profundamente exploradas no *Methodenstreit*, a existência de divergências já estava apontada. Além disso, aquilo que buscamos enfatizar no capítulo anterior, como as tentativas de reformar a economia política e sua proximidade com a ideia de uma ciência da sociedade, já estavam sendo discutidas. Dietzel tomou a posição de Wagner e a radicalizou, buscando se aproximar mais dos escritos dos economistas políticos clássicos, vistos com desconfiança pela EHAE. Ademais, mesmo aqueles que apontavam equívocos nas considerações da EHAE a respeito dos clássicos, como Menger, buscavam igualmente superar estes últimos e assim reformular a disciplina. Isso torna a posição de Dietzel muito particular dentro do mundo germânico.

⁷⁴ Schumpeter (1926) tem interpretação similar.

Nas seções seguintes, iremos apresentar como Dietzel vê os conceitos básicos da economia política e a ligação destes com a delimitação do objeto de pesquisa, o seu sistema de economia política. Discutiremos, em outras palavras, sua *Sozialökonomik*, analisando-a como uma possível solução ao *Methodenstreit* e explorando sua relação com o pensamento clássico e com as ciências sociais. Será necessário, além disso, diferenciar sua ideia de *Sozialökonomik* daquela adotada por Wagner.

3.2 A *Sozialökonomik* de Dietzel

O que buscamos apresentar aqui é o que diferencia essa ideia de disciplina que estuda os fenômenos econômicos tanto das ideias apresentadas nos capítulos anteriores quanto da posição de Wagner, como ela se propõe uma solução ao debate do *Methodenstreit* e como as questões apresentadas no início desse capítulo se encaixam em seu sistema.

Dietzel dividia com Wagner muitas críticas à economia política de seu tempo, mas o autor ia um passo à frente em seu distanciamento da EHAE, tanto na perspectiva da primeira geração quanto da geração de Schmoller, e em sua proximidade com o pensamento clássico. Wagner (1882) via com bons olhos a direção tomada por Dietzel, apesar de divergirem em diversos pontos no que diz respeito à *Sozialökonomik*⁷⁵.

Como mostra Lichtblau (2011a, p. 207), *Sozialökonomik* é a tradução alemã para o conceito de Jean-Baptiste Say de *économie sociale*, popularizado por Dietzel. No entanto, a primeira palavra que Dietzel usa para identificar essa “economia social” é *Sozialwirtschaftslehre*: o nome *Sozialökonomik* aparecerá posteriormente, após uma crítica de Wagner (1892, p. 265)⁷⁶. Wagner irá apontar que o termo *Sozialwirtschaft* é tendencioso devido ao costumeiro uso vulgar da palavra, que poderia levar a interpretações equivocadas (Nau, 1997, p. 199). A partir de 1893, em um capítulo de um livro organizado por Lexis (1893) e voltado para apresentar o modelo alemão de universidade nos Estados Unidos, Dietzel começa a utilizar o nome sugerido por Wagner, *Sozialökonomie*, que posteriormente será adaptado para *Sozialökonomik*. A intenção dessa última mudança era diferenciar entre o fenômeno que era objeto de estudo (*Sozialökonomie*) e a disciplina (*Sozialökonomik*). Aqui já fica aparente o

⁷⁵ Os autores mantiveram uma longa amizade, com mútuo apreço acadêmico: “O meu velho amigo e, como ele normalmente se denomina, pupilo H. Dietzel já está claramente distante de mim, um velho, quando se desvia de mim em tantas questões particulares” (Wagner, 1913).

⁷⁶ Anteriormente, Wagner (1882) já havia esboçado uma crítica a essa nomenclatura.

modo como o autor se preocupa em reformular cada detalhe da disciplina de modo a evitar interpretações equivocadas, que em sua opinião atrapalhavam o correto desenvolvimento da ciência⁷⁷.

Ao escolher o termo “economia social”, Say tinha a intenção de evitar uma confusão, herdada dos fisiocratas, resultante da incorreta distinção entre análise econômica (“a investigação independente da ciência das vontades humanas”) e a arte da administração (Forget, 1999, p. 127). Aqui é importante entender que ele está falando sobre diferenciar entre economia e política, sendo o estado objeto de estudo da disciplina independente da política. É nesse sentido que ele diz que Smith evitará o erro dos fisiocratas, mas continuará usando o termo equivocado, “economia política”.

A diferenciação presente em Say é de onde parte o esforço de Dietzel para esclarecer os conceitos básicos utilizados na disciplina ocupada em estudar os fenômenos econômicos, evitando os mal-entendidos que o autor observava entre seus contemporâneos⁷⁸. Não utilizar “economia política” evita esse primeiro erro, que como discutido, o autor coloca em termos da separação entre governo e sociedade. Os termos em alemão, que literalmente traduzidos seriam “economia nacional” (*Nationalökonomie*) e “doutrina da economia do povo” (*Volkswirtschaftslehre*), carregam esse equívoco, quando não o agravam.

Já na definição de Dietzel do fenômeno da economia social, fica clara sua intenção de desviar de questões coletivistas ou de poder do estado sobre a ação dos indivíduos. É isso que, primeiramente, distingue as duas perspectivas.

“Nós designamos economia social (*Sozialwirtschaft*) o organismo formado assim que um grupo de economias individuais entra em relação de comércio (*Verkehr*) umas com as outras. A causa da formação desse organismo não é a vontade do estado – como ocorre no organismo da economia nacional (*Volkswirtschaft*) - mas a relação natural de dependência de economias individuais umas com

⁷⁷ Essa diferenciação ele também faz para o termo mais corriqueiro na literatura de seu tempo, ao determinar *Nationalökonomie* como o fenômeno e *Nationalökonomik* como a disciplina.

⁷⁸ Já apontamos os distintos termos utilizados para denominar a ciência da economia: *Nationalökonomie*, *Staatwirtschaftslehre*, *Volkswirtschaftslehre*, *politische Ökonomie* e *Sozialökonomik*. As quatro primeiras são alvo de crítica de Dietzel. As três primeiras claramente estão mais conectadas ao pensamento da EHAE, já que carregam a ideia de nação ou povo. Menger utiliza mais *politische Ökonomie*, mesmo que critique a possibilidade desse termo levar ao erro de misturar a política econômica com a teoria. No entanto, pode-se encontrar tanto os autores da EHAE quanto Menger utilizando todos os quatro primeiros termos, quando não os cinco. Isso torna a distinção desses termos mais difícil, mas eles claramente reconhecem a distinção e sua relevância. Ver Menger (1883 [1895], apêndice IV e nota do tradutor) e Schmoller (1900, p.4).

as outras em sua luta com o mundo material.” (Dietzel, 1883, p. 3, nr. 1).

O que ele está implicitamente negando são todas aquelas relações éticas, legais e de costume, que Schmoller buscava incluir em sua análise.

Há uma certa dificuldade na relação entre economia política (*Nationalökonomie*) e economia social (*Sozialökonomik*). A economia política aqui é marcada pelo método histórico, e esse não é completamente dispensado. Nesse sentido, Dietzel (1893, p. 15) não se opõe à existência da *Nationalökonomie*, que seria também parte do conhecimento econômico. Sua intenção seria apenas a de apresentar uma ciência independente que pudesse tratar de uma doutrina geral do comércio (*allgemeine Verkehrslehre*). Goldschmidt (2002, p.148) argumenta que o autor também aponta essa possibilidade em sua tese de doutoramento, defendida em 1882. Mesmo assim, por essa “teoria geral do comércio” representar exatamente o método de isolamento, a contribuição teórica da economia política no sentido da EHAE seria muito limitada (DIETZEL, 1884b, p. 367). Ademais, a ciência social, que na economia política de Schmoller aparece como uma próxima etapa da economia política, aqui é o entendimento de uma ciência da qual a economia social é parte. O que se tem, então é, não somente uma proposta de disciplina para o estudo dos fenômenos econômicos, mas também de uma ciência social, mesmo que essa ainda estivesse em desenvolvimento.

“Nós deixamos a direção da aspirante ciência social para seu objetivo e método; no entanto, como não alcançamos resultados satisfatórios, somos muito cautelosos para abandonar os resultados alcançados através do método da economia política do passado vis-à-vis a ciência social do futuro.” (Dietzel, 1884b, p. 366-7).

Sua divergência fica clara também na ideia de política social. Para reiterar o erro de um papel muito significativo do estado, aqui representado em ações paternalistas e a falha na correta delimitação da disciplina, Dietzel (1893) definirá o problema da política social como um problema da adequação da soma dos preços dos bens necessários ao indivíduo ao total da renda que ele tem disponível para obtê-los. Sendo assim, não há lugar para questionamentos com relação a questões entre possuidores e desprovidos de posses que fujam da relação direta entre os indivíduos, nem mesmo na parcela da disciplina onde o interesse é “aquilo que deveria ser” (*Seinsollen*). O ponto é evitar que a distribuição inicial de renda seja uma questão, levando a centralidade para a distribuição, assim como em David Ricardo e, em um exemplo alemão, von Treitschke. Isso resulta em questões relativas à divisão do trabalho acadêmico, já que o problema da dotação inicial, propriedade de recursos e sua avaliação

ética fica a cargo da história e da política (*Ibidem*, p.16). A economia toma esse ponto como dado, e se preocupa em como a distribuição muda ao longo dos processos econômicos. Não que não se leve em conta aspectos fora do domínio da disciplina da economia, principalmente quando se discute ética econômica, só não seria o papel do economista desenvolver estas questões.

Sendo assim, ao contrário e em comparação com a ideia de Schmoller, a economia social de Dietzel é sempre uma ideia limitadora. Para ele, mesmo que isso reduza os aspectos do fenômeno social passíveis de estudo, sua disciplina traria mais clareza e exatidão à análise daquilo a que se dedica. Mesmo Wagner, que busca contrapor a posição de Schmoller, não é bem-sucedido na tarefa de delimitar propriamente o escopo da disciplina. A próxima subseção lidará exatamente com isso, como Dietzel vê a necessidade de delimitação da disciplina, e quais os erros cometidos por seus antecessores. Isso reforçará o caráter conciliador entre as posições do *Methodenstreit* que ele vê em sua *Sozialökonomik*, além de exemplificar como Dietzel se atém longamente à questão da especialização científica.

3.2.1 O fenômeno econômico, conceitos fundamentais e o objetivo da disciplina

O ponto inicial para Dietzel é a ação econômica. As questões psicológicas determinam os meios para alcançar os fins. São os pressupostos com relação à motivação psicológica o ponto inicial da delimitação de uma disciplina, ponto de onde será deduzido um comportamento da sociedade – ao menos nessa sociedade fictícia que está sendo isolada dos demais aspectos que podem influenciar as decisões individuais. Ao mesmo tempo, há a necessidade da correta definição do propósito da ação. Somente assim é possível estabelecer um objetivo coerente para a disciplina. Esse último ponto é onde está uma de suas principais críticas a Menger.

Nesse sentido, a obra de Dietzel intitulada *O ponto inicial da doutrina da economia social e seus conceitos fundamentais* (*Der Ausgangspunkt der Socialwirthschaftslehre und ihr Grundbegriff*), de 1883, é um exemplo claro de como o autor quer não só delimitar o objeto de estudo da ciência dos fenômenos econômicos, mas demonstrar que todas as tentativas até aquele momento haviam sido falhas. Aqui ele analisa diversas obras, embora não a de Schmoller, por focar no modo de separação entre o fenômeno econômico e os demais fenômenos sociais, coisa que Schmoller não buscou (Dietzel, 1883, p. 62-63).

Dietzel inicia sua análise com as diferentes ideias de “economia”:

“Que o conceito de economia resume um complexo de ações com o objetivo de sanar as necessidades humanas não pode nunca ser uma dúvida, mas sim a linha divisória com a qual delimita-se as ações tomadas sob esse termo e consideradas pela doutrina econômica separadas do resto da atividade intelectual humana (*menschlichen Verstandstätigkeiten*).” (Dietzel, 1883, p. 22)

O autor divide as alternativas existentes de interpretação desse conceito em éticas (que delimitam o que é ‘economia’ a partir do propósito da ação), psicológicas (que buscam um “princípio econômico”) e objetivas (que encontram a característica definidora de uma ação econômica no tipo de bens que buscam: materiais, externos e etc.). Ao primeiro grupo pertencem von Stein e Menger, ao segundo Wagner e Schöffle, e ao terceiro Rau, Hans Mangoldt e Roscher. Apesar de alguns proporem avanços significativos, nenhum autor é capaz de articular a relação entre ação econômica e propósito da ação que delimitaria a disciplina de forma satisfatória. Menger (1983 [1871], p. 259-261), por exemplo, define a ação econômica a partir da necessidade em geral, que posteriormente será entendida enquanto providência e base do entendimento da demanda. Aqui não há delimitação entre o que é fenômeno econômico e o que são os demais tipos de fenômeno social. Em diversos autores isso dependerá do tipo de bem ao qual essa ação é guiada, algo que Dietzel vê como outra conceituação insatisfatória. É nesse sentido que Dietzel irá criticar a delimitação do escopo da disciplina a partir da ação visando o auto interesse.

Por outro lado, a delimitação de Dietzel do fenômeno econômico procede da seguinte maneira: Economia é a cristalização de uma ação econômica ou de ações econômicas. Ações econômicas são aquelas que “buscam, e são capazes de sujeitar parte limitada da matéria sob o poder do desejo de uma pessoa”. Essa parte limitada da matéria seriam os bens econômicos. Já bens econômicos são os objetivos perseguidos pelos indivíduos na ação econômica, i.e. para consumo. No entanto, uma definição ainda mais precisa é necessária. Esses bens econômicos são divididos em dois tipos, bens econômicos e objetos econômicos. Os primeiros são meios para a satisfação das necessidades, os “meios da economia”. Entre eles estão incluídos bens materiais, serviços, força de trabalho, etc. O segundo grupo, de objetos econômicos, são somente bens materiais, diferenciados daqueles bens materiais presentes no primeiro tipo por terem o consumo, e não a produção, como sua finalidade

(Dietzel, 1883, p. 65-66)⁷⁹. Sua definição do fenômeno econômico é então uma ação econômica, como definida acima, com o objetivo de adquirir objetos econômicos. Sua intenção nessa delimitação estreita é eliminar os chamados “bens internos”, como saúde, o “mundo das ideias”, talento, e serviços, que alguns autores permitem em suas definições (*Ibidem*, p.57).

Essa é a definição de Dietzel do fenômeno econômico. No entanto, a disciplina, seja ela na ideia de *Nationalökonomie* ou *Sozialökonomik*, nunca precisará tratar de todos os fenômenos econômicos.

“Analisar e colocar no formato de dogma a quantia que um criminoso recebe enquanto preço pela liberdade de seus prisioneiros, o volume de prêmios requeridos em um bazar de caridade ou os conjuntos para os quais os serviços monopolizados do Estado são dados, não são postulados da economia política (*Wirtschaftswissenschaft*) e nunca serão por ela abordados.” (Dietzel, 1884a, p.19)⁸⁰

Por esse motivo, Dietzel faz uma delimitação ainda mais estreita, a de fenômeno econômico-social. Para isso ele se refere a uma sociedade hipotética para sua análise, a “sociedade econômico-comercial” (*wirtschaftlichen Verkehrsgesellschaft*)⁸¹. Aqui sim teremos o objeto de estudo de sua *Sozialökonomik*. Nessa sociedade, indivíduos somente se relacionam uns com os outros com o objetivo de realizar trocas, que têm o propósito de satisfazer suas necessidades materiais.⁸² A relação entre o todo e o indivíduo, que em Schmoller era garantida por questões éticas, aqui aparece como resultado da divisão do trabalho, que implica em uma interdependência entre os indivíduos. É nesse sentido que ele nega que a

⁷⁹ Aqui fica clara a influência de Menger (2004, p.56-7). O autor define bens de primeira ordem como aqueles que permitem satisfazer a necessidade humana diretamente, enquanto os de ordem superior possibilitariam a satisfação dessa necessidade de forma indireta, permitindo a criação dos bens de primeira ordem. Dietzel, no entanto, é crítico da centralidade da ideia de necessidade em Menger (que é um importante pressuposto para a causalidade na obra do autor austríaco), e por isso o critica enquanto uma definição ética de economia. É importante ter em mente também que Menger não faz uma distinção especial o que seriam bens econômicos, ele considera bens em geral como objetivo da ação econômica.

⁸⁰ Quando Dietzel usa o termo *Wirtschaftswissenschaft* ele se refere ao conhecimento econômico em geral, por isso válido tanto para a abordagem da EHAE quanto a dele.

⁸¹ A tradução literal desse conceito seria algo como “sociedade do tráfego econômico”. O problema é o amplo significado que a palavra *Verkehr* traz. Segundo Tribe (2007, p.73), “*Verkehr* é o axioma que une os estudos do telégrafo, ferrovias, bolsa de valores, banco e comércio, com uma concepção do mercado como um local no qual as atividades dos indivíduos se transmutam em um todo econômico ordenado”. Para não ter que utilizar o termo em alemão, utilizamos uma tradução que, na realidade, não faz jus a todos esses aspectos.

⁸² A troca aqui carrega o sentido de troca livre, não coercitiva.

ação individual em si seja o interesse da *Sozialökonomik*, mas sim as ações simultâneas não coordenadas de diversos indivíduos:

“O motor dos fenômenos que desejamos levar em consideração, no entanto, é a ação socioeconômica, através da qual o sujeito econômico deixa a esfera da ação individual com a intenção de sujeitar à sua vontade uma quantidade desejada de bens materiais que sua propriedade ou seu próprio trabalho não podem fornecer.” (Dietzel, 1883, p. 18)

Como se pode observar, o auto interesse, por mais que tenha lugar central na teoria de Dietzel, não faz parte diretamente da delimitação do fenômeno. O fenômeno econômico baseado no auto interesse pode ser muito amplo, ao buscar abarcar todas as ações baseadas nesse princípio psicológico, ou muito limitada, ao não levar em consideração outros tipos de motivação nem mesmo nas tarefas não teóricas da disciplina. É nesse sentido que o autor busca utilizar o “meio da ação”, que é a sujeição dos bens materiais ao indivíduo, e não a “razão da ação”, que seria seu interesse individual. Isso é exposto enquanto uma crítica também aos clássicos, que confiariam demasiadamente no auto interesse na delimitação do escopo da economia política.

A teoria da *Sozialökonomik*, delimitada então dessa maneira, pode buscar responder as seguintes perguntas:

“Como serão determinadas as proporções das classes econômicas ativas nos organismos das relações socioeconômicas se o estado não intervir; na medida em que não interfira nos mecanismos de comércio das classes? Como serão configurados [a relação entre] bem-estar e sofrimento do trabalho – que na esfera material depende da soma dos preços que a classe empreendedora recebe por seus produtos (através do volume de renda da terra que os proprietários fundiários impõem sobre os não-proprietários e através do valor real do salário que a classe trabalhadora não-proprietária recebe enquanto soma compensadora [ao desprazer do trabalho]) – caso o governo não interfira, caso o comércio não seja organizado e conscientemente guiado? Como serão configuradas as classes caso todas as forças econômicas sejam liberadas e os impiedosos lutadores utilizem seu poder?” (Dietzel, 1883, p. 5-6)

A disciplina busca, dessa forma, entender como ocorre a distribuição da riqueza na sociedade em um cenário onde não há uma interferência do estado, e levando em consideração o princípio econômico (que nada mais é que a ponderação entre o prazer e o sofrimento individual com respeito a cada ação a ser tomada). As críticas comumente levantadas pela EHAE são tratadas nas outras partes da disciplina, reforçando o caráter conciliador entre o

historicismo e a perspectiva abstrata dos clássicos (e posteriormente entre as partes conflitantes do *Methodenstreit*). Isso poderá ficar mais claro a seguir, ao apresentarmos seu sistema de economia social.

3.2.2 O sistema de economia social de Dietzel

Tendo agora como foco a crítica da subdivisão da disciplina da economia política, que se assemelhará ao que Menger aponta como o erro na confusão entre o que é teoria e o que é prática, Dietzel (1883) apontará a vulnerabilidade do sistema da EHAE. Seu principal exemplo são os escritos de F. J. Neumann no já comentado manual de Schönberg (ou seja, um autor que não é partidário da visão radical de método histórico de Schmoller). A divisão das subdisciplinas de Neumann é baseada no sistema de economia política de Rau (ver Figura 2). Para Dietzel, Neumann já mostra uma tentativa de superar a aversão da EHAE ao método de isolamento dos fenômenos econômicos e ao auto interesse, mas não é bem sucedido. Para Neumann a economia política teórica deve levar em consideração tanto conceitos e fenômenos ligados ao comércio quanto suas relações com o bem-estar geral da população. Isso, para Dietzel, é a principal causa dos erros que os autores dessa escola cometeram ao longo dos anos, a mistura do “ser” com o “dever ser”. Nesta configuração, a teoria fica dependente do conceito de bem-estar, ou seja, de qual objetivo concreto está em jogo quando se busca o bem-estar. Essa definição só pode ser feita pela parte prática da disciplina, misturando e confundindo os papéis de cada uma no sistema de economia política. Ademais, continua o autor, é esse tipo de dependência que requer que a teoria da EHAE seja limitada no tempo e no espaço, já que aquilo que é tratado na esfera da ciência prática da economia política é sempre relativo ao caso concreto.

Esta necessidade de estabelecer primeiramente as características concretas que permitiriam acessar conceitos como o de bem-estar, para só depois prosseguir à análise teórica, torna a tarefa muito mais complexa segundo Dietzel. Por isso, ele vê seu próprio objetivo como mais humilde e alcançável. Seu modo de pensar a disciplina possibilita reduzir os conceitos e a terminologia estritamente àquilo que é necessário para tratar do fenômeno socioeconômico. O sistema de *Sozialökonomik* de Dietzel carrega características da crítica de Menger, mas discorda de sua divisão epistemológica entre teoria e história, além de buscar garantir uma proximidade maior com os desvios da teoria que podem ser observados nos fenômenos concretos (que ele vê como uma inclusão do tipo de pesquisa desenvolvida pela EHAE). O

que fazemos nessa seção é detalhar seu sistema de *Sozialökonomik*, apresentado na Figura 3.

A teoria econômica possui, como pode ser visto na Figura 3, uma parte geral e uma especial. No entanto, apresentaremos primeiro a história econômica, dado que Dietzel (1895, p. 40), ao contrário de Menger, vê nela um caráter teórico. Essa é uma espécie de inclusão da perspectiva da EHAE. Por mais que Dietzel discorde do método histórico, há uma abertura maior do que encontramos em Menger.

O conhecimento histórico, assim como todos os componentes do conhecimento econômico, também pode ser dividido em geral e especial. A parte geral é aquela suscetível a certo isolamento, já que busca elementos e tendências da vida econômica de uma época, mesmo que isso não tenha as implicações que o método de isolamento normalmente traz, muito por se buscar construir uma análise histórica de todos os aspectos da sociedade. Sendo assim, aqui estaria presente aquele objetivo final da construção de uma análise unificada. O que para Dilthey seria necessário para o todo das ciências do espírito, aqui seria limitado à parte histórica. Isso faz ainda mais sentido se pensarmos que o conhecimento da realidade social em Dilthey é conhecimento histórico. Sendo assim o que Dietzel faz não é negar completamente o método histórico, apenas delimitá-lo a um papel secundário dentro do conhecimento econômico. Já a parte especial trata de questões específicas do fenômeno concreto. A primeira parte pode ser considerada teórica, onde Dietzel entende que Schmoller e seus seguidores podem realmente estabelecer suas leis empíricas. Utilizando os termos de Schmoller, esse seria o único modo, para Dietzel (1895, p. 66), em que se poderia obter as “observações completas” (*vollendet Beobachtung*).

“Tanto a teoria econômica (*Wirtschaftstheorie*) quanto a história econômica (*Wirtschaftsgeschichte*) são disciplinas teóricas; elas não buscam ordenar e julgar, como é o caso da economia prática (ética econômica e política econômica), mas sim retratar e explicar” (Dietzel, 1895, p. 76).

Sendo assim, para o autor existem as teorias das ciências econômicas (*theoretische Wirtschaftswissenschaft*), que serão divididas em teoria econômica e histórica econômica.

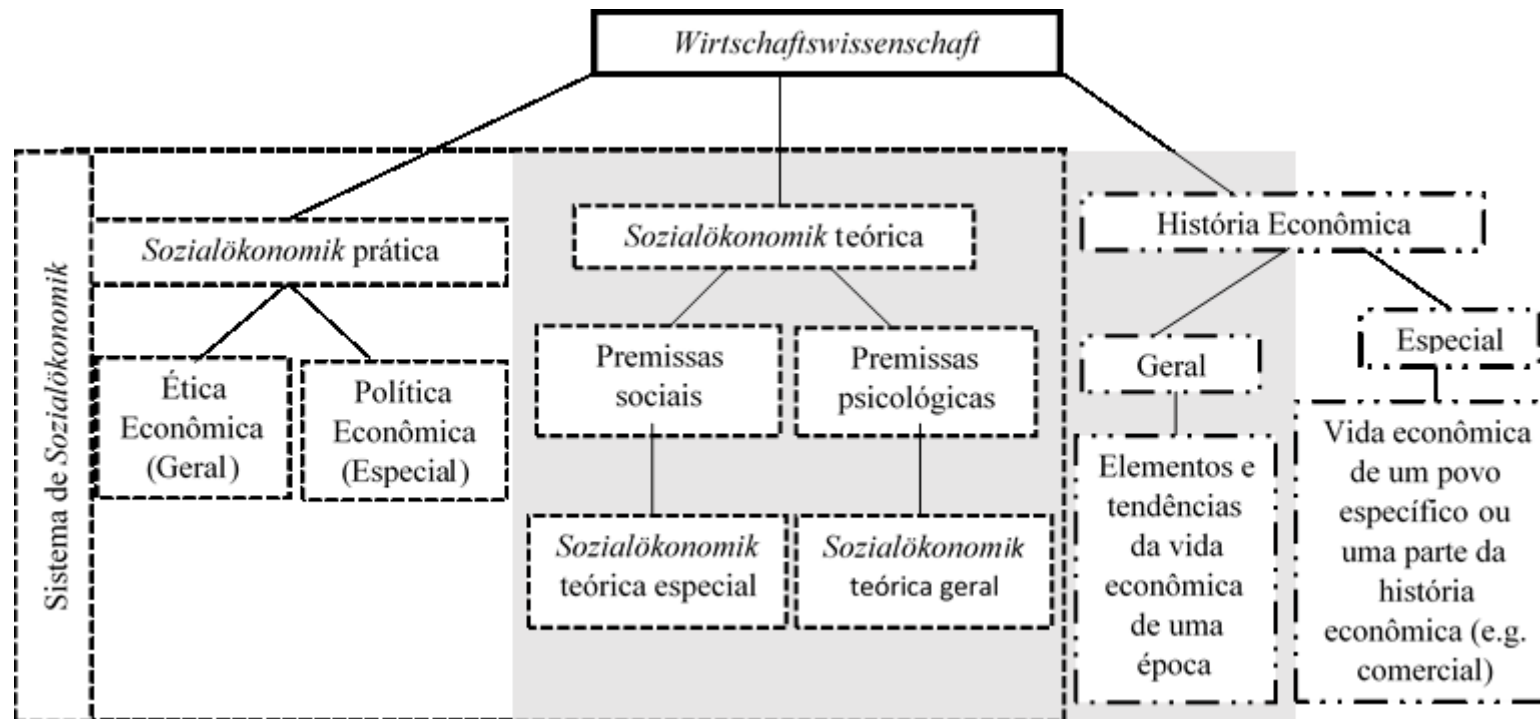


Figura 3 O entendimento de Dietzel do conhecimento econômico.

*A área cinza corresponde ao que Dietzel (1895, p. 30) designa como ciências teóricas da vida econômica.

Ainda assim, a história econômica não é uma disciplina independente, mas parte da história social, e por ter de levar em conta aspectos além daqueles que descrevemos, ela não pode ser entendida como “*theoretische Sozialökonomik*”. Existe, então, apenas uma ciência da história (*Geschichtswissenschaften*) onde todos os fatores culturais devem ser analisados conjuntamente, mas não apenas uma ciência social (*Sozialwissenschaft*). Mesmo que possa ocorrer uma divisão do trabalho dentro da ciência histórica, e assim o surgimento da figura do historiador econômico, isso é diferente da construção separada do conhecimento. (Dietzel, 1895, p. 62). Ademais, nesta questão de diferenciação entre o que é social e o que é histórico Dietzel claramente diferirá de Weber e Rickert, que veem, como discutiremos posteriormente, a economia política como parte das ciências da cultura (de uma ciência histórica).

É interessante que Dietzel aponte que o historiador econômico tem a intenção de construir o “homem histórico”. Esse, ao contrário do homem econômico, não é construído a partir do isolamento, mas através do método histórico.

Esse ponto se torna ligeiramente confuso se pensarmos que o autor diz que o método para se alcançar o conhecimento teórico deveria ser o mesmo tanto nas ciências sociais quanto nas naturais. Acontece que, apesar de Dietzel não entrar em maiores detalhes a esse respeito, nossa posição é a de que o autor diferencia uma terceira grande área das ciências, as ciências históricas. Sendo assim, teríamos ciências naturais, sociais e históricas. Nesta última o método correto não seria o de isolamento do modo como se tem nas ciências naturais. Esse seria o campo onde entraria o método histórico. Essa divisão tripartite não é fato novo na Alemanha do período. Karl Knies também advogava por essa visão (algo que voltaremos a comentar quando discutirmos a crítica de Weber a seus escritos), e pode ter sido uma fonte de influência.

Retornando ao papel da história econômica no conhecimento econômico, a verificação dos achados teóricos, quando há a intenção da análise da realidade, é um de seus papéis⁸³. Sendo assim, ela é vista também como uma disciplina auxiliar à *Sozialökonomik*. Faz parte do

⁸³ “A base sobre a qual a teoria econômica funciona é uma teoria hipotética obtida pela abstração. As fórmulas causais que ela elabora falam apenas de eventos condicionais, não necessariamente essenciais. Se o evento A entra em termos concretos, então algo bem diferente do fenômeno A' que a teoria econômica concluiu em sua hipótese, pode seguir. Somente quando os seres humanos concretos reagem ao fenômeno A da forma como a teoria construiu seu homem econômico, a manifestação de A-A' aparece concretamente. Em termos concretos, essas sentenças hipotéticas sempre exigem verificação e, muitas vezes, suplementação.” (Dietzel, 1895, p. 69). Ver também Dietzel (1895, p. 16).

conhecimento econômico, mas não do sistema de economia social. Essa característica de verificação novamente o aproxima de Mill e o afasta de Menger. Este, exatamente pela diferenciação epistemológica entre história e teoria, vê uma impossibilidade da verificação dos achados teóricos na realidade concreta.

A parte teórica da *Sozialökonomik* de fato, a teoria da economia social, tem a intenção de construir formas causais abstratas-hipotéticas. É a partir do método do isolamento que se obtêm estas formas causais. Considera-se as ações baseadas no auto interesse que estejam limitadas ao que anteriormente definimos como ação econômica.

“O teorema, de um evento economicamente relevante A que é seguido do fenômeno A’, poderá ser obtido através da dedução. Isso ocorre quando o pesquisador, sem ter concretamente observado e explicado a causalidade de um evento concreto A, coloca a si mesmo a questão: quando A ocorre, qual curso de ação deve ser esperado dos indivíduos afetados por esse evento caso assumam-se que eles reagem como pessoas econômicas (*Wirtschaftsmenschen*) e etc., e quais fenômenos ocorrerão enquanto resultado desse curso de ação?” (Dietzel, 1895, p.93)

Essa “pessoa econômica” faz parte do método de isolamento de Dietzel. A sua sociedade comercial é composta desta versão para o que ficou conhecido como o “homem econômico” de Mill.

É importante lembrar que, como pode ser visto na Figura 3, a teoria econômica também tem sua parte geral e especial. A parte geral contém as premissas psicológicas, que de fato estabelecem o que ele chama de método de isolamento, responsável pela delimitação do objetivo de análise acima. Já a parte especial contém as premissas sociais, onde o autor, sob direta influência da obra de Emil Sax (Dietzel, 1895, p. 88), permite a comparação dos resultados das ações entre uma sociedade de caráter competitivo e uma outra coletivista.

As premissas psicológicas incluem (a) o “homem econômico”, (b) o “princípio econômico” e (c) consciência das informações. O homem econômico de Dietzel não é aquele que age sempre em busca da riqueza (como era comum observar em recorrentes críticas ao pensamento clássico naquele período, ligando-os a um mero estudo de uma crematística à la Aristóteles), mas uma abstração onde esse ser humano apenas agiria seguindo o princípio econômico em busca de objetos econômicos, como já definidos acima. Por fim, Dietzel (1895, p. 78) adiciona o pressuposto de que todos os indivíduos têm consciência das variáveis que afetam as circunstâncias econômicas. Essas características compõem os “elementos constantes do ser socioeconômico e seus eventos” (*Ibidem*, p. 118). Essas são as

premissas que formam também aquilo que ele chama de “sociedade comercial”, onde todos os indivíduos realizam trocas guiadas apenas nesse sentido.

Por outro lado, as premissas sociais irão mostrar tanto o resultado das ações em um ambiente guiado pelo auto interesse (ou egoísmo), quanto um outro onde o altruísmo impera. Isso, no entanto, não inclui qualquer tipo de fenômeno econômico. Categorias como dinheiro e divisão do trabalho são possíveis de serem observadas em qualquer tempo e qualquer lugar, independentes destas premissas sociais. A análise do capital, por outro lado, muda. Apesar de ser o mesmo elemento em qualquer lugar, a propriedade de capital em um sistema coletivista ou competitivo resulta em eventos distintos a serem analisados. A posse do capital no sistema coletivista, por exemplo, não traz uma implicação de superioridade.

Isso é um exemplo de como Dietzel vê a solução para a disputa do *Methodenstreit*, reforçando o caráter conciliador de sua teoria. As premissas psicológicas abarcariam os aspectos apontados como essenciais por Menger e outros defensores de uma teoria econômica abstrata, enquanto as premissas sociais permitiriam a inclusão das críticas de falta de realismo de tais teorias, de sua falta de conexão com o concreto. Relevante para a questão disso estar relacionado com a disputa do *Methodenstreit* é o fato dessas premissas sociais não existirem na sua tese de doutorado de 1882, ou seja, antes da disputa entre Menger e Schmoller.

Por último, a ética econômica (*Wirtschaftsethik*) é parte da ciência autônoma da Ética, e tem intenção de trazer à luz as consequências dos princípios éticos para a ação econômica. Isso estabelece o “dever ser”. Como já colocado, a ética econômica constrói sua análise a partir de dois princípios, o social e o individual. A Política Econômica (*Wirtschaftspolitik*), por sua vez, é o modo de mudar a realidade de acordo com aquilo estabelecido segundo esses preceitos éticos, uma modificação do “ser” de acordo com o “dever ser”, “vida segundo o ideal” (Dietzel, 1895, p. 33). Nesse sentido, elimina-se a ideia de economia prática enquanto aplicação da teoria, como já comentado. “As ciências práticas”, diz Dietzel (1895, p. 38), “utilizam o material teórico, mas abordam a ética. Esta, não a teoria, constitui a base da qual ela se constrói”. Voltando à diferença da prática nas ciências naturais, onde se espera que apenas aplicação técnica dos achados teóricos, aqui há uma consideração geral de questões éticas, antes que se possa pensar em aplicar a teoria econômica para modificar a realidade. Por fim, dado que os preceitos éticos mudam entre povos e épocas, não é possível apresentar uma política econômica universal, apenas relativa (*Ibidem*, p. 34), caso contrário ao das ciências naturais.

Pode-se dizer, em resumo, que o sistema de Dietzel busca combinar uma teoria abstrata muito próxima à de Menger, mas aplicando a crítica da EHAE em busca de um maior realismo na análise econômica, primeiro na parte teórica (em sua parte especial), mas principalmente nas demais partes do sistema. A principal diferença com Menger reside na negação da distinção estrita entre teoria e história, na possibilidade de verificação e na natureza do conhecimento prático. Sua ligação com e suas críticas a Menger, no entanto, podem ser ainda melhor entendidas quando se apresenta sua intenção de reestabelecer o pensamento clássico na Alemanha, questão que abordaremos na próxima seção.

3.3 *Non nova, Noviter?* Defesa e reformulação da economia política clássica

Assim como na Grã-Bretanha, França e outras nações europeias, o estudo da economia política na Alemanha emergiu dos estudos primordialmente práticos existentes nos séculos XVI e XVII. Na Alemanha, essa tradição prática atendia pelo nome de cameralismo⁸⁴, e dentro da sistematização popularizada por Rau (Figura 2), influenciou principalmente a política econômica e as finanças. Tribe descreve da seguinte maneira a diferença entre a economia política e o cameralismo na Alemanha:

“[No Cameralismo] somos apresentados com uma atividade de governo sem nenhuma clara referência aos interesses, direitos e natureza humana que, assumir-se-ia, proveriam a racionalidade para essa forma de governo. O sistema de ordem econômica que encontramos nos textos cameralistas é sucedido por um que claramente estabelece necessidades, qualidades e interesses humanos como autonomamente produtores da ordem social – e então a tarefa da economia política (*Nationalökonomie*) é definida não como uma exposição de regulação econômica, mas como o estudo das regularidades de uma ordem autogerada.” (Tribe, 1998, p. 29)

Com o reconhecimento desse novo aspecto, surge primeiramente uma discussão sobre até que ponto houve uma influência da economia política britânica nessa transição intelectual germânica. Tribe (1998) aponta a influência de *A Riqueza das Nações* como fator importante no desmoronamento do conhecimento cameralista (ver também Hagemann (1996)) e modificações correlatas de nomenclatura. No entanto, o autor indica que seu efeito prático foi muito mais a criação de um vácuo do que propriamente a substituição de uma doutrina

⁸⁴ Para algumas diferenças entre cameralismo e mercantilismo ver Backhaus e Wagner (2005) e Magnusson (1994).

por outra (Tribe, 1984). Outra importante figura nesse processo foi Immanuel Kant, famoso representante do iluminismo alemão, pela modificação no entendimento da relação entre estado e sociedade e sua visão sobre a centralidade do indivíduo.

Influências diretas de Adam Smith e outros britânicos também são apontadas em outras análises. Streissler e Milford (1993/1994) observam sinais da teoria da produção e da divisão de trabalho de Smith desde os primórdios da economia política alemã. Isso está mais próximo das críticas feitas por Schmoller ao tentar reformular o método histórico e a disciplina, segundo quem a economia política na Alemanha era dependente dos erros dos clássicos. Nesse sentido, Priddat (1992) mostra como, nos primeiros momentos da recepção de Smith, a grande oposição era contra seu antiestatismo, e não contra sua teoria econômica de mercado.⁸⁵ Rau, por exemplo, manteve a teoria smithiana da formação dos preços através de mecanismos de competição de mercado, mas advogava por intervenção estatal quando abordava as áreas de política econômica e finanças. Ademais, continua Priddat, autores como Johann Thünen, Hans von Mangoldt e Hermann Heinrich Gossen foram fortemente influenciados pela teoria ricardiana. Antes de Menger, esses eram os autores que buscavam o desenvolvimento da teoria pura nos países de língua alemã, tendo inclusive influenciado o autor austríaco (Priddat, 1992, p. 152; Streissler, 1997; 1990).

Esse é um ponto de interesse para nossa análise. No momento em que Dietzel escreve, há primeiro um entendimento de que tudo o que é escrito na Alemanha faz parte da EHAE⁸⁶. Isso implica que na Alemanha haveria uma crítica recorrente e universalizada das obras da economia política clássica, que nesse momento estava ligada principalmente à obra de David Ricardo. Mesmo assim, já há uma certa reaproximação, mesmo que tímida, se não do cânone clássico, ao menos da tentativa de construir uma economia política puramente teórica. É nesse sentido que Beckerath (1944, p.3) diz que Dietzel não era o único que defendia o método e teoria dos clássicos. A questão é que Dietzel faz isso de modo muito mais intenso,

⁸⁵ É interessante atentar-se para a obra de Magnusson (2004). O autor argumenta que a utilização de Adam Smith enquanto um bastião do livre comércio (no contexto de uma disputa contra o protecionismo no século XIX) se encaixa dentro do conceito de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm. Nesse sentido, a imagem de Smith teria sido utilizada para trazer confiabilidade a desdobramentos não necessariamente derivados de sua própria obra. Com isso, as críticas recorrentes a Smith na literatura alemã não necessariamente refletem os escritos dos autores criticados. Isso é reforçado pela crítica à interpretação da EHAE da obra dos clássicos britânicos feita por autores austríacos. No entanto, não faz parte de nosso objetivo averiguar a assertividade das críticas da EHAE.

⁸⁶ Dietzel (1884b, p. 115-118) não compartilhava da sensação de domínio da EHAE. Isso era justificado pelas diferentes versões sobre o que deveria ser o método histórico, até que ponto ele deveria ser utilizado na teoria da economia política e os diferentes objetivos da disciplina. Esse ponto guarda relação com a questão da existência ou não de uma EHAE, que apresentamos anteriormente.

buscando reformar e reabilitar a teoria clássica na Alemanha, e baseando-se nela para encontrar um contraponto tanto à visão da EHAE quanto à dos autores austríacos, algo que o colocou em uma posição de isolamento entre seus pares. Para Beckerath, então, essa deferência aos clássicos implicaria que Dietzel não estaria propondo algo novo, mas uma reformulação (*Non nova, noviter*).

A crítica vinda de Menger e seus seguidores à economia política clássica, no entanto, era mais moderada e acertada, na opinião de Dietzel, quando comparada às da EHAE. Apesar de confrontá-los em questões teóricas e metodológicas, há ainda uma busca pelo desenvolvimento teórico puro e uma situação peculiar de “defesa” da tradição⁸⁷. Isso ocorria porque os austríacos entendiam que a crítica da EHAE aos clássicos partia do ponto errado, devido a uma compreensão equivocada de suas obras e intenções. Isso fica claro no trabalho de um dos pupilos de Menger, Richard Schüller (1895), que faz uma reconstrução da história do pensamento econômico desde Smith, mostrando os erros de entendimento da EHAE.

Até aqui foi possível observar como Dietzel é partidário da tradição britânica. Mesmo que alguns equívocos tenham sido cometidos, como o excessivo foco no auto interesse, que abriram espaço para corretas críticas da EHAE (Dietzel, 1884a, p. 21, 110), não se deve ignorar os resultados obtidos pelo método dos clássicos. Isso porque nem a teoria econômica deve ser completamente fiel à realidade, nem a teoria clássica realmente depende desse pressuposto:

“Essas dificuldades, que os representantes dessa premissa do ‘egoísmo’ evidentemente não deixaram claras, podem ser evitadas quando se sabe exatamente quando parar de utiliza-la; se se reconhece os erros em que essas premissas implicam – o erro em distinguir a diversidade de motivações éticas (egoísmo, espírito público, etc.) enquanto ‘*fundamentum divisionis*’ – se se seleciona a diferença de motivos objetivamente caracterizados como a base para a conexão das tarefas da teoria econômica: a modéstia das necessidades que surgem da ação ou o propósito que essa busca atingir.” (Dietzel, 1911, p. 445)

Algumas das proximidades entre Dietzel e os britânicos (em especial Ricardo e Mill), também podem ser vistas com relação a Menger, que busca a construção de uma economia

⁸⁷ Essa questão leva a uma situação peculiar. Caldwell (2004, p. 48) mostra como a recepção de Schmoller dos *Princípios de Economia Política* pode ter vindo com estranheza ao austríaco, principalmente por ser taxado como defensor da perspectiva que Schmoller denominava “Escola de Manchester”: “Como Schmoller poderia possivelmente o acusar de ser um seguidor de Ricardo? Tanto Schmoller quanto Menger sentiam que a teoria clássica estava fundamentalmente errada. Para Menger, a solução era inventar uma nova teoria. Para Schmoller, o erro era o prematuro uso da teoria nas ciências sociais”.

política abstrata. É na teoria do valor, no entanto, que fica claro onde Dietzel busca muito mais a contribuição teórica dos clássicos do que de Menger ou daqueles que viriam a ser considerados os primeiros neoclássicos.

3.3.1 Teoria do valor

Mesmo que Menger tenha uma visão subjetivista peculiar no que diz respeito à teoria do valor, as diferenças entre ele, Stanley Jevons e Léon Walras costumam ser omitidas quando se busca meramente introduzir esses autores como os principais nomes da revolução marginalista. Os marginalistas, afirmam Milonakis e Fine (2009), buscaram, assim como a escola histórica, reformular a economia política clássica, principalmente o ricardianismo. No entanto, ao invés de ir contra o método dedutivo, como a EHAE, eles o combinaram com o utilitarismo de Jeremy Bentham. Sendo assim, rejeitam tanto a teoria do valor trabalho quanto a dos custos de produção⁸⁸.

Dietzel, seguindo autores como Malthus, Say e Mill, buscará uma saída na mensuração do valor através dos custos de produção, apesar de tentar defender a posição de Ricardo: “Acredito que essa charada foi há muito resolvida – que o problema do valor, apesar de inadequada nos detalhes, foi no geral respondida invulnerável e definitivamente por Ricardo” (Dietzel, 1890, p. 562). Ao mesmo tempo, no entanto, ele permitirá a ideia de utilidade marginal para alguns casos específicos. Esse é outro ponto onde fica claro o viés conciliador do autor:⁸⁹

“Realistas, eticistas e marginalistas não são realmente opositores; eles somente acreditam que são. Eles se complementam onde pensam que negam. O ataque dos realistas contra o processo de isolamento é errado; mas eles estão certos em afirmar que a ciência da vida econômica deve existir por meio de um “método histórico”: a teoria econômica pode permanecer como sempre foi, mas a história econômica deve complementá-la. A tentativa dos eticistas de tornar ética a teoria é errada; mas eles estão corretos em colocar uma teoria econômica eticamente incolor ao lado de uma política econômica de

⁸⁸ Nesse período, diversas propostas de solução do problema do valor surgiram. Mill também propôs uma solução que desaguava em uma teoria da mensuração do valor por custos de produção, enquanto Karl Marx foi o mais bem-sucedido em avançar uma teoria do valor trabalho. Para uma perspectiva marxista desse desenvolvimento, ver Rubin (2014).

⁸⁹ Nisso Dietzel pode ser comparado a J. Neville Keynes. Como sublinha Moore (2003), em seus escritos metodológicos, apesar de crítico, Keynes sempre buscava apontar posições úteis de ambos os lados da versão inglesa do *Methodenstreit*. Ver também Keynes (1999 [1890], p. 20). Ademais, Kasprzok (2005), indica que a fase mais conciliadora com respeito à teoria do valor se dá até essa obra de 1895.

bases éticas. O veredito dos marginalistas sobre a teoria do trabalho e dos custos não se aplica; mas eles estão certos quando a teoria da utilidade falha” (Dietzel, 1895, p. VII).

É importante salientar que a opinião de Dietzel a respeito da validade da teoria do valor muda ao longo do tempo. Como aponta Kasprzok (2005, p. 232), o autor posteriormente deixa de ver a teoria do valor como base para sua *Sozialökonomik*. Principalmente em seus escritos pós 1920, Dietzel negará a utilidade de uma teoria do valor e defenderá que se busque apenas uma teoria dos preços. Nosso foco aqui está concentrado na primeira fase.

Dietzel dirige a maior parte de sua crítica aos seguidores de Menger na Áustria, especialmente a Eugen von Böhm-Bawerk (1886)⁹⁰, dado que esses autores eram os maiores representantes da perspectiva marginalista nos países de língua alemã durante o fim do século XIX e início do XX. A esses autores marginalistas, deve-se conceder razão em sua crítica da confusão que Ricardo e outros clássicos faziam entre escassez e utilidade, não distinguindo propriamente essas categorias. É isso que levou ao que Dietzel vê como uma imprópria separação entre valor de uso e de troca:

“A causa da disputa entre os teóricos da utilidade e dos custos é a errônea proposição da contradição ou ‘antinomia’ entre a utilidade das coisas, ou seja, entre o grau de sua capacidade de ser útil para o consumo ou uso próprio dos sujeitos que as controlam, e seu valor de troca, que é o grau de sua habilidade de ser útil ao sujeito ao ser trocado por outra coisa na posse de outro sujeito.” (Dietzel, 1895, p. 206)

Para Dietzel, os clássicos tomaram esse caminho ao buscarem se opor aos escolásticos e sua noção de valor, a qual possui implicações éticas de um valor de uso, na forma de uma teoria do “preço justo”. Autores como Nassau Senior, Mill e Rau já haviam corrigido esse desvio clássico de supor a existência de duas qualidades de valor. Mesmo assim, foram os marginalistas que deram o golpe de misericórdia (Dietzel, 1895, p. 208). O próximo passo desses últimos, no entanto, não deveria ter sido uma negação da igualdade entre custos de produção e valor; a noção de valor que colocaram no lugar era uma mera ilusão (*Ibidem*, p. 216). Ao tomar essa posição, eles caíram em uma versão diferente do mesmo problema: “O erro, assim que custo e utilidade estão em primeiro plano, segue tranquilamente. A antítese

⁹⁰ Böhm-Bawerk (1898) comenta a ideia de valor e as críticas feitas em 1895 por Dietzel. O alemão, no entanto, nunca voltou a responder.

insolúvel: custos, não utilidade, apenas encontrou seu correlato na antítese insolúvel: utilidade, não custos” (*Ibidem*, p. 210).

A solução de Dietzel é reaproximar os valores de uso e de troca, ao mesmo tempo em que os conecta aos conceitos básicos da *Sozialökonomik* através do “princípio econômico”, o meio da ação econômica:

“O comportamento prático do ser humano em direção a bens (que em nosso linguajar descrevemos como ‘economizador’) e o comportamento teórico (que se apresenta como conceito de custo, em termos de estimação de valor) são da mais estreita proximidade. Economizar só é possível com bens limitados em quantidade ao sujeito – somente o esforço por tais bens possui custo – apenas eles são apreciados enquanto valor.” (Dietzel, 1895, p. 218).

A partir da questão da escassez, Dietzel argumenta que se existem dois bens com o mesmo custo (i.e. que irão necessitar da mesma quantidade de esforço, e por isso infligir a mesma quantidade de sofrimento, para serem obtidos), o escolhido será aquele mais escasso, dado que possui a menor probabilidade de poder ser adquirido no futuro. Isso, para Dietzel, equaliza valor de uso e de troca, dado que ambos são baseados na mesma relação. Agora, quando se mede o custo de produção, mede-se também o valor de uso, não apenas o valor de troca.

No entanto, isso é válido apenas para bens escassos. Bens que possuem oferta ilimitada sequer possuem valor e, portanto, não deveriam ser objeto de estudo da *Sozialökonomik*. A distinção importante aqui é entre bens reproduzíveis e irreproduzíveis – já presente em alguns autores clássicos, como Ricardo, mas de modo diferente (veja Tsoulfidis, 2018). Os primeiros possuem escassez relativa (quando sua disponibilidade diminui, é possível, ao menos parcialmente, repô-los), enquanto os últimos possuem escassez absoluta. É nesta categoria que aparece o espaço para a utilidade marginal.

Enquanto bens reproduzíveis têm seu valor medido apenas por seu custo de produção, que representa o esforço/sofrimento para produzi-los a ser compensado pelo comprador caso decida ter sua posse, não há essa possibilidade para bens que não se pode repor após o consumo. Nesse caso, “já que não há possibilidade de reprodução essa utilidade está perdida; seu tamanho [da utilidade] é então medido com o sujeito deixando claro a importância relativa dessa utilidade” (Dietzel, 1895, p. 277). Sendo assim, no caso de bens não reproduzíveis, dado que existem diferentes qualidades de bens disponíveis, o indivíduo deverá adquirir primeiro aquele que o traz mais satisfação, seguido pelo segundo, e assim

sucessivamente até a última utilidade adicional que possa adquirir. O modo de mensuração é diferente, mas o objetivo é o mesmo.

Esta é a ideia de mensuração de valor em Dietzel, onde é possível observar até que ponto o autor buscava se basear nos escritos clássicos e como ele traz sempre um empenho sintetizador de perspectivas concorrentes. Com isso concluímos este capítulo. O que buscamos aqui foi detalhar o trabalho deste autor, que em sua busca por sínteses, apresenta visões da disciplina da economia e da ciência social que estavam no meio do caminho entre aquilo debatido no *Methodenstreit* e aquilo desenvolvido pelos autores que discutiremos na próxima parte. Dietzel traz um modo peculiar de entender a economia política, que nos permite ver com mais clareza outros detalhes das discussões do período que não são inteiramente detalhadas nos escritos das duas correntes principais.

* * *

Aqui é importante manter em mente como, no gradual processo do surgimento da sociologia, há um movimento de justificativa da independência das ciências sociais, seu método correto e sua divisão interna de trabalho. Tal movimento, como buscamos mostrar nesta primeira parte, pode ser observado nos debates metodológicos no campo da economia política, os quais devem ser entendidos como mais do que mera discordância a respeito de técnicas de lógica. Os pontos principais do pano de fundo dos referidos debates são: i) a própria diferenciação de método entre os dois grandes campos científicos (ciências naturais e humanas); ii) o objetivo das ciências sociais e humanas em geral; iii) a necessidade de divisão do trabalho para o entendimento da realidade social; iv) e a causa que justificaria a necessidade de uma nova disciplina (essa diretamente ligada ao escopo das já existentes disciplinas dentro das ciências sociais e humanas). Isso pôde ser observado tanto na obra de Dietzel, quanto na disputa central do *Methodenstreit*. No momento em que os primeiros sociólogos modernos escrevem, essas questões ainda não estão bem definidas, e diferentes perspectivas permitem gerar diferentes ideias dessa nova disciplina. Obviamente, o que mostraremos não é uma aplicação das posições epistemológicas aqui discutidas para a formação de uma perspectiva da moderna sociologia. O que observamos são avanços paulatinos que influenciaram uma ou outra perspectiva, acompanhados de discussões metodológicas e um grande número de divergências dentro da economia política e das ciências humanas e sociais que pavimentaram o surgimento da sociologia moderna.

PARTE II – O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM A CIÊNCIA ECONÔMICA

4 O LEGADO DE IMMANUEL KANT ENTRE *GEISTESWISSENSCHAFTEN* E *KULTURWISSENSCHAFTEN*

No que diz respeito à justificativa da cientificidade das ciências sociais, até o momento apresentamos apenas a posição de Wilhelm Dilthey em mais detalhe. O autor é considerado parte de uma corrente altamente influente na Alemanha do período, denominada “Filosofia da Vida” (*Lebensphilosophie*), a qual teve como algumas das principais influências Friedrich W. Nietzsche (1844-1900) e o francês Henri Bergson (1859-1941). Na Alemanha essa foi uma corrente com firmes raízes na tradição do romantismo, e que buscava combater o pensamento racionalista do Iluminismo. No entanto, ao nos aproximarmos da virada do século XIX para o XX podemos observar um aumento de vozes dissonantes. Dois grandes representantes daqueles que buscam se afastar da Filosofia da Vida são Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert, ambos da escola neokantiana de Heidelberg. Apesar da obra destes autores dialogar e criticar esse movimento filosófico como um todo, focaremos aqui naquilo que tange a cientificidade das ciências sociais e humanas. Sendo assim, nosso maior interesse é na posição de Rickert, que retrabalha a posição de Windelband, e na contextualização daquilo já apresentado a respeito de Dilthey. Esse aspecto do debate filosófico da época – e daí o título dessa seção – está diretamente relacionado a Immanuel Kant e sua filosofia transcendental. Ambas correntes possuem formas diferentes de se apropriar e criticar sua obra.

Como já ficou claro, um dos pontos cruciais desta tese é contextualizar nosso objeto de pesquisa, trazendo as discussões filosóficas do estabelecimento das ciências humanas e sociais enquanto corpo autônomo de conhecimento. É dentro disso que apresentamos este capítulo. Se até aqui era a filosofia de Dilthey que no momento do *Methodenstreit* disputava o embasamento do método histórico, e Rickert e os neokantianos que terão maior influência sobre os autores caracterizados pela mencionada ideia de sociologia científica, e que darão o impulso mais significativo para o estabelecimento desta disciplina.

A principal proximidade entre as perspectivas de Dilthey e Rickert é a ideia de que essa ciência não-natural, seja ela espiritual (*Geistes*) ou cultural (*Kultur*), constrói um conhecimento histórico. Em Rickert, inclusive, os termos ciência da cultura e ciências históricas são utilizados de forma intercambiável. As principais divergências que nos

interessam aqui são como a delimitação deste campo de conhecimento implica em diferentes disciplinas, que podem ser consideradas como parte das ciências naturais ou das humanidades e como é selecionado o objeto de estudo deste novo grupo de ciências. Este último aspecto diz respeito à ideia de formação de valor de Rickert, que terá grande influência em Weber e sua ideia de ciências sociais. Em resumo, este capítulo nos permitirá detalhar o ambiente intelectual que circunda as diferentes perspectivas com respeito à relação da economia política, seu escopo e seu objetivo, com as demais ciências sociais, em especial a sociologia.

Sendo assim, apresentaremos a perspectiva de Heinrich Rickert em três seções. Na primeira adiantamos sua crítica às *Geisteswissenschaften* enquanto uma corrente da Filosofia da Vida. Posteriormente apresentamos as ciências culturais de Rickert e, por fim, as críticas do autor ao biologismo, de modo a conectar a discussão sobre a utilização de analogias biológicas a um contexto mais amplo.

4.1 A crítica de Heinrich Rickert à Filosofia da Vida

Heinrich Rickert nasceu em 1863 na cidade de Danzing, hoje pertencente ao território Polonês (sob o nome de Gdańsk), mas naquele tempo parte da Prússia. No entanto, Rickert, assim como Max Weber, passou sua infância e juventude em Berlim⁹¹. Rickert obteve seu doutorado em filosofia pela Universidade de Freiburg sob a orientação de Wilhelm Windelband, e se tornou docente dessa universidade em 1889, permanecendo até 1915. Em Freiburg seu caminho novamente se cruza com o de Weber, professor dessa universidade entre 1894 e 1896, quando aceitou uma posição em Heidelberg. Os dois autores e suas famílias se tornaram muito próximos, intensificando suas trocas intelectuais. Marianne Weber (1988 [1950], 203-4) descreve a proximidade entre as famílias. Ela mesma foi a primeira aluna mulher dos seminários do filósofo.

Weber, após sofrer uma crise nervosa que o afastou dos afazeres acadêmicos, só voltaria a lecionar em 1919, na Universidade de Viena. Sendo assim, quando Rickert se tornou professor em Heidelberg em 1915, Weber não estava presente enquanto professor. Mesmo assim, os autores continuaram próximos, e a admiração e influência mútuas são

⁹¹ Como aponta Adair-Totef (2002), é possível que Weber e Rickert tenham tido algum grau de convivência enquanto cresciam, dado que os pais de ambos eram importantes líderes políticos.

recorrentemente relatadas na literatura (Mata, 2013; Eliaeson, 1990; Bruun, 2001) e centrais para compreendermos o pensamento de Weber. Mesmo antes destes trabalhos mais detalhados a respeito da relação entre os dois autores, Marianne Weber (1988 [1950], 260, 310) já apontava uma das influências de Rickert sobre Weber que mais nos interessam: “os limites da formação de conceitos nas ciências naturais”, contexto no qual o filósofo discute a ideia de valor nas ciências da cultura. Para ambos os autores, “valor cultural” tem lugar central naquilo que será denominado “ciências culturais”. É exatamente a possibilidade de validade enquanto objeto científico, que se dá enquanto relevância cultural, que delimita o objeto de estudo deste conjunto de ciências e será fator de diferenciação entre estas e as ciências naturais.

Heinrich Rickert, como já mencionado, é um dos mais celebrados membros da escola neokantiana de Heidelberg, e dedica parte de sua obra à crítica das perspectivas entendidas como parte da Filosofia da Vida (FdV). Antes de prosseguir com o detalhamento da posição de Rickert, mostraremos brevemente como isso está ligado a uma continuação crítica da obra de Kant.

Após 1800, enfatiza Collins (1998, p. 157), todos os filósofos acadêmicos devem ser considerados pós-kantianos. A principal razão para isso é que sob a influência de Kant surge a necessidade de justificar epistemologicamente afirmações ontológicas. A separação entre o natural e o espiritual feita por Dilthey, por exemplo, passa por uma justificativa do modo diferente como se conhece cada objeto dada sua origem. O ponto que nos importa aqui é que Kant constrói a justificativa epistemológica para as ciências naturais, e cada um dos movimentos que estudamos busca justificar a cientificidade e independência de um grupo distinto de disciplinas tendo o caminho traçado por Kant como referência, mesmo que o próprio Kant negasse o que chamava de ciência da vida (Steigerwald, 2013). Dilthey, no entanto, nega o caráter transcendental da teoria de Kant, e parte de uma perspectiva realista, entendendo aquilo que é observado como real⁹². Como enfatiza Bakker (1999, p. 61), o conceito de “vida” em Dilthey não é uma abstração, mas o símbolo de algo real⁹³. Como veremos, Rickert trará de volta a questão da incompatibilidade entre o observado e o real, e

⁹² O significado de transcendental voltará a ser alvo de nosso interesse, mas nesse momento nos basta a descrição feita por Šuber (2002, p. 39): “A capacidade de cognição é, portanto, limitada à (re)produção de uma realidade cognitiva que não coincide com a própria realidade.”

⁹³ Por outro lado, a questão da filosofia transcendental, na opinião de Luft (2016), seria um motivo para não considerar a empreitada de Dilthey como kantiana.

isso será central para a formação dos conceitos, os quais permitirão acessar a realidade transcendente.

Um dos pontos principais que enfatizamos em Dilthey é que o autor busca estudar, em oposição à natureza, o homem como um todo; todas suas emoções, impulsos, decisões racionais, etc. Isso fica claro na ideia de suas ciências do espírito buscarem construir um conhecimento final, apesar da sua separação em disciplinas. Mas ainda assim é uma busca por um conhecimento histórico que se diferencia da ciência natural, distinto do modo como faziam Mill e Comte (Helle, 1997). A Escola Histórica já dá o primeiro passo para a desvinculação entre as ciências naturais e espirituais; o que Dilthey fará é buscar uma base epistemológica através de uma “crítica da razão histórica” (Lessing, 1984). De modo oposto a Dilthey, Windelband buscará justificar as ciências culturais a partir do estudo de seus pressupostos lógicos do conhecimento (Hodges, 1952). Sendo assim, de um lado temos uma justificativa material (Dilthey) para as humanidades, do outro temos a justificativa formal (Windelband). O que Rickert faz é reformular a contribuição de Windelband, mas continuando com a distinção formal entre as ciências, onde as formas de se chegar a conceitos é que tornaria as ciências distintas. Outra característica central já mencionada na obra de Dilthey é o papel da psicologia (de caráter antropológico) como base de todas as disciplinas das ciências sociais. Kant, por outro lado, tendo seu foco nas ciências naturais, questiona o status científico da psicologia. Isso ocorre porque, na visão de Kant, apenas são científicos aqueles fenômenos que podem ser mensurados (Makkreel, 2003). Esta questão da mensuração nos será crucial para entender como a FdV se afasta de Kant. Já Rickert, mesmo que não carregue este pressuposto de cientificidade de Kant, irá negar a ideia de Dilthey sobre psicologia, no entanto focando no problema da disciplina ser a base de todas as ciências do espírito.

Rickert (1920) identifica a Filosofia da Vida como perspectiva teórica da filosofia que passa por diversas mudanças e diferentes correntes ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX. O surgimento e evolução da FdV é um processo longo e complexo, e aspectos dessa perspectiva puderam ainda ser observados em autores da segunda metade do século XX (Ransom, 1997; Jones, 2010). Rickert não se atém à origem mais remota dessa perspectiva filosófica, que diz já poder ser observada em alguns escritos de autores como Friedrich H. Jacobi (1743-1819), Johann G. Fichte (1762-1814) e Johann W. von Goethe (1749-1832), dentre outros. Seu ponto inicial são as obras do jovem Hegel e de Friedrich Nietzsche, e a busca por apontar as diferentes correntes dentro dessa tradição filosófica e o

que elas têm em comum: a centralidade do conceito de “vida”. Como já apontado, o primeiro ponto de encontro dos teóricos identificados como parte dessa perspectiva filosófica é a busca da superação do pensamento iluminista. Segundo Rickert, o Iluminismo buscou, especialmente na Alemanha, introduzir seu racionalismo em todos os aspectos do pensamento (seja na ciência, na vida religiosa, na moral ou na arte). Nada era considerado se não permanecesse de pé frente ao pensamento abstrato. “Sendo assim, a vida ‘irracional’ estava em perigo. A mente a ameaçava de morte” (Jones, 2010, p. 174).

Devemos ter em mente que existem diferenças entre a importância que essa perspectiva filosófica tem dentro das ciências naturais e das ciências sociais/humanas. A ideia de vida é relevante nas ciências naturais, por exemplo, na medida em que nega o átomo como coisa morta, desviando da perspectiva mecanicista – algo que viria a ter maior impacto dentro da biologia⁹⁴. O entendimento era que diversos fenômenos “vivos” não poderiam ser explicados pela física e química. Sendo assim, a biologia entrava em cena. Esse ganho de espaço da biologia tem impactos também no desenvolvimento daquilo que consideramos ciências sociais, ao substituir o mecanicismo como modelo científico. Além desse caminho de influência a partir da biologia que pode ser observado nas ideias de organismo e evolução, há também uma modificação do entendimento sobre o que é a psicologia e qual seu papel dentro da ciência. A essa discussão retornaremos na última seção deste capítulo, quando abordarmos a importância da noção de organismo nas ciências sociais.

Importante para nós neste momento é o modo como a Filosofia da Vida afeta o entendimento de ciência é dependente do sentido que se dá para o conceito de “vida”. Esse é o foco de Rickert (1920): apresentar a evolução dessa perspectiva filosófica a partir deste seu conceito fundamental, e mostrar como, apesar de ter produzido certos avanços, não se sustenta enquanto filosofia em nenhuma de suas versões.

Dos autores que Rickert considera como pertencem à velha geração da Filosofia da Vida, Nietzsche é o pioneiro. É sua concepção de “vida” que viria a influenciar as gerações

⁹⁴ Como ficará claro à frente, nem tudo o que se desenvolve dentro da Filosofia da Vida é ligado à aplicação de conceitos biológicos na filosofia. Rickert dividirá uma Filosofia da Vida da intuição daquela biológica. Nem por isso, essa corrente filosófica deixará de ser considerada vitalista. Mais à frente mostraremos como Rickert divide a Filosofia da Vida entre as correntes intuicionistas e biologistas. Ambas, no entanto, assim como nas ciências naturais buscam se afastar do mecanicismo e acabam buscando uma ideia de força vital que permite o surgimento e comando daquilo que tem vida. Bergson será um grande exemplo de vitalismo dentro da Filosofia da Vida. Na biologia, algo semelhante ocorria. Como argumenta Greco (2005), dentro do vitalismo nas ciências naturais, havia uma corrente “animista”, ligada à metafísica e à teleologia, e outra “naturalista”, ligada ao organicismo.

seguintes. Em *Assim falou Zaratustra*, a “vida” se torna coisa, e “é tratada como um ser humano, mais exatamente como uma mulher amada” (Rickert, 1920, p. 21). O francês Henri Bergson foi também muito influente, especialmente em sua aversão ao mecanicismo, onde as ciências naturais (principalmente a física, química e astronomia) deixaram de ser vistas como o estudo do mundo e passaram a ser um “produto viesado da mente calculista, que fixa tudo e torna rígido” (*Ibidem*, p. 23). A explicação mecanicista mata a vida ao tornar uniforme tudo o que é diferente. Apenas aquilo que é morto, argumenta Bergson, pode ser medido e calculado. Daí o ponto em colocar a vida enquanto categoria central da filosofia. Isso colocava Bergson e os demais filósofos da vida em oposição ao Iluminismo e à noção de Kant de que apenas aquilo que é mensurável pode ser considerado científico.

Em Bergson já está presente a ideia, que aqui nos é cara, de valor dentro da ciência. Sua perspectiva, que Rickert chama de intuitiva, busca uma filosofia que explique a realidade como um todo a partir de uma compreensão imediata do mundo. O Ser Humano experimenta a vida. A compreensão do todo não pode se dar, então, por aquilo “que é”, que está estático e pode ser mensurado, mas sim por aquilo que é inconstante e tem movimento, que a todo momento “será”⁹⁵. Esse movimento que aproxima a ciência da perspectiva individual representada nessa noção de intuição é o que permite se falar em uma Ética da Vida: “A vida em si, portanto, não forma apenas o verdadeiro ser, mas também o verdadeiro objetivo da vida.” (Rickert, 1920, p. 24). A filosofia teórica e prática se tornam interdependentes, algo que nos faz recordar das acusações feitas pelos críticos da EHAE de sua incapacidade de separar o teórico e o prático dentro da economia política.

Mesmo enfatizando as diferenças, Rickert contabiliza Dilthey enquanto parte dessa primeira geração de filósofos da vida intuicionistas.

A primeira diferença de Dilthey para os demais, no entanto, é que ele não é um filósofo. Seu trabalho é de historiador, e sua ligação com o historicismo torna mais clara a impossibilidade de se alcançar um sistema de filosofia. Mesmo assim, no momento em que necessita tomar uma posição que diz respeito à filosofia, o faz em acordo com a Filosofia da Vida. A experiência é a base de seu pensamento, e a vida a raiz da visão de mundo. É nesse sentido que ele cria a ideia de compreensão (*Verstehen*), que diferenciara as ciências naturais das sociais/humanas. O historiador confia em sua intuição ou sentimento para selecionar aquilo

⁹⁵ Em Bergson a Filosofia da Vida está muito próxima ao Vitalismo, já que ele parte da ideia do “elã vital”. Esse seria o ponto inicial da vida e de tudo que há, aquilo que desencadearia o processo evolutivo.

que é historicamente relevante. Ele compreende, ao invés de explicar. Sendo assim, a sua visão de mundo, construída a partir da intuição, é que apontará o caminho do conhecimento geral que deve ser construído pela sua ciência histórica e, no fim, também por sua filosofia. Isso torna central para Rickert a tentativa de Dilthey de construir a filosofia a partir da perspectiva da história; de tentar construir uma filosofia universal a partir de uma disciplina individual.

Pensando que a crítica da Filosofia da Vida que apresentamos refere-se àquilo que é morto, que apenas seria científico caso calculável, o que Dilthey faz, argumenta Misch (1926, p. 539), é utilizar o conceito de vida como algo que, antes visto como irracional por não ser calculável, pudesse ser acessado por uma “combinação filosófica de antropologia e história”. Sendo assim, o que Misch enfatiza é a FdV enquanto um grupo de pensadores que desafiavam o entendimento do que a ciência deveria conhecer. Em primeiro lugar, então, a ideia de vida amplia aquilo que se pode conhecer da realidade, sendo que o conjunto daquilo que agora se pode conhecer cientificamente é exatamente o que será objeto das ciências do espírito de Dilthey: a vida humana. O conhecimento do homem pelo próprio homem deve acontecer através da história e, assim, utiliza-se a ideia de vida para negar o racionalismo. Tal conhecimento do homem pelo próprio homem implica sua ideia de *Verstehen*, onde a intuição é fator chave para a seleção daquilo que é objeto de estudo das ciências do espírito. Ou seja, o conceito de vida é chave para justificativa da cientificidade das ciências do espírito. Ademais, a FdV está também ligada a uma justificativa do realismo científico. Em resumo, a vida pode ser conhecida sem a mediação imposta pela ideia de realidade transcendental, ou seja, a experiência histórica nos dá acesso ao que o objeto de estudo, a vida, realmente é. Sendo assim, há um claro distanciamento da filosofia transcendental que guiará os neokantianos⁹⁶.

Para Rickert, a visão de mundo do historicismo de Dilthey não é uma visão de mundo “viva”, e permite construir um sistema filosófico tanto quanto o naturalismo permite: “O historicismo é ainda mais anti-filosófico do que o naturalismo porque a história não é uma ciência sistemática. O naturalista tem pelo menos um princípio e uma conexão sistemática de pensamento, por mais estreita e unilateral que seja.” (Rickert, 1920, p. 48). Nem a saída

⁹⁶ Um ponto relevante é que em Dilthey a filosofia é construída a partir da história e da psicologia, enquanto no neokantianismo ela é uma disciplina independente das ciências empíricas, o que implicaria também em arranjos institucionais próprios como seminários e cadeiras em universidades próprias (Oakes, 1997, p. 63).

historicista de Dilthey, nem os demais autores da Filosofia intuitiva da Vida são capazes de erguer um sistema filosófico.

Ademais, Rickert enfatiza que a separação de Dilthey entre as *Naturwissenschaften* e as *Geisteswissenschaften* é baseada na diferença entre aquilo que é sensorial e aquilo que não é. Nesse sentido, não seria válido para as ciências humanas o princípio mecanicista das ciências naturais, já que estas últimas não lidam com aquilo que é vivo. Com isso, a diferença seria de conteúdo, de objetos diferentes para cada ciência. Por sua vez, cada objeto teria um modo diferente pelo qual sua verdade seria acessada. Para Rickert, por outro lado, um mesmo objeto pode muitas vezes ser analisado da perspectiva das ciências naturais ou culturais, a diferença metodológica é a questão relevante. Nesse sentido, é errado pressupor que a diferenciação dos objetos implica necessariamente na distinção do método de análise, algo que ocorre quando há a separação do tipo *Natur-Geistes* de Dilthey (Rickert, 1926, p. 10-11). Tendo isso em mente, o que apresentamos a seguir é a proposta de Rickert para a delimitação entre ciências naturais e humanidades.

4.2 As *Kulturwissenschaften* de Rickert

Rickert mostra que existem dois pontos a serem levados em consideração no que tange a delimitação de quais disciplinas fazem parte das ciências culturais: o formal e o material. O ponto formal diz respeito ao método adequado para as ciências culturais. Já o ponto material diz respeito ao objeto de estudo das ciências culturais. Como já colocado, Rickert parte da distinção entre ciências ideográficas e nomotéticas de Windelband.

O local onde Windelband inicialmente discorre sobre o a diferenciação entre história e ciências naturais é seu discurso de posse como presidente da Universidade de Estrasburgo, em 1894. O principal corolário desta palestra de Windelband do qual Rickert busca distanciar-se é a ideia simplista de que as ciências naturais lidam com leis e as culturais com “aquilo que é único” (Rickert, 1926, p. VII).

Para Windelband a validade do conhecimento empírico continuava insatisfatória, muito pela confusão entre a origem do conhecimento e sua validade, entre a possibilidade de conhecer com o que determina o conhecimento. A filosofia deveria ser uma teoria do valor, do modo como se atribui valor às coisas. Isso porque a validade do conhecimento só pode ser atribuída à existência e generalidade de tais valores:

“Nesta visão, a filosofia constitui uma axiologia geral, a ciência que descobre os fundamentos para a atribuição de valores necessários e geralmente válidos. Os valores, portanto, são o assunto da filosofia. A crítica, o inquérito que tenta descobrir as condições para a atribuição válida de valores, é o seu método.” (Windelband; Oakes, 1980, p. 167)

Sua filosofia, então, buscava a validade do conhecimento, e no que dizia respeito às ciências empíricas, sua tarefa estava na lógica. “Essa interconexão íntima e vital entre a filosofia e as outras disciplinas é exibida mais claramente no desenvolvimento da lógica. A lógica nunca foi mais do que uma reflexão crítica sobre as formas de conhecimento existentes que são realmente empregadas na prática.” (Windelband, 1980 [1894], p. 170). É nesse sentido que Oakes fala que nas proposições da ciência empírica, a verdade apenas se torna um valor (ou seja, só existe validade do conhecimento), no momento em que ela “satisfaz padrões absolutos ou normas de pensamento” (Oakes, 1997, p. 64).

Segundo Windelband, o conhecimento nomotético, da formação de conceitos gerais (i.e. leis), não só sempre teve seu valor corretamente identificado, como guiou as ciências empíricas e a filosofia. Esse conhecimento permite a previsão e intervenção na realidade, independente de, nos termos de Dilthey, nos referimos ao mundo externo ou ao interno (Windelband, 1980 [1894], p. 180). Estas ciências, no entanto, não são capazes de lidar com o conhecimento individual dos fenômenos.

Já a justificativa do conhecimento daquilo que é individual a partir da noção de que todo objeto ao qual nós designamos valor é único. Sendo assim, há um interesse no conhecimento daquilo que é único, não podendo ser satisfeito pelas ciências naturais, que busca propriedades comuns a custo das características únicas dos objetos⁹⁷.

As diferenças entre Rickert e Windelband se dão nas ciências ideográficas, principalmente por, como aponta Oakes (1980, p. 66), Windelband ter apontado que a base da história seria “como um ‘resíduo de fato bruto incompreensível’ e um ‘fenômeno inexprimível e indefinível’”. Isso implicaria em dúvidas quanto à cientificidade do conhecimento histórico. Se a realidade não pode ser conhecida e tampouco expressa em forma de conceitos, o conhecimento histórico continuaria irracional. É, então, com isso que Rickert se preocupa.

⁹⁷ “This is the meaning of the claim that natural science is grounded in a nomothetic interest: Its objective is to develop a system of abstract laws from which the nature of things, their generic properties, can be derived.” Oakes (1997, p. 65).

Para Rickert, enquanto o objeto de estudo das ciências naturais se desenvolve livremente na natureza, o objeto de estudo das ciências culturais só existe graças à ação humana: “Em oposição à natureza, a cultura é originada diretamente por uma pessoa que age de acordo com propósitos valorizados” (Rickert, 1926, p. 18). Sendo assim, por serem valorizados, os objetos de estudo das ciências culturais são entendidos enquanto bens culturais. “Nós podemos mesmo dizer que sentido e significado são primeiramente construídos em suas particularidades através de um valor, e que, portanto, a compreensão do sentido e significado independentemente dos valores permanece cientificamente indeterminada” (Rickert, 1926, p.20).

Assim como as ciências naturais, as ciências culturais (históricas) buscam a formação de conceitos. Em oposição, as ciências culturais buscam conceitos individualizantes. Seu objeto de estudo inclui uma “personalidade, uma época específica, um caminho social ou religioso, um povo ou seja o que for” (Rickert, 1926, p. 60-1). Por mais problemática que possa parecer a construção de conceitos acerca da realidade que capturem aspectos individuais da mesma – ponto onde esbarra a teoria de Windelband – é a noção de valor de Rickert que tornará essa operação possível. Há um encontro entre o formal e o material. Aquilo que é culturalmente relevante, os processos culturais relacionados a significados e valores, são tratados por nós como interesses individualizantes:

“O significado cultural de um objeto, isto é, o valor compreensível e o significado que carrega, é baseado, na medida em que é considerado como um todo, não naquilo que é comum com outras realidades, mas no que o distingue dos outros. Portanto, a realidade (que consideramos realmente baseada em sua relação com os valores culturais) também deve ser vista como algo especial e individual.” (Rickert, 1926, p.79)

É imprescindível ter em mente que a ideia de valor não é acompanhada de um julgamento se esse é um valor bom ou ruim. “Valores positivos ou negativos não são a tarefa do historiador” (Rickert, 1926, p. 86). A história lida com valores, mas não é uma ciência julgadora, e é nesse sentido que a história é uma disciplina teórica. Nesse sentido, há uma diferença entre a valoração teórica (a escolha do objeto de estudo) e a prática (o julgamento de valor) (Mata, 2006, p. 357). Assim, podemos dizer que o historiador busca o valor que é, não aquele que deve ser. Essa seria uma das grandes diferenças para o filósofo da vida. Segundo Rickert (1920, p. 189), a Filosofia da Vida nunca foi capaz de separar o reconhecimento do valor teórico da valoração do valor.

Em resumo, o que define o objeto da história, das ciências culturais, é uma relação de valor (*Wertbeziehung*) e não julgamentos de valor (*Werturteil*). Estas duas formas são independentes (Rickert, 1986 [1896], p. 95). Nesse sentido, a diferenciação entre a existência de valor (o valor cultural do fenômeno) e seu reconhecimento nas ciências sociais e a imposição de um julgamento de valor nos desenvolvimentos teóricos ganham centralidade (Oakes, 2010). O valor se torna um critério de seleção, que não pode ser confundido com a visão de mundo do pesquisador. Esta separação é crucial para os debates que discutiremos no capítulo seis⁹⁸.

Do Valle (2016, p. 238) apresenta isso da seguinte forma: “os valores, para Rickert, são tendências normativas em relação às quais todos os membros de determinada comunidade sentem-se mais ou menos obrigados”. Os valores culturais não podem, então, ser subordinados às perspectivas individuais. Os valores culturais deveriam ser os mesmos independentemente da ideologia ou visão de mundo do historiador. Isso é uma oposição à ideia de Dilthey de uma relevância estabelecida pela intuição, pela percepção sensorial do investigador e sua visão de mundo. Dado que são valores culturais, a noção de que cultura é igualada à “realidade significativa”, Rickert é capaz de criar uma separação entre ciências naturais e do espírito que seja material e formal, sendo que as duas estão relacionadas (Rickert, 1926, p. 78). Isso é significativo também pois uma das questões que Rickert critica em Windelband é exatamente confiar apenas na distinção formal, o que torna sua teoria incompleta, enquanto Dilthey erra por pensar que o fator decisivo de distinção é material.

Retornando a outro aspecto de sua diferença com Dilthey, não há papel especial para a psicologia, principalmente sua psicologia. Enquanto as ciências naturais têm sim uma disciplina básica, a mecânica, isso não ocorre nas ciências culturais. No entanto, a diferença no tratamento da psicologia não se deve apenas a ela não ser a disciplina base para as áreas do conhecimento não pertencentes às ciências naturais: ela própria, a psicologia, não é uma disciplina das ciências da cultura. Esta psicologia histórica, o estudo de indivíduos ou grupos em épocas específicas, não é algo científico como queria Dilthey. Isso, no entanto, não implica que a psicologia (enquanto ciência generalizadora) não possui relevância para o estudo da história (Rickert, 1926, p.63-5).

⁹⁸ Oakes (1997, p. 69) afirma que na década de 1930 a posição de Rickert já não era tão certa quanto à separação entre *Wertbeziehung* e *Werturteil*. Para o autor, em casos em que a cultura está sob ameaça, todos os valores culturais deveriam ser subordinados ao estado nação.

As questões formal e material não são equivalentes, mas relacionadas. Rickert (1926, p. 80) vai reforçar que “do ponto de vista cultural-científico, apenas uma parte do objeto real individual é questionada, e somente esta parte consiste no que o torna um 'indivíduo' para a cultura no sentido de singular, peculiar, e não pode ser substituído por nenhuma outra obra”. Sendo assim, não é toda a realidade que é exaurida pela pesquisa histórica. Seu exemplo sobre isso seria a observação de uma personalidade histórica a partir de suas características enquanto *homo sapiens*, que não possuem qualquer relevância para os valores culturais.

Sendo assim, o conceito de *Geisteswissenschaften* não é capaz de diferenciar o objeto nem o método com relação às ciências naturais (Rickert, 1926, p. 98). Esta perspectiva não seria capaz de responder à pergunta de Mata (2006, p. 358): “o que dizer de campos de pesquisa, como a história econômica e social, em que a existência de permanências e regularidades é inegável?”. Mata reforça que, mesmo seguindo a ideia de Windelband da separação das ciências nomotéticas e ideográficas, Rickert retira a rigidez destas definições, permitindo que haja uma transposição. Ao historiador é permitido a utilização de métodos generalizantes, mesmo que estes não sejam sua principal ferramenta. A característica mais marcante continuaria sendo a generalização nas ciências naturais e a individualização nas culturais.

Esta visão de Rickert nos será importante, além de sua influência sobre Weber, por guiar o entendimento de diversos autores do período sobre o papel da nova disciplina da sociologia, inclusive visões concorrentes. Kantorowicz (1911a, p. 297), por exemplo, traz sua interpretação da classificação das ciências a partir da ideia de Rickert já incluindo a sociologia. Aqui interagem as questões formais e materiais:

1. Ciências naturais com formação generalizada de conceitos, como mecânica; 2. Aquelas com conceitos individualizados, como geografia; 3. Ciências culturais com formação individualizada de conceitos, como a história jurídica; 4. Aquelas com formação generalizada de conceitos, como teoria econômica e sociologia, incluindo sociologia jurídica.

É interessante como o autor interpreta a classificação de Rickert de modo a classificar a sociologia como uma ciência cultural generalizante. Neste sentido, o que Kantorowicz faz é dar precedência ao fator material na diferenciação das ciências e aplicar a questão dos métodos como algo que traria uma diferenciação de segunda ordem, algo que Rickert não faz. Nos debates da DGS poderemos ver outras interpretações próximas ao neokantianismo, além de autores que mais abertamente defendem uma sociologia enquanto ciência natural.

Retornando ao modo como Rickert busca a separação entre o que é objeto das ciências da cultura e da natureza, apesar da evolução em relação a seus contemporâneos, o autor não consegue ser tão preciso a ponto de separar todas as disciplinas em ciências naturais ou culturais sem ter que entrar em discussões pormenorizadas. Existem aquelas disciplinas que sobrepõem características de ambas. A economia política, a jurisprudência e a linguística são também exemplos desses casos complexos de classificação. Apesar de individualizantes, parte das ciências culturais, essas disciplinas apresentam elementos generalizantes. Dada a existência de elementos que, na construção dos conceitos, são comuns a uma parte muito significativa dos objetos em estudo, há uma coincidência daquilo que é geral com aquilo que é significativo culturalmente, que possui valor cultural. Sendo assim, as investigações contêm elementos de ambos os espectros formais, generalizantes e individualizantes. São, por exemplo, os elementos generalizantes da história econômica que dariam suporte a uma visão equivocada de uma história generalizante (Rickert, 1926, p. 111). Mesmo assim, não há possibilidade de separar essas duas partes no momento do trabalho científico, ou seja, uma parte da ciência histórica onde apenas o que é individualizante é analisado enquanto outra parte do conhecimento científico lida com os fenômenos gerais. Isso só ocorre dentro do campo da imaginação (*Ibidem*, p. 106-7). Isso, em nossa visão, tornaria equivocada a separação da economia política tal como Menger propõe, onde é possível que o conhecimento específico/individual seja alcançado em outra etapa da pesquisa.

A obra de Windelband, no entanto, não influencia somente os adeptos do neokantianismo. A visão de Dilthey também muda ao longo do tempo, e no início do século XX já apresenta algumas diferenças se comparada àquela que apresentamos no capítulo dois. Primeiramente, Dilthey desenvolve o que ele chama de método comparativo, que seria o método específico de suas ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*). Ademais, há a absorção da crítica de Windelband e sua divisão entre ciências nomotéticas e ideográficas. Dilthey não nega a existência dessa dicotomia, mas aponta que tanto as ciências naturais quanto as sociais possuem uma divisão entre nomotéticas e ideográficas, ou seja, ambas podem lançar mão dos dois métodos. Elas, no entanto, não distinguiriam o que é ciência natural daquilo que não é, mas sim o que é científico em geral daquilo que não é. O que não pode ser acessado por meio de algum desses dois métodos não pode ser considerado conhecimento científico (Luft, 2016). Desse modo, o autor inclui tanto o aspecto formal quanto o material, porém sem torná-los interdependentes na determinação da separação das ciências. Sendo assim, a

interpretação que Kantorowicz faz de Rickert estaria muito mais próxima desta perspectiva reformulada de Dilthey do que do próprio Rickert.

Por fim, um último ponto relacionado à crítica de Rickert nos interessa: o organicismo. Essa questão, que destacamos ao longo da tese, será mais pormenorizadamente justificada. Autores como Dilthey e Rickert têm reservas distintas com relação à utilização da lógica da biologia, através de analogias, dentro das ciências sociais (sejam espirituais ou culturais). Sendo assim, buscaremos demonstrar na próxima seção como essa relação muda dentro dos diferentes entendimentos da Filosofia da Vida, e como essa ideia é apresentada e rechaçada em diversas perspectivas filosóficas. O resultado que nos interessa é este: ambas as perspectivas aqui apresentadas acabam buscando distanciar as ciências sociais desse organicismo, tornando este um fator crucial para uma concepção adequada do conhecimento e método das ciências sociais.

4.3 O combate à ideia de organicismo na Filosofia da Vida e no neokantianismo

Na seção 2.4 apresentamos a visão de Schmoller e Menger com relação ao uso de analogias biológicas dentro da economia política, sendo que já havíamos discutido como Dilthey tenta se distanciar dessas estruturas interpretativas em busca de uma ciência social independente. O que apresentamos aqui é como Rickert via o problema. A indevida utilização de estruturas das disciplinas das ciências naturais, com especial foco na biologia, se dá tanto por meio da ideia de evolução – e aqui o Darwinismo é a chave – quanto de organismo. O foco do autor é como isso permeia a Filosofia da Vida. No entanto, como essa perspectiva filosófica passa por diversas modificações, o problema aparece de formas distintas.

A corrente da FdV que Rickert (1926, p. 46-47) liga a Dilthey, como colocado, é a intuicionista, marcada pela busca de uma filosofia universal onde uma das características era a escolha do objeto de estudo a partir da percepção do pesquisador, sua intuição⁹⁹. Rickert (*Ibidem*, p. 35-36) associa outra tendência dentro da Filosofia da Vida ao vitalismo, este sustentando um caráter biológico¹⁰⁰. Quando o autor se refere à filosofia dominante de seu

⁹⁹ “Além do intuitivo, o momento conceitual também pertence a toda cognição. Mas com isso, o intuicionismo está fundamentalmente quebrado. Sem um princípio conceitual de escolha, nenhuma filosofia surge.” (Rickert, 1926, p. 56). Nesse sentido também o autor fala em volta a Kant, já que ali havia a noção de conceito enquanto mediador da realidade.

¹⁰⁰ É interessante notar como isso vai diretamente em oposição à interpretação de Lukács, que via Dilthey dentro do vitalismo e a ideia de Rickert como uma continuação do primeiro.

tempo, o que ele quer apontar é uma Filosofia da Vida que mescla momentos de intuicionismo e biologismo – algo não presente na primeira geração de autores da Filosofia da Vida, como em Dilthey.

O que Rickert (1926, p.72) chama de biologismo é a corrente que busca garantir uma noção específica de vida para a filosofia, criar uma “doutrina da vida a partir da vida vivida”, a partir da proximidade com a “ciência da vida vital ou dos organismos”, a biologia.

A primeira questão que Rickert aponta, no que diz respeito ao problema de analogias e metáforas, é a transposição das ideias de saúde e doença. Roscher, por exemplo, utiliza largamente isso em seus escritos de economia política. Tratando de um sentido mais amplo, a crítica de Rickert aponta para a absorção de um “valor natural” da vida saudável. O que o autor tenta deixar claro é que se cria uma instância de julgamento de valor a partir da biologia, a partir de um objetivo de limpeza/saúde, uma direção a um progresso:

“Primeiro, aplica-se a forma de vida como norma ao indivíduo. Sua vivacidade ou saúde é a sua meta de vida natural e ao mesmo tempo filosófica. Quem não se concentra na vida ascendente, deve ser chamado de degenerado. Ele não deveria viver. Sua morte significa a felicidade como a erradicação de tudo o que é patológico. O filósofo tornou-se médico. Somente isso tem que determinar o que é bem e mal. Os conceitos básicos de uma ética abrangente da vida devem ser derivados daqui.” (Rickert, 1926, p. 78).

Rickert enfatiza que diversas correntes políticas lançaram mão desse tipo de analogia que traz implicações diretas para determinações da ética, e quase todas buscaram apoio na filosofia da vida para justificar essa prática.

O biologismo, no entanto, é também dividido por Rickert em biologismo novo e antigo. Aqui nos interessa estabelecer com mais clareza uma primeira onda darwinista, que traz uma ideia de evolução que o autor classifica como biologismo mecânico, e uma segunda onda, onde autores mais próximos à virada do século XX partem de um biologismo anti-mecanicista. O mais antigo, o biologismo darwinista, Rickert (1926, p. 86) liga a Herbert Spencer e à corrente de marxistas darwinistas, ao passo que a segunda corrente estaria parcialmente ligada às obras de Nietzsche e Bergson¹⁰¹, dado que os autores são importantes anti-mecanicistas e muito influentes na Filosofia da Vida.

¹⁰¹ Reinert (2010) também discute essa mudança na utilização das analogias biológicas.

O ponto central das correntes mais antigas de biologismo é que se impõe, através da ideia de seleção natural, um mecanismo que torna a filosofia dependente das ciências naturais. Esse mecanismo elimina a necessidade de pensar e discutir o valor que guia a vida humana (e que a vida humana deve perseguir). É a automatização do progresso. Basta permitir que a seleção natural atue livremente e o resultado será sempre o melhor. Rickert também chama isso de biologismo democrático, pois implica em uma lei de comportamento geral para as massas. O velho mecanismo deste biologismo nos remete à crítica que Menger faz à ideia de egoísmo nos clássicos, onde a ação egoísta levaria ao melhor resultado social. Por mais que o fundador da EA seja a favor dessa abstração, ele rechaça as implicações éticas que ela traz, como já discutido. Rickert também aponta para a transposição desse tipo de pensamento para a economia, que resultaria no seguinte formato:

“Em todo lugar, na vida humana tudo se resume à maior economia [*Sparsamkeit*] possível, a um governo da casa [*Haushalten*] com vitalidade, para que na ocasião da luta pela existência [*Daseinskampf*] seja possível permanecermos vivos. O princípio da economia da vida deve, portanto, ser decisivo para a configuração de toda a vida segundo os princípios darwinistas mecânicos de seleção.” (Rickert, 1926, p. 90)

Sendo assim, dentro da ideia da correta decisão sobre as ações econômicas da unidade familiar [*household* – *Haushalt*], o correto ato de economizar (aqui embutido o sentido de poupar – *Sparen*) é o que decidirá a sobrevivência dos mais aptos.

Já Nietzsche é anti-darwinista, mas é Bergson quem, como já mencionado, gera maior influência no que diz respeito às analogias biológicas. Aqui, na analogia com o organismo, apesar de manter a ideia de evolução trazida pelo darwinismo, nega-se a tendência mecanicista e esse citado ideal de economia da vida. A adaptação deixa de ser um princípio de toda vida, ocorrendo apenas em casos emergenciais. Perde-se o fator inercial atrelado à ideia anterior de evolução.

Aqui as raízes da evolução se encontram no próprio objeto. No exemplo que Rickert dá, o estado, ao invés de ter sua evolução vinda da tentativa de uma luta pela autopreservação, que ele iguala a um pacifismo, teria a intrínseca necessidade de expansão e, portanto, de guerra. É isso o que daria vida ao Estado. O estado que pensa apenas em se preservar é o estado morto: “O pacifismo é hostil à vida e ao estado” (Rickert, 1926, p.102). Há aqui uma ideia de monismo, de desenvolvimento de características já encontradas no ser em estágios anteriores da própria vida. A evolução aqui se dá através do desenvolvimento. O todo do

organismo depende de suas partes e apenas com a interação entre essas partes há a possibilidade de vida, desenvolvimento (*Ibidem*, p.120). No entanto, apesar das diferenças, esse novo biologismo permite uma doutrina de valores assim como o velho: “A vida é apenas anti-mecanicista para compreender como desenvolvimento de poder, como crescimento, como um aumento constante, como *elã vital*¹⁰²” (*Ibidem*, p. 103). É importante ter a noção, no entanto, que esta versão do biologismo não traz valores das ciências naturais, mas esta estrutura advinda das ciências naturais permite justificar valores (aqueles já identificados enquanto presentes no objeto analisado e que será desenvolvido durante sua evolução). Esses processos naturais permitem a transmissão de valores culturais (Rickert, 1920, p. 104-5). Para o autor, a própria ideia de organismo é teleológica, já que estágios iniciais já são as condições necessárias para se alcançar o estágio final (Rickert, 1920 p. 120). É por esse motivo que se diz que o organicismo se encaixou em divergentes correntes políticas.

É interessante o que aponta Steigerwald (2013, p. 52): isso que Rickert identifica como novo biologismo é um interesse na “vitalidade orgânica” que retorna durante a passagem do século XIX para o XX. Os debates desse período, assim como aqueles que apresentamos na seção anterior, também tiveram grande influência de Kant, assim como de Friedrich von Schelling, que rejeitaram a explicação de organismos vivos a partir de “poderes vitais”.

Além dos problemas já apontados, Rickert reforça a ideia de que uma filosofia da vida não pode se basear em princípios da ciência natural, exatamente porque ele entende que, dado que a característica formal das ciências naturais é a de ser generalizante, logo “morta” (no sentido utilizado pela própria filosofia da vida), isso seria uma contradição insuperável. As analogias biológicas, nesse caso, contaminam a lógica dessa perspectiva filosófica ao emprestar mecanismos de outras ciências¹⁰³.

Ademais, Rickert (1920, p. 124-6) utiliza um argumento do mesmo formato daquele utilizado contemporaneamente por Philip Mirowski para diminuir a validade da aproximação com as ciências naturais: o de que essa imputação de valor que se traz é algo

¹⁰² Esse é um conceito monista, utilizado por Bergson, para explicar algo como o impulso inicial da vida, que posteriormente seria desenvolvida pelas próprias características.

¹⁰³ “É uma ilusão acreditar que, substituindo os conceitos de uma ciência natural por outra, apreende-se no conceito a vida imediatamente experimentada e, portanto, a realidade atual, ou seja, a essência do mundo real. A biologia certamente se aproxima mais da vida dos organismos do que é capaz o mecanismo, mas o imediatismo e a originalidade da vida real não são experimentados em nenhuma ciência natural.” (Rickert, 1926, p. 108-9).

de uma biologia pré-científica, não condizente com o estado da arte daquela ciência, tendo inclusive Darwin modificado sua terminologia para retirar as implicações de valor:

“Costumava haver tamanha confusão até mesmo na física. Também se procurou estabelecer normas éticas a partir da lei da gravitação de Newton. Ninguém mais leva isso a sério. O erro de raciocínio que foi feito era, em princípio, exatamente o mesmo que hoje utiliza-se para a avaliação da vida moral: os conceitos biológicos de ‘seleção natural’ ou a ‘luta pela existência’ ou o aumento da vida e o desenvolvimento do poder.” (Rickert, 1920, p. 137).

Após todas essas críticas, Rickert faz um último apontamento: ao permitir que a perspectiva de uma disciplina das ciências naturais dite a lógica filosófica, o que se faz é também basear o universal, seu sistema de filosofia, em uma disciplina individual. Essa é a mesma crítica que faz ao historicismo, materialismo ou psicologismo (Rickert, 1920, p.180).

Dilthey, apesar de fazer parte e ser um dos grandes nomes da FdV, não busca nas ciências naturais conceitos para interpretar a realidade social. Como Helle (1995, p. 121-2) enfatiza, apesar de Dilthey trazer uma ideia de evolução, essa não é baseada nas ciências naturais, mas sim em sua ideia de compreensão (*Vestehen*). Não há um sentimento de simpatia intrínseco do ser humano em direção aos demais seres vivos. Há uma capacidade de sentir ligada à condição humana. É isso que permite que um ser humano possa compreender o outro. Sai a garantia de uma evolução cultural através do desenvolvimento inevitável da empatia, entra a possibilidade de uma evolução dessa empatia (essa possibilidade de compreender um terceiro) da qual o desenvolvimento ético é dependente.

Nisso os autores concordam. Apesar de Rickert ser mais taxativo e dedicar maior espaço à crítica das deficiências que esse tipo de importação estrutural de análise traz, ambos veem na formação de conceitos próprios um ponto relevante para a independência das disciplinas.

Weber também enfatizará os erros trazidos pelas analogias biológicas, principalmente em seus primeiros escritos metodológicos, seguindo Rickert. O que pudemos observar é como esse processo de independência das ciências humanas e sociais evolui para uma separação cada vez mais estrita de tudo aquilo formulado nas ciências naturais. A negação destas metáforas e conceitos das ciências naturais, com foco aqui na biologia, se torna cada vez mais rígida, mesmo que o mecanicismo se torne lugar comum entre autores neoclássicos.

Em resumo, este primeiro capítulo da segunda parte nos permitirá analisar os escritos de Weber com maior detalhe, compreendendo diversas questões que circundavam suas obras e

não necessariamente foram colocadas de maneira explícita, tendo grande impacto sobre seu entendimento das ciências sociais e seu método.

É também interessante notarmos como os distintos esforços de delimitação do lugar das ciências humanas e sociais dividem algumas semelhanças, e uma delas é a independência desse sistema de conhecimento em relação ao já estabelecido sistema das ciências naturais. As analogias biológicas fazem parte deste problema, e são cada vez mais entendidas como algo anticientífico pelos autores que apresentamos como chave no desenvolvimento desse ramo da ciência, com especial influência sobre os autores que disputam o campo da economia política e irão ser protagonistas do surgimento da sociologia moderna.

5 WEBER E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

O que buscamos nas próximas páginas é apresentar a perspectiva weberiana de pensamento sociológico e econômico com base tanto nas influências filosóficas a respeito da possibilidade do conhecimento quanto na proximidade com os debates econômicos discutidos anteriormente. Nos concentramos na obra de Weber, mas Simmel será importante para estabelecer comparações que nos auxiliarão no desenvolvimento do tópico. Simmel também voltará a ser importante quando discutirmos a Associação Alemã para Sociologia (DGS) no próximo capítulo.

Como já mencionado, ao contrário da primeira geração de autores vistos como sociólogos, influenciados pela ideia comteana sobre o que deveria ser esse campo de estudo, Weber e Simmel são parte do que Helmut Plessner chama de período de emancipação da sociologia, de formação de uma sociologia científica, iniciado com obra de Ferdinand Tönnies. A modificação apresentada por esses autores consistia, entre outras coisas, no abandono da ideia evolucionária da sociologia “pré-científica”, substituída pela “busca sistemática por formas sociais enquanto sistemas funcionais sociais” (Plessner, 2003, p. 198)¹⁰⁴.

Os autores foram parte da VfSP e da DGS, estando presentes, quando não tomando partido, nas disputas a respeito do papel da economia política e da neutralidade nas ciências sociais. Mesmo estando próximos na busca por se distanciar do núcleo duro da EHAE, o grupo de Schmoller, as visões dos autores divergem sobre o que deveria ser a nova disciplina do estudo da sociedade. Além disso, os caminhos percorridos por eles até serem reconhecidos e se reconhecerem como sociólogos também é diverso, o que fica claro nas propensões filosóficas da obra de Simmel, fonte de boa parte das críticas a este autor.

Já Weber inicia sua carreira no campo da jurisprudência, e posteriormente se dedica à economia política. Como aponta Mata (2013, cap. 2), essa transição pode ser observada mais claramente na confecção de sua tese de habilitação, defendida em 1891, sobre as relações agrárias em Roma e orientada pelo professor de economia e estatística August Meitzen. Também teve influência nessa “guinada econômica”, continua Mata, seu convívio com

¹⁰⁴ Isso não quer dizer que não há nenhuma ideia de evolução dentro da teoria weberiana. Como enfatiza Lichtblau (2011; 2015), mesmo Weber sendo crítico da teoria dos estágios, ela está presente em toda a sua obra, ainda que de forma muito menos marcante para sua teoria do que dos autores que critica.

jovens economistas políticos a partir de 1887 e sua visita (em 1888 como parte de seu serviço militar) às províncias orientais germânicas que se viam frente a uma forte imigração polonesa. Posteriormente o autor viria a confeccionar um importante trabalho, encomendado pela VfSP, a respeito da situação agrária nas províncias ao leste do rio Elba (próximo ao território polonês).

Mesmo que buscássemos dar foco aos dois autores, é inegável a posição privilegiada que Weber ocupa hoje dentro das ciências sociais. O autor é corriqueiramente apontado como o fundador ou um dos fundadores da sociologia. Mesmo assim, como enfatiza Louis Schneider (1975), é apenas por volta de 1910 que Weber aceita a ideia da sociologia enquanto uma disciplina independente. Já a necessidade de criação de uma cadeira de sociologia na universidade é apoiada por Weber por volta de 1918, enquanto o autor apresenta seu trabalho como primordialmente sociológico apenas em 1919, afirma Lepsius (2011). Na visão de Sven Eliaeson (2002, p. 123-127), por exemplo, a interpretação norte-americana, muito influenciada por Talcott Parsons, é tida como responsável por uma falsa imagem de Weber como pai da sociologia, dando a ele um papel muito mais proeminente neste processo de institucionalização do que seria adequado. Simmel, por outro lado, já buscava a independência e a institucionalização da disciplina desde antes da virada do século XX (ímpeto que, como discutiremos no próximo capítulo, já é significativamente menor quando da fundação da DGS), e outros autores, como Ferdinand Tönnies já haviam escrito, na década de 1880, obras no âmbito daquilo que consideramos o início da sociologia moderna. Ademais, há uma certa disputa a respeito de qual o caráter disciplinar das obras do autor. Sua mais conhecida obra, *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (EPEC), não é unanimemente classificada como um trabalho sociológico (Mata, 2013). Enquanto isso, outros autores, como Bruhns (2014, p. 90), já veem na obra encomendada pela VfSP a respeito da situação agrária ao leste do Elba (*Die Lage der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland*, de 1892) traços não só da economia política de Weber, mas também de sua sociologia.

O que pretendemos aqui não é buscar características de trabalho sociológico dentro da obra de Weber. Nos interessa entender o que o autor delimita enquanto sociologia, a partir do momento em que aceita tal possibilidade. Pensando então nas diversas possibilidades de definição que descrevemos na introdução, é importante apreender se a delimitação do campo de atuação do sociólogo se dá, por exemplo, no reconhecimento de um novo grupo de fenômenos ou em algum novo método que possibilite trazer novas informações sobre um

grupo de fenômenos já conhecidos. A pergunta relevante aqui seria: o que justifica a formação de uma nova disciplina?

A importância dessa pergunta para o autor fica clara se analisarmos seus manuscritos da disciplina de economia política teórica (*Allgemeine 'theoretische' Nationalökonomie*) em comparação com seus escritos posteriores. Pensada enquanto um manual baseado em suas aulas de economia política entre 1894 e 1898, e que, segundo Marianne Weber (1988, p. 280), pretendia ser lançado enquanto livro (algo comum entre professores na Alemanha do período), a obra buscava servir de guia para o estudo da economia política, mas nunca chegou a ser concluída. Do conjunto de manuscritos publicado em suas obras completas (*Max Weber Gesamtausgabe* - MWG), apenas uma parte foi concluída. As demais partes são compostas de anotações reunidas. Aqui o autor já deixa claro como uma nova disciplina, mais precisamente a sociologia, só poderia existir caso houvesse novas verdades a serem descobertas. É somente após esse reconhecimento que é possível consolidar um novo método para a nova ciência.

Essa perspectiva o distancia de autores que pensam em uma disciplina da sociologia que seria justificada meramente pelo conceito de sociedade, distinto da ideia de estado. Uma sociologia que seria encarregada de buscar verdades que já seriam encontradas por disciplinas existentes. O caminho da especialização científica tem papel central. Aqui vale comentar como, em uma seção destinada ao conceito de sociedade e de ciência da sociedade (*Gesellschaftswissenschaft*), Weber (2009b [1894-1898], p. 368-370) deixa claro como o objeto de estudo das ciências da sociedade não pode ser tratado de forma unitária, classificando a intenção de Comte como enciclopédica e negando sua utilidade. A crítica também é estendida a Spencer, Schäffle e outros nomes desta perspectiva.

É interessante aqui retomar a transformação da nomenclatura de *Gesellschaftswissenschaften* no período discutido até aqui. Essa ideia de ciências da sociedade é utilizada por autores como Schäffle, partindo de uma ideia de organismo social e já separada do entendimento do que seria o estudo propriamente das ciências do estado (*Staatswissenschaft*). Essa separação seria resultado da separação entre indivíduo e estado em meio aos episódios que seguiram a revolução francesa, como abordado no capítulo sobre Dietzel. Em Schmoller, são as ciências sociais (*Sozialwissenschaften*) que ganham centralidade, tendo grande foco a economia política. Dietzel utiliza o termo ciências da sociedade e ciências sociais de modo intercambiável, mas de modo a ignorar a noção comteana que vinha junto com Schäffle, Mohl e demais. No entanto, há uma separação entre

a parte prática e teórica das ciências sociais, sendo que a economia social (em substituição à nomenclatura da economia política) corresponderia a apenas uma parte do objeto das ciências sociais. Já Menger dá a entender que a economia política faz parte das ciências sociais, mas distingue as ciências da sociedade (*Gesellschaftswissenschaften*) das ciências econômicas (*Wirtschaftswissenschaften*), apesar de ambas fazerem parte das ciências das humanidades (*Menschheitswissenschaften*). Isso demonstra como há uma grande incógnita em como se deve entender a relação entre as ciências sociais e humanas, o que é ainda agravado quando se pensa nas divergências entre estas e as ciências naturais.

Já apontamos algumas vezes como Weber se encontra próximo a Rickert no que diz respeito ao método e à sua justificativa das ciências culturais. No entanto, mostrar as diferenças materiais e formais entre as ciências culturais e naturais é procedimento diferente daquele de apontar uma nova especialização dentro das ciências culturais, o surgimento da sociologia.

A obra de Weber passa por diversas fases e modificações. O autor muda gradativamente sua perspectiva com relação aos tópicos analisados aqui, e não há um consenso na literatura secundária a respeito da correta maneira de distinguir os pontos de inflexão na teoria do autor. Wolfgang Mommsen (2001), na introdução ao volume 22 da MWG, diferencia três fases da sociologia Weberiana (1910-1912; 1913-1914; 1919-1920). A primeira fase corresponderia a seus escritos que estão reunidos exatamente nesse volume que Mommsen introduz, seus escritos sobre “Comunidades” (*Gemeinschaften*). O segundo momento incluiria seus escritos sobre sociologia legal, religiosa e a segunda versão da sociologia da dominação. Estes escritos podem ser encontrados na parte dois de *Economia e Sociedade* (EeS), inclusive na versão traduzida ao português. A terceira fase, já após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), inclui as versões que chegaram a ser revisadas para o *Grundriss der Sozialökonomik* (GdS), que hoje conhecemos como a primeira parte de *Economia e Sociedade*. O GdS, encomendado pela editora Morh Siebeck, tinha a intenção de ser um grande manual de economia política, nos moldes, e com a intenção de substituir, obras como o *Handbuch* de Schönberg¹⁰⁵.

Lichtblau (2015) e Pierucci (2008) têm, no entanto, outra visão da divisão entre as “sociologias” de Weber. Ambos os autores veem o ponto de inflexão na pausa para a

¹⁰⁵ Inclusive, como aponta Pierucci (2008), o nome sugerido para a obra de Weber seria *Handbuch der politischen Ökonomie*, o qual foi trocado para GdS por sugestão do próprio Weber.

Primeira Guerra, mas é Lichtblau quem avança com mais detalhes esta questão. Para o autor, Mommsen teria exagerado na distinção entre suas primeira e segunda fases, não dando a ênfase necessária à primeira versão do texto sobre as categorias sociológicas publicado em 1913 (posteriormente revisado e publicado como primeiro capítulo de EeS). A estas questões retornaremos na seção 5.2, local onde também buscaremos compreender como a ideia de economia de Weber muda conforme muda sua concepção de sociologia.

O que fazemos a seguir é apresentar os escritos metodológicos de Weber. Isso irá esclarecer sua proximidade de Rickert e também aquilo que absorve de Dilthey. É crucial também para que entendamos como ele se posiciona frente à EHAE e à economia política clássica. Essas questões vão estar diretamente ligadas ao que o autor entende por economia política, assim como por ciências sociais, e para as discussões que traremos no próximo capítulo a respeito da disputa sobre os julgamentos de valor (*Werturteilsstreit*).

5.1 O método das ciências sociais e da economia política em Max Weber

Max Weber foi um autor prolífico. Seu primeiro famoso trabalho metodológico foi uma crítica ao método histórico da EHAE, mais especificamente das proposições de Roscher e Knies. Lá, Weber (1922 [1903-1906]) ainda se reconhecia como parte da disciplina da economia política. Mesmo parte da VfSP, o autor buscava se distanciar da visão da EHAE, principalmente de um núcleo mais próximo Schmoller, porém sem negar a centralidade do conhecimento histórico. Isso fica ainda mais claro em seu famoso ensaio sobre objetividade, que também discutiremos aqui, onde se reconhece como membro da EHAE mesmo tendo diversas críticas a essa escola (Weber, 1922 [1904], p. 208). Para ele, o ponto positivo da EHAE é a centralidade do conhecimento histórico para as ciências sociais e a negação, ao menos parcialmente, da possibilidade da formação de leis que buscavam os autores clássicos britânicos.

A crítica de Weber a Wilhelm Roscher e Karl Knies é um texto dividido em três partes, publicadas entre os anos 1903 e 1906 no *JfGVV*, revista editada por Schmoller e já naquele tempo conhecida como *Schmollers Jahrbuch*¹⁰⁶. A primeira parte da obra foca no método histórico como desenhado por Roscher, e inclui a discussão de como o autor buscava separar

¹⁰⁶ A revista, no entanto, só muda de nome oficialmente para *Schmollers Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft* em 1913. Hoje ela atende pelo nome de *Journal of Contextual Economics – Schmollers Jahrbuch*.

o conhecimento histórico daquele perseguido pelas ciências naturais. Já as duas outras partes têm como tema Knies e a irracionalidade, no sentido da impossibilidade do conhecimento histórico. Iniciamos por sua crítica à separação feita por Roscher.

Roscher defendia a existência de dois meios de se processar a realidade: filosoficamente e historicamente. O modo filosófico correspondia à utilização de conceitos abstratos generalizantes, eliminando a aleatoriedade da realidade. Já o modo histórico correspondia a uma representação da realidade em sua plenitude. Essa é a divisão entre as ciências da lei e da realidade; entre as ciências naturais exatas e a história política; entre as equações causais e a construção de conceitos relacionais. Esses conceitos relacionais das ciências históricas teriam a função de organizar os fenômenos aleatórios, os quais são aleatórios exatamente por tratarem daquilo que é individual (Weber, 1922 [1903-1906], p. 3-5). Visto que o autor considerava que a economia política clássica buscava leis gerais, Roscher nega a própria possibilidade daquela abordagem, que estaria baseada em uma confusão com as ciências naturais.

Weber (1922 [1903-1906], p.7-8), no entanto, não vê a crítica de Roscher como coerente. Para ele, Roscher também lança mão de leis generalizantes, como quando fala em leis do desenvolvimento histórico. A diferença é que ele parte da observação de fenômenos individuais. Roscher, então, não estaria se opondo à lógica dos clássicos, como gostaria de crer, mas sim à dedução de normas práticas desses conceitos abstratos e ao princípio da escolha do material da economia política. A apresentação do conhecimento continua ocorrendo sob a forma de leis, o que já havia sido apontado por Menger em sua distinção entre leis exatas e leis empíricas. É nesse sentido que dizemos que a EHAE avançou parcialmente no que diz respeito ao erro de formulação de leis dentro das ciências sociais: demonstrou a impossibilidade das leis abstratas, mas permaneceu no erro de acreditar que poderiam ser encontrados outros tipos de leis.

Outros pontos da crítica a Roscher serão retomados posteriormente ao tratarmos da utilização de analogias biológicas.

Karl Knies, diferentemente de Roscher, não obteve reconhecimento tão logo em sua carreira, conforme aponta Weber (1922 [1903-1906], p.42-3). O livro que Weber analisa, *Die politische Ökonomie vom der Standpunkt der geschichtlichen Methode* (A Economia Política do ponto de vista do Método Histórico), apesar de ser de 1854, só veio a ser consideravelmente popular quando já ocorria um domínio significativo da EHAE dentro das

universidades alemãs. Foi nesse período também, em 1883, que foi impressa uma segunda edição¹⁰⁷ (já após a publicação da obra de Wilhelm Dilthey que discutimos no segundo capítulo).

É somente na segunda edição dessa obra que Knies irá definir com clareza como ele vê o lugar da economia política. Primeiramente a divisão das ciências para Knies é diferente daquela proposta por Roscher. O autor diferencia, na realidade, três ciências, como comentamos no caso de Dietzel. As ciências históricas (*Geschichtswissenschaften*) não seriam diferentes apenas das ciências naturais, mas também diferentes das ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*). Para Knies, a diferença entre ciências do espírito e ciências históricas, e ele inclui a economia política dentro das últimas, é que as primeiras são voltadas para objetos internos ao indivíduo, enquanto as últimas tratam de objetos externos ligados a motivos internos/mentais (*geistige*) e processos condicionados. O problema da economia política seria o problema da ação humana condicionada. Há a condição tipicamente humana, do livre-arbítrio, mas também existem as questões materiais, dadas naturalmente, além das condições dadas pela coletividade, que são historicamente determinadas. Knies, então, apesar de divergir parcialmente de Dilthey, ao destrinchar ainda mais sua divisão dos campos da ciência, busca também razões materiais que justificariam a necessidade de métodos diferentes (Weber, 1922 [1903-1906], p.44).

O ponto da irracionalidade aqui, no entanto, se dá a partir da concordância que Knies tem com Roscher sobre a busca por leis. Por mais que eles argumentem que estão corrigindo os erros dos clássicos ao não partirem da abstração, a busca por leis baseadas na possibilidade de estabelecer causalidade fixa traz para as ciências sociais a rigidez das ciências naturais. Partamos da discussão feita por esses autores da EHAE sobre a questão do livre-arbítrio. Essa, que seria uma das características dominantes da ação humana, é exatamente o que permite dizer que a ação humana é um fenômeno que deve ser tratado enquanto fenômeno individual. Há, com isso, uma intrínseca irracionalidade, uma aleatoriedade, que deveria impedir o estabelecimento de leis de causalidade. Dado que os autores buscam a formação de leis, novamente cai-se na impossibilidade do conhecimento histórico. Isso é algo que

¹⁰⁷ Curiosamente, um de seus livros mais famosos, *Geld und Credit* (Dinheiro e Crédito), foi lançado entre as duas edições de seu livro metodológico, mas sem seguir o método lá proposto (Weber, 1922 [1903-1906], p.43).

Weber não vê como superado nas propostas metodológicas desses autores¹⁰⁸. O método histórico, seja o de Roscher, de Knies ou de Schmoller, não é capaz de superar a irracionalidade do conhecimento histórico.

A solução de Weber para isso está em entender a busca científica, assim como fazia Rickert, como busca por conceitos que permitem interpretar a realidade. Sendo assim, sua metodologia dos tipos ideais, que são conceitos que serão comparados à observação da realidade, reverterá o problema do livre-arbítrio/irracionalidade.

A solução de Weber (1922 [1903-1906], p.48) começa na dispensa da ideia de que a intenção das ciências sociais seja a explicação causal de fatos concretos. Isso se dá na minoria dos casos. Esse ponto, adicionado à questão da necessidade de seleção dos fenômenos relevantes, do reconhecimento do valor cultural, tal como discutimos em Rickert, leva o autor a negar a ideia de que o objeto das ciências sociais seja mais complexo que o das ciências naturais, que, como já vimos, era um argumento comum aos autores da EHAE, e que justificava a impossibilidade do isolamento de um fenômeno.

É essa necessidade de explicação causal e a multiplicidade de objetos que traria às ciências da cultura sua irracionalidade e sua alegada maior complexidade. A incapacidade desses teóricos de selecionar o que é relevante para o conhecimento social os levava a compreendê-lo como mais complexo. Para Weber, ao contrário, o que é mais irracional, mais complexo, são as ciências naturais. Isso ocorre porque há uma impossibilidade de compreensão no sentido apontado por Dilthey, de revivência interior¹⁰⁹. Já as ciências sociais podem lançar mão do método de *verstehen* e compreender o fenômeno a ser estudado sem estabelecer leis de relações causais. O autor nega, inclusive, a possibilidade de se buscar as mais simples relações causais dos fenômenos, como era a visão de Menger. Sendo assim, haveria alto grau de irracionalidade no momento em que não houvesse possibilidade de compreender (*verstehen*).

O que ele adiciona à noção de Dilthey é a ideia de que aquilo que nossa compreensão alcança, que torna peculiar o procedimento das ciências sociais, é o “sentido da ação” que buscamos

¹⁰⁸ A partir disso, Weber irá se aprofundar na crítica de autores como Wilhelm Wundt, que buscam distinguir o estudo de indivíduos singularmente importantes (os “heróis”) dos estudos das massas. A isso retornaremos quando discutirmos a questão do critério de seleção, do valor.

¹⁰⁹ Isso não quer dizer que ele concorde que essa seja a justificativa lógica para a separação entre as ciências naturais e sociais. Como ele deixa claro, o conhecimento empírico é alcançado do mesmo modo no mundo natural e no mundo psíquico/espiritual, por meio da formação de conceitos (Weber, 1922 [1903-1906], p.125-6). Por esse motivo Weber segue os neokantianos nesse quesito.

interpretar. É essa ideia de sentido da ação que colocará a possibilidade de livre-arbítrio ao lado da racionalidade ao invés da irracionalidade¹¹⁰. O livre-arbítrio não será mais causa da aleatoriedade das ações e, com isso, aumento da irracionalidade. Para Weber uma ação é tão mais racional quanto mais compreensível ela for. Isso ocorrerá quanto mais conscientes estão os indivíduos dos fins das ações e dos meios possíveis para atingir esses fins (Weber, 1922 [1903-1906], p. 127). Esse será o caso onde mais se poderá se *aproximar* do estabelecimento de uma relação de causalidade. Pensando agora nos diferentes condicionamentos possíveis às ações do indivíduos, desde tirania até normas culturais idiossincráticas, quanto mais imune a esses condicionantes externos for a ação do indivíduo, i.e. quanto mais livre esse indivíduo for, mais suas decisões serão guiadas pelas ponderações dos possíveis meios de se alcançar determinado fim.

As ciências culturais estudam ações que utilizam certos meios para se alcançar certo fim. Neste sentido, o foco não é o estudo do fim em si, mas sim a validade dos meios que pretendem alcançar esses fins, sua factibilidade. A forma de compreender estas ações é através da formação de conceitos.

Dado que o modo de formação de conceitos para a análise da realidade é o que diferencia as ciências sociais das naturais, apresentamos aqui a forma que tomam esses conceitos em Weber, os tipos ideais. Não é novidade na literatura que os tipos ideais não são uma criação weberiana, mas uma adaptação e modificação de um conceito de Georg Jellenick (Eliaeson, 2012; Cohn, 2013, p.109; Mata, 2013 p. 98), muito popular na passagem do século XIX para o XX. Alguns autores, como Caldwell (2004), enfatizam a ligação entre os tipos ideais e os tipos exatos de Menger, indicando inclusive uma busca de Weber por aprimorar o conceito mengeriano. Já Takebayashi (2003) discute a influência de Menger sobre Jellenick. Os tipos exatos de Menger, no entanto, são universais obtidos através da repetição de fenômenos, algo que vai de encontro à ideia de Weber¹¹¹. Ademais, Hennis (1991) também aponta que, apesar da grande admiração de Weber por Menger, a utilização que os autores faziam da teoria abstrata era significativamente diferente. O caráter heurístico dos tipos ideais de Weber não está presente em Menger¹¹².

¹¹⁰ Sobre livre arbítrio não implicar irracionalidade, ver também Weber (1922 [1906], p.224-7), onde o autor aponta esse erro na obra de um dos principais historiadores de seu tempo, Eduard Meyer.

¹¹¹ Veja também Mäki (1997) para entender como Menger deve ser considerado realista em relação a esses universais, outro ponto que o distanciaria dos tipos ideias de Weber.

¹¹² “Nevertheless, that capacity of rendering the ‘cultural meaning’ of ‘cultural problems’ into the terms of a science founded upon ‘objectivity’ - this quality that makes Weber’s ‘methodology’ so stimulating - is

Podemos definir os tipos ideais de Weber enquanto um método para as ciências sociais, baseado em “probabilidades típicas, confirmadas pela observação, de determinado curso de ação social” (Weber, 2015 [1922], p. 11), obtido

[...] por um aumento unilateral de um ou vários pontos de vista e pela combinação de uma riqueza de fenômenos individuais existentes em alguns lugares mais, em outros menos, e em outros não existentes, discretos e difusos, que se somam a esses pontos de vista singularmente enfatizados, em um quadro de pensamento uniforme. (Weber, 1922 [1904], p. 191)

Dessa forma, os tipos ideais, não observáveis na realidade, são um instrumento heurístico ao invés de um método que determine leis de causalidade. Para entender melhor como isso está ligado à ideia de racionalidade, utilizaremos o exemplo do conceito de ação social, que por si só é um tipo ideal.

Uma ação é tão mais racional quanto mais consciente dos meios e voltada para um fim ela for. A partir desse tipo ideal, analisa-se os possíveis desvios. As ações afetivas e tradicionais são consideradas meras respostas a estímulos, sem a consciência completa dos meios, dos fins ou das consequências da ação. Já ações racionais referentes a valores¹¹³, por mais que apresentem um cálculo com relação ao melhor meio de alcançar um objetivo, esse objetivo não é traçado livremente, mas por algum tipo de condicionamento, como uma ética religiosa.

O que buscamos mostrar até aqui nessa discussão do método de Weber é como o autor se posiciona perante à EHAE e como isso está intrinsecamente ligado à sua posição sobre a justificativa de uma ciência cultural independente das ciências naturais, o que também é apresentado como a própria possibilidade do conhecimento histórico. Neste momento, o autor ainda não fala de sociologia e entende sua obra dentro do campo da economia política. A economia política, por sua vez, é parte do conhecimento das ciências culturais. Como veremos posteriormente, ao separar história e sociologia (neste momento já sua disciplina), Weber separará também as ciências sociais da história, e tanto a sociologia quanto a economia serão entendidas enquanto uma ciência social. Sendo assim, o autor estará ainda mais distante de suas origens na EHAE.

completely beyond Menger's cognizance. Abstract theory, which Weber referred to as a 'method' or 'conceptualization', was therefore ultimately only of instrumental significance.” (Hennis, 1991, p. 31)

¹¹³ É importante não confundir essa ideia de valor com o que tratamos como valor cultural, que seria a justificativa para a seleção de um objeto de estudo do campo das ciências sociais.

O que gostaríamos de apresentar a seguir é como a ideia de se estudar o “fim”, no sentido do objetivo das ações, pode significar uma discussão de juízos de valor; qual é a posição de Weber frente aos juízos de valores; como isso está ligado também à ideia de seleção do material que deve ser objeto de estudo das ciências sociais; e, por fim, como o organicismo implica em um erro incontornável nessa questão.

5.1.1 Ciências Sociais, juízos de valor e organicismo

O centro da discussão dessa seção ainda é a defesa do conhecimento gerado dentro das ciências sociais. O ponto aqui colocado é o de como destacar o conhecimento a respeito de aspectos culturais: porque ele seria uma “verdade objetivamente válida”. Essa é a principal pergunta que Weber procura responder em seu “A ‘objetividade’ do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política”.

Esse texto foi, na verdade, parcialmente escrito por mais autores. O texto é o editorial do primeiro número da revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (AfSS – Arquivo para a ciência social e política social) editado a partir de 1904 por Max Weber, Werner Sombart e Edgar Jaffé. Nesse momento, como ficará claro no capítulo seis, as divergências entre o grupo de acadêmicos mais jovens e o grupo mais sênior da VfSP se tornava cada vez mais evidente. Dessa maneira, o AfSS começa a concentrar a publicação da ala mais jovem, liderada por Sombart e os irmãos Weber, enquanto o JfGVV concentra mais publicações da coorte de Schmoller.

Uma nota de rodapé no início do texto indica que alguns pontos da primeira das duas partes do texto possuem trechos onde não apenas a opinião de Weber é exposta, mas também dos demais coeditores. A primeira parte fala dos objetivos da revista e qual seria o foco das publicações, já a segunda parte, mesmo tratando do mesmo assunto, foca na questão mais geral daquilo que é objeto de interesse das ciências sociais.

O que liga essas duas partes é o valor. Partindo da premissa de que o AfSS sempre teve a intenção de apresentar discussões científicas a respeito das condições sociais de diversos países, o problema posto pelos coeditores foi, então, qual parte desse conhecimento poderia ser considerado realmente científico. O ponto da crítica central se torna então a ideia, comum naquele período, de que “a economia política tenha que produzir juízos de valor a partir de uma ‘visão de mundo econômica’ específica”. (Weber, 1922 [1904], p. 149). Isso seria uma

crítica mais direta aos membros da EHAE que, por misturarem ética e teoria econômica, invariavelmente acabam tendo seus resultados teóricos balizados por seus objetivos éticos, baseados em sua visão de mundo (*Weltanschauung*).

Antes de continuar com o desdobramento dessa questão, é interessante apresentar brevemente o lugar peculiar que a “visão de mundo” tinha no pensamento alemão do período. Por mais que a ideia de uma “visão de mundo” não seja difícil de compreender, ela ganha traços muitos característicos na Alemanha por sua relação com o conhecimento filosófico, e isso nos leva novamente a Kant. Wolters (1983) traz um breve resumo da importância da *Weltanschauung*. O termo foi cunhado por Kant e se tornou elemento central do idealismo e do romanticismo alemão. A palavra, no entanto, foi usada com diferentes objetivos ao longo do tempo. O termo, continua Wolters, aparece em Dilthey como algo que permite a existência da filosofia. Aqui a filosofia seria produzida por uma visão de mundo, seria uma expressão da visão de mundo. Lembrando que a crítica de Rickert aponta a filosofia de Dilthey como resultado da história, que por sua vez era baseada na intuição. A visão neokantiana, por outro lado, é a de que a filosofia estaria relacionada com a visão de mundo apenas quando se referisse às “questões superiores de significado e valor” (Wolters, 1983, p. 16). O ápice da pesquisa filosófica seria tratado dentro da perspectiva de uma visão de mundo. Como dito, a filosofia de Windelband seria uma teoria crítica do valor, sendo assim, lidaria com aspectos da visão de mundo. Isso pode ser esclarecido por uma passagem onde Franz Böhm resume a posição de Rickert:

“A filosofia como ciência tem que se contentar em trabalhar as relações conceituais dos domínios de valor. O ranqueamento prático [desses valores] é uma questão da visão de mundo; diante disso, a filosofia deve se limitar a se orientar teoricamente como uma “doutrina da visão de mundo”, sem poder dar sua própria visão de mundo.” (Böhm, 1933, p.17-8)

Já nas ciências empíricas, Rickert apontava para a separação entre relação de valor e julgamento de valor. É nesse contexto que se dá a influência dos neokantianos sobre os escritos de Weber a respeito da objetividade. Wolters aponta, no entanto, para uma mudança de posicionamento de Rickert na década de 1920, que passaria a ver a visão de mundo rigidamente separada da filosofia científica. Para o autor, esta etapa do pensamento de Rickert também seria muito influente sobre Weber. Sendo assim, é interessante ter em mente que o distanciamento de Weber da ideia de ciências da cultura (principalmente no período do pós-Guerra) não necessariamente implica em um afastamento de Rickert.

Retornando à busca dos coeditores do AfSS, pode-se entender como as perspectivas desse grupo de economistas estavam próximas à escola neokantiana, principalmente a Rickert. Mesmo que a posição de Rickert mude ao longo do tempo, como defende Wolters, ela não se aproxima daquela de Dilthey, tampouco da EHAE.

O que Weber irá negar é a possibilidade de que o conhecimento científico avalie diretamente os valores, tome posição a partir de uma visão de mundo ou, nos termos que havíamos colocado, avalie diretamente os fins. Esse não é o papel de uma ciência empírica. Mais especificamente, não é o papel de uma ciência social, mas sim da filosofia política (Weber, 1922 [1904], p. 150). Por outro lado, existe a análise científica dos juízos de valor, que é algo ligado à tomada de consciência dos axiomas que determinam seu ponto de partida, os critérios de valor. Ultrapassar o objetivo de trazer essa consciência é entrar no setor especulativo.

Apesar de serem contrários à questão da visão de mundo que estabelecem previamente objetivos específicos para o procedimento teórico, a discussão levantada pelos coeditores diz respeito é, na verdade, como a crítica ao juízo de valor pode erroneamente levar a uma completa negação do valor na pesquisa científica. Existem diferentes tipos de juízo de valor, e não é qualquer um que deve ser visto como erro incontornável. Existem aqueles juízos de valor, os quais Weber chama de cosmovisão pessoal, inerentes ao ser humano que executa a prática científica. Esse tipo de juízo de valor é problemático ao atribuir maior peso àquelas relações causais que vemos como mais importantes. É um reconhecimento das fraquezas humanas; por mais problemático que seja, isso não inviabiliza a pesquisa empírica. Algo que não aparece em Rickert, já que lá seria possível a completa separação entre relação de valor e juízo de valor¹¹⁴.

O problema estaria na mistura entre ciência e ética, que estabelece a priori os fins. Aqui se pensa em valores éticos universais que permitem extrair "normas concretas". O exemplo utilizado é a "questão do trabalhador" (*Arbeterfrage*), onde a busca do bem-estar social se tornaria o norte da teoria econômica. Um ideal cultural deixa de apenas apontar o objeto de interesse da ciência, mas o condiciona, tornando-a não científica: "Apenas religiões positivas, ou melhor, seitas dogmaticamente ligadas são capazes de dar ao conteúdo de

¹¹⁴ Como poderá ser visto no próximo capítulo, Tönnies se aproxima mais desta separação estrita entre a relação de valor e o juízo de valor.

valores culturais a dignidade de preceitos éticos necessariamente válidos” (Weber, 1922 [1904], p. 154).

Já na segunda parte do texto, onde a autoria seria apenas de Weber, o autor torna a explicitar a importância do valor para as ciências culturais, de modo bem próximo a Rickert. Como coloca Bruun (2007, p. 26-30), esse é um valor que existe objetivamente em dada comunidade. Para Weber, no entanto, o interesse do pesquisador, sua subjetividade, tem maior papel na escolha desses possíveis objetos de estudo existentes do que no caso de Rickert. É a comentada cosmovisão, que apesar de ser um juízo de valor, não impossibilita a pesquisa científica. Nesse sentido, a objetividade do conhecimento científico existe, mas está envolta em um contexto subjetivo¹¹⁵.

As ciências sociais, então, têm seu objeto de estudo definido pelo valor cultural do objeto e pela percepção subjetiva que o pesquisador tem desses valores. Isto é algo que não deve ser confundido com um certo juízo de valor característico da escola histórica, onde uma visão de mundo estabelece os valores éticos que guiam os objetivos teóricos. Os juízos de valor não têm relação com a formação do conceito, do tipo-ideal que irá analisar aquele objeto selecionado por seu valor cultural. O juízo de valor é uma tomada de posição em relação a algo, não estando baseado em conceitos, mas sim em um sentimento concreto (Weber, 1922 [1906], p. 252). O tipo ideal, a formação de conceito, está então livre desse tipo de juízo de valor, mesmo que a seleção do objeto de estudo esteja permeada de uma subjetividade única ao indivíduo que analisa¹¹⁶.

A isso retornaremos no sexto capítulo, além de desenvolver na próxima seção a questão da diferenciação dos valores culturais como o ponto de partida para a definição das disciplinas das ciências sociais, da divisão do trabalho científico. Antes nos interessa observar a relação do discutido aqui com a primeira parte da tese.

Esse é mais um ponto de interseção entre a crítica de Weber e a posição tomada por Menger durante o *Methodenstreit*. Como já apontado no capítulo dois, a efetiva não separação entre a economia prática e a teórica era um dos principais pontos levantados por Menger. Dietzel

¹¹⁵ Segundo Eliaeson (2000, p. 246) e Bruun (2007, p.37), é esse ponto que evita que a teoria de Weber mergulhe no relativismo resultante de Rickert.

¹¹⁶ O texto de 1906, onde o autor apresenta sua discordância de Eduard Meyer, é interessante também para notar como o não reconhecimento do valor cultural leva a um subjetivismo. Aqui também aparece a influência de um autor que não tratamos nessa tese, Johannes von Kries. Para mais sobre essa ligação, veja Heidelberger (2010).

também levanta esse ponto, e mostra como a necessária delimitação dos conceitos da disciplina permitiria a observação de como a teoria da EHAE depende dos conceitos formulados na ciência prática. Sua busca por esclarecer os conceitos, denunciando as más formulações e aquelas carregadas de vieses éticos, mostra algo que impediria o correto estudo da economia política. Esses autores, no entanto, falham ao equivocadamente separar aquilo que é teórico daquilo que é histórico, como se a teoria da economia política (ou economia social) pudesse buscar leis (ou teoremas) do mesmo modo que as ciências naturais. Não há o entendimento da formação dos conceitos como característica da cientificidade, onde os conceitos formados nas ciências da cultura seguiriam passos distintos daqueles das ciências naturais, como apresentado em Rickert. O problema dos conceitos em Dietzel é apenas um problema de definições incorretas que confundem o pesquisador. O objetivo segue sendo a formulação de teoremas.

Tratando agora de Schmoller, o que temos é como seus preceitos éticos e a seleção do objeto de estudo das ciências sociais estão ligados à sua visão organicista, algo que Weber, assim como uma parcela cada vez maior dos cientistas sociais, vê como erro incontornável. Nos manuscritos das aulas de economia política de Weber pode-se observar rascunhos com os seguintes comentários ao citar a obra de Schäffle: “transferência ciência natural”, “Imagem e Analogia”, “infértil (Telégrafos Nervos)” (Weber, 2009b [1894-1898], p. 369). Em outro ponto do manuscrito é possível ler “Em que ajuda as analogias do telégrafo e dos nervos?” (*Ibidem*). Isso reforça sua posição contrária a esse tipo de analogia do corpo social, principalmente esta versão de Schäffle.

A posição de Weber aqui é também próxima de Rickert, o que fica explícito em carta enviada em 1907 pelo primeiro ao segundo com comentários do texto de Rickert, *Geschichtsphilosophie* (Filosofia da História). Lá Weber se coloca ao lado de Rickert e já aponta alguns problemas do biologismo:

“[...] e se a biologia é considerada neutra, a questão da sociologia, especialmente da sociologia econômica, será no mínimo questionável: aqui, também, o destaque do que é relevante do ponto de vista do suporte de vida puramente fisiológico poderia ser reivindicado como sendo significativo, e então a situação é a mesma (em princípio) como na biologia.” (Weber, 1907)

Sendo assim, aceitando a biologia como livre de julgamento de valores, poder-se-ia ter a impressão de que o estabelecimento daquilo que é válido para as disciplinas das ciências sociais poderia seguir o mesmo caminho de questões fisiológicas.

Seu anti-biologismo pode também ser observado em sua crítica a Roscher. A utilização de analogias biológicas por parte de Roscher o leva - assim como outros "modernos sociólogos", como ele se refere àqueles influenciados por Comte e Spencer - ao erro de seleção daquilo é relevante. Aqui a repetição regular de um fenômeno o tornaria relevante para a ciência. A variedade empírica, que permitiria o apontamento de paralelismos e a formação de leis, também é algo advindo desse biologismo¹¹⁷.

O que autores como Roscher buscam é a construção de algo totalizante, no sentido de um organismo, o *Volksgeist* (Espírito de um povo). O *Volksgeist* seria uma unidade que representaria as características éticas de um povo, e assim determinaria seu caminho de evolução. Nisso estão implícitas as ideias de evolução condicionada às características iniciais e ao interdependente desenvolvimento das partes constituintes que discutimos anteriormente.

O que Weber nomeia “teorias biológicas da sociedade”, essa compreensão da unidade de um organismo social, importariam da disciplina biológica a busca por uma essência genérica ao invés de histórica, cuja diferença é tornada imperceptível pelas próprias analogias biológicas. Seguindo os autores desta corrente, poder-se-ia imaginar que do mesmo modo que um biólogo compararia diferentes elefantes em busca de suas características comuns que permitiriam a formação de leis naturais, o historiador poderia buscar paralelismo entre os povos, que apesar de suas características éticas específicas apresentariam paralelismos que permitiriam a formação de leis (Weber, 1922 [1903-1906], p. 10-11).

Mesmo que a utilização desses paralelismos não seja a priori errada, os casos onde possivelmente podem trazer contribuições para a ciência social devem ser individualmente analisados. Mesmo assim, o comum seria que eles resultassem em “aberrações de pesquisa” (*Ibidem*, p. 14):

“O problema lógico, de como estabelecer uma relação causal entre esse esquema de evolução biológica e o paralelismo no processo histórico baseado na pesquisa empírica, naturalmente teria sido difícil para Roscher resolver mesmo que seu ponto de vista histórico-filosófico tivesse sido diferente.” (Weber, 1922 [1903-1906], p. 26-27)

¹¹⁷ Weber aponta que, apesar de toda essa carga de biologismo, Roscher sempre foi “cuidadoso” o suficiente para não utilizar os termos “organismo” ou “orgânico” (Weber, 1922 [1906], p. 10). Como vimos, o mesmo não pode ser dito de Schmoller.

A utilização dessas analogias possibilita poucos resultados satisfatórios para as ciências sociais. Essa ciência que se busca independente não poderia, então, basear-se nas premissas de uma ciência natural. Esse é um ponto importante para o desenvolvimento dessa área e, para Weber, como apontado na carta a Rickert, ainda mais crucial para a sociologia e a sociologia econômica.

O que buscamos mostrar nessas discussões das analogias biológicas é como esse mecanismo em específico impedia o florescimento da disciplina individual da sociologia. Em primeiro lugar, por impossibilitar uma divisão do conhecimento científico. É importante notar que mesmo o autor ligado à filosofia da vida que propõe algum tipo de avanço nesse sentido de especialização, Dilthey, não faz parte da corrente biologista dentro dessa perspectiva filosófica. Ademais, o modo como o objetivo da nova disciplina da sociologia é entendido, ao menos entre o grupo de autores que entendemos que tiveram papel mais central na sua concepção enquanto disciplina autônoma, seria impossibilitado dentro de uma ciência com um entendimento orgânico de sociedade. Para tais autores, a sociologia seria parte de uma divisão científica do trabalho, onde parte da realidade social poderia ser estudada de forma independente. A interdependência imposta pela ideia de organismo social impediria essa função. Vemos então a superação do biologismo como etapa essencial para o surgimento da sociologia moderna. Isso implicava também uma outra forma de se pensar a economia política e seus objetivos.

Entrando mais detalhadamente nas consequências destas analogias biológicas para a economia política, Weber primeiro aponta como isso delimita uma ideia de economia (*Volkswirtschaft*) onde o indivíduo não tem lugar se não enquanto parte do grupo. Daí que sua crítica o aproxima de Menger. Lembrando que, para Menger, a utilização de analogias biológicas permite apenas a análise de fenômenos que são similares em origem e função a fenômenos naturais. Neste sentido, elas tratam apenas do resultado não intencional das ações dos indivíduos. Em Weber (1922 [1903-1906], p. 29) isso aparece como a falha em conseguir explicar “a origem e a continuação de instituições propositalmente criadas por meios não coletivos e que são, em nossa opinião, funcionalmente efetivas na vida econômica”. Por fim, Weber enfatiza o prejuízo à análise causal.

“[...] todos fenômenos individuais estão em uma condição de causalidade mútua entre si. Toda explicação causal gira (de acordo com Roscher), portanto, em um círculo do qual uma saída só pode ser encontrada se aceitarmos uma vida orgânica do cosmos total

cujas expressões são os processos individuais.” (Weber, 1922 [1903-1906], p. 34)

Sendo assim, a inconsistência de Roscher o levou a formular conexões causais a partir de fenômenos individuais limitados a determinantes coletivos¹¹⁸. O ponto relevante para nós são, então, as consequências da utilização das analogias biológicas e a indesejada transposição do objetivo de análise das ciências naturais e sua rigidez.

5.2 As disciplinas da economia e da sociologia

Nessa seção discutimos a definição e interação, na visão de Weber, das duas disciplinas que são alvo de nosso interesse, economia e sociologia. A separação entre esta seção e a anterior, no entanto, não se dá por mera conveniência. Weber faleceu aos 56 anos, em 1920, em meio aos esforços de seu mais abrangente projeto, o *GdS*. Com isso, ocorreu a impossibilidade de o autor apresentar seu pensamento de modo completo. Essa realidade gerou considerável divergência a respeito de qual seria, caso exista, o ponto de convergência da obra do autor alemão, a pergunta central que ele busca responder (Hennis, 1987). Nós já comentamos a respeito da modificação da ideia de sociologia do autor, mas o que fica claro dentro da literatura secundária é que a obra empírica de Weber não segue seus escritos metodológicos da primeira década do século XX, principalmente após sua obra crítica ao materialismo de Rudolf Stammler (Weber, 1999 [1907]). Segundo Lichtblau (2015), nem mesmo a primeira versão de EPEC, de 1904, segue à risca os escritos metodológicos do ensaio sobre objetividade.

Sendo assim, por mais que a discussão anterior seja central para que compreendamos a relação de Weber com aquilo que havíamos discutido, principalmente por ser o momento em que o autor ainda se vê como economista, nesta seção nos limitaremos a buscar sua definição de sociologia e de economia, como estas disciplinas se relacionam e até que ponto pode-se observar uma busca por superar o que ele via como equívocos dos autores aqui discutidos. Nesse sentido, a unidade da obra do autor não é questão que abordaremos, e a divisão das seções busca separar seus escritos metodológicos, que foram de grande importância para compreendermos sua crítica à escola histórica e a formação de sua ideia

¹¹⁸ “Resumindo, vemos que o “método histórico” de Roscher, visto de um ponto de vista puramente lógico, apresenta uma estrutura completamente contraditória. As tentativas de abarcar toda a realidade dos fenômenos historicamente dados contrastam com a busca na resolução dos mesmos pelas ‘leis da natureza’” (Weber, 1922 [1903-1906], p. 41).

básica de ciência social, da modificação de suas ideias de sociologia e economia ao longo do tempo. O ponto principal que observaremos a esse respeito é como a sociologia deixa de ser mera disciplina auxiliar, e passa também a ter objetivo próprio. Nossa interpretação também diverge de autores que viam em Weber, ao menos em um primeiro momento, uma sociologia que abarcasse outras disciplinas das ciências sociais, como a economia política.

Iniciaremos por sua concepção de sociologia, buscando entender como o autor vê o surgimento de uma nova disciplina, como sua ideia inicial de disciplina se distingue daquelas existentes naquele período (utilizando os trabalhos de Simmel¹¹⁹ e Othmar Spann como pontos de comparação), e como algumas mudanças de perspectiva a respeito da sociologia estão relacionada a um afastamento da perspectiva rickertiana de ciências culturais. Aqui, onde há a separação entre sociologia e história, nos aproximamos de uma distinção entre ciências sociais e humanidades, do modo como compreendemos hoje, na obra de Weber. Posteriormente, analisaremos como a ideia de economia na obra de Weber se adapta a estas mudanças.

5.2.1 A disciplina da sociologia

Neste momento em que a noção do que se deve entender pelo conceito de sociologia na Alemanha, mesmo que ainda não esteja definido, já se cristaliza em algo cada vez mais distante daquilo pensado por Comte, é que Weber passa a reconhecer parte de seu trabalho enquanto sociologia. Como coloca Käsler (1988, p. 15), foi durante o período de criação da DGS, em 1909, que Weber se reconhece também enquanto sociólogo¹²⁰. Ademais, como pôde ficar claro pela carta de 1907 que citamos no fim da seção 5.1.1, Weber já se refere a uma sociologia (*Soziologie*) e a uma sociologia econômica (*ökonomische Soziologie*), o que já deixa clara sua distância da perspectiva comteana.

¹¹⁹ Vistos como dois dos principais autores responsáveis pela sociologia moderna, a relação entre Weber e Simmel passou por considerável escrutínio na literatura. Muito ligado ao que já foi discutido aqui, por exemplo, Levine (1971) aponta como o modelo heurístico de Weber foi muito influenciado pela ideia de “ciência da realidade” (*Wirklichkeitswissenschaft* – que abarcaria aquilo que Windelband chamou de ciências ideográficas, em oposição às ciências que buscam leis) presente no “Problemas de Filosofia da História”, cuja primeira versão Simmel publicou em 1892. Veja Lichtblau (1991) para um levantamento mais amplo a respeito de possíveis conexões entre Weber e Simmel.

¹²⁰ Isso não quer dizer, no entanto, que ele restrinja agora seu campo de atuação ao que ele entende enquanto sociologia. Em *Ciência como Vocação*, publicada em seus últimos anos de vida, Weber (1999 [1919], p. 431) refere-se a si mesmo enquanto economista. Já discutimos isto anteriormente, e   na virada dos anos 1910 para os 1920 que Weber irá considerar seu trabalho majoritariamente sociológico.

O estudo da sociologia, no entanto, ainda não era visto com bons olhos por boa parte da academia alemã. Isso fica explícito em texto escrito em 1907 mas não publicado, que, de acordo com Donald Levine, seria uma crítica à obra de Simmel. Ali, Weber aponta como a mera utilização do termo “sociologia” já gera certa animosidade (Weber; Levine, 1972, p. 160). Sendo assim, é interessante conhecer sua posição em relação a algumas ideias de sociologia, principalmente Simmel, que teve papel ativo na luta pela institucionalização da disciplina. Na referida obra, o que ele afirma que iniciou mas não chegou a realizar neste estudo não publicado é a busca pela apreensão do que seria a natureza e o método da sociologia de Simmel, não pela própria explicação do autor mas pelo modo como ele aplica suas ideias.

Mesmo não tendo levado a cabo essa tarefa, Weber aponta a obra de Othmar Spann (1907) como referência na crítica às ideias de “sociedade” e “sociologia” da época. Em outro trabalho, Weber (1907 [1903-1906] p. 97, nr. 1) cita outra obra de Spann, que seria uma das partes de sua tese de doutorado (Spann, 1905) publicada no *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft* (Revista para toda a Ciência Política), como local para encontrar uma crítica mais sistemática da metodologia de Simmel.

As duas obras de Spann giram em torno da mesma questão: o que é “sociedade” e como sua definição molda o estudo tanto das ciências sociais em geral quanto de suas partes constituintes (disciplinas como economia e sociologia). E ainda mais interessante para nós, como enfatiza Spann (1907, p. 1), é como as questões sobre o que é a sociedade e o modo de entender a realidade social puderam ser claramente observadas nas disputas ao redor do objeto da economia política desde o *Methodenstreit*.

É importante atentar aqui que, para Spann, as ciências sociais englobam o estudo empírico onde cada realidade social formaria uma disciplina individual: economia, estado, direito, religião e etc. (Spann, 1905, p. 5). Essas disciplinas individuais seriam partes abstratas do todo social, da sociedade. Na visão do autor, a disciplina da sociologia era aquela preocupada em distinguir exatamente o que é a sociedade, o conceito que uniria estas disciplinas. Nesse sentido, ele difere as ciências sociais (*Sozialwissenschaften*) da tradição das ciências da sociedade (*Gesellschaftswissenschaften*) de Schäffle e Mohl¹²¹. O que o autor busca criticar,

¹²¹ Muitas obras normalmente traduzem *Gesellschaftswissenschaften* como ciências sociais, o que é um equívoco caso consideremos a evolução da disciplina. Como aponta Lichtblau (2015, 371), esse é um erro carregado pelas traduções em inglês, que ignoram que essa tradição é um produto superado do período

principalmente, são ideias de sociedade que ele vê como realistas. “[O] critério do social [...] deve ser considerado enquanto uma condição especial da conexão legítima de fenômenos” (Spann, 1905, p. 74); isso porque o que o autor busca é uma definição apropriada do que seja sociedade, não porque ele possa ser considerado nominalista¹²². O autor não tenta mostrar que a definição de sociedade não corresponde à realidade, como no nominalismo, mas sim que as definições existentes ainda não são apropriadas. Nesse sentido, o trabalho de Spann é muito esclarecedor no que diz respeito ao estado da ideia de sociologia nos anos 1910 na Alemanha. Dentre os autores nos quais Spann foca sua crítica estão Dilthey e Simmel¹²³.

Na ideia de Simmel de sociologia, a definição do conceito de sociedade tem o dever de diferenciar as ciências sociais daquelas de princípios meramente psicológicos e psico-químicos (Spann, 1907, p.140). Não é, como em Dilthey, a particularidade da cognição que justificaria as ciências sociais, mas sim a existência de uma relação causal particular, as inter-relações (*Wechselwirkung*) psicológicas da sociedade, e cada disciplina estaria ocupada de um tipo de inter-relação: social, econômica e etc. (Spann, 1905, p. 90, 102).

Seria papel da sociologia compreender e estudar as formas destas relações, a forma como se concretizam as relações entre os indivíduos. Alguns exemplos de objeto de estudo seriam:

revolucionário de 1848. O autor também critica a utilização deste termo nos currículos alemães, que ajudam a perpetuar esse equívoco.

¹²² É importante apontar que Spann utiliza parte significativa de suas obras para criticar a noção de sociedade (e de sociologia) de Comte e Spencer (que buscam não somente uma disciplina que utiliza o conhecimento das áreas específicas do estudo da sociedade comparativamente, mas que também se propõe a uma teoria geral do social), assim como diversos outros autores como Schäffle, Durkheim, Anthony Giddens e Gabriel Tarde. Estes autores, por mais que apresentem diferenças, recebem críticas em comum. Primeiramente, a crítica à sociologia na Alemanha estava também muito enraizada na consideração de que era uma ideia de ciência anglo-francesa, o que já gerava oposição por si só dentro da Alemanha. Essa tradição anglo-francesa era diretamente ligada às obras de Comte e Spencer, que, como já visto, eram muito criticadas, principalmente dentro da tradição da escola histórica. As interpretações dos autores citados eram muitas vezes ligadas a um diletantismo, fossem elas interpretações biológicas ou não (Spann, 1905, p. 22-3). Classificar enquanto diletante um autor, no entanto, não quer necessariamente implicar em desmerecer todos seus achados, como fica claro na definição que Weber (1999 [1919], p. 436) apresentará do termo: “o palpite de um diletante sobre determinado fenômeno pode ter igual ou maior importância que o de um especialista. Devemos muitas de nossas melhores hipóteses e intuições a diletantes. O diletante diferencia-se do especialista - como disse Helmholtz sobre Robert Mayer - apenas por carecer de um procedimento claro, e, consequentemente, por sua incapacidade de controlar e avaliar, ou de concretizar e utilizar as potencialidades de seu palpite.”

¹²³ No entanto, mesmo que o autor esteja correto em apontar a relevância do conceito de sociedade para Simmel, é um equívoco o mostrar enquanto realista. “[...] society is not an entity fully enclosed in itself, an absolute unity, any more than is the human individual. Compared with the real interactions of the parts it is only secondary, only the result” (Simmel, 1890, p. 13 *apud* Frisby, 1981, p. 41)

subordinação, competição, oposição e divisão do trabalho. Essa seria a tarefa formal da sociologia de Simmel¹²⁴.

Essa breve descrição da crítica de Spann é interessante para contextualizar diferentes perspectivas que Weber não apresenta tão a fundo. No entanto, isso não quer dizer que Weber irá aderir à ideia de Spann de uma sociologia funcionalista (como discute Sell (2016)). Weber (2015 [1922], p.10) enfatiza que, apesar de certos avanços da crítica funcionalista de Spann, a sociologia deve ser individualista. O que se busca é entendimento de como as ações individuais dão origem a uma certa configuração social. Nesse sentido, tanto Weber quanto Simmel entenderiam a sociedade enquanto um fluxo e não uma estrutura¹²⁵, deixando claro seu nominalismo.

Retornando à análise da obra de Weber, não se pode atribuir ao autor apenas uma ideia de sociologia. A sociologia compreensiva passa por modificações (à parte a questão da sociologia não ser considerada em seus primeiros escritos) e, como já mencionado, existem discordâncias na literatura a respeito do ponto de inflexão. A mudança que daremos enfoque aqui é a do período da Primeira Guerra Mundial, o qual inclusive teve importante impacto sobre a principal obra do autor, *Economia e Sociedade* (EeS). É crucial apresentar brevemente, então, a história da edição de EeS.

A obra, como já mencionado, começou como esforço editorial de um manual de economia política, ou economia social como veio a ser chamado. “Economia e Sociedade” era o nome de uma das partes deste projeto que ficaria a cargo de Weber, a qual viria ser parte da obra autônoma como a conhecemos hoje. A estrutura encontrada na tradução para o português foi constituída a partir da quarta edição, quando Johannes Winckelmann se tornara organizador (tendo iniciado este trabalho ainda com Marianne Weber, que faleceu em 1954). Winckelmann foi um dos organizadores mais polêmicos da obra, tendo feito diversas modificações buscando dar uma ideia de unidade ao livro, que na verdade incluía escritos de fases diferentes do autor (Pierucci, 2008).

¹²⁴ Stölting (1990) afirma que essa característica coloca a sociologia de Simmel mais próxima de um ramo da filosofia do que de uma disciplina científica no modo como pensamos hoje. Como já apontado, inclusive, uma das críticas de Weber no mencionado artigo inacabado, era de se preocupar demasiadamente com problemas metafísicos (Vandenberghe, 1999).

¹²⁵ Cohn (2013, p. 71) enfatiza esse aspecto adicionando que a questão da sociedade enquanto fluxo deriva da observação de que “as unidades últimas e fundamentais da existência histórico-social são indivíduos envolvidos em processos de interação”. O que aproxima Weber e Simmel em oposição a parte da crítica de Spann.

Uma das questões centrais da organização de EeS é a cronologia: os textos da parte 1 foram escritos depois dos textos da parte 2. Mais precisamente, Weber reformulou alguns textos (como as categorias sociológicas de 1913 e os tipos de dominação) e escreveu outros (como o “Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica”) após a Primeira Guerra Mundial, período durante o qual os esforços de publicação do GdS foram suspensos. Estes textos fazem parte do primeiro volume. Os textos da segunda parte (distribuídos nos volumes 1 e 2), como “Sociologia da Religião” e “Relações econômicas das comunidades” foram escritos anteriormente, muitos no contexto da primeira versão das categorias fundamentais da sociologia, de 1913. Alguns destes textos foram publicados sem nem mesmo uma primeira versão acabada, como sua discussão sociológica do mercado. Temos então, na mesma obra, ao menos duas noções diferentes de sociologia. Esse é o motivo da frequente recomendação de que o livro deveria ser lido de trás para frente, principalmente no caso de que a intenção do leitor seja entender a evolução do pensamento weberiano.

Uma das primeiras questões é como Weber delimita a disciplina da sociologia. Neste contexto, é interessante ver como o autor foge da ligação entre estudo da sociedade e daquilo que há de mais racional:

"Uma “compreensão” (*Verständnis*) do comportamento humano alcançada através da interpretação contém diferentes níveis, acima de tudo, de uma específica quantidade de auto evidência (*Evidenz*). Que uma interpretação possui essa auto evidência em medida especialmente alta não prova nada com relação a sua validade empírica. Isso porque comportamentos idênticos em seu curso e resultado externos podem estar baseados na mais variada constelação de motivos, e o motivo mais plausível pode não ser aquele que ocorreu. [...] A específica auto evidente natureza do comportamento instrumentalmente racional não implica, obviamente, ver a interpretação em termos racionais como o objetivo especial da explicação sociológica.” (Weber, 1981 [1913], p. 151-2).

A sociologia compreensiva é uma ciência empírica que inclui aqueles problemas identificados como a “questão social”, os quais deram início à discussão de uma ciência social. A citação anterior questiona até que ponto pode-se considerar aquilo que é auto evidente em um fenômeno, que nesse caso será o mais racional, como o objeto de estudo. Sendo assim, Weber busca ampliar o escopo daquilo que deve ser entendido como objeto. O alto grau de racionalidade, que implica em um alto nível de auto evidência, nem delimita aquilo que a sociologia deve estudar, nem o alto grau de racionalidade garante a validade empírica da ação que é objeto. No direito, por exemplo, a ação mais racional possível seria

a de seguir as normas jurídicas, no entanto outros fatores, principalmente com relação à expectativa das consequências da ação (não só o resultado, mas também a reação externa), podem ser mais relevantes do ponto de vista sociológico.

É neste momento que o autor apresenta os tipos de ação social, que serão diferentes daqueles do texto de 1922 sobre as categorias sociológicas. O que mais chama a atenção aqui é a acentuada influência de Ferdinand Tönnies¹²⁶ na primeira versão, de 1913.

Na versão de 1913 temos “ação comunitária” (*Gemeinschaftshandeln*), que é o tipo de ação mais geral, e a “ação social” (*Gesellschaftshandeln* – que carrega o sentido de racionalização), um tipo específico de ação dentro da primeira¹²⁷. A ação social é diferenciada da ação comunitária por ser “orientada (em significado) para expectativas baseadas em regras (ordem)” e por pressupor racionalidade em diferentes níveis (Weber, 1981 [1913], p. 160). Estes termos estão ligados à famosa obra de Tönnies, *Comunidade e Sociedade*. A principal diferença em Weber é que na *Gesellschaftshandeln* existe uma expectativa¹²⁸ da ação do outro baseada na existência de ordem social, ou seja, algum tipo de “estrutura” (desenvolvida a partir de bases puramente racionais) cuja existência até certo ponto já independe do indivíduo e é característica de sociedades modernas. Isso pode ser muito bem observado em sua sociologia do direito (Weber, 2015 [1922], v. 2). A ordem jurídica é um destes conjuntos de expectativas sobre as ações dos indivíduos que foram cristalizados em forma de normas. Não é necessário, no entanto, que toda ordem se expresse por meio de normas escritas.

¹²⁶ A relação entre Weber e Tönnies é outro ponto de discórdia dentro da literatura. Alguns autores como Roth (1978) e Cahnman (1981) defendem que é apenas possível ver uma influência de Tönnies nos escritos sobre categorias sociológicas da década de 1920. Já Stefan Breuer (1993) e Lichtblau (2011) apontam para a primeira versão como aquela onde mais se pode ver a influência de Tönnies. Por fim, autores como René König (1955) veem nos textos de 1913 uma oposição direta entre Weber e Tönnies. Nos distanciamos de König ao apontar como a utilização do termo *Gemeinschaften* não é superficial, mas carrega o sentido de evolução social dentro da obra de Tönnies e outros pontos já levantados pela literatura. No entanto, nos é indiferente estabelecer em qual das obras existe maior influências de Tönnies.

¹²⁷ A tradução para o português nem sempre se preocupa em distinguir *Gemeinschaftshandeln* e *Gesellschaftshandeln*, às vezes traduzindo ambas como ação social. Já na tradução para o inglês da obra de 1913 (das categorias sociológicas), *Gemeinschaftshandeln* é traduzida como ação social e *Gesellschaftshandeln* é traduzida como ação associativa.

¹²⁸ Essa expectativa é relacionada à probabilidade que se acredita que o comportamento do outro será o igual ao esperado, dada a ação do primeiro.

Por fim, a *Einverständnishandeln* (ação consensual), que é um tipo específico de *Gesellschaftshandeln*, é aquela onde há um comum acordo implícito para a ocorrência, que funciona como se existisse um acordo racional, mesmo que ele não exista (*as if*).

“Essa orientação, no entanto, não é uma ordem promulgada sobre a natureza da satisfação desejada dos participantes percebidos. [...] No entanto, esse resultado líquido (o uso do dinheiro) é, em muitos aspectos, normalmente moldado ‘como se’ tivesse sido alcançado através da orientação de todos os participantes para uma ordem de satisfação.” (Weber, 1981 [1913], p. 166).

Em outras palavras, a função de meio de troca do dinheiro implica que a troca monetária seja uma ação consensual.

Uma outra relação importante entre Simmel e Weber que deve ser estabelecida é como Weber, assim como havia proposto Simmel¹²⁹, também apresenta uma divisão entre sociologia formal e material. Em “Tipos de relação comunitária e de relação associativa em seus aspectos econômicos”, Weber apresenta o aspecto material de sua discussão da ordem econômica. A sociologia geral lidaria com “a estrutura, o conteúdo e os meios da ação comunitária”, já a sociologia material discutiria o que a evolução das formas implica nos “conteúdos culturais específicos (literatura, artes, ciências e etc.)” (Weber, 2015 [1922], p. 243). Pensando nos tipos de comunidade (doméstica, comuna, econômica, de clã, de organização militar, etc.), discute-se ali a natureza de cada uma no que diz respeito a seus aspectos econômicos.

Outro dos objetivos materiais da sociologia pode ser visto em sua sociologia da religião. O monoteísmo, por exemplo, é um processo histórico de racionalização que, no entanto, não ocorre sempre pelos mesmos motivos. Enquanto a formação do império chinês foi a alavanca para o monoteísmo naquele local, o monoteísmo enquanto culto a Jeová se dá em meio à formação de uma confederação (Weber, 2015 [1922], p. 291). Sendo assim, por mais que a estrutura geral seja de uma racionalização entendida enquanto ação com sentido em relação a uma ordem¹³⁰, a razão substantiva da formação desta ordem não é necessariamente a

¹²⁹ Levine (1971) mostra como Simmel dedicou boa parte de sua obra a um tipo específico de forma, a protoforma, que são microprocessos da vida cotidiana (diz respeito então a como alguns ímpetus cotidianos dos indivíduos são determinados por “estruturas” externas ao indivíduo). Lichtblau (1991) traz algumas diferenças entre as ideias de sociologia material dos dois autores.

¹³⁰ A ação social racional, e a racionalidade, diferentemente da racionalização, podem ser encontradas “em qualquer cultura ou época” (Mata, 2013, p. 56). Enquanto isso, a racionalização, aspecto característico das modernas culturas ocidentais, é formada pela combinação de ações e racionalidade específicas. Em Weber existem quatro tipos racionalidade, baseados nos diferentes tipos de ação social. São elas: racionalidade teórica, racionalidade prática, racionalidade substantiva (ou material) e racionalidade formal. Em resumo, as

mesma: “Os obstáculos práticos ao desenvolvimento em direção a um monoteísmo rigoroso, iniciado quase universalmente em diversas formas [...] estavam, em regra, nos poderosos interesses ideais e materiais dos sacerdotes [...] e, por outro, nos interesses religiosos dos leigos” (*Ibidem*, 292).

Outro ponto importante é a relação entre sociologia e história. Como já apontado, enquanto parte das ciências sociais e culturais, a sociologia busca um conhecimento histórico. Nesse sentido, não há separação entre o objeto das duas disciplinas. O que se tem, na realidade, é a proximidade das análises histórica e sociológica (Weber, 1981 [1913], p.152, 155, 157). Além de a sociologia ser marcada pela busca por compreender como se configura a moderna sociedade capitalista europeia, a partir da ideia de racionalização da vida, uma característica fundamental é o não apontamento de causalidade. A história, por outro lado, pode utilizar o material produzido pela pesquisa sociológica para imputar relações causais.

No texto onde expõe a possibilidade de uma pesquisa da DGS em torno de uma sociologia da imprensa, reconhecida como fator marcante da vida moderna, Weber (2015 [1910]) propõe compreender as modificações das relações internas à imprensa, da imprensa com o público e o governo e as relações entre estes entes externos (a partir das relações individuais dentro destes conjuntos), em diferentes locais, que possibilitaram as diferentes configurações da imprensa. O que se busca é o maior número possível de relações que teriam relevância naquilo que poderia ser tornado público, o que incluía também relações de poder, fonte de financiamento e etc. A ordem que baliza a ação social, não antes presente, é a empresa capitalista. As ações, que aqui são entendidas como o que se deve ou não tornar público, tem resultados diferentes ao longo do tempo, e essa é uma das razões, mas não a única:

“Se consideramos a imprensa em termos sociológicos, o fundamental para toda discussão é o fato de que, hoje em dia, a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e privada que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição totalmente peculiar, posto que, ao contrário de qualquer outra empresa, tem dois tipos completamente distintos de “clientes”: os primeiros são os compradores do jornal e estes compõem-se ou de uma massa majoritária de assinantes ou de uma massa majoritária de compradores individuais – uma diferença cujas consequências infundem à imprensa dos diferentes países um caráter decisivamente distinto – ; os segundos são os anunciantes, e entre esse leque de

racionalidades formal e prática se relacionam com a ocorrência de ações sociais racionais com referência a fins, enquanto a substantiva com a de ações sociais racionais com referência a valores. A racionalização da vida que implica no capitalismo moderno é a generalização das racionalidades com referência a fins, mesmo que isso não exclua os outros modos de racionalidade.

clientes produzem-se as inter-relações mais curiosas.” (Weber 2005a [1910], p. 16)

Estes exemplos servem para demonstrar como a sociologia em Weber está também ligada com a explicação histórica da formação da modernidade. Não temos a intenção de apontar unidade nestes trabalhos, ou que a sociologia da religião ou da imprensa seriam aplicações das definições encontradas no texto sobre os conceitos básicos da sociologia. O importante é que, neste momento em que Weber assume seu trabalho como sociológico, ele o vê ligado à construção do conhecimento histórico, à evolução no sentido da modernidade. A sociologia aqui ainda não é disciplina independente, como já buscava Simmel, mas auxiliar. É interessante também notar, como voltará a ser sublinhado, o papel central que os aspectos econômicos têm nas discussões de ações sociais, algo que tornará difícil a separação entre as disciplinas, que nem sempre é clara nesta etapa da obra de Weber.

Esse ponto fica mais claro em carta a Georg von Bellow (opositor da ideia de uma disciplina da sociologia) sete dias antes do início da Primeira Guerra, que, como dito, suspenderia os esforços editoriais de GdS. Lá, Weber reforça o caráter preparatório de sua sociologia no momento em que inicia a publicação do grande esforço editorial do qual *Economia e Sociedade* fará parte. A sociologia, então, como disciplina histórica, serve ao propósito de disciplina auxiliar:

“Neste inverno eu provavelmente iniciarei a publicação de uma contribuição consideravelmente volumosa ao Esboço da Economia Social (*Grundriss der Sozialökonomik*) [...] Nós estamos absolutamente em acordo que a história deveria estabelecer o que é específico, digamos, à cidade medieval; mas isto é apenas possível se primeiro encontrarmos o que falta em outras cidades (antiga, chinesa, islâmica). E assim é com tudo mais. É a tarefa subsequente da história encontrar uma explicação causal para esses traços específicos. Não posso crer que em última instância você pense de modo diferente; algumas de suas considerações falam mais a favor do que contra meus pressupostos. Sociologia, como entendo, pode realizar esse modesto trabalho preparatório.” (Weber, 1914)

É preciso ligar aqui a tarefa de encontrar uma resposta às questões sociais com o entendimento da modernidade. A neutralidade que Weber defende não permite que se imponha sobre a ciência o objetivo de transformar a sociedade em lugar mais justo, isso se dá em outro momento. O papel da sociologia se torna então entender como se alcança a configuração da modernidade, a qual traz à tona os problemas discutidos sob o tema da questão social. Daí o caráter histórico da disciplina: compreender as ações sociais,

permitindo o entendimento histórico da sociedade moderna. Encontrar o que falta às cidades diz respeito a entender que tipo de forma de ação predominou na cidade medieval dentre as possíveis formas de ação. Fica clara aqui a relação entre sua sociologia compreensiva e história, onde a subordinação está ligada ao entendimento das ciências sociais enquanto ciências histórico-culturais.

Mesmo em trabalhos anteriores à adoção de Weber da sociologia como parte de sua obra, já fica aparente sua busca do entendimento da evolução da sociedade e os aspectos que a permitiram alcançar a forma moderna-ocidental. Logo no início de EPEC, Weber já deixa claro que se trata de um estudo histórico (Weber, 1967 [1921], p.1). No entanto, não é sem motivo que este se tornou um dos textos canônicos da sociologia moderna. O procedimento do autor é exatamente o de apresentar comparativamente as diferentes características de sociedades onde diferentes religiões possuem maior relevância nas relações entre os indivíduos, para assim possibilitar que não só se busque os mecanismos internos às avançadas economias capitalistas (algo que evitaria os erros do materialismo histórico, por exemplo), mas também aquilo que impediu que esse patamar fosse alcançado em outras partes do mundo. É assim que o protestantismo norte-americano cria uma ética capaz de impulsionar as principais características das relações capitalistas.

Essa obra, escrita entre 1904 e 1905, será republicada na *Coleção de Ensaios sobre a Sociologia da Religião (Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie)*, que começou a ser publicada em 1921. Essa é a edição normalmente traduzida ao português, e reescrita em um contexto onde a ideia de sociologia já estava mais bem trabalhada em Weber. O texto original, no entanto, publicado no AfSS, não traz referência à sociologia. Isso pode ficar mais claro na edição comparativa editada por Klaus Lichtblau e Stephan Moebius (Weber, 2016). Com a intenção mais ampla de construir uma sociologia das religiões, Weber inclui também a análise do confucionismo-taoísmo, judaísmo-cristianismo e hinduísmo-budismo na coleção.

Dentro da tarefa de permitir a análise histórica da sociedade e o processo de racionalização, fica claro o papel destacado que possuem as relações econômicas¹³¹. Aqui existe inclusive uma dificuldade em diferenciar o papel da economia e da sociologia dadas as relações econômicas. Neste ponto de sua obra, Weber já entende a disciplina que estuda teoricamente

¹³¹ Weber deixa isto claro em diversos pontos de sua obra. Eis um exemplo: “A grande maioria das relações comunitárias tem, de algum modo, relações com a economia” (WEBER, 2015 [1922], p. 230).

os fenômenos especificamente econômicos como *Sozialökonomik*, delimitando de forma abstrata as ações econômicas. Em *A Economia e as Ordens Sociais*, Weber (2015 [1922], parte II, cap. 1) utiliza a sociologia para diferenciar entre os efeitos das considerações legais e econômicas na ação do indivíduo. A definição da disciplina que estuda as ações especificamente econômicas se dá como segue:

“A *economia social*, ao contrário [da dogmática-jurídica], examina aquelas ações humanas efetivas – que estão condicionadas pela necessidade de orientar-se pela ‘situação econômica’ – em suas *conexões efetivas*. Chamamos de ‘ordem econômica’ a distribuição do efetivo poder de disposição sobre bens e serviços econômicos, que resulta consensualmente do modo de equilíbrio de interesses e da maneira como ambos, de acordo com o sentido visado, são de fato empregados, em virtude daquele poder de disposição efetivo baseado no consenso”. (Weber, 2015 [1922], p. 209)

Neste trecho, aparentemente, a economia social (*Sozialökonomik*) estaria subordinada ao entendimento da ordem econômica. Neste sentido, a sociologia seria ampla o suficiente para englobar a teoria econômica, como argumentam Lichtblau (2015) e Stölting (1990). Teríamos então a reversão do quadro de Schmoller, ou seja, a sociologia enquanto ciência social. A disciplina de alguma forma englobaria o estudo das ações sociais, ao menos neste ponto da obra. Nós discordamos desta visão.

A ordem, como dito, é um conjunto de “regras” que “condiciona” (no sentido de ser fator em que o indivíduo baseia sua expectativa do resultado da ação) a ação do indivíduo. É uma característica da racionalização, pertencente à ação social (*Gesellschaftshandeln*). Pensando no objetivo da sociologia ligado à formulação dos tipos que permitirão a análise histórica, a ordem econômica é uma das ordens. A ordem jurídica é outra ordem. Entender que o estudo da ordem jurídica é distinto da jurisprudência é mais simples dado que a jurisprudência é uma ciência normativa, enquanto que o estudo da ordem jurídica entra na seara das ciências empíricas. A questão normativa, a jurisprudência, é o sentido logicamente correto da norma jurídica. O aspecto sociológico busca compreender as ações que realmente ocorrem dado que há uma probabilidade de essas normas serem seguidas ou não, de as condutas serem subjetivamente determinadas¹³² pelas normas (e isso pode se dar de várias formas, que

¹³² Weber já enfatiza esse aspecto sociológico da jurisprudência no primeiro encontro da DGS, ao comentar a apresentação de Andreas Voigt (1911): “[...] pode haver um conceito de ordem jurídica que explique essa mudança no significado prático como uma mudança na ordem legal. Eu admito isso sem mais delongas. Mas isso seria um termo sociológico e não legal de ‘ordem legal’” (Weber, 1911, p. 270). Na ocasião o autor também discute a definição do objeto de estudo da economia de Voigt, com o qual Weber concorda quase que

diferem em grau de racionalidade, como da existência e tipos de coação ou convenção). A economia social, ao contrário, já é uma ciência empírica, já lida com as ações que realmente ocorrem. A economia já se baseia na construção de tipos, e os mais racionais possíveis. No entanto, existem questões que fazem parte exclusivamente da pesquisa sociológica do objeto econômico:

“Já que o exame dos processos de mercado constitui o conteúdo essencial da *Economia Social*, não cabe expô-los aqui. Do ponto de vista sociológico, o mercado representa uma coexistência e sequência de relações associativas racionais, das quais cada uma é especificamente efêmera por extinguir-se com a entrega dos bens de troca, a não ser que já tenha sido estabelecida uma ordem que impõe a cada qual em relação à parte contrária na troca a garantia da aquisição legítima do bem de troca” (Weber, 2015 [1922], p. 419)

Como pode-se perceber, o ponto de vista sociológico apontado por Weber no capítulo VI da parte II de *Economia Sociedade* (a obra incompleta “O Mercado”) diz respeito exatamente às diferentes características da ação dos indivíduos no mercado dada a existência ou inexistência de uma ordem que condicione essas ações. Isso dá uma ideia de uma separação mais clara entre economia e sociologia. Aqui economia se preocupa com as ações mais racionais, já a sociologia estuda as ações que realmente ocorrem dada a ordem econômica, o que fica mais claro quando buscamos compreender a relação entre a ordem econômica e questões não econômicas. Estas interseções são papel da sociologia. Mesmo assim, aqui a sociologia aparece enquanto disciplina auxiliar. A visão sociológica das questões econômicas seria parte da economia social, como ficará claro na discussão sobre o tema do segundo encontro da DGS.

Em resumo, a posição que adotamos aqui é a de que a característica mais marcante da ideia de sociologia que adota Weber é seu caráter de disciplina auxiliar. Como fica claro na carta a Bellow, a história utiliza dos desenvolvimentos da sociologia para traçar a causalidade histórica. Por outro lado, a sociologia permite à economia política (ou economia social) a compreensão dos fenômenos não ligados diretamente à ação racional com referência a fins. A própria formulação de um volume que abarcaria a economia social, onde uma parcela trataria deste tipo de relação que chamamos de sociológica, nos ajuda a perceber a intenção

completamente. Um dos pontos contrários era a implicação de juízo de valor na ideia de se buscar o “melhor” meio para determinado fim. No contexto da DGS, como ficará claro, a questão do juízo de valor será central.

de manter a disciplina econômica como algo distinto da sociologia, e não como parte desta. Ou seja, a sociologia não poderia ser igualada às ciências sociais em geral.

A referida segunda parte de EeS é interessante também por diferenciar economia e jurisprudência. Essa diferenciação se dá pelo mesmo motivo da separação entre sociologia e jurisprudência: enquanto uma é ciência normativa, a outra é uma ciência empírica. Seus objetivos devem ser separados e, no fim, a interação entre economia e direito se dá apenas quando se leva em conta os aspectos sociológicos do direito, e não a norma jurídica. Isso é importante no que diz respeito ao afastamento de Weber do pensamento da nova EHA, principalmente Schmoller. Weber permite uma teoria econômica abstrata, mesmo que ligada à história por ainda ser pensada como parte das ciências culturais. Os fatores éticos que Schmoller tenta trazer (o que inclui questões jurídicas e religiosas de cada nação), no entanto, são discutidos enquanto questões sociológicas. Isso fica claro também ao se observar a estrutura da segunda parte de EeS. Depois de diferenciar a ordem econômica da jurídica, Weber explora os aspectos gerais da ordem econômica e a evolução das relações comunitárias (e seu conteúdo, no sentido de uma sociologia material). Por fim, discute-se as relações comunitárias em vista de questões étnicas e religiosas, tendo em vista sempre sua relação com a ordem econômica.

A ideia da separação entre as tarefas da economia e da sociologia é reforçada em um episódio dentro da DGS, mais especificamente em carta de Weber (1988 [1911]) a Herman Beck a respeito de discussões conceituais que ocorreriam no encontro da associação. Nesse contexto, Tönnies havia proposto um tema para discussão na DGS, qual seja, “O conceito de povo e nação em relação à raça, estado e língua”. Em resposta, Simmel escrevera uma carta onde questionava o forte caráter conceitual, propondo que fosse substituído pela “relação do trabalho/ofício (*Handwerkes*) com aspectos culturais particulares (*einzelnen Kulturprovinzen*) [...] Assim como a organização política, a arte, as relações com o exterior, a constituição familiar, etc.". Na carta escrita a Beck, Weber discorda da proposição de Simmel (apesar de reconhecer o mérito do assunto), apontando que o autor estaria fazendo uma proposição de tema que acabaria levando a uma discussão essencialmente econômica, que não caberia ser discutido em uma associação dedicada à sociologia. O que Simmel estava propondo era uma análise da relação do econômico com o não econômico. Por mais que seja campo de estudo da sociologia, é ainda uma sociologia econômica, parte da disciplina da economia.

Em carta posterior à Associação, Weber (1912) não só reitera seu apoio ao tema proposto por Tönnies, como também reforça a ideia de que os conceitos construídos pela sociologia serviriam para que fossem comparados com a realidade a fim de determinar o que realmente constitui uma nação¹³³. Na discussão sobre conceitos fundamentais da sociologia, já ficava clara a importância deste assunto:

“Conceitos como ‘estado’, ‘associação’, ‘feudalismo’ e similares geralmente indicam para categorias de sociologia certos tipos de ação conjunta humana; portanto, é tarefa da sociologia reduzir esses conceitos a ações “compreensíveis”, significando, sem exceção, a ação dos indivíduos participantes. Isso não é necessariamente verdade para outras disciplinas.” (Weber, 1981 [1913], p. 158)

A questão é então como entender esses conceitos coletivos a partir da ideia de ação individual. O centro da sociologia está na “ação social”, no indivíduo, e o entendimento dessas ideias de “Nação” e “Povo” é proposta a partir de características individuais. Ou melhor dizendo, como o pertencimento dos indivíduos a um país, assim como sua raça e língua, poderiam modificar suas ações a ponto de reconfigurar, e diferenciar, as nações e os povos. É claramente uma proposição de construção de conceitos típicos. Na proposta de Simmel, por outro lado, Weber não via um potencial para formação dos tipos que permitiriam a discussão da modernização da sociedade, mesmo que trouxesse aspectos não econômicos da realidade social. Tendo isso em mente, a seguir apresentamos a versão mais tardia de sua sociologia.

Aqui tratamos dos escritos pós-Primeira Guerra Mundial. No EeS, isso corresponde à primeira parte da obra, mas outros textos famosos devem ser incluídos aqui, como *Ciência como Vocação* (resultado de uma palestra escrita em 1917 e publicado em 1919). O principal ponto a ser enfatizado aqui é como fica mais clara a ideia da sociologia enquanto uma disciplina independente. Seus achados ainda podem ser utilizados enquanto subsídio para o trabalho histórico (assim como também para o estudo da economia), mas este não é mais seu objetivo central. A história também se preocupa com a realidade social, mas de modo diferente da sociologia:

“A sociologia constrói – o que já foi pressuposto como óbvio – conceitos de tipos e procura regras gerais dos acontecimentos. Nisso contrapõe-se à História, que busca a análise da imputação causal das ações, formações e personalidades individuais culturalmente

¹³³ A citada troca de cartas também levanta o ponto da relação entre sociologia e economia, mas a abordaremos apenas na próxima seção.

importantes. A conceituação da Sociologia encontra seu material, como casos exemplares e essencialmente, ainda que não de modo exclusivo, nas realidades da ação consideradas também relevantes do ponto de vista da História. Forma seus conceitos e procura suas regras sobretudo também levando em conta se, com isso, pode prestar um serviço à imputação causal histórica dos fenômenos culturalmente importantes.” (Weber, 2015 [1922], p. 12)

O ponto da sociologia, então, ao contrário da história, não é encontrar relações causais de objetos individuais. Aqui fica claro o distanciamento da sociologia de Weber da ideia de ciência cultural de Rickert mesmo que a ideia de valor cultural continue relevante, já que a sociologia deveria buscar conceitos generalizantes.

O que a sociologia faz na realidade é tratar das ações sociais como um todo. Ela se preocupa com os cursos de ações que permitem a cristalização de uma realidade social, e não com “imputação causal de conexões *singulares* importantes, isto é, relevantes para o destino” (Weber, 2015 [1922], p.18, grifo nosso)¹³⁴. A sociologia, então tem objetivo próprio: “Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e seus efeitos” (*Ibidem*, p. 1)¹³⁵.

Mesmo assim, a disciplina continuaria tendo função auxiliar também à economia social. A discussão dos conceitos fundamentais da gestão econômica, capítulo 2 da parte I de ES, inicia o tratamento dessa questão.

Neste ponto também fica ainda mais claro como Weber se distancia da noção de sociologia enquanto a discussão do conceito de sociedade como visto em Spann. A sociologia enquanto ciência independente tem um aspecto muito particular, ao contrário das demais ciências sociais que são delimitadas por uma abstração de partes da realidade social (religião, economia, política e etc.): a sociologia estuda a ação social em si. Isso o coloca mais próximo à ideia de sociologia formal de Simmel, que estudaria formas, enquanto as demais disciplinas estudariam o que é material.

¹³⁴ Para mais a respeito da complementariedade entre história e sociologia, ver Whimster (1980).

¹³⁵ A causalidade buscada é outra. Interpretações diferentes sobre a relação entre sociologia e a história em Weber existem na literatura. Roth (1976), por exemplo, não dá tanta atenção para a separação entre as ideias de sociologia nas partes escritas antes e depois da Primeira Guerra, e não consegue explicar a ideia da sociologia buscar explicações causais separadas da história. Mommsen (1974), por outro lado, vê a interpretação de Roth (em artigos anteriores), muito ligada à interpretação de Parsons.

Tudo isso - como fica claro à luz de tudo que foi discutido desde o começo desta tese - só é possível com os paulatinos avanços da compreensão do papel das ciências sociais, sua independência com relação às ciências naturais¹³⁶ e sua estrutura interna. A ideia de uma ciência social composta por partes independentes, com seus objetos de estudo separados abstratamente, é ponto crucial na possibilidade de uma disciplina desligada de uma definição material de objeto de estudo. Nesse sentido, os debates metodológicos que tiveram grande palco entre autores da economia política representaram uma etapa importante para as ciências sociais. Sendo assim, não sem razão comentadores buscam ligar a teoria weberiana ao *Methodenstreit*.

Em *Ciência como Vocação*, Weber (1999 [1919]) dá grande centralidade à divisão do conhecimento científico. Ali já fica claro como a sociologia é entendida enquanto disciplina autônoma, principalmente pelo autor a colocar ao lado da economia, história e outras disciplinas como ciências próximas ao seu espectro de interesse científico (*Ibidem*, 444). Para Lichtblau (2015), o fato de falar destas ciências sem as colocar dentro da estrutura das “ciências culturais” indicaria um distanciamento da perspectiva científica de Rickert.

Muito interessante para nossa discussão geral da rela o entre as disciplinas   notar como Weber (1999 [1919], p. 435-6) aponta que, dado o alto grau de divisão do trabalho científico, é esperado que cientistas ultrapassem ocasionalmente os limites de seus próprios campos. O caso exemplar disso seria, no entanto, o da sociologia, disciplina que o autor usa como principal exemplo dessa predisposi o. Outra característica desta tendência seria o ressentimento que estes pesquisadores sentiriam por estarem possibilitando o avanço de outras áreas, que não seria alcançado caso apenas o especialista da área invadida se ocupasse de tal matéria, enquanto o próprio sociólogo (exemplo utilizado) veria seu trabalho como incompleto. Essa é uma questão interessante por dois motivos. Em primeiro lugar, a visão da sociologia como uma disciplina que não é ligada a uma parcela da realidade social, a uma delimita o material de objeto, é crucial para que possa ser vista como grande exemplo desse

¹³⁶ Essa questão é mais evidente na obra *A Psicofísica do Trabalho Industrial*, onde Weber (2009 [1908]) realiza uma pesquisa que gira em torno da questão de como quaisquer modifica es no trabalho, seja por meio da inser o de novas técnicas, instrumentos ou inova es que permitam uma maior divisão do trabalho, representam um impacto no “aparato psicofísico do trabalhador”, que se torna fator importante para o sucesso dessas modifica es. Essa obra   escrita logo após seus textos metodológicos, mas antes de realmente considerar parte de seu trabalho enquanto sociologia. É importante na crítica   apropria o direta de conceitos e resultados das ciências nomotéticas nas ciências sociais. A questão do biologismo também aparece neste estudo. Mata (2013) a coloca entre as obras onde melhor se pode observar os primórdios da sociologia de Weber. É interessante também ver Brain (2001) sobre o contexto dessa publica o, seu fracasso na recep o pública e sua importância para o desenvolvimento de pesquisas em enquetes.

cruzamento de linhas. A disciplina, na perspectiva weberiana, tangencia diversas áreas de conhecimento, e parte de seu trabalho inevitavelmente deve ser utilizado por estas outras áreas. Em segundo lugar, vemos não só uma inversão da perspectiva sobre qual ciência seria a principal responsável por essas sobreposições de áreas, mas também uma noção de que a área prejudicada seria aquela que ultrapassa seus limites, por auxiliar as demais sem colher os benefícios disto. Esse pensamento é exatamente o oposto daquilo que encontramos quando entramos na discussão sobre o chamado imperialismo econômico, onde a economia toma o espaço, levando vantagem, das demais disciplinas no debate acadêmico e público. Esta ultrapassagem de limites, no sentido conferido aqui por Weber, tem então um sentido muito mais colaborativo do que competitivo.

Em resumo, a principal modificação ocorrida da primeira para a segunda fase detalhadas aqui é o ganho de independência da disciplina, com objetivo próprio de análise (para além de ter sua tarefa como disciplina auxiliar).

5.2.2 A *Sozialökonomik* de Weber

O que pretendemos fazer nesta última parte deste capítulo é discutir o sentido de *Sozialökonomik* para Weber. Sendo assim, é de nosso interesse o que compõe esse campo de conhecimento, e como isso muda ao longo do tempo. A análise aprofunda um pouco mais nos escritos da juventude do autor alemão. Central aqui são os manuscritos das disciplinas que ele ministrou em Heidelberg e Freiburg, nos últimos anos do século XIX. Ali é possível observar com mais clareza sua ideia de teoria econômica, muito pouco desenvolvida ao longo de sua carreira. Posteriormente contextualizamos as mudanças que seu pensamento em torno da sociologia traz à sua visão de economia, principalmente pela ideia de considerações sociológicas dos fenômenos econômicos, e como isso passa a fazer parte da disciplina. Este é o momento onde Weber também passa a utilizar o termo *Sozialökonomik* para se referir à economia política, e nos interessa também entender até que ponto essa noção está próxima à de Dietzel, ou se representa apenas mais uma forma completamente distinta de resolução das questões levantadas pelo *Methodenstreit* através de um meio termo.

O volume *Allgemeine ('Theoretische') Nationalökonomie* das obras completas de Weber traz um conjunto de manuscritos relacionados às aulas de economia política que ministrou entre 1894 e 1898 nas universidades de Freiburg e, posteriormente, Heidelberg. Este é o início da carreira do autor, onde é consolidado seu afastamento da jurisprudência e

aproximação à carreira de economista político, e onde é possível observar o início do movimento de entrada no campo sociológico. Aluno de Karl Knies em 1885 e auto identificado membro da EHAE, nota-se claramente como o conteúdo das disciplinas ministradas por Weber é fortemente guiado pelas discussões iniciadas no *Methodenstreit*. Sua posição, assim como diversos autores da época, é a de buscar uma síntese entre as visões de Schmoller e Menger, aproximando-se daqueles autores da EHAE que viam a economia política como disciplina histórica mas não compartilhavam da visão de teoria de Schmoller. Em comparação a Dietzel, seu rompimento com a EHAE é menor no discurso (já que Dietzel não se vê como parte da EHAE) mas não necessariamente em conteúdo. Estas questões serão aprofundadas ao longo da exposição desta seção, permitindo visualizar a sociologia de Weber como uma saída aos problemas iniciados dentro da disciplina da economia política (principalmente pela posição prioritária desta última dentro das ciências sociais).

O primeiro manuscrito, *Grundriß zu den Vorlesung über Allgemeine (“Theoretische”) Nationalökonomie* (GVuAN - Esboço à aula sobre Economia Política Geral (“Teórica”)), referente à introdução à obra de mesmo nome, e o segundo *Erste Buch. Die Begrifflichen Grundlagen der Volkswirtschaftslehre* (Primeiro Livro. Fundamentos conceituais da Economia Política), o primeiro livro de tal obra, são os mais interessantes. As demais partes são, em geral, compilados de anotações organizados tematicamente (que trazem, mesmo assim, detalhes relevantes sobre o pensamento do autor à época) projetadas para serem os demais livros. No GVuAN não há um texto corrido, mas uma listagem dos tópicos que seriam abordados dentro da disciplina da economia política – incluindo os conceitos fundamentais, a história da economia (tanto enquanto objeto de estudo quanto disciplina), a relação com outras áreas e etc. Em meio a esta listagem, e esse é nosso principal interesse nesta parte, há a descrição das obras a serem utilizadas em cada um dos capítulos. Dentre estes capítulos, apenas o *Erste Buch* chegou a ser publicado enquanto manuscrito, possuindo então uma sequência argumentativa estabelecida pelo próprio Weber. A reprodução da organização do GVuAN encontra-se no Anexo.

A primeira questão observada na estrutura exibida no GVuAN são as obras elencadas na discussão do que seria a introdução, e exporia a tarefa e o método da teoria da economia política (*Nationalökonomie*). Por mais que uma mera exposição de leituras exigidas durante o curso não nos informe a respeito da posição de Weber frente a estas obras, podemos assim ter conhecimento dos autores que representavam o que Weber considerava como o mais importante para a formação de um economista político. Aqui, obviamente, temos os grandes

nomes da EHAE, tanto da velha geração (W. Roscher, B. Hildebrand e K. Knies) quanto da nova EHAE (G. Schmoller, E. v. Philippovich, E. Sax G. Schönberg e A. Wagner). Há também Menger, com suas duas obras do período do *Methodenstreit* (*Irrthümer* e *Untersuchung*) e outros autores com obras importantes da época que discutem a metodologia da economia política. Entre estes últimos vale ressaltar a presença de duas obras de Dietzel: o artigo de 1884 onde ele discute o método da ciência econômica, e também sua contribuição ao livro de Wagner, onde expõe de forma mais completa sua ideia de *Sozialökonomik*. É uma literatura bastante eclética quanto às posições existentes em relação ao que é a economia política e qual seu método apropriado de estudo.

A obra seria dividida em seis livros e a comentada introdução. Por sua vez, o conteúdo destas partes estaria organizado em 20 parágrafos. O primeiro parágrafo é a introdução, e no livro um temos outros três parágrafos que discutem os conceitos básicos tanto da economia em geral (*Wirtschaft*) quanto de sua forma de economia do povo (*Volkswirtschaft*). Já o livro dois seria composto de outros três parágrafos, que discutiriam aspectos naturais da economia, como questões antropológicas, biológicas (aqui está incluída a questão de raça e seleção natural) e o relacionamento da economia com outros aspectos culturais (como direito e estado). O terceiro livro discute aspectos históricos da economia, e possui um forte caráter de teoria dos estágios, onde é reforçada a particularidade das relações de cada etapa da evolução desde as formas primitivas até a última forma antes da *Volkswirtschaft* (que pressupõe o estado moderno), a economia das cidades (*Stadtwirtschaft*). Já o livro quatro continua tratando de aspectos históricos, mas agora da teoria econômica. Passando pelos primeiros economistas liberais, a escola clássica e os socialistas, a moderna teoria econômica tem suas referências nos mesmos autores citados na introdução.

O quinto livro inicia uma discussão teórica propriamente dita. Ou seja, o formato da obra segue o da EHAE (não necessariamente de Schmoller), onde a discussão da evolução da economia precede e guia o tratamento teórico dos problemas econômicos, diferentemente da proposta mengeriana. Isso deixa claro que, desde o princípio, o autor se alinha aos membros da EHAE, mesmo tendo grande influência de Menger¹³⁷.

¹³⁷ Os editores deste volume da MWG, inclusive, apresentam uma comparação entre a estrutura do livro de Weber com o de um dos grandes autores da EHAE daquele período, Eugen v. Philippovich (Mommson, et. al., 2009, p.69-79). Philippovich é um dos autores da EHAE que defendem parte dos postulados de Weber durante o *Methodenstreit* e, assim como Weber, aderem à teoria da utilidade marginal.

Por fim, o último livro traria uma discussão sobre o “ideal social”. Este capítulo traz pouca informação, mas os editores da MWG apontam para uma intenção em discutir o reformismo, o *laissez-faire* e o socialismo. Aqui o autor cita seu discurso de 1895 em Freiburg, que mencionaremos mais à frente. Pode-se pensar então nesta etapa como a discussão das visões de mundo.

O “Primeiro Livro” permite compreender mais a fundo a perspectiva weberiana neste momento. É importante ter em mente que Weber nunca desenvolveu uma teoria própria da economia, tampouco se dedicou ao assunto com grande profundidade. O que podemos observar aqui são quais filiações teóricas o autor busca ao apresentar sua perspectiva do que havia de mais moderno na teoria econômica, e o método histórico radical de Schmoller não fazia parte dela. A teoria econômica moderna, para Weber, era não só abstrata, mas baseada no princípio da utilidade marginal.

Na teoria, no entanto, o papel da história é reforçado, de modo a afastá-lo de Menger. “A teoria *abstrata* parte do tipo da pessoa moderna ocidental e suas ações econômicas” (Weber, 2009b, p. 122, grifo no original). Neste sentido, a teoria abstrata constrói um tipo delimitado no tempo e espaço. Logo em seguida Weber diz que a teoria busca os fenômenos mais elementares, mas delimita estes fenômenos à ação de um certo tipo de pessoa em um momento histórico, e não a qualquer ação econômica. Ademais, há a influência do marginalismo. Nesta sociedade delimitada no tempo e no espaço, o que se busca é como “a necessidade de economia¹³⁸ motiva a valoração dos bens individuais pelo sujeito econômico” (*Ibidem*, p. 128).

Neste momento, Weber ainda se refere à disciplina como *Nationalökonomie* ou *Volkswirtschaftslehre*, mas o detalhamento do conteúdo do quinto livro deixa claro como a discussão teórica já se concentra na economia comercial (*Verkehrswirtschaft*), como deixava mais explícito Dietzel. No entanto, as relações dentro desta economia comercial são reguladas pelo princípio da utilidade marginal¹³⁹, ao contrário do que este buscava.

Assim define Weber (2009b, p. 146) a produção em uma economia comercial: “A produção econômico-comercial é a produção de mercadoria, seu resultado econômico é em primeiro

¹³⁸ A palavra utilizada aqui é *Wirtschaften*, que têm o sentido de um impulso específico por bens externos que servem enquanto provisão para o futuro.

¹³⁹ “Na economia comercial as leis da utilidade marginal atuam como um regulador, como as economias individuais usam seu estoque monetário economicamente (distribuindo para a satisfação das necessidades individuais) e, dessa forma, atua no desenho do preço monetário” (Weber, 2009b, p. 142)

lugar alcançar a venda do produto, o rendimento é rendimento monetário, o custo para os produtos da economia privada é custo em dinheiro”. Por mais que tenhamos dito que existe uma delimitação no tempo e espaço das ações econômicas estudadas pela economia teórica, o que se deve ter em mente é que a economia comercial não é uma etapa da evolução econômica (vila, cidade, povo, etc.), como apresentamos na obra da EHAE¹⁴⁰, mas sim um modo de “regular” a satisfação de necessidades, que toma formas diferentes ao longo do tempo (Weber, 2009b, p. 135-6)¹⁴¹. Isso torna sua análise diferente da de Dietzel, apesar de o resultado ser próximo. A teoria econômica analisa a economia comercial da sociedade moderna, cuja característica é de uma economia monetária (*Ibidem*, p. 137-141). Em Dietzel, a economia comercial é uma abstração onde todas as ações são guiadas pela motivação econômica, independente de período. A delimitação do estudo é próxima, mas em Weber há uma ligação ao desenvolvimento do capitalismo (sem implicar na evolução etapista e em conjunto dos diferentes órgãos da sociedade, como acontecia na EHAE), que em Dietzel é relegado para as outras esferas de seu sistema de economia política que não a teoria da economia social geral. Ambos os autores tentam de alguma forma conciliar aspectos da EHAE a uma teoria abstrata baseada na delimitação da economia comercial. No entanto, isso não é feito da mesma forma.

Há uma diferença importante na utilização da separação, de que Dietzel lança mão, entre a teoria geral e especial da economia. Em Dietzel, pressupõe-se em um primeiro momento que todas as relações se dão em meio ao livre comércio e em uma sociedade individualista. Já em Weber, além das questões que dissemos do condicionamento histórico das características desta sociedade comercial, por mais que o livre comércio seja forte característica da sociedade moderna, ele não exclui, por exemplo, a discussão de carteis e disputas de interesse para uma parte especial. No livro cinco de seus manuscritos fica claro como os problemas teóricos da moderna sociedade comercial incluem problemas da organização econômica para além da livre concorrência. (Weber, 2009b, p. 146, 594-599). Por outro lado, o coletivismo é mencionado na figura de uma economia planejada (seja no sentido de patriarcas ou por um funcionalismo estatal). Aqui há uma proximidade com sua noção (que

¹⁴⁰ Weber também adere a essa explicação evolutiva da sociedade. No entanto, é a delimitação desta economia comercial dentro da *Volkswirtschaft* o seu interesse, não a *Volkswirtschaft* como um todo.

¹⁴¹ No segundo livro, Weber escreve: “A economia [*Wirtschaften*] (mostrada na obra [*Wirken*] do homem), e o instinto para ela, não está naturalmente ligada ao homem, mas é o produto de uma adaptação gradual a certas condições de existência que a história lhe inculuiu.” (Weber, 2009b, p. 204). É por este motivo que ele diz que a teoria econômica parte de um indivíduo que representa o europeu moderno (*Ibidem*, p. 205)

apresentamos na primeira seção deste capítulo) de que o livre arbítrio traria mais racionalidade e permitiria a análise histórica, como discutimos anteriormente. No caso, uma economia onde não há trocas (i.e. que é planejada) é indeterminada, enquanto a economia com comércio regulado é “não completamente determinada” (*Ibidem*, p. 150). A utilidade e possibilidade da análise diminui com diminuição do livre-arbítrio. Quanto menos livre, menor a possibilidade de possuir traços comparáveis aos conceitos gerais.

Em resumo, ambos partem de uma abstração da realidade focada em certos tipos de ação em um contexto de liberdade (mesmo que para um esta abstração possa ser utilizada em qualquer momento, e que para o outro isso só é possível quando há uma sociedade moderna representada pela *Volkswirtschaft*). No entanto, em Weber não existe esta separação entre teoria geral e especial como em Dietzel. O que para Dietzel é teoria especial, para Weber está em uma análise mais ampla das questões sociológicas da economia.

Ademais, um dos pontos cruciais na crítica feita por Dietzel era a questão da definição do que é o bem econômico. Para ele, a simples ideia de que um bem exterior pudesse ser considerado um bem econômico era equivocada, defendendo uma delimitação mais rígida, que acaba se dividindo em bem econômico e objeto econômico. Weber (2009b, p. 125) não utiliza o modelo de Dietzel, aproximando-se mais de Menger. Em Weber, a ideia de necessidade tem lugar central na definição de bens em geral, algo que será base para sua aderência à teoria da utilidade marginal. Ademais, os meios de produção e outros insumos (que Menger chamaria de bens de ordem superior) possibilitam a produção dos bens para consumo (bens de primeira ordem na terminologia mengeriana), fazem parte dos bens econômicos. A característica dos bens econômicos é possibilitar a provisão futura das necessidades. Àquilo necessário à produção de bens, adiciona-se à ideia de bens econômicos os bens que são adquiridos para serem consumidos no futuro, enquanto poupança.

Weber também constrói um agente econômico limitado às ações puramente econômicas: “Ela [a teoria econômica] argumenta então por pessoas irreais, análoga a uma figura matematicamente ideal” (Weber, 2009b, p. 123). É a consideração apenas dos motivos econômicos enquanto o motivo da ação do indivíduo. Além de delimitar o modo de comportamento do indivíduo, Weber também estabelece o ambiente (o tipo de relação) onde ele está inserido: “A teoria abstrata parte do tipo moderno-ocidental de pessoa e suas economias” (*Ibidem*, p. 122). Sendo assim, temos a negação da completa universalidade da análise econômica, sem cair na perspectiva da EHAE. Por fim, há uma aparente aproximação a Menger na ideia de que a teoria econômica busca determinar os fenômenos mais

elementares da vida econômica. Isso, no entanto, não está ligado aos fatores mais simples que busca Menger. Weber considera obscuro esse aspecto do trabalho do austríaco (Mommsen et. al., 2009, p. 26).

Aquilo que é definido como econômico em termos gerais é significativamente amplo, abarcando toda busca intencional (*Zweckstrebens*) motivada pela necessidade de um meio (material ou ideal) externo necessário para sua satisfação e que servem para provisão futura. Para a teoria econômica, o que importa são os bens econômicos. Tendo isso em mente, um dos tipos de bens centrais são os meios de produção, e seu emprego traz uma característica central do entendimento de Weber em teoria econômica, a utilidade marginal. Meios de produção são ditos utilizados de modo econômico quando obedecem a valoração marginal comparativa entre os produtos (Weber, 2009b, p. 129). A utilidade marginal tem papel fundamental na teoria, sendo a ponte entre a vontade individual e os mecanismos econômicos, como a formação dos preços¹⁴², regulando assim a economia comercial (*Ibidem*, p. 142). Esse ponto claramente o coloca mais distante de Dietzel, mas não necessariamente iguala o entendimento de marginalismo visto em Menger, muito em função das contribuições implementadas por seus sucessores, como Böhm-Bawerk¹⁴³. Em sua defesa do marginalismo em relação à crítica de Lujo Brentano, Weber (1975 [1908]) também estabelecerá alguns limites à teoria da utilidade marginal.

O que se pode observar em geral é como, apesar de separar um papel especial para a teoria econômica, colocando-se em oposição às versões mais radicais do historicismo, a história ainda tem o papel central na disciplina, e a economia política é vista enquanto disciplina histórica¹⁴⁴. Ademais, sua noção de teoria econômica utiliza a perspectiva de diferentes autores da época. Explicitamente, Weber (2009b, p. 201) aponta Neumann (no livro de Schönberg), Menger, Dietzel e Wieser como as influências no que diz respeito aos

¹⁴² “Função dos valores na economia isolada teoricamente constituída é: a regulação da demanda e produção dos bens. O valor da utilidade marginal, resultante de 1) status de necessidade, 2) suprimento de materiais de consumo e meios de produção, 3) condições técnicas de produção, dá ao sujeito econômico a base para o uso econômico dos bens de consumo, bem como os meios de produção – só ela é dotada desta função.” (WEBER, 2009b, p. 131)

¹⁴³ Tribe (2007) também aponta a importância de outros marginalistas, como Jevons e Walras, para Weber. Em outra obra Tribe (2012) reforça a influência da escola austríaca, tanto de Menger quanto de seus pupilos, sobre Max Weber.

¹⁴⁴ A conhecida carta de Weber (1919) a seu aluno Robert Liefmann confirma que os esforços do autor nunca se voltaram para o desenvolvimento da teoria econômica (mesmo não a considerando menos importante que os demais aspectos da disciplina).

fenômenos elementares dos quais trata a teoria econômica. Mesmo assim, a teoria econômica não é o foco do autor.

O capítulo sobre a história da economia, como pode ser visto no Anexo 1, é o maior dentre aqueles inicialmente planejados para o GVuAN, e é seguido da história da disciplina. Mesmo a delimitação abstrata do objeto de estudo da teoria econômica é acompanhada de um contexto histórico, sua aplicabilidade para a economia da sociedade moderna. O interesse histórico e também legal é reforçado por outras obras do autor, como sua discussão sobre a bolsa de valores (Weber, 2000 [1894]). A obra apresenta a evolução das relações econômicas até o ponto onde é possível existir o tipo de troca específica da bolsa de valores, sua peculiaridade (como a distinta impessoalidade destas trocas) e a diferença entre a troca de commodities e ações dentro das bolsas.

Existem ainda alguns outros esclarecimentos que conseguimos encontrar neste volume de manuscritos das obras completas. A parte denominada *Geschichte der Nationalökonomie* (História da Economia Política) traz algumas anotações de Weber a respeito de suas aulas em Freiburg, em 1896. A primeira questão que ele estabelece com clareza é o entendimento da economia como parte das ciências sociais, dizendo respeito à vida em conjunto e interação dos indivíduos, e não como a disciplina que lidaria com todos os aspectos dos problemas sociais. Outros aspectos da vida conjunta e interação dos indivíduos seriam os relativos ao estado e à religião (dentre outros): “Nem todos [são] formas de objeto da economia política” (Weber, 2009b, p. 676). Sendo assim, nem mesmo em seu momento mais próximo à EHAE, Weber adota os posicionamentos radicais de Schmoller e outros membros que buscavam igualar a economia política às ciências sociais. Ademais, é nesse sentido de lidar com a relação entre as pessoas que Weber se refere à economia enquanto uma “ciência das pessoas (*Wissenschaft vom Menschen*) e sua vida conjunta, sua organização para o objetivo da satisfação de bens” (*Ibidem*, p. 677). Como mostra Nau (1988, p. 49-51), este era um modo de se distanciar da economia política enquanto parte das ciências políticas (*Staatswissenschaften*).

Como já mencionado, importante também é seu discurso inaugural em Freiburg (Weber, 2014a [1895]), baseado em sua obra sobre a condição dos trabalhadores rurais ao leste do Rio Elba e que traz luz a aspectos que o autor julgava relevantes com relação à economia política.

Em sua descrição da evolução histórica que levou a uma dominação cultural polonesa na referida área fronteiriça alemã, Weber lança mão de conceitos de evolução darwinianos, mesmo que misturados a outros fatores¹⁴⁵. Como já colocado, o darwinismo social é algo muito influente nas humanidades do período, e mesmo que Weber seja contrário às analogias e sobreposições de mecanismos teóricos das ciências naturais às ciências sociais, não ignora o que vê como avanços nas ciências naturais com implicações para o entendimento da sociedade. O lugar desta discussão pode ser claramente observado no Anexo 1, onde o caráter biológico da sociedade é abordado em conjunto com o seu caráter antropológico, em uma discussão de raça e população no segundo livro do GVuAN.

Weber (2014a [1895]) também deixa seguidas observações críticas ao determinismo dos socialistas, ao psicologismo dos utilitaristas¹⁴⁶, ao juízo de valor na teoria econômica e à economia cosmopolítica. É importante notar que, apesar de ficar claro que os fenômenos econômicos são para ele os mais relevantes, e que a economia política vem se tornando não só o palco mas também o linguajar das abordagens dos problemas sociais¹⁴⁷, a superestimação do econômico é um equívoco (*Ibidem*, p. 28).

Uma segunda etapa do pensamento econômico de Weber é o período de seus já abordados escritos metodológicos, do início do século XX. Ali o autor ainda vê a disciplina enquanto economia política, e tanto esta quanto as ciências sociais em geral deveriam ser pensadas como parte das ciências culturais. Isso implica na seleção dos fenômenos pela presença de valor cultural, uma exposição mais metódica do problema do juízo de valor, na centralidade da formação de conceitos, no papel dos tipos ideais nesta formação dos conceitos (algo que também tem a intenção de se afastar da busca por leis) e o modo como a economia utiliza os tipos mais racionais em sua formulação teórica.

Desta época, também é a Ética Protestante (EPEC). Pensando que, como já colocado, o foco da economia política era a economia da sociedade moderna, a parcela histórica da disciplina, a mais significativa na obra de Weber, dizia respeito a explicar o estabelecimento desta moderna sociedade. Não queremos implicar com isso que EPEC deveria ser entendido como

¹⁴⁵ “Vemos que nem sempre, no jogo livre das forças, a seleção favorece a nacionalidade economicamente mais desenvolvida ou capacitada, como acreditam os otimistas entre nós” (Weber, 2014a [1895], p. 15).

¹⁴⁶ Aqui a referência seria ao utilitarismo de Jeremy Bentham.

¹⁴⁷ “Certamente uma coisa é verdade: também na jurisprudência penetrou a forma econômica de reflexão; mesmo em seu amigo íntimo, que são os manuais pandectistas, está começando, aqui e ali, a aparecer o espírito da economia. E não é raro encontrar nas sentenças dos tribunais, logo após os conceitos jurídicos, os chamados ‘aspectos econômicos’. Em resumo [...] ‘Viramos moda’.” (Weber, 2014 [1895], p. 24)

um trabalho de economia política e não de sociologia ou história, mas que se encaixava dentro da economia política de viés histórico da época. Pensado no que dissemos nas seções anteriores, o que poderíamos reconhecer enquanto sociologia econômica, ou seja, a relação da ordem econômica com os demais aspectos da vida humana, é parte da disciplina da economia. Ela não é parte de uma disciplina autônoma da sociologia. Ademais, o próprio autor não via a divisão do trabalho científico enquanto algo que colocaria o cientista identificado com certa área dentro de um campo estritamente limitado de possibilidade de trabalho¹⁴⁸. Já é clara a importância do estudo dos aspectos econômicos dos fenômenos não econômicos na obra de Weber, algo muito reforçado por aqueles que não só veem seu trabalho como precursor da sociologia econômica, mas interpretam o ponto central de sua obra como uma versão inicial desta disciplina (Swedberg, 2003).

Neste período ainda existe uma relevante discussão sobre a devida separação daquilo que é conhecimento das ciências naturais. No final da década de 1900, Weber (1975 [1908]) escreve um artigo crítico a Lujo Brentano, onde expõe uma defesa da utilidade marginal. A acusação de Brentano é de que a teoria subjetiva do valor presente na “Utilidade Marginal” teria o seguinte formato: um aumento na quantidade de dinheiro seria como um estímulo externo ao aumento da felicidade em uma proporção fixa (que na verdade seria representada por uma curva logarítmica), que funcionaria, então, de modo análogo ao que acontece com os estímulos físicos nos estudos de Ernst Heinrich Weber e Gustav Theodor Flechner. Weber, no entanto, defende que não há um estímulo externo, mas uma necessidade, que não se encaixa na referida lei psicofísica. É interessante pensar nisto também enquanto a posição de Weber a respeito dos limites da utilização de resultados teóricos das ciências da natureza nas ciências sociais: trata-se de uma defesa contra a ideia de que haveria um psicologismo na ideia de utilidade marginal. Este artigo foi publicado próximo à obra discutida anteriormente a respeito da psicofísica do trabalho.

Alguns limites ao conceito de utilidade marginal são estabelecidos, no entanto. Em primeiro lugar, a existência de utilidade marginal não justifica ou explica a emergência de uma ciência econômica. A utilidade marginal é apenas um dos fatores que possibilitam a disciplina.

¹⁴⁸ “Quando eu investigo os determinantes socioeconômicos da origem de uma ‘forma’ concreta do ‘Cristianismo’, ou, por exemplo, da poesia cavaleiresca provençal, não a converto em um fenômeno em virtude de sua significação econômica. O modo com que, a partir de fundamentos puramente técnicos de divisão do trabalho, o pesquisador ou a ‘disciplina’ tradicionalmente delimitada dividem o seu ‘campo de trabalho’, também não tem, naturalmente, uma importância lógica” (Weber, 1999 [1906], p. 184, nr. 26). Em outros momentos o autor se liga mais à delimitação estrita da tarefa de cada disciplina, como fica claro na discussão sobre o tópico a ser tratado no segundo congresso da DGS, discutido na seção anterior.

Faltaria a essa disciplina a capacidade de explicar como as ações econômicas são formadas, aspecto histórico (e sociológico) da pesquisa econômica:

“Como [a ação humana] é formada em consequência da (1) competição de diferentes "necessidades" buscando sua "satisfação"? (2) das limitações impostas não apenas - digamos - ao "tamanho da necessidade", mas sobretudo aos "bens" e "forças de trabalho" que são objetivamente utilizáveis para a satisfação das necessidades mencionadas? (3) finalmente, um tipo bastante específico de coexistência de homens diferentes? Esses homens, note-se, têm as mesmas necessidades ou necessidades semelhantes, mas ao mesmo tempo estão equipados com diferentes suprimentos de mercadorias para sua satisfação e estão em competição entre si pelos meios de satisfação.” (Weber, 1975 [1908], p. 28)

Mesmo tendo feito tais ponderações, não há dúvida, no entanto, de que a teoria econômica deve prosseguir através da utilidade marginal¹⁴⁹.

Antes de discutir os textos do pós-guerra, ainda anteriormente a 1914, o que se torna questão relevante para nós é a utilização do termo *Sozialökonomik* no momento em que o autor toma frente no projeto do manual de economia política da editora Mohr Siebeck, o GdS. É interessante notar que, no mesmo período em que o autor deixa de falar de economia política para designar a disciplina enquanto economia social, ele também passa a enxergar parte de seus esforços enquanto sociologia, como já discutido. A primeira característica que une as duas disciplinas é fazerem parte das ciências sociais, cuja metodologia Weber discutira longamente em seus ensaios metodológicos do começo do século. A especificidade da teoria da economia social consiste em construir sua análise a partir de tipos de ações racionalmente inteligíveis, como o homem econômico (Weber, 1981 [1913], 152).

Nau (1997b) argumenta que a utilização do nome “economia social” buscava apenas distanciar a ideia de ciência econômica de Weber das demais existentes na época, que ele via como equivocadas - principalmente pelo título original do livro (GdS), sugerido pela editora, ser o mesmo da obra de Gustav Schönberg. A proximidade a Dietzel, na opinião de Nau, pararia por aqui. Por mais que concordemos que Weber não absorve a ideia de

¹⁴⁹ Os "valores" teóricos com os quais a teoria da utilidade marginal trabalha devem, em princípio, tornar a nós compreensíveis as circunstâncias da vida econômica, de maneira semelhante à qual os valores contábeis comerciais prestam informações ao homem de negócios sobre o estado de sua empresa e as condições para sua lucratividade contínua. E os teoremas gerais que a teoria econômica estabelece são simplesmente construções que afirmam quais consequências a ação do homem individual, ao se entrelaçar com a ação de todos os outros, teria que produzir assumindo-se que todos deveriam moldar sua conduta em relação ao seu ambiente exclusivamente de acordo com os princípios da contabilidade comercial - e, nesse sentido, "racionalmente". (Weber, 1975 [1908], p. 32)

Sozialökonomik de Dietzel, como na divisão da disciplina, já se pode notar que Weber absorve pontos da crítica de Dietzel em seus manuscritos do período de Freiburg e Heidelberg. Como já dito, as diferenças entre os autores indicam dois caminhos, que envolvem elementos comuns, para buscar a resolução dos problemas do *Methodenstreit*. Outro ponto nesta direção é a busca por refundar os conceitos básicos da disciplina, dado o diagnóstico comum de que ambos os lados da disputa incorriam em resultados insatisfatórios dada a falha neste quesito. Takebayashi (2003, p. 399-400) também aponta para a influência de Dietzel na noção de ser e dever ser que guia a separação entre teoria e prática em Weber. Weber teria recorrido a essa formulação ao invés daquela proposta por Roscher. Como coloca Spadafora (2013, p. 65), na separação entre ser e dever ser, entre teoria e prática, de Roscher não há uma implicação pela liberdade de valor como há abertamente em Weber e Dietzel. Em Roscher, ao contrário, busca-se um valor único e correto.

Tendo ainda em vista nossa intenção de explicitar como o autor entende o estudo da economia ao longo de seus escritos, voltamo-nos para a parcela de EeS anterior à Primeira Guerra. Aqui é importante evitar análises que implicam que a economia faz parte da sociologia, que por sua vez corresponderia ao todo das ciências sociais, como comentado anteriormente. EeS é uma parte de uma obra a respeito da Economia Social como um todo, onde o objetivo é estabelecer os aspectos econômicos dos fenômenos não econômicos e a relação entre fenômenos econômicos e não econômicos. É nesse sentido que discutimos anteriormente a ideia de ordem econômica e ordem jurídica. Não há, então, uma nova definição do que é o objeto de estudo da economia, apenas a assertiva de que a ação econômica é um tipo de ação, como diversas outras, mas voltada para as “situações econômicas”, algo que será melhor elaborado quando, no pós Primeira Guerra, o autor desenvolver o que chama de características sociológicas da ação¹⁵⁰ econômica.

Na realidade, uma primeira parte do GdS fora publicada ainda durante a vida de Weber, e continha uma discussão teórica. A Parte A (“Economia e Ciência Econômica”) do Livro Um (“Fundamentos da Economia [*Wirtschaft*]”) foi publicada em 1914. Essa parte da obra contava com as contribuições de Karl Bücher, sobre a teoria dos estágios econômicos; de Joseph Schumpeter, sobre a evolução da disciplina da economia; e de Friedrich von Wieser,

¹⁵⁰ “Gestão Econômica” na tradução em português de 2015.

sobre teoria econômica (Tribe, 2014). A parte de von Wieser, no entanto, não atingiu as expectativas de Weber¹⁵¹.

Isso não quer dizer que nada muda no estudo da economia, mesmo que Weber não apresente uma redefinição da teoria econômica ou de seus conceitos básicos. Aquilo que ficava restringido ao parágrafo sete do livro dois no projeto do GVuAN, é expandido para EeS. O aspecto das relações sociais nos “Fundamentos naturais da economia” (nome do referido segundo livro) evoluirá, então, para uma subdisciplina da economia, a sociologia econômica.

Na versão publicada de EeS, dentro de nossa divisão ligada aos seus escritos do pós guerra, o que temos é a delimitação da ação econômica à busca pela “satisfação de certas necessidades” em um contexto de meios escassos (Weber, 2015 [1922], p. 20). A ação pode ser apenas economicamente orientada, mas o ato de exercer seu poder/capacidade de dispor de uma utilidade só será econômico caso seja planejado e racional com referência a fins (*Ibidem*, p. 37). A teoria econômica se preocupa com esta definição de ação racional, sem consideração pela técnica (ou seja, os meios empregados). Neste sentido, a teoria econômica já assume o meio mais eficiente de realizar a ação, enquanto faz parte da análise sociológica da economia a discussão destes meios (*Ibidem*, p. 40). Em geral, a discussão sociológica da economia terá este sentido, discutir aquilo que a teoria econômica assume enquanto dado na sua análise baseada no indivíduo irreal completamente racional em meio a indivíduos racionais:

“Para a teoria econômica, o consumidor marginal é quem determina a direção da produção. Na prática, dependendo da situação de poder, isto só é correto, atualmente, com certas restrições, uma vez que é o ‘empresário’ quem ‘desperta’ e ‘dirige’, em grande parte, as necessidades do consumidor – desde que este possa comprar”. (Weber, 2015 [1922], p. 57)

Outro exemplo é o cálculo em espécie. Este, predecessor do cálculo em dinheiro, certamente existe mesmo na moderna economia capitalista, mas a teoria econômica dele não trata. No caso da abordagem sociológica, este cálculo em espécie é classificado dentro dos outros tipos de racionalidade, neste caso específico a racionalidade material.

Por outro lado, a economia a partir da perspectiva sociológica consideraria todos os possíveis meios de se alcançar um fim e os determinantes dos resultados da ação econômica. No que diz respeito à relação com as demais áreas do conhecimento que a sociologia permite, temos

¹⁵¹ Isso foi confidenciado por Weber (1914) a Paul Siebeck, proprietário da editora, em carta.

a inclusão de questões como o “poder de disposição”, onde a relação com o direito aparece em forma das possíveis disposições de poderes entre os indivíduos que tomam parte na ação diferentes daquelas assumidas pela teoria econômica. Em suma, o que buscamos sublinhar aqui é que, pensando comparativamente no que se viu nos capítulos anteriores, o estudo da economia a partir da perspectiva sociológica abarca aspectos da realidade social presentes na visão schmolleriana de economia política e que autores da corrente abstrata, principalmente Menger, haviam negado enquanto parte da disciplina. Esse é um dos aspectos onde se pode ver uma ligação entre a sociologia weberiana e as questões levantadas no *Methodenstreit*. Aspectos que para Schmoller seriam levados em consideração por sua teoria da economia política, principalmente a relação com os demais aspectos culturais/éticos, são tratados dentro da sociologia. Esta, no entanto, é formulada para superar um historicismo (no sentido do método histórico da EHAE) e, principalmente, os juízos de valor incluídos na análise da EHAE. Esses juízos de valor não dizem respeito somente ao historicismo radical de Schmoller, mas mesmo a autores que não aderem a essa perspectiva e já se aproximavam de uma teoria econômica abstrata (caso de Wagner e Philippovich).

A questão dos juízos de valor foi, inclusive, fator crucial para a formação da DGS. Essas questões poderão ficar mais claras no próximo capítulo, onde discutiremos o processo de institucionalização da sociologia a partir da perspectiva do debate dos juízos de valor (*Wertusteilstreit*).

6 A DISPUTA SOBRE OS JULGAMENTOS DE VALORES E OS PRIMÓRDIOS DA ASSOCIAÇÃO ALEMÃ PARA SOCIOLOGIA

A última questão a ser abordada nesta tese é a *Werturteilsstreit*, envolvendo membros da VfSP, dando especial relevância ao posicionamento de Weber. Este capítulo, em geral, busca relacionar os debates da economia política àquilo discutido no primeiro espaço institucional para a sociologia moderna. Como coloca Glatzer (1994), não havia revistas ou cátedras específicas para a sociologia quando da fundação da DGS, em 1909. Uma associação que na década de 1990 já era a maior associação acadêmica alemã, com 1100 associados, continua o autor, nasceu como um pequeno grupo de interessados, acadêmicos (de áreas como economia, psicologia, direito, história e etc.) e não acadêmicos, em um tópico ainda marginal, não incluído como percurso independente no ensino.

O estatuto da DGS, publicado nos anais de seu primeiro encontro, permitia a participação de qualquer interessado, a depender de contribuição financeira. O volume da contribuição também era fator que diferenciava o tipo de acesso dos membros às instâncias decisórias. O membro (*Mitglieder*), mediante pagamento de anuidade, teria direito a participar dos congressos, chamados de *Soziologentag*, e receber as publicações da sociedade. Já o membro-fundador (*Stifter*) seria aquele que “possibilitou o trabalho da sociedade mediante significativos sacrifícios financeiros” (*Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages*, 1911, p. VI). Somente esta categoria poderia participar das instâncias decisórias do comitê central da DGS.

A sociedade é organizada da seguinte maneira: a) Conselho Diretor (*Vorstand*), b) Comitê Central; c) Comitês Especiais (*Sonderausschüsse*), d) Seções, e) Conselheiro de Finanças (*Rechner*).

O Conselho Diretor é responsável por representar a sociedade publicamente, em qualquer relação externa à sociedade, e é composto tanto por membros do comitê central quanto das comissões e do conselheiro de finanças. Já o responsável pelas decisões científicas da sociedade é o comitê central. Além do já mencionado requerimento de substantiva contribuição financeira, é limitada a participação no comitê às “pessoas cientificamente qualificadas no campo da sociologia (*Soziologie*) ou de suas disciplinas auxiliares” (*Ibidem*,

p. VII). Sendo assim, há a aparente necessidade de que se apresente um entendimento mínimo a respeito da delimitação do campo da sociologia e sua relação com as demais disciplinas. Esse aspecto de relação com disciplinas próximas pode ser visto também no papel das seções. A criação de seções era um dos grandes objetivos dentro da DGS, como enfatiza Hennis (1991). A primeira seção criada, já em 1910, foi a de estatística, e havia a intenção de se criar uma seção de teoria econômica. Como ficará claro, no entanto, não há uma delimitação rígida de escopo, e, possivelmente, a regra deveria ter mais a intenção de afastar os “homens práticos” da sociedade civil das instâncias decisórias. Esta interpretação vai ao encontro tanto do caráter científico da sociedade quanto da tentativa de ser plural.

O ponto principal deste “caráter científico”, apresentado como “puramente científico” já no primeiro parágrafo do estatuto, é uma busca pela diferenciação em relação a muitas outras associações existentes na Alemanha. Assim a sociedade se afastaria, por exemplo, da VfSP e do KddV, que foram criados com intenção de inserção no debate político, notadamente discussões acerca de caminhos para solucionar a *Soziale Frage*. Como já deve ter ficado claro, esta discussão entra como um aspecto do juízo de valor dentro da ciência, questão crucial no ambiente que envolvia a criação da DGS. Lichtblau (2017), inclusive, aponta que foi a discussão de juízo de valores durante do congresso da VfSP que motivou a criação da DGS. Com esta visão de Lichtblau estamos em desacordo, como será detalhado.

A questão do julgamento de valores aparece constantemente na obra dos autores que tratamos, como na discussão sobre a objetividade das ciências sociais de Weber (1904). É, no entanto, durante o congresso da VfSP de 1909, em Viena, em meio à discussão a respeito do conceito de produtividade, que uma cisão dentro do *Verein* fica mais clara. Damos foco aqui às perspectivas de Weber e Sombart em relação à de partidários da visão de Schmoller. Posteriormente, este debate terá seu clímax nas discussões do *Verein* de 1914, que não discutiremos em detalhe. Lá as posições ficam divididas entre os autores da nova EHAE, principalmente Schmoller, autores fortemente ligados ao marginalismo, como Robert Liefmann (1874-1941), e os membros da novíssima EHAE, principalmente Weber e Sombart. Não abordamos o debate de 1914 muito por nosso interesse principal ser as discussões dentro da DGS, sociedade que Weber já haverá abandonado em 1914.

A DGS é fundada em 1909, principalmente através dos esforços de Simmel e Rudolf Godtschied (1870-1931). Weber, apesar de inicialmente não se interessar por fazer parte da associação, é incluído nela por Simmel e acaba tendo participação significativa em seus projetos e encontros, inclusive assumindo a posição de conselheiro fiscal.

Como já apontado, há uma preocupação geral sobre o juízo de valor na pesquisa científica, e Weber é um dos que busca influenciar o modo como deveria ser entendido esse pressuposto na prática cotidiana da DGS. Na visão de Weber, essa sociedade não deveria buscar o estabelecimento institucional de seus membros ou da disciplina (no sentido de lutar pela criação de cátedras de sociologia, argumenta Lepsius (2011)). É importante ter mente que na EHAE a busca pela imposição de uma visão de mundo tomava forma de disputa por espaços institucionais, inclusive com a limitação de perspectivas teóricas nestes espaços. Disso Weber queria se afastar. O objetivo deveria ser a realização de pesquisa sociológica cientificamente relevante, buscando a profissionalização da disciplina (afastando-se da imagem de diletantismo muitas vezes associada ao nome “sociologia”). É neste contexto que Lepsius, ao contrário de muitos intérpretes anteriormente citados, defende a posição de Weber como um fundador da sociologia na Alemanha. Segundo o autor, no momento em que Weber decide fazer parte da DGS, ele toma papel de liderança, o que inclui a formatação dos objetivos da associação (publicados no supracitado estatuto), onde, dentre outras coisas, o princípio da liberdade em relação ao juízo de valor é colocado.

Já Glaeser (2014) traz um profícuo trabalho sobre a discussão de julgamento de valor na EHAE, tendo como foco as obras de Weber e Sombart, desde seus escritos de juventude e incluindo diversos debates dentro da VfSP, principalmente o de 1914. Nessa obra o autor aponta o modo como Weber e Sombart eram críticos da visão da nova EHAE, principalmente de Schmoller, em relação à visão de mundo, pesquisa científica e política social. Essa posição se tornará confronto aberto exatamente no congresso da VfSP de 1909, apesar de anteriormente presente.

A *Werturteilsstreit* é uma discussão sobre a relação entre valor e ciência que toma formas diferentes e nós iniciaremos a partir da relação do juízo de valor com a política social. Como já discutido no capítulo sobre o *Methodenstreit*, parte da crítica sobre a EHAE era exatamente a não apropriada separação entre o teórico e o prático. Neste sentido, dizer que há uma busca por se afastar de juízos de valor na economia política poderia ser entendido dentro do arcabouço teórico dessa escola como uma não utilização de uma visão de mundo na formulação de política social. Apontaremos como para Weber este não é o caso, mas é o caso para Sombart. A solução que este autor traz para não se partir de visões de mundo na formulação de políticas já implica em um dos problemas da relação direta entre valor e ciência, já que para ele existe a possibilidade, ao menos em seus escritos de juventude, de se formular juízos de valor a partir da pesquisa teórica, juízos de valor cientificamente

justificados. Um outro ponto da relação entre valor e ciência está na possibilidade de se ter uma teoria completamente livre de valores. Tanto Menger quanto Weber criticam a EHAE, especialmente Schmoller, pelo modo como a visão de mundo dos pesquisadores pode guiar a teoria econômica. No que tange esse aspecto, o que Weber desenvolve já foi apresentado, com a delimitação da ideia de valor cultural na seleção do objeto de pesquisa dentro das ciências culturais. Por fim, temos também o papel das posições políticas dos pesquisadores no meio acadêmico. Pensando no domínio da EHAE na academia alemã, a discussão irá tomar o caminho da tentativa de, primeiro, uma busca por exercer influência sobre os órgãos governamentais com objetivo de evitar que acadêmicos com visões de mundo divergentes daquelas aceitas em meio à EHAE obtivessem cargos de docência (expurgando então o marxismo e o liberalismo), e, posteriormente, da utilização da sala de aula como palanque para as visões políticas do professor. Sendo assim, o que temos é um debate que pode ser resumido na ideia de até onde o juízo de valor do pesquisador pode ir. Cria-se neste período debates intensos em diferentes associações, os quais implicam na discussão de cientificidade das ciências sociais e do papel social do pesquisador/professor.

Como sublinha Ritsert (1994), a disputa sobre os juízos de valor se torna também uma disputa sobre *status* científico da economia política. Seu domínio em meio às ciências que tratavam das relações sociais sempre esteve ligado às questões práticas, que eram tratadas simultaneamente às teóricas. O domínio da EHAE na Alemanha estava diretamente ligado à sua influência na política social, a como estava envolto em caráter científico o rumo da mudança social defendia pelos autores e ao modo como os autores buscavam ativamente construir uma academia favorável a seu pensamento. A separação destas duas esferas, já tratada no *Methodenstreit*, volta como tema central e incontornável.

Tendo estas questões em mente, o que nós buscamos neste último capítulo é, primeiramente, apresentar este outro aspecto da relação entre as disciplinas da economia e da sociologia através do entendimento dos membros destas associações sobre o lugar dos julgamentos de valor nas ciências sociais. Posteriormente será possível discutir em mais detalhes a DGS, em especial o confronto entre as diferentes ideias de sociologia presentes naquele momento. Em geral, os membros desta associação buscavam um ambiente plural, onde métodos diferentes poderiam conviver e permitiriam um melhor entendimento da realidade social. Por outro lado, este pluralismo tinha limites, o que ficará claro quando apresentarmos a proposta de uma sociologia enquanto filosofia da história, que incluía não apenas um outro método, mas um entendimento da disciplina muito distante da maioria dos membros.

6.1 Do debate de métodos ao julgamento de valores

Apesar do debate a respeito dos juízos de valores ter envolvido diversos autores na VfSP tanto em 1909 quanto em 1914, os principais nomes desta querela são Schmoller e Weber (este acompanhado em grande medida por Sombart). A centralidade dos autores é tamanha que, segundo Hennis (1991), pode-se afirmar que na ocasião Weber tenta virar o *Verein* contra Schmoller. Em carta a Schmoller, Georg F. Knapp (1906) já apontava para o perigo de cisão na VfSP, muito em função de seus membros da esquerda (dentre os quais Weber era incluído).

Weber, como já colocado, começara a tratar da questão do juízo de valor anos antes, em seu discurso de posse na universidade de Freiburg, em 1895. Gorges (1980), no entanto, enfatiza como neste momento a crítica de Weber ao juízo de valor em meio aos escritos da EHAE era mais tênue e não diretamente relacionada à obra de Schmoller. Aqui a discussão pouco entra na relação entre valor e ciência.

O contexto em que Weber (2014a [1895]) aborda o tópico do juízo de valor em seu discurso é o da questão dos trabalhadores rurais no leste da Prússia, próximo ao território polonês – trabalho realizado a pedido da VfSP. O ponto é levantado, primeiramente, com relação à política social, e não à teoria. Na visão de Weber, não há uma necessidade de se evitar recorrer a juízos de valores na determinação dos objetivos da política social, e termina por apontar qual destes objetivos ele vê como o mais adequado. O que há é a impossibilidade de um caráter científico na escolha deste objetivo. Dado que a Alemanha é um Estado-Nação, deve proteger a população alemã de ser subjugada pelo que considera raça inferior¹⁵² (poloneses) dentro do próprio território, dado o acréscimo significativo de trabalhadores rurais poloneses na região fronteira entre os países. Em resumo, a política social deveria ter o objetivo de fortalecimento do estado alemão. Neste sentido, não há uma busca por neutralidade do pesquisador em relação à política do estado.

“Mas qual é a posição do pensamento político-econômico a respeito dessa questão? Será que esses juízos de valor nacionalistas constituem, para a política econômica, preconceitos dos quais ela

¹⁵² Naquele momento, o entendimento de que os seres humanos advém de um ancestral comum, o *Homo Sapiens*, não era o que imperava. Na realidade, entendia-se que o domínio europeu no mundo poderia ser explicado por características biológicas mantidas ao longo da evolução das diferentes raças de humanos. Esse pensamento foi central para o papel da ideia da raça ariana no nazismo e para a “ciência” da eugenia. Saini (2019) traz uma reconstrução interessante sobre este contexto e o retorno da ideia de raças e eugenia nos dias de hoje.

tem de se desvencilhar com todo o cuidado para poder aplicar aos fatos econômicos seu próprio critério de valor, livre da influência de reflexos emocionais? *E qual é esse critério de valor ‘próprio’ da política econômica?*” (Weber 2014a [1895], p. 19)

Weber aqui mantém a posição de interesses nacionais na política social/econômica. Em um primeiro aspecto, sua oposição nessa questão não se dá necessariamente contra o pensamento da EHAE, mas sim ao utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832)¹⁵³, que “ocupa-se de inventar receitas para a felicidade universal” (*Ibidem*). Mesmo assim, existia uma oposição em relação à nova EHAE sobre qual objetivo, qual juízo de valor, a política social deveria seguir. A busca da EHAE (também crítica ao utilitarismo) era pela transformação da realidade social, partindo de um ideal de justiça e solução conservadora dos problemas trazidos pelo avanço do capitalismo. Fortalecer o estado no sentido que Weber indicava não tinha quaisquer destas implicações.

Hennis (1991, p. 32-33) expõe como Weber criticava os membros do *Verein* por estarem cometendo as mesmas violações das quais eles acusavam os economistas políticos britânicos. Isso porque o *Verein* teve como um dos grandes focos a preocupação de combater o viés de uma ciência fundada com o objetivo exclusivo de compreender fenômenos baseados na busca por dinheiro. Na avaliação dos membros do *Verein*, esse viés trazia efeitos deletérios à política econômica. Sendo assim, a associação foi fundada na busca por melhores respostas em termos de política econômica à *Soziale Frage*. Esse projeto acabava por apresentar, na visão de Weber, vieses tão graves quanto aqueles que tentava combater, partindo de uma concepção de ideal político e condicionando a teoria e a prática a este ideal.

Tanto Weber quanto Sombart evitavam a “semântica do progresso” da escola histórica (seu reformismo)¹⁵⁴, o primeiro através da busca do fortalecimento do estado alemão, o segundo argumentando que a própria disciplina da economia política poderia apontar os ideais a serem buscados na política econômica, o desenvolvimento das forças produtivas¹⁵⁵. A

¹⁵³ Weber não faz referência direta ao nome de Bentham. Esta ligação é feita pelos editores Peter Lassman e Ronald Speirs, baseado no termo *Lutsbilanz* (balanço de prazer), utilizado para se referir à teoria do autor inglês.

¹⁵⁴ Glaeser (2014, p. 83) enfatiza a diferença das gerações de Schmoller e Weber em relação à percepção da capacidade do estado. Weber, assim como Sombart, foi de uma geração desencantada com a unificação alemã e com os resultados limitados das reformas de Bismarck.

¹⁵⁵ A respeito da perspectiva que Sombart viria a adotar, Weber (2014a [1895], p. 24-5, *italicos no original*) escreve: “De modo semelhante, nas mentes da geração em crescimento também se formou a ideia de que, graças ao trabalho da ciência econômica nacional, não apenas se ampliou enormemente o *entendimento* (*Erkenntnis*) da essência das comunidades humanas, mas também mudou completamente o critério pelo qual, em última instância, *avaliamos* os fenômenos, como se a economia política estivesse em condições de derivar

divergência a respeito da política social, obviamente, não se limitava a esses autores. Krüger (2010) mostra que Karl Bücher e Lujo Brentano eram liberais no que diz respeito à política social, opondo-se à Schmoller e Wagner e se aproximando de Weber e Sombart em diversos aspectos¹⁵⁶.

Weber (2014a [1895], p. 25) aponta para essa multiplicidade de juízos de valor a respeito dos fenômenos econômicos. Mas isso, a princípio, não seria um problema. É, na verdade, algo inevitável. É nesse momento que o autor fala sobre a necessidade do cientista explicitar o julgamento de valor. É importante, no entanto, ter em mente que aqui estamos discutindo o contexto do “ideal da política social”, não teoria econômica. Weber (*Ibidem*, p. 22) deixa bem claro que a política econômica é parte de uma ciência política, separação feita no mesmo sentido de Dietzel (como enfatiza Glaeser (2014, p. 92)), onde a economia prática não seria derivada diretamente da teoria econômica. Sendo assim, a posição de Weber seria contrária tanto à EHAE quanto a Sombart.

Esta questão da separação entre teoria e prática traz muito das críticas levantadas por Menger durante o *Methodenstreit*, e constitui a base para o que seria outro aspecto das discussões em torno dos juízos de valor. A teoria da economia política, ao contrário da discussão da política social, não pode depender de visões de mundo ou aspectos culturais de um povo. Ela é uma “ciência explicativa e analítica” (Weber, 2014a [1895], p. 21)¹⁵⁷. Sendo assim, essa questão reaparecerá enquanto uma parcela da discussão a respeito da relação entre valor e ciência. Este é, no entanto, um aspecto pouco aprofundado em seu discurso de Freiburg.

Como adiantado, a perspectiva de Weber para o problema do juízo de valor na política social é diferente da de Sombart (1897). O último busca retirar princípios de política social da teoria econômica, o que seria problemático para diversos de seus contemporâneos. Para ele, no entanto, sua alternativa desviava da formação de juízos de valor em geral, já que os objetivos formulados a partir da economia política não seriam objetivos gerais da política social, mas

de sua própria matéria ideais particulares. Todavia, a ilusão ótica de que há ideais econômicos ou ‘político-sociais’ independentes se esclarece tão logo se tenta descobrir essas bases ‘próprias’ da avaliação com o auxílio da literatura produzida por nossa ciência”. Somente dois anos depois Sombart (1897) viria a publicar sua primeira obra que lidaria com a questão do juízo de valor.

¹⁵⁶ Enquanto para Schmoller e Wagner o governo deveria interferir na economia de modo a mitigar os efeitos dos preços livres, Bücher e Brentano acreditam que deveria ser papel dos sindicatos a garantia de que o ganho de produtividade fosse repassado aos trabalhadores. Schmoller e Wagner eram contrários a sindicatos.

¹⁵⁷ A versão em português traz um erro de tradução: diz que “a política econômica é *internacional*” (Weber, 2014a [1895], p. 21, grifos no original). A versão original, no entanto, se refere a *Volkswirtschaftslehre* (doutrina da economia política) e não à *Wirtschaftspolitik* (política econômica).

meios de solução de problemas pontuais dentro de um objetivo cultural maior. Sua perspectiva evitaria, então, o erro de se determinar o sentido do desenvolvimento cultural, que deveria ser papel de uma disciplina outra que não a economia política. A teoria econômica apontaria apenas estas correções pontuais, e não um sentido de desenvolvimento. Mesmo assim, o desenvolvimento cultural continuaria dependente do desenvolvimento técnico da nação, esse último ligado à economia política. O que ele cria é um tipo de dependência indireta. A economia política não busca diretamente a transformação cultural, mas as modificações técnicas da economia permitem e limitam avanços culturais. A centralidade que Sombart dá ao avanço técnico o faz tratar já nesta obra de 1897 sobre o conceito de produtividade, que será o pivô da discussão sobre juízos de valor na VfSP, dado que é tema do debate de 1909.

Esta questão do juízo de valor na política social será também importante na volta da discussão sobre juízo de valor nos anos 1970, com a já mencionada *Positivismusstreit*. Feix (1978) mostra como Hans Albert apontava que a supervalorização do discurso de 1895 de Weber levou Hebert Marcuse (1898-1979) e Jürgen Habermas a apontarem uma suposta impossibilidade de liberdade de valor em Weber. Para Hans Albert, no entanto, não existia ainda uma teoria da liberdade de valor. Para nós, é importante ter em mente a questão da separação da teoria e da prática, do ser e do dever ser, algo menos enfatizado nestes escritos do século XIX citados. Não são estes os escritos em que os autores se posicionam diretamente a respeito do julgamento de valor na ciência, no sentido que tratamos da delimitação do objetivo teórico. Como apontamos, ali trata-se muito mais de política social.

O debate propriamente dito sobre juízo de valor na VfSP em 1909 é iniciado com a discussão a respeito do conceito de produtividade. A produtividade era vista como o grande indicador de desenvolvimento. O problema, indicava Sombart ainda no século XIX, é que não existia consenso sobre o que é a produtividade. Sombart (1897, p. 46) apresenta três usos distintos para o termo na época: 1) ligado à utilidade social, onde produtiva seria qualquer atividade (inclusive serviços ou trabalho de profissionais liberais) que fosse útil para as atividades indispensáveis da sociedade; 2) igualado à rentabilidade individual, onde produtividade era equiparada ao retorno financeiro da atividade; 3) produtividade técnica, medida pelo aumento na capacidade do trabalho humano. Sombart defendia a última, trazendo um aspecto técnico e neutro à política econômica. O aumento da produtividade técnica seria uma resposta às necessidades da população, tornando-se um meio de possibilitar um objetivo maior não determinado nesse contexto.

Glaeser (2014, p. 100-2) mostra como a ideia de produtividade de Sombart recebeu apoio e críticas dentro da VfSP¹⁵⁸. Weber, em carta, se posicionou contrário à sua perspectiva, alegando que, apesar da proximidade de suas posições críticas à EHAE, Sombart estava equivocado ao ignorar que a satisfação da necessidade da população estava ligada ao ideal do estado: “[U]ma vez que as máximas de 'produtividade' são iguais às máximas de 'satisfação de necessidades', as necessidades do sujeito devem ser declaradas, e estas são determinadas nacionalmente” (Weber, 2015 [1897], p. 288).

Na virada do século, no entanto, Sombart muda sua posição a respeito da produtividade e do progresso técnico. A ideia de progresso técnico não era mais entendida como a base neutra para o desenvolvimento dentro do capitalismo. Em sua obra *Socialismo e Movimentos Sociais*, Sombart (1908, p. 127-8) aponta a multiplicidade dos valores e a não neutralidade da busca por “ideais exclusivamente do mundo capitalista de pensamentos e sentimentos”, reforçando ainda a impossibilidade de uma discussão científica sobre “últimos valores”. A ideia de produtividade era a base para a luta revolucionária social, e Sombart apontava o equívoco de se generalizar a ideia marxista de produtividade enquanto objetivo, pela sua pretensa universalidade e por estar calcada em sentimentos capitalistas. A ideia marxista de produtividade era puramente técnica e, nesse momento, sua visão era de que mero progresso técnico não implica em desenvolvimento social, nem no capitalismo nem no socialismo¹⁵⁹. A questão ficará ainda mais clara quando Sombart (1911) apresenta seu texto *Tecnologia e Cultura*, durante o primeiro encontro da DGS. A isso retornaremos. Por ora, é suficiente destacar o alcance da discussão sobre produtividade e como ela desencadeia o debate a respeito do juízo de valor.

6.2 A posição de Schmoller e as diferentes implicações do juízo de valor

¹⁵⁸ O apoio veio do economista austríaco Julius Wolf (1862-1927). Para Wolf, a reforma social que buscavam os economistas alemães dependia do aumento da produtividade, já que o financiamento das medidas era oriundo da renda gerada pelas empresas. Já Otto von Gierke (1841-1927) apontava que o conceito de produtividade de Sombart ignorava o ser humano por completo, sendo contrário aos objetivos da própria ideia de desenvolvimento. Ambas intervenções foram feitas após a apresentação de Sombart (1900) no encontro da VfSP em Breslau, em 1899.

¹⁵⁹ “[N]enhum desses males (que são os principais problemas de nossa vida social) seria eliminado, mesmo se todos os meios de produção fossem transmitidos à comunidade, isto é, mesmo que as instruções do produto capitalista (como pensam os marxistas antigos) fossem substituídas” (Sombart, 1908, p. 129). Sendo assim, nem mesmo com o fim da propriedade privada a busca por produtividade implicaria na solução das questões sociais.

O que discutimos até o momento foi como a questão do juízo de valor estava relacionada com o ideal de política social nos escritos de Weber e Sombart. Deixamos claro que nesta questão, Weber não via um problema em adotar um ideal, e apontava o fortalecimento da Nação como aquele que deveria ser buscado na Alemanha. O maior problema aqui era a tentativa de dar um ar de cientificidade ao ideal proposto. Especificamente, a VfSP não necessitava deixar de discutir política social e se tornar um fórum exclusivamente científico, desde que não cometesse o erro de misturar questões morais e científicas. A perspectiva de Schmoller, no entanto era outra, e iniciamos esta seção com sua apresentação. Valerá aqui ressaltar também a existência de outros dois contextos onde a questão do juízo de valor aparecia: na cátedra (ligado ao comportamento apologético da EHAE e as discussões do congresso da VfSP de 1905) e na teoria (que não deveria ser guiada pela visão de mundo do cientista).

Como deixamos claro nos capítulos anteriores, a nova EHAE, especialmente Schmoller, partia de um objetivo de mudança da realidade social, ligado à pauperização ocasionada pelo capitalismo e a capacidade de desenvolvimento alemã, para a construção de sua teoria. Isso caracteriza um dos aspectos da não separação entre teoria e prática. Por outro lado, a inclusão dos aspectos éticos e legais permitiam a formulação dessa teoria segundo o objetivo entendido em cada nação e época. Era isso que permitiria a superação do verdadeiro julgamento de valor problemático, aquele feito pela Escola de Manchester (EM), que partia da ideia de egoísmo e do objetivo de acumulação monetária na construção de uma teoria universal. O equívoco de partir de uma natureza humana abstrata não era algo particular à EM, mas cometido também pelos socialistas. Eles eram “filhos da mesma mãe” da natureza individualista presente nos fisiocratas e em Adam Smith, mesmo que divergissem em prática e objetivo (Schmoller, 1897, p. 11-13).

Falando especificamente de Adam Smith, Schmoller (1897, p. 14) expõe a centralidade da visão de mundo no entendimento da ciência. Smith colocaria em seus pressupostos a ideia liberal, e ele nada seria se sua teoria não condissesse com a visão de mundo de seu tempo¹⁶⁰. Marx também segue a visão de mundo dos revolucionários de seu tempo, mas de maneira mais clara, inclusive na sobreposição questões científicas (*Ibidem*, p. 19). É importante ter em mente que Schmoller não criticará a existência da visão de mundo em si, mas o pressuposto de que essa seria universalmente válida. Por mais que os escritos de Schmoller

¹⁶⁰ “Ele não seria um grande homem, caso fosse um mero acadêmico, fosse puramente um homem da ciência” (Schmoller, 1897, p. 14).

sejam abertamente normativos, aqui ele se aproxima muito mais, em um primeiro momento, de uma visão crítica do real modo de avanço científico. O que Schmoller faz, então, é apontar para o erro de se ignorar que o cientista está dentro de um contexto, falando em favor de uma classe ou a partir da perspectiva normativa de tal classe. Todas as perspectivas de visão de mundo podem ser válidas, desde que sejam a visão honesta do cientista a respeito do bem comum (*Ibidem*, p. 29). Estar em meio a uma classe não deveria ser problema, desde que o bem comum fosse aquilo almejado. O problema é que este não seria, para ele, o caso da EM ou dos socialistas. O que estas perspectivas buscam é o interesse da classe, e não o bem comum que poderia ser viesado por seu lugar na sociedade.

O contexto desta obra onde Schmoller faz tal comparação, que na verdade é um discurso de posse na Universidade de Berlin, é de uma crítica ao que ele via como as ditas “ciências novas”. Estas buscavam um conhecimento especializado, enquanto as ciências antigas buscavam responder questões de escopo mais amplo. Já mencionamos como Schmoller é contrário ao que ele vê como um excesso da divisão do trabalho científico. Aqui queremos sublinhar como ele considerava um avanço o retorno da economia política ao seu passado de ciência política-moral (Schmoller, 1897, p. 26). Ou seja, teorias que abrangem uma maior parcela da realidade social são potencialmente superiores; pensamento oposto à busca pela especialização científica de autores como Dietzel e da novíssima EHAE e reforçando a não separação entre teoria e prática. Em breve retomaremos este aspecto.

Voltando à questão de Schmoller e as visões de mundo, a conclusão é de uma espécie de inevitabilidade da existência de uma pluralidade teórica, de uma concorrência entre perspectivas pelo domínio da economia política e disciplinas afins. Esse pluralismo é, no entanto, limitado ao juízo de valor (e nem todos os juízos de valor possíveis), não extensível à metodologia. O smithianismo e o marxismo, como mencionado, eram doutrinas metodologicamente ultrapassadas e não havia motivo algum para incluí-las no ensino universitário, algo que se relaciona com outra implicação dos juízos de valores, ligada à manutenção da dominação da EHAE: “Qualquer um que não esteja baseado na pesquisa contemporânea, na educação acadêmica e no método contemporâneo não serve enquanto professor” (Schmoller, 1897, p. 30). Como dito, o que pode variar é a visão de mundo a partir da qual se busca o bem comum, desde que seja aplicada dentro da metodologia vista enquanto adequada. Esse deve ser o objetivo de toda a pesquisa científica dentro das ciências sociais. Sendo assim, Schmoller apresenta duas razões para se negar a perspectiva da EM e

dos marxistas. Primeiramente, o foco de sua visão de mundo no interesse de uma classe específica, e, posteriormente, sua utilização de uma metodologia equivocada.

Poucos anos mais tarde, Schmoller (1901) publicaria uma nova versão de seu texto *A Economia do Povo, Doutrina e Método (Volkswirtschaft, Volkswirtschaftslehre und -methode)* no *Dicionário das Ciências Políticas (Handwörterbuch der Staatswissenschaften)*. Em 1911, em uma nova edição do *Dicionário*, Schmoller publica uma versão modificada, onde direciona seus argumentos às questões levantadas na VfSP a respeito do tema, principalmente a Weber e Sombart.

O que Schmoller (1901, p. 549-550) busca enfatizar é como uma das diferenças entre as ciências naturais e sociais é também a possibilidade (e necessidade) de juízo de valor dentro da última (ver Ritsert, 1994, p. 21). As ciências sociais descendem de conjuntos de regras e sistemas religiosos. Na trajetória pela superação da metafísica, na esteira da secularização do mundo, surgem as ciências experimentais. Essas ciências não substituem as determinações morais, o “dever ser”, mas as justificam evitando recorrer a explicações metafísicas. Surgem os “sistemas filosóficos-físicos de explicação do mundo e os sistemas morais”. Estes sistemas morais irão evoluir ao que se conhece como ciência moderna, tornando a ética uma ciência cada vez mais empírica. O importante é que no estudo do estado, do direito e da economia, a ciência continua parte de um conjunto de imperativos morais, e busca nestes suas relações causais: “A ciência alemã nada fez senão tentar justificar causalmente esses antigos imperativos ético-religiosos e estatais legais e fornecer a prova estrita da verdade.” (Schmoller, 1897, p. 32). E, da mesma forma como as diferentes visões de mundo, que carregavam diferentes juízos de valor, disputavam o espaço nos sistemas morais, eles o fazem dentro das modernas ciências sociais. O objetivo normativo continua a conduzir a ciência. Por mais que, na modernidade, não se busque sistemas de explicação universal como na antiguidade, ainda é possível construir um conhecimento a respeito de uma nação ou povo (Schmoller, 1901, p. 551). Nesse sentido, a cultura delimita a visão de mundo. Existem traços comuns que permitem a investigação científica a partir do conjunto “povo”. Mesmo assim, o que é essa visão de mundo não é indisputável. A partir do momento em que se busca o bem comum de tal povo, há a possibilidade de concorrência entre diferentes visões de mundo mesmo dentro de um mesmo povo/cultura. É aí que entra esse pluralismo de visões de Schmoller. Isso, no entanto e como já dito, não é expandido a questões metodológicas, dado que apenas o método histórico possibilita alcançar a verdade

que permite estabelecer as relações causais relacionadas ao “dever ser” compreendido pela visão de mundo em questão.

A visão de mundo também justifica a diferença entre teoria e ciência apontada por Schmoller. Como aponta Düe (2001, p. 430), teorias são doutrinas conflitantes com seguidores limitados. Já uma ciência perfeita carrega o conhecimento desenvolvido por diversas teorias imperfeitas, uma trajetória de teorias imperfeitas (ligadas a visões de mundo imperfeitas). Isso tem ligação com a ideia comteana de avanço da ciência mencionada no capítulo dois. O avanço da ciência é o que permitiu essa maior unidade, principalmente aos sistemas morais. Chamar a parcela teórica da economia política de ciência, como faziam Menger e Weber, era um equívoco. Para Schmoller, isso implicaria diretamente em crer que sua própria visão de mundo era correta e em impedir aquilo que permitiria que o julgamento de valor não interferisse na ciência: a multiplicidade das visões de mundo. De maneira oposta, como já colocamos, a visão de Weber seria a de limitar a visão de mundo às questões práticas, enquanto a ciência econômica diria respeito à teoria. Ou seja, retornamos à questão da separação entre teoria e prática.

Na seção 5.1.1 discutimos a obra *Objetividade do Conhecimento na Ciência Social e Política Social* de Weber (1904). Aqui, ao contrário dos escritos do fim do século XIX, o autor critica abertamente a EHAE. O ponto principal de Weber é o do erro na ideia de juízo de valor como guia para a pesquisa teórica de uma ciência empírica. Isso não implica, no entanto, em uma completa neutralidade de valores em todos os aspectos de uma sociedade científica como a que discutiremos aqui.

No que diz respeito à teoria das ciências sociais, sob influência de Rickert e dos neokantianos, Weber dava centralidade à neutralidade axiológica, que é diferenciada da delimitação do objeto de estudo. A comentada diferença entre *Werturteil* e *Wertbeziehung*¹⁶¹:

“Os problemas das disciplinas empíricas, certamente, devem ser resolvidos dentro de uma postura de 'neutralidade axiológica'. Eles não são problemas de valor ou 'problemas axiológicos'. Mas, mesmo assim, no âmbito de nossas disciplinas, sofrem a influência do relacionamento das realidades "com" os valores. No tocante à expressão 'relacionamento com valores' (*wertbeziehung*) devo remeter a formulações anteriores minhas e sobretudo às conhecidas

¹⁶¹ Sobre as diferenças entre Rickert e Weber na utilização de *Werturteil* e *Wertbeziehung*, além do modo como Weber justifica a necessidade de neutralidade axiológica ao longo de sua obra, ver Weiss (2014).

obras de Rickert. Seria impossível apresentar o conjunto dessas ideias aqui. Basta lembrar que a expressão 'relação com valores' refere-se unicamente à interpretação filosófica que precede à seleção e à constituição empírica.” (Weber, 1999 [1918], p. 377)

Por esse motivo, uma ciência sem julgamento de valor após o estabelecimento do problema de pesquisa, por mais que seja de difícil obtenção, deveria ser o objetivo de qualquer pesquisa social – a ser alcançado através da maior clareza em relação aos seus pressupostos iniciais e objetivos, e como eles se conectam com os meios, etc. (DAHMS, 2017). Quando enfatizamos que não há completa neutralidade axiológica dentro de uma sociedade científica, isso está ligado à questão do trabalho do pesquisador possuir mais aspectos do que os da ciência experimental:

“Por isso, em todo caso, já não é em si uma coisa sem sentido, quando mesmo em uma associação *científica* se discute sobre questões práticas – na medida em que esteja claro que, em última instância, somente se pode perguntar: quais os meios e quais os efeitos colaterais que precisam ser aceitos, caso se aja de acordo com este ou aquele princípio – isto são questões da ciência empírica – e além disso: quais posições *últimas* estão embutidas nos juízos de valor que se combatem – isto é uma discussão lógica, portanto científica, que também pode ser exigida de qualquer homem teoricamente” (Weber 2014b [1909], p. 125, *itálicos no original*)

Esta passagem foi retirada do debate da VfSP de 1909, o que reforça a visão de Weber sobre os pontos válidos e inválidos de se aceitar um juízo de valor e de discuti-lo cientificamente. Este aspecto está diretamente ligado ao que Rickert fala sobre tomar consciência do juízo de valor.

Mais interessante aqui, no entanto, é como a questão dos valores aparece de forma distinta na economia e na sociologia. Vale recordar o ponto de que as ações econômicas são aquelas mais racionais, ações racionalmente dirigidas a um fim. Naquilo que adentra o campo da sociologia, por outro lado, estão os diferentes tipos de ações voltadas para valores. A sociologia, então, ao comparar as diferentes orientações da ação humana em busca de compreender a moderna sociedade capitalista, estuda ações voltadas a valores (não os valores do cientista, mas aqueles que se acredita guiarem as ações de um grupo). A *Ética Protestante* é o exemplo mais óbvio desta possibilidade.

Uma última questão a ser levantada aqui antes de adentrarmos a discussão do conceito de produtividade no congresso da VfSP de 1909 é a ideia de neutralidade em meio às atividades de cátedra. A crítica de Weber era voltada ao abuso da posição de autoridade por parte dos

professores alemães. A primeira questão seria a utilização da cátedra para propagar “sentimentos políticos – ou culturais políticos” (Weber, 1999 [1918], p. 365). Para o autor, isso era aceitável na época do grande domínio da EHAE liderada por Schmoller, mas não mais. Isso ocorria pela existência de uma convergência dos “diversos pontos de vista possíveis no domínio das avaliações prático-políticas” (*Ibidem*, p. 363)¹⁶². Schmoller, por outro lado, defendia o posicionamento dos docentes, desde que não ligados a visões de mundo ultrapassadas como o marxismo e o smithianismo. Neste contexto, bastaria que se professasse claramente seu juízo de valor. Para Weber, essa solução só era possível no que diz respeito ao ideal da política social, à esfera da discussão pública, não em um ambiente onde se possui um domínio sobre aquele que escuta.

Inserir perspectivas normativas no ensino, ser um “profeta” ao invés de professor, era abusar de seu local privilegiado de fala, onde a hierarquia e o domínio do conhecimento não permitem espaço para contestação. É utilizar dos recursos disponibilizados pelo governo, financiador do ensino, para disseminar perspectivas pessoais que não permitem ao aluno alcançar o necessário julgamento autônomo e crítico.

Relacionado à questão do juízo de valor no sentido do abuso da cátedra, está o episódio que na literatura é visto como aquele que expôs a cisão entre a nova e a novíssima EHAE: a crítica de Schmoller a Friedrich Naumann (1860 - 1919) durante o congresso da VfSP de 1905¹⁶³. Um dos temas dos quatro dias de congresso era “A relação entre o cartel e o estado”, com seminários inaugurais de Schmoller e Kirdorf Gelsenkirchen. Gelsenkirchen era diretor geral da empresa de mineração que levava seu sobrenome, e defendia que o monopólio privado era algo necessário para a economia, o qual não deveria ter suas atividades reguladas pelo estado (Gelsenkirchen, 1906). Schmoller, por outro lado, via nos carteis um mal necessário, já que possibilitava ganhos de escala que seriam de benefício da nação. Por esse motivo, o líder da EHAE e presidente da seção do congresso indicava a necessidade de regulamentação estatal, inclusive com participação na mesa diretora (Schmoller, 1906). Naumann tomou o lado de Gelsenkirchen, defendendo o livre desenvolvimento da indústria privada de larga escala. A razão disso não era puramente técnica, relacionada à incapacidade

¹⁶² Weber não deixa, no entanto, de apontar o perigo de se levar essa busca por neutralidade para o debate público, algo que cria um “sectarismo obstinado e deliberado de poderosos grupos de interesse” (Weber, 1999 [1918], p. 365-6).

¹⁶³ Schön (2010, p. 63) aponta para a curiosidade de que esse congresso foi o primeiro com a participação de Weber após sua crise nervosa. Seu retorno se dá enquanto um dos participantes mais controversos desta e das próximas reuniões da associação.

do estado em contribuir para o avanço da indústria de larga escala. O ponto central, no que diz respeito a um viés político, era a tendência do governo de favorecer a classe média agrária (veja Schön (2010) para mais detalhes). Esta foi a afirmação que fez com que Schmoller levasse a crítica para o lado pessoal.

No último dia do congresso, durante a sessão de encerramento, Schmoller pediu para fechar os debates com quinze minutos de comentários finais. Nessa oportunidade, teceu duras críticas a Naumann, chamando-o de demagogo e sua posição de não-científica. Naumann, no entanto, não estava mais presente. Em reação a Schmoller, diversos membros do congresso pediram direito à fala. Karl Diehl (1864-1943) tentou esclarecer alguns pontos que julgava que Schmoller não havia entendido em seu argumento, enquanto Walther Lotz (1861-1941) buscou defender Naumann, dizendo que jamais fora sua intenção atacar Schmoller pessoalmente, e Felix Hecht, um consultor privado de Mannheim, reclamava da interminável sessão do congresso causada pelas discussões levantadas por Schmoller. Weber, no entanto, foi mais crítico em relação à postura de Schmoller, acusando-o de abusar de sua posição enquanto conferencista (Weber et. al., 1906, p. 434). Como mostra Glaeser (2014, p. 165), a disputa continuou nas semanas seguintes, através da imprensa e por cartas. Neste momento, ficou clara a divisão interna da VfSP, opondo os principais grupos conservadores da nova EHAE de um lado e os liberais de esquerda da novíssima EHAE de outro. Por mais que esse episódio seja muito comentado em razão da exposição das discordâncias dentro da VfSP, ele mostra também a crítica de Weber à falta de neutralidade. Se na sala de aula não se deve professar juízos de valores, que deteriorariam a função do ensino, em um ambiente como o *Verein*, onde o debate político é central (mesmo diante da tentativa de incorporação cada vez maior de discussões científicas), a coexistência livre de diferentes valores seria o modo correto de proceder, algo que Schmoller estaria ferindo.

A crítica de Weber à EHAE se torna mais aguda, e esse aspecto se torna central nas divergências dentro do *Verein*. Mesmo que a oposição entre “ser” e “dever ser” tenha sido apontada desde o *Methodenstreit*, essa questão volta com mais força na virada do século e será objeto de debates dos quais Weber participa, tanto na VfSP quanto no DGS. Mesmo que a epítome da discussão sobre juízos de valor tenha se dado no congresso da VfSP de 1914, é em 1909 que o tema começa a ser abordado diretamente, como veremos a seguir.

6.3 O conceito de produtividade

A primeira discussão da VfSP onde a questão do juízo de valor foi objetivamente tratada foi o congresso de Viena em 1909. O ponto era uma discussão ao redor do que deveria ser entendido enquanto produtivo, e o que essa ideia de produtividade deveria implicar. Inicialmente, opuseram-se duas correntes principais: a da nova EHAE, representada inicialmente pela conferência de Eugen von Philippovich, e a dos marginalistas, com a exposição de Robert Liefmann. Em meio à discussão entre historicistas e marginalistas, Weber e Sombart apontam os equívocos de ambas as correntes: elas igualmente partiam de um juízo de valor para estabelecer o conceito de produtividade.

No compêndio dedicado aos 70 anos de Schmoller, lançado pouco antes da controvérsia no *Verein*, Leopold von Wiese (1908) já trazia uma grande revisão sobre as controvérsias que circundavam as definições de produção e produtividade, assim como sua centralidade para a teoria econômica. O autor expõe como as divergências teóricas observadas ao longo do século XIX podem ser claramente apresentadas a partir das divergências com relação à ideia de produção e produtividade. Daí dependem todos os demais aspectos teóricos, seja o conceito de capital, de trabalho, salário ou renda da terra; dos propagadores do pensamento smithiano¹⁶⁴, passando pelos marginalistas, até a EHAE. Sendo assim, na VfSP existiam diversos significados para produtividade que competiam entre si. Em consequência disso buscou-se, em 1909, o estabelecimento de um significado comum para o conceito.

O que Philippovich (1909)¹⁶⁵ buscava criticar era a ideia meramente tecnológica do avanço das forças produtivas e da produtividade, que ele opunha às questões econômicas. Estas questões econômicas ligadas à produtividade implicavam em modificações causadas na vida da população a partir do ganho do progresso. Em resumo, o mero avanço tecnológico com ganhos de escala e redução dos custos de produção (muito por meio da diminuição da utilização da mão-de-obra) não deveria ser o único aspecto para que se considere algo produtivo. Sua ideia então era buscar um parâmetro que demonstre tais questões econômicas do avanço da produtividade¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Para Wiese (1908, p. 3), o problema da multiplicidade de significados de produtividade teria sido iniciado em Smith, cujo sistema de economia política não permitiu uma teoria geral da produção.

¹⁶⁵ Philippovich é o mais importante membro da nova EHAE a apresentar uma conferência. Schmoller não se manifestou nos espaços de discussão do congresso de Viena, mas republicou seu texto de 1893 focando nas críticas de Weber e Sombart, como mencionado.

¹⁶⁶ A fala de Otto Kammerer (1865-1951), que apresenta uma história do avanço da produtividade desde o século XVIII, é um lembrete de como a questão está ligada à *Arbeiterfrage*. O autor separa a questão tecnológica das implicações destes avanços na humanidade, o que retorna aos argumentos dos problemas sociais criados pelo avanço do capitalismo e a substituição da mão-de-obra pela tecnologia (Kammerer, 1909).

“Todos os estudos econômicos, em última instância, são subordinados a determinar em que medida o bem-estar da população (*Volkswohlstand*) é promovido pelos fatos individuais analisados. É uma falácia pensar que limitar a pesquisa teórica àquilo que é liberto alguém da concepção do que deveria ser. Nós queremos trazer à tona o conhecimento das relações econômicas com o intuito de saber porque a provisão de bens das pessoas é como é e conhecer as condições de sua mudança. Não escolhemos a esmo o objeto de nossa ciência, mas sim levando em consideração o objetivo que a ela serve, e o objetivo último da economia (*Wirtschaft*) é o bem-estar da população.” (Philippovich, 1909, p. 29)

Essa citação deixa claro como a posição de Philippovich é próxima à de Schmoller no que diz respeito à relação valor-ciência. Ademais, retomando o que von Wiese apontou em relação à separação entre correntes a partir de sua noção de produção, fica claro como a perspectiva da EHAE é diametralmente oposta à dos seguidores dos clássicos que existiam na Alemanha, como apresentamos no caso de Dietzel. Um dos pontos críticos na configuração da *Sozialökonomik* de Dietzel era exatamente ignorar a distribuição da riqueza inicial (o porquê “é como é”) e pensar meramente em como as relações econômicas entre os indivíduos (sem interferência do estado) reorganizariam (ou não) a distribuição da riqueza. Ainda mais relevante é como autores como Dietzel – e Philippovich criticava isso enfaticamente – igualavam a questão do bem-estar à riqueza, ao acúmulo de dinheiro.

Como já apontado, o resultado da posição de Philippovich e dos membros da nova EHAE em geral é a possibilidade de se ter diferentes ciências da economia política a partir de diferentes culturas. Lembrando que o foco que delimita a cultura de um povo para estes autores é a nação, existindo assim a possibilidade de diferentes visões de mundo (ligadas a diferentes características culturais) implicarem em diferentes noções de bem-estar da população. Estamos então de volta à discussão do *Methodenstreit*, ou mesmo a críticas anteriores, como a que Dietzel (1883) faz à dependência da teoria de Naumann do conceito de bem-estar, em seu capítulo no comentado livro de Schönberg.

Em oposição a Philippovich, Friedrich von Wieser (1851-1926) apresenta a teoria subjetiva do valor e seu único modo factível de mensuração, o dinheiro: “porque depende da teoria do dinheiro, ela é a pedra angular da teoria do valor” (Wieser, 1909, p. 119). Sendo o aumento da produção equivalente ao aumento do valor na economia (produção é produção de valor), e sendo o dinheiro o único modo de mensuração do valor, a produtividade se torna rentabilidade.

Por outro lado, há a questão da existência da sociedade enquanto uma unidade. Para a EHAE, o que se leva em consideração é o bem-estar de um povo enquanto massa homogênea, a economia do povo (*Volkswirtschaft*), que deve ser distinguida da economia privada (*Privatwirtschaft*) ou economia individual (*Einzelwirtschaft*), as quais correspondem às relações econômicas entre indivíduos. Já para Wieser e a moderna teoria do valor, dado que o valor é a verdadeira medida das coisas econômicas e que a economia do povo nada mais é que a soma das economias individuais, a teoria do valor deveria conseguir explicar o valor de ambas as formas. No que diz respeito ao objetivo valorativo, ao alcance do bem-estar, ele é definido na esfera da economia privada e levado à economia do povo. Por fim, a teoria monetária é indissociável da teoria do valor, já que a circulação de dinheiro e de mercadorias fazem parte do mesmo processo de valoração:

“O grandioso ciclo social do dinheiro, no qual ele recebe seu valor econômico (*volkswirtschaftlichen*), é mantido em movimento pelo fato de que todas as economias individuais em que toca atraem o dinheiro e o devolvem de acordo com sua apreciação pessoal e, assim, induzem ciclos econômicos privados mais próximos, nos quais, por menores que sejam, é gerada a enorme força motriz da grande circulação total. Cada um desses círculos pessoais de dinheiro é novamente induzido por um contra-movimento de mercadorias, que se origina da avaliação pessoal das mercadorias e termina em sua avaliação econômica (*volkswirtschaftlichen*).” (Wieser, 1909, p. 121)

De perspectiva similar partiu Robert Liefmann. Sua ideia era que a teoria econômica deveria ser capaz de demonstrar tanto como o indivíduo aloca seus recursos (força de trabalho e meios de produção) para satisfazer suas necessidades, quanto como trabalho e capital devem ser distribuídos na economia nacional (*volkswirtschaft*) para a promoção do bem-estar geral. O aumento do bem-estar coletivo viria de uma melhora no bem-estar individual, e produtivo seria apenas aquilo que permite o aumento do bem-estar individual. Liefmann (1912) continuaria trabalhando nesta teoria posteriormente, tendo inclusive se referido a uma satisfação ótima de necessidades. O ponto central aqui é que o retorno marginal igual dos diferentes setores (possibilitado pela livre concorrência e movimento de capitais) permite que aumentos de ganho não sejam meramente aumentos de rentabilidade (limitados ao bem-estar da economia privada) mas também um indicador para a alocação de capital nos setores onde é mais necessário: “A rentabilidade privada e a promoção do bem-estar econômico (*volkswirtschaftliche*) são idênticos” (Liefmann, 1910 *apud* Glaeser, 2014, p. 224).

Weber toma a palavra logo após Liefmann, e foca sua crítica na questão do juízo de valor que permeia a proposta de todas as perspectivas apresentadas, ao invés de se ater à proposição de uma maneira correta de mensurar a produtividade. O autor, no entanto, foca sua crítica em Philippovich e sua busca de, ao analisar todos os aspectos relativos ao conceito de produtividade, ter como resultado a formação de “juízos médios” que deveriam valer como padrão de medida” (Weber, 2014b [1909], p. 125). Mesmo reconhecendo a impossibilidade de apontar um valor universal, homogêneo, seja para a sociedade como um todo ou delimitada culturalmente/nacionalmente, Philippovich retorna ao erro de definir um valor final a ser seguido. O modo correto de proceder seria fazer a crítica do juízo de valor médio, já que, como colocado anteriormente, uma das tarefas científicas, mesmo que lógica e não empírica, ligadas ao valor é exatamente a crítica dos sistemas de valores

Nesta etapa de sua fala Weber aponta algo que nos é de interesse: a impossibilidade da economia política, enquanto disciplina especializada e parte da divisão do trabalho acadêmico, lidar com “problemas de significado que movem o mundo”. A crítica então é também ligada ao modo de se entender a economia política. Apenas uma disciplina com a pretensão de conhecimento de todos os aspectos da realidade humana, como a de Schmoller, poderia carregar a intenção de responder tais questões – pretensão, esta, equivocada. Isso mostra como o erro da EHAE carregava implicações mais graves. Por mais que Weber critique o marginalismo em diversos pontos, não se pode negar que, no que tange à questão da natureza da economia política, os partidários de Schmoller tem um caminho mais longo a percorrer, em sua visão. Na EHAE há uma pretensa busca científica de um ideal:

“Nós não conhecemos ideais cientificamente comprováveis. Certamente: agora é mais duro o trabalho de pegá-los do próprio peito, em um tempo que já é de cultura subjetivista. Só que não temos como prometer nenhum país da Cocanha¹⁶⁷ e nenhuma via asfaltada para lá, nem no aquém, nem no além, nem no pensamento, nem na ação; e é o estigma de nossa dignidade pessoal que a paz da alma não pode ser tão grande como a paz daquele que sonha com tal país da Cocanha” (Weber, 2014b [1909], p. 126)

Sombart também discursou no *Verein*, desta vez em oposição à ideia da derivação de juízos de valor a partir da teoria, indo de encontro a seu posicionamento anterior, como mostramos. Outro autor que também tomou posição contrária à EHAE foi Alfred Weber. Mesmo que os conflitos tenham sido marcantes, alcançando a discussão pública e sendo tema de diversas

¹⁶⁷ Cocanha é um país mitológico onde há abundância e não há trabalho.

correspondências e outras reuniões da VfSP (principalmente em 1914), nenhum dos membros abandonou a associação, como enfatiza Rammstedt (1988). Por outro lado, a questão do juízo de valor foi aspecto central desde o início das discussões da DGS, na qual Sombart, os irmãos Weber e diversos outros ingressaram nos meses posteriores ao congresso de Viena. Aqui sim, a discussão foi o estopim que levou ao abandono da DGS por alguns autores, inclusive Weber.

6.4 A Sociedade Alemã para Sociologia

A Sociedade Alemã para Sociologia (DGS), cujo primeiro encontro, chamados de *Soziologentag*, aconteceu em 1910, foi uma instituição fundamental para o estabelecimento acadêmico da disciplina. A reunião de fundação, no entanto, ocorrera em 7 de março de 1909, em um hotel em Berlim (Dörk, 2018), reunido um total de 39 interessados¹⁶⁸. Em outros lugares, no entanto, a disciplina lograva êxito de institucionalização, mesmo que não necessariamente orientada pelas mesmas ideias. Já em 1892, no ano da fundação da Universidade de Chicago, Albion Small comandou o estabelecimento do departamento de sociologia daquela universidade¹⁶⁹. A Associação Americana de Sociologia, por sua vez, foi criada em 1906 (Harding, 1977). Já na França, a sociologia era academicamente aceita desde pelo menos a década de 1880, com grande destaque para a obra de Durkheim. A primeira sociedade de sociologia na França fora fundada em 1872, por Émile Littré (1801-1881). A perspectiva sociológica destes autores era, no entanto, fortemente influenciada pela obra de Comte (Mucchielli, 2001) – algo, como já colocado, muito criticado na Alemanha. Em Bruxelas também já havia sido fundado, em 1901, um instituto dedicado à sociologia, o *Institut Solvay*.

O Instituto Internacional de Sociologia (IIS), criado em 1893 por René Worms (1869-1926) em Paris, é outro marco na institucionalização da disciplina, e um exemplo claro das visões diametralmente opostas presentes nesse período de formação. Duprat (1936) enfatiza a intenção de construir, com o IIS, uma associação que pudesse atrair os principais sociólogos do mundo. De sua fundação até a Primeira Guerra, foram membros Schäffle, Menger,

¹⁶⁸ Entre eles estavam: Ferdinand Tönnies (então presidente), Georg Simmel, Friedrich Herkner, Werner Sombart, Max Weber, Alfred Vierkandt, Alfred Weber, Hermann Kantorowitz, Georg von Mayr, Paul Barth, Rudolf Goldscheid, dentre outros. (Glatzer, 1994)

¹⁶⁹ Veja Camic (1995) para compreender as diferentes perspectivas de sociologia nos EUA até a Segunda Guerra.

Tönnies, Simmel e Schmoller¹⁷⁰. A grande diferença nas perspectivas de cada um destes autores sobre a sociologia, as ciências sociais e a economia indica como o entendimento de sociologia aqui era voltado para a questão das relações humanas como um todo, e não uma disciplina especializada a se diferenciar da economia política e outras ciências sociais. Esta característica nunca chegou a ser dominante na DGS, apesar de não ter sido excluída. Ali, onde a especialização científica era muito mais claramente perseguida, ainda havia espaço para a interpretação universalista de alguns membros.

Após a fundação da DGS, outras importantes instituições acadêmicas dedicadas à sociologia surgiram na Alemanha, como mostra Käsler (1984). O primeiro instituto dedicado à sociologia foi estabelecido na Universidade de Colônia, o *Forschungsinstitut für Sozialwissenschaften*, em 1919. O instituto também fundou em 1919 uma das primeiras revistas dedicadas à disciplina, a *Kölner Vierteljahrshefte für Sozialwissenschaften*, que em 1922 passou a se chamar *Kölner Vierteljahrshefte für Soziologie*. Por fim, duas das quatro primeiras cadeiras (todas iniciadas em 1919) ao menos parcialmente dedicadas à sociologia foram ocupadas por professores deste instituto na Universidade de Colônia: “Ciências do Estado e Sociologia”, de Leopold von Wiese, e “Filosofia e Sociologia”, de Max Scheler (1874-1928). Até o fim da República de Weimar, em 1933, outros 5 institutos dedicados à sociologia foram fundados. Como colocam Glatzer (1994) e Käsler (2002), a DGS foi a primeira em meio a um processo de diferenciação institucional dentro das ciências sociais. Por outro lado, existiram algumas tentativas anteriores de estabelecimento institucional da disciplina, principalmente com relação a revistas. Lichtblau (2017) aponta para a existência, antes da fundação da DGS, da *Monatsschrift für Soziologie* (que, no entanto, durou apenas um ano) e da *Vierteljahrschrift für wissenschaftliche Philosophie und Soziologie*. Esta girava em torno da figura de Paul Barth, que possui uma visão de sociologia ligada à filosofia da história, algo que discutiremos à frente.

Os principais nomes da fundação da DGS foram Georg Simmel e Rudolf Goldscheid (1870-1931). O último, segundo Lepsius (2011), já havia feito parte da fundação da *Wiener Soziologische Gesellschaft* (Associação Sociológica Vienense), em 1907. Foram os dois que lideraram a reunião de 1909 e os primeiros esforços pela formalização da associação, especialmente tomando a iniciativa dos convites iniciais à procura de outros interessados.

¹⁷⁰ Segundo Dörk (2018), Schmoller foi um dos convidados a se associar ao DGS, mas não se tornou membro.

É comum assumir que Weber desempenhou um papel central na fundação da DGS, algo que faz parte de sua imagem como fundador da disciplina da sociologia. Adair-Toteff (2005, p. 14), por exemplo, narra a fundação da DGS como uma iniciativa conjunta de Weber, Sombart, Tönnies e Simmel. Lepsius (2011), no entanto, contextualiza esta questão, mostrando que Weber aceitou ingressar na DGS inicialmente a contragosto. Simmel convidou Weber e Georg Jellinek para se unirem ao comitê de fundação do DGS ainda em 1908. A partir daí ambos passam a assinar as cartas convites, mas somente em 1909 Weber assume papel mais proativo na consolidação da sociedade, inclusive tomando a frente nos convites a novos membros e na organização das finanças (seu papel formal na DGS era de tesoureiro). Neste momento, já ficava claro como Weber apontava o papel central que a neutralidade de valor deveria ter na DGS, o que incluía tanto a busca por independência financeira em relação ao estado quanto o requerimento de que a associação não deveria pleitear politicamente cadeiras para a disciplina nas universidades alemãs¹⁷¹. Apesar de a primeira proposta ser uma forma de manter a independência e neutralidade da sociedade, ela não foi muito bem sucedida, já que os dois primeiros projetos da DGS não foram concluídos por falta de fundos de fontes privadas (Lichtblau, 2017). Ademais, Lepsius (2011) enfatiza que, ainda em 1918, Weber era contrário a uma disciplina exclusivamente dedicada à sociologia nas universidades¹⁷², e que o autor só se reconheceria plenamente enquanto sociólogo em 1919. Vale apontar que Weber abandona a DGS em 1913, em meio a novas polêmicas sobre juízos de valores.

Rammstedt (1988), no entanto, mostra como não se deve subordinar as discussões de juízo de valor da DGS às disputas da VfSP, como é o caso de Marianne Weber (1988 [1950]) e até certo grau de Lichtblau (2017, p. 19-20). O ponto de Ramstedt é que, no momento do primeiro congresso da sociedade, a ideia da necessidade de *Wertfreiheit* já era tomada como pressuposto pelos membros, mesmo que eles tivessem ideias diferentes de sua implicação. A questão principal aqui não dizia respeito necessariamente a discussões importadas da economia política, mas questões relativas à própria evolução da sociologia. A ligação inicial da disciplina com o darwinismo social e o socialismo (onde muitas vezes o estudo do social era igualado a um apelo pelo socialismo) eram resultado de uma ciência voltada para um

¹⁷¹ Posteriormente, a partir do terceiro *Soziologentag*, a sociedade passa a tomar um papel mais ativo no incentivo da sociologia enquanto disciplina nas universidades (Tönnies, 1922).

¹⁷² Reif (2017, p. 115) afirma que mesmo Simmel estava mais preocupado em estabelecer uma associação forte do que promover a sociologia enquanto disciplina científica ou propriamente delimitar objetos de estudo para a mesma.

fim, a imagens de sociedades superiores ou equânimes. A sociologia como disciplina empírica deveria, antes de mais nada, fugir desta estrutura de pensamento, buscando se afastar do juízo de valor, no sentido de não possuir um objetivo final ao redor do qual a ciência deveria se organizar. Esta busca existia, então, nas ciências sociais como um todo, com as especificidades de cada disciplina. A ênfase de Rammstedt é que a criação da DGS não se dá enquanto uma busca por um espaço neutro dada a impossibilidade desse ambiente ser encontrado na VfSP. A discussão do juízo de valor existe em ambos os esboços seguindo as demandas específicas de cada um, e não enquanto uma tentativa da DGS suplantando ou disputar um mesmo espaço institucional impulsionada pelos equívocos da VfSP.

Mesmo assim, o fato destas discussões se darem paralelamente em ambas as associações não pode ser ignorado. Por parte de Weber, pode-se observar ligação entre a negação do juízo de valor e as discussões da VfSP. Nos exemplos de temas que ele lista em uma circular de 1909 estão, inclusive, a sugestão de tópicos como a relação entre o desenvolvimento técnico e cultural (Lepsius, 2011, p. 10) – tema relacionado à discussão sobre o conceito de produtividade ocorrido na VfSP.

Tendo isto em mente, os principais pontos que desejamos discutir à respeito da Sociedade Alemã para Sociologia, principalmente em seu primeiro encontro, são dois: as distintas visões sobre neutralidade de valor, que acabaram motivando a saída de Weber e outros membros da sociedade, e as diferentes perspectivas existentes dentro da DGS a respeito da natureza da disciplina da sociologia.

6.4.1 Juízo de valor durante o primeiro *Soziologentag*

Seja por razões próprias à sociologia ou por influência dos debates da VfSP, as discussões do primeiro congresso da DGS, o *Soziologentag* de outubro de 1910, foram permeadas por questões de juízo de valor, além de medidas institucionais, algumas já mencionadas (como a seleção de financiamento), que tinham o objetivo de manter um ambiente até certo ponto livre destes juízos¹⁷³.

¹⁷³ Em meio às medidas que buscavam afastar os juízos de valor, algumas eram mais extravagantes. A medida que nos parece mais radical - que não aparece dentro dos princípios iniciais publicados nos anais, mas que é posteriormente proposta - é a concordância em não aplaudir as falas dos demais membros, anunciada por Simmel no início do terceiro dia de discussões: “Senhoras e senhores, abro a sessão de hoje e anuncio que o Conselho Diretor decidiu, assumindo vossa amigável concordância, que futuramente nos absteremos de aplausos (*Beifallsäußerungen*) em nossas reuniões científicas. Somos uma sociedade muito jovem e,

A parte do estatuto da DGS publicada enquanto observações preliminares do encontro versava sobre outros temas além daquele que nos interessa imediatamente, o juízo de valor. Já no primeiro parágrafo, pode-se ler: “[A sociedade] dá espaço igual a todas as direções e métodos científicos da sociologia e se recusa a representar quaisquer objetivos práticos (éticos, religiosos, políticos, estéticos etc.)” (*Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages*, 1911, p. V). Na recusa por “objetivos práticos” descansa a problemática do juízo de valor, enquanto no início do parágrafo pode-se observar a defesa por um pluralismo metodológico que marcava a associação. Ao longo do volume, pode-se observar nas falas dos membros a noção de que na sociologia, por se tratar de uma disciplina que tangencia diversas outras, há uma necessidade de aplicar diferentes métodos para a compreensão do que se considera o problema sociológico, ou alternativamente, como a própria divergência interna sobre o que seria a sociologia implicaria na aceitação de diferentes métodos dentro da associação. A esta última questão retornaremos mais adiante.

A primeira palestra do *Soziologentag* foi proferida por Simmel, na quarta-feira. Esta palestra de abertura do encontro, intitulada “Sociologia da sociabilidade¹⁷⁴”, não traz contribuições sobre a discussão que fazemos nesta seção, tampouco apresenta uma transcrição da discussão aberta posteriormente à palestra, caso tenha ocorrido. A primeira palestra que nos interessa foi proferida por Tönnies, no segundo dia de encontro, sob o título de “Caminhos e Objetivos da Sociologia”.

O ponto inicial da questão do juízo de valor nas ciências para Tönnies é, na realidade, a própria ideia do que devem ser as disciplinas: é a divisão do trabalho científico que permite que se busque a neutralidade de valor, exatamente por permitir a separação entre teoria e ética. Para ele, a sociologia surge como um ramo da filosofia (uma “filosofia social”), mais precisamente enquanto um ramo da ética filosófica geral e anteriormente à criação de sua nomenclatura feita por Comte. Nesse sentido, o que o autor busca argumentar é como seu início é ligado ao julgamento daquilo que é ideal, e “inseparável da doutrina geral do estado, da prosperidade – em relação à qual, nos tempos recentes, teorias surgiram com respeito à qual a melhor maneira de se conduzir a vida econômica” (Tönnies, 2005 [1910], p. 57). O querer, a ideia daquilo que deve ser a sociedade é inevitável não só na formulação da

felizmente, não possuímos castelos em ruínas ou basaltos, podendo então criar nossas tradições ao invés de recebê-las. Logo, queremos estabelecer isso como nossa tradição, especialmente porque é um dos princípios de nossa sociedade abster-nos de julgamentos de valor.” (*Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages*, 1911, p. 166).

¹⁷⁴ Adair-Toteff (2005), no entanto, traduz *Geselligkeit* como sociedade ao invés de sociabilidade.

pesquisa, mas também na recepção da mesma, o que irá ser determinante para o sucesso ou fracasso daquilo que é estudado. O que se deve ter, então, é o entendimento que mesmo nas questões éticas existe a possibilidade de objetividade independente na aprovação ou negação de ideais. Essa objetividade pode ser acessada através da divisão do trabalho científico. Por mais que ainda existam, as questões do “querer” passam a ser indiretas. Em meio a isso, fica clara a crítica ao ideal dos membros da EHAE com o seu objetivo do bem comum. O que Tönnies (*Ibidem*, p. 60) aponta é que todos querem o bem da nação, o problema é encontrar o que seriam os sinais daquilo que é bom ou ruim para a mesma, e aí teríamos de volta os juízos de valores que esse pressuposto da busca pelo bem da nação supostamente evitaria. A solução é a separação do papel do cientista daquele do político:

“O sociólogo, como nós o entendemos, não se voluntaria para resolver estes problemas. Ao invés disso, ele se impõe abstinência estrita e não faz estas coisas que uma pessoa no papel de político faria. No entanto, o sociólogo deve lutar para desenredar estes problemas, os entender conceitualmente e geneticamente, e então, talvez, contribuir para uma concepção mais sensível, até mesmo desapaixonada, destas questões que abalam o mundo.” (Tönnies, 2005 [1910], p. 64).

Este modo de ver a questão como uma separação entre o ser e o dever ser, que no entanto não ignora o papel do juízo de valor tanto na evolução da disciplina como nas questões tratadas por ela em geral, é o que permite que Tönnies consiga, ao menos a seu ver, separar sua inclinação materialista de sua pesquisa (Tönnies, 1911, p. 192). As questões sociais levantadas pelo marxismo e na ideia de um socialismo científico não seriam levadas em consideração enquanto objetivo da sociologia. A sociologia se dá enquanto estudo empírico do presente, não como construção de um futuro¹⁷⁵. Tönnies (2005 [1910], p. 73) finaliza enfatizando essa possibilidade de um indivíduo separar suas paixões de seu lado científico: seu lado político, onde é “impossível ser indiferente à esperança”, de seu lado pesquisador, onde “somos indiferentes a todos os resultados e consequências de nossos pensamentos”.

Ademais, Tönnies inicia sua palestra de modo muito entusiasmado com respeito ao futuro da disciplina. Aqui fica aparente que a sociologia pode ter um papel político-social até então dominado pela economia política. Isso nos será importante quando, na conclusão desta tese,

¹⁷⁵ Sombart (1911, p. 270) enfatiza esta questão. Para ele, a sociologia enquanto estudo da modernidade é o que a permite se libertar dos juízos de valor tanto do socialismo científico quanto do darwinismo.

mencionarmos como a relação entre as disciplinas se dá também em uma disputa pelo espaço público de debate.

Nem a palestra de Tönnies nem a que se seguiu, de Weber, tiveram comentários publicados. No entanto, o último também abordou o assunto do juízo de valor em sua já comentada proposição de uma pesquisa comparativa a respeito da imprensa. Ao mesmo tempo, fez sua proposição de modos de financiamento da sociedade, inclusive para a referida pesquisa, que deve ser entendida no contexto da busca por neutralidade dentro da DGS. Essa é uma das pesquisas que nunca chegou a ser concluída por falta de financiamento. A principal diferença entre as ideias de juízo de valor de Weber e Tönnies no que diz respeito à prática científica é que, enquanto Weber aceitava a existência de valoração na escolha do objeto de pesquisa, o que estaria ligado a uma certa individualidade do pesquisador e sua relação com o valor cultural, em Tönnies há uma esperança de que seja possível se despir dos juízos de valores e equalizar um pensamento comum independente das perspectivas individuais (momento em que os indivíduos assumem sua posição de homens da ciência). Rammstedt (1988) enfatiza a divergência da posição dos dois autores dentro da DGS, e Radkau (2009) mostra como suas posições a respeito do que significa a neutralidade com respeito ao valor na ciência vão se tornando cada vez mais distantes com o passar do tempo.

Outros membros que se manifestaram durante o primeiro *Soziologentag* também viam a questão de modo diferente. Sombart (2005 [1910]) apresentou um texto sobre a relação entre tecnologia e cultura, seguido por uma rodada de discussão, onde analisou aspectos em que o avanço da tecnologia é capaz de propiciar modificações culturais, tanto em sentido restrito (cultura entendida enquanto arte) quanto amplo (cultura entendida enquanto aspectos gerais da vida). O tema é próximo àquilo discutido na VfSP de 1909, mas não discute o modo de mensuração do progresso tecnológico. Utilizando um exemplo da fala de Weber, Sombart aponta como a imprensa, entendida como fator cultural, é dependente do avanço da tecnologia de transporte (por questões logísticas), de impressão e da produção em grande escala de papel. A principal crítica com relação à posição de Sombart era seu determinismo tecnológico, acusado de inspiração marxista, mesmo que o autor (Sombart, 2005 [1910], p. 104) tenha nominalmente criticado o que ele via como a posição de Marx: a economia enquanto função da tecnologia e a cultura como função da economia (dentro da interpretação clássica de estrutura/superestrutura).

É nesse sentido que Friedrich Böttcher (1911, p. 84) fala sobre a falta de importância que Sombart dava para a influência da cultura sobre a tecnologia. Para Böttcher, não se pode

ignorar, por exemplo, como uma tecnologia só pode ser empregada caso os indivíduos estejam preparados para sua utilização; essa prontidão depende de um sistema de treinamento/ensino estabelecido antes do avanço tecnológico. Gerhart von Schulze-Gävernitz (1911, p. 89), por sua vez, é mais duro em sua crítica. Ele acusa Sombart de defender uma determinação dos fatores tecnológicos sobre os culturais, e esse sim o chama nominalmente de marxista. Posteriormente, Max Quarck (1911, p. 92), partidário do SPD, marxista, reforça as características marxistas da apresentação de Sombart, e requer que o autor admita explicitamente a influência do socialista alemão, ao menos parcialmente. Para Quarck, o que Sombart faz é partir da concepção materialista da história de Marx e posteriormente tentar se afastar dela, terminando por apresentar um argumento contraditório, onde imputa um determinismo tecnológico a Marx que não pode ser encontrado em seus escritos. Weber (1911, p. 95-6), por outro lado, vai reforçar a crítica ao marxismo, principalmente pelo modo como o termo “tecnologia” é definido segundo juízos de valor, como ele já deixara claro na discussão na VfSP. Para ele, no entanto, a posição de Sombart não pode ser descartada: ao buscar diferenciar a cultura material da ideal, Sombart qualifica, assim, as influências da tecnologia sobre a cultura¹⁷⁶, algo que Weber vê como um avanço.

Por fim, Sombart defende sua posição, principalmente em respostas às críticas de Quarck, afirmando que não tem mais laços com o marxismo desde que abandonou a social democracia, mas que certamente conhece os escritos de Marx. Para ele, Marx não define a relação entre tecnologia e cultura, a não ser em algumas passagens obscuras da *Miséria da Filosofia*, e por isso não haveria influência do autor sobre ele neste sentido. A aparente predominância que dá à tecnologia sobre a cultura, seria, na verdade, efeito do curto tempo de exposição, que o levava a enfatizar mais este aspecto (que, de qualquer forma, é o centro de seus estudos). Antes da tecnologia, deve-se apontar como pressuposto para o surgimento do capitalismo o proletariado (posição acompanhada de aclamação pelos ouvintes). Seu ponto em levantar esta questão é também afirmar como este debate do proletariado pode ser levado para questões de juízo de valor (argumentando agora contra a sugestão de discussão da educação necessária para a recepção da tecnologia pelas massas), algo que não se arrepende de não ter feito.

¹⁷⁶ O que Sombart (2005 [1910]) classifica como cultura ideal são tanto as instituições (igreja, estado, organizações econômicas e etc.) quanto os ideais de vida (visão de mundo, valores e etc.). Já a cultura material é aquilo que se consome enquanto mercadoria, bens culturais no sentido econômico.

Em geral, o que fica claro nestas discussões é como a questão do juízo de valor aparece em diversos aspectos, pelos motivos mais variados, muito pelo entendimento de qual o juízo de valor que se consegue evitar na pesquisa científica. Um local onde surge uma intensa troca a respeito do juízo de valor é exposto na apresentação de Alfred Plötz (1911). O autor utiliza juízos de valor retirados de estudos biológicos sobre raça, a ideia de que existem diferentes raças humanas e algumas são superiores às demais, para propor políticas higienistas. Sendo assim, ele comete o mesmo erro que Sombart era acusado nos seus escritos do século XIX, o de derivar “juízos de valor científicos”. Weber (1911, p.151) se posicionou veementemente contra a utilização da biologia racial enquanto norte da política social, dado que não havia nenhuma prova empírica das diferenças entre as raças, assim como Leopold von Wiese (1911, p. 145), ao afirmar que os estudos ligados à raça desenvolvidos naquele tempo implicavam na escolha de uma raça superior. Outros autores, como Schulze-Gävernitz, apontaram o problema de juízo de valor nestes estudos, mas acreditavam na possibilidade de tratamento científico deste tema dentro da sociologia. O tema foi, inclusive, um dos que mais causou discussão (não apenas pelas questões de juízo de valor), requerendo uma intervenção inicial do presidente da sessão (Sombart) a respeito da distribuição de tempo, além de uma enfática tentativa de limitar a discussão a questões científicas, dada que a palestra de Plötz estava repleta de discussões sobre ideais. Deste modo, então, fica claro como a discussão do juízo de valor também entra por meio da discussão das raízes darwinistas e do mecanismo social de seleção natural.

Por fim, foi durante as discussões da última palestra do último dia, apresentada por Herman Kantorowicz sobre a relação entre a ciência do direito e a sociologia, que as discussões mais acirradas sobre juízo de valor ocorreram. Ernst Fuchs foi o primeiro a comentar sobre o trabalho de Kantorowicz. Fuchs foi, no entanto, interrompido pelo presidente da sessão (Troeltsch), e repreendido por entrar em questões de juízo de valor a respeito das modificações na jurisprudência discutidas por Kantorowicz. Pouco tempo depois, Weber (2011, p. 312) interrompe a fala por uma questão de ordem, e aponta que Fuchs estava entrando em uma seara de juízo de valor, e não era interesse da sociologia saber se as mudanças legais seriam moralmente repreensíveis aos olhos de algum indivíduo. Kantorowicz, no entanto, entra na discussão de juízo de valor questionando o modo de aplicação do princípio:

“Gostaria de fazer um pequeno e caloroso pedido ao Presidente. É em si um espetáculo do tipo mais estranho e nunca existiu antes que um princípio metodológico-filosófico, a saber, a exclusão de

juulgamentos de valor, possa ser considerado um ponto de ordem. Isso só é possível em nossa era metodológica. Quero dizer, podemos fazer essa lei norma. Mas surge a pergunta: se essa lei deve ser usada como preventiva, como policial, ou - que, na minha opinião, é útil - repressiva, na forma de queixas subsequentes.” (Kantorowicz, 1911b, p. 314)

A esse comentário, Troeltsch, enquanto presidente da sessão, responde que essa decisão cabe a ele, e reforça o pedido para que os presentes estejam atentos às questões de juízo de valor. O presidente da sessão volta a interromper outro participante durante sua explanação, desta vez Philipp Heck, para alertar sobre juízos de valores, ao que o participante responde não entender sua fala enquanto algo que fere o princípio da neutralidade nos termos apresentados. Por fim, Weber volta a abordar a questão do valor, enfatizando que ela não se aplica apenas aos valores políticos: “O valor de uma obra de arte, também o valor de uma norma legal, também uma norma legal anterior, não está em discussão aqui.” (Weber, 1911, p. 324). Para ele, o princípio da liberdade de valor é básico para aquela sociedade científica, algo que a distingue de tantas outras. Fica claro, no entanto, que o que compõe a ideia de liberdade de valor e o modo como esse princípio deve ser reforçado varia significativamente dentro da DGS, ligado ao entendimento do papel da ciência e sua relação à política de cada participante. No caso específico da EHAE, isso fica ainda mais claro, dado que é um pressuposto de seu trabalho científico a modificação da sociedade. Também outros autores que não se expressaram mais enfaticamente a esse respeito durante o congresso têm opiniões divergentes a este respeito. Um dos principais é Andreas Voigt, presente durante o primeiro *Soziologentag*, e que viria a discutir esta questão no grande debate sobre o juízo de valor da VfSP de 1914, tendo sua posição classificada por Weber como de falsa liberdade em relação a valores (ver nota de rodapé 132).

Em 1912, em Berlim, ocorreu o segundo *Soziologentag*, e a questão do juízo de valor voltou a ser ponto de discordância. Já no primeiro espaço para discussão, Tönnies repreendeu Barth (1913) por sua palestra. Como já dito, Weber abandonou a associação depois do segundo congresso, em 1912, em meio a discordâncias em relação ao que deveria ser entendido como princípio da liberdade em relação ao valor e o modo de persegui-la. Segundo Glatzer (1994, p. 216), a falta de esperança da família Weber na DGS era tanta que Marianne teria desejado, em meio às comemorações de seu aniversário, “que o diabo pegue a associação sociológica – fora as boas reuniões, permanecerá um aparato ocioso”. Isso é significativo, dado que Weber não abandonou a VfSP mesmo depois das discussões acaloradas sobre o juízo de valor. Georg Simmel e Alfred Vierkandt (1867-1953) também abandonaram a mesa diretora

neste período. Como sublinha Dörk (2018, p. 816), as questões de juízo de valor quase levaram ao fim da associação ainda no primeiro encontro.

Na próxima seção, discutiremos o que os autores da associação entendem por sociologia, de modo a buscar compreender como isto está relacionado a suas ideias de ciência social e economia política. Até o momento, neste capítulo, utilizamos as questões relacionadas ao juízo de valor nas ciências sociais como fio condutor de debates que aparecem tanto na economia política quanto na sociologia. A crítica metodológica de Menger com relação à separação entre teoria e prática, reforçada por outros autores como Dietzel, foi amplificada e apareceu com outros significados dentro de uma discussão mais ampla, a do juízo de valor. Os autores que viriam a ser vistos como sociólogos, muitos dos quais imersos nos debates da VfSP, fazem parte das discussões da DGS trazendo sua perspectiva a respeito do modo correto de se fazer pesquisa social, com implicações para ambas as disciplinas. O que abordaremos agora são as visões conflitantes da natureza da sociologia, e como esta poderia estar ligada às concepções da natureza da economia política abordadas até o momento.

6.4.2 As definições de sociologia dentro da DGS

Como abordado na introdução desta tese, a sociologia era (e continua sendo) marcada por um conjunto ainda mais considerável de perspectivas concorrentes do que a economia. Sombart (1956 [1936]), por exemplo, elenca o que ele vê como as seis principais correntes de sociologia, divididas por seus princípios epistemológicos e objetivos da disciplina. Por fim, o autor discorda de todas as seis - algumas destas, inclusive, formuladas por autores que faziam parte do DGS, e que nos interessam. Dessa forma, é imperativo compreender como o pluralismo era um pressuposto adotado dentro da sociedade. Como a manutenção de visões muitas vezes tão contrastantes é justificada pode ser resumido pela fala de Paul Barth (1913, p. 21):

“Segundo K. Rodbertus, existem centenas de definições de estatística, entre elas provavelmente nenhuma que seja reconhecida por todos os estatísticos. E, no entanto, existe uma estatística como uma ciência reconhecida que revela certas verdades. Existem também muitas definições de filosofia, incluindo nenhuma que seria reconhecida por todos os filósofos. No entanto, a filosofia existe como uma ciência. Portanto, não precisamos ficar alarmados por não haver uma definição em geral aceita de sociologia.”

Sombart (2005 [1910], p. 107) também enfatiza a importância de um pluralismo, mas de modo diferente. O autor aqui se refere a um pluralismo metodológico, onde diferentes métodos permitiriam uma resposta mais satisfatória ao problema sobre o qual ele se debruça no momento: os efeitos da tecnologia sobre a cultura.

Ambos autores estavam presentes na DGS, mas podemos afirmar que a ideia de um pluralismo metodológico era mais bem aceita do que essa perspectiva de Barth de definições divergentes da disciplina. O limite para a última era mais restrito. No entanto, mesmo no caso de visões de sociologia muito divergentes (Barth propunha uma sociologia enquanto filosofia da história), as discussões eram feitas em conjunto, onde se buscava, até certo ponto, absorver o que cada perspectiva tinha de positivo a oferecer, muito na lógica das muitas tentativas de síntese teórica que descrevemos ao longo da tese. Característica essa certamente necessária para a manutenção de associação tão incipiente, e de uma disciplina que carregava desconfiança de parte significativa da academia. No entanto, como ficará claro na discussão sobre Barth, nem sempre as contribuições eram vistas como úteis para o avanço da disciplina. Mesmo com a saída de Simmel, Vierkandt e Weber, as divergências em relação aos conceitos de sociologia eram grandes. Até o início da Primeira Guerra Mundial, as principais correntes eram: a sociologia relacional (*Beziehungslehre*) de Leopold von Wiese, a sociologia marxista de Max Adler (1873-1937) e a sociologia enquanto ciência cultural de Karl Mannheim (1893-1947) (Käsler, 2002, p. 162). Mesmo assim, as interrupções e desacordos mais acalorados costumavam se dar muito mais pelo modo correto de se buscar a liberdade em relação aos juízos de valores do que por discordância sobre o objetivo da sociologia.

Ficavam claras as visões divergentes de sociologia no primeiro *Soziologentag*, algo que muitas vezes tinha relação com o entendimento das ciências sociais como um todo. O encontro, na realidade, é iniciado com a definição de Simmel, em sua palestra *Sociologia da Sociabilidade*.

Nessa obra, Simmel (2005 [1910]) expõe sua ideia de sociologia, o estudo das formas que permitem a formação de uma sociedade. A disciplina se diferencia da economia política e de outras disciplinas das ciências sociais por estas lidarem com o conteúdo da interação social, e não com a forma. Enquanto os demais ramos das ciências sociais correspondem ao tipo de necessidade ou motivo que levariam à sociação¹⁷⁷ contínua, as formas são estruturas

¹⁷⁷ “Sociação” difere de “associação” (como utilizado por Durkheim, por exemplo), na medida em que a última pressupõe determinações sociais na formação do indivíduo, enquanto a primeira diz respeito a uma forma de interação mais pura entre os mesmos (De Paiva Sanchis, 2011).

estáveis ou transitórias dessas interações que independem do tipo de conteúdo, i.e. de qual a motivação dessa interação. Essas formas seriam a justificativa para uma disciplina autônoma da sociologia, que não necessitaria substituir as demais ciências sociais existentes.

Já discutimos no capítulo cinco como as ideias de Simmel esbarravam no que outros autores entendiam por sociologia. Essas divergências, dentro e fora da DGS, tiveram grande influência na modificação da visão de sociologia de Simmel entre os primeiros anos do século XX e sua última obra sobre o tópico, de 1917 (Bárbara, 2014, p. 103).

Simmel é, na realidade, um caso bem particular. Um dos maiores entusiastas da institucionalização da sociologia ainda no século XIX, nos anos próximos à Primeira Guerra, marcadamente após o lançamento de seu *Soziologie*, o autor passa a se dedicar cada vez mais à filosofia e à estética. Essa proximidade com as discussões filosóficas, no entanto, já era uma marca de sua sociologia, que levava a duras críticas a seu estilo¹⁷⁸, algo de certa forma ligado a seu fracasso acadêmico (Levine, 2015)¹⁷⁹. É interessante notar, como enfatiza Adair-Totef (2005, p.17), que a ideia de Simmel foi muitas vezes confundida com uma noção realista de sociedade, o que não é o caso. Simmel (1950 [1917], p. 3-4) é crítico de uma postura nominalista radical, dado que a disciplina da sociologia só é possível a partir do momento em que existe sociedade. Se sociedade fosse apenas um nome, as disciplinas já existentes das ciências sociais e humanas bastariam para compreender as relações sociais. Mesmo assim, o autor não cai em um realismo. Como resume Wolff (1950, p. xxviii), a sociedade por si só não é real, tampouco o indivíduo por si só é real. Sendo assim, ele se coloca no meio do caminho entre os dois opostos ontológicos.

Em sua palestra na DGS, Simmel busca esclarecer como ele vê a dissolução do indivíduo no social:

“Na medida em que a sociabilidade em suas formações puras não possui, por assim dizer, propósito real, conteúdo ou resultado fora

¹⁷⁸ O formato de escrita ensaísta, visto como menos científico, vai se intensificando na obra de Simmel, e pode ser observado de maneira mais marcante em *Soziologie e Philosophie des Geldes* (Filosofia do Dinheiro) (Waizbort, 2013, p. 62). Segundo Waizbort, isso ocorreria muito por Simmel, na virada do século, já ter abandonado seu projeto sociológico, e só o completar como forma de cumprir uma obrigação que tinha para consigo mesmo.

¹⁷⁹ No entanto, nem tudo eram críticas. Como já dito, alguns autores próximos a Simmel, como Weber, apoiavam certos aspectos de seu trabalho. Ademais, como mostra Maus (1965), um dos capítulos (escrito por Erberhard Gothein) no livro referência sobre as ciências sociais do fim do século XIX e início do XX, o *Handwörterbuch der Staatswissenschaft* (Manual das Ciências do Estado), de 1909, aponta como positivo exatamente o modo como Simmel delimita a disciplina da sociologia. Segundo o autor, isso ocorre pela distância da posição de Simmel em relação às questões metafísicas de uma teoria (como a de Comte) que buscava desvendar todas as necessidades e propósitos da sociedade.

do momento social, se baseia inteiramente em personalidades [...] as propriedades pessoais da amabilidade, educação, cordialidade, apelos de todos os tipos, são decisivos sobre o caráter das configurações sociais socializáveis. No entanto, exatamente porque tudo é baseado em personalidades, não é permitido enfatizar as personalidades, pois elas são demasiadamente individuais. A cooperação ou colisão de interesses reais determina a forma social, de modo que o indivíduo com suas peculiaridades não se apresente de forma completamente ilimitada e autônoma.” (Simmel, 2005 [1910], p. 48)

O ponto central da posição ontológica de Simmel, nos mostra Saiedi (1987), é na verdade uma consequência de sua posição epistemológica. O que Simmel faz é evitar a definição ontológica da realidade ou não da sociedade, buscando criticar a própria noção de unidade e realidade: “Reivindicar uma posição ontológica para uma sociedade é reivindicar uma unidade para essa sociedade como uma entidade distinta de qualquer outro fenômeno social e não social” (SAIEDI, 1987, p. 187). Ou seja, para os autores com os quais Simmel possui divergência, a unidade é uma questão de realidade, ontológica, e aí reside o cerne da crítica. Para o autor, a unidade é um conceito subjetivo. A realidade é experienciada pelo ser humano, e as diversas formas de se ordenar essa experiência resultam em diferentes unidades. Sendo assim, aquilo que distingue o objeto dos demais fenômenos depende desta forma de organizar a experiência humana. O que o autor quer dizer com isso é que são possíveis tanto a ideia de que a sociedade existe e que, portanto, as ações humanas são reflexo de seu ambiente, quanto a ideia de que apenas o indivíduo existe, e a sociedade nada mais é do que um conceito abstrato. Tudo depende da forma de observar as relações que são o objeto de estudo, tudo depende da “distância”. A relevância de sua posição ontológica para a definição de sociologia fica mais clara quando a confrontamos com o pensamento de Paul Barth. A crítica de Simmel a autores realistas como Barth era exatamente que sua concepção de sociedade acabava coincidindo em um foco no conteúdo das interações.

Paul Barth (1922) deixa claro que entende a sociologia em proximidade com a filosofia da história, no sentido de que elas possuem um objetivo final em comum, não que sejam exatamente a mesma disciplina. Mesmo assim, isso já é significativo, dado que a maioria dos autores que aqui discutimos veem que a sociologia deveria se afastar da filosofia da história, parcialmente culpada pela má recepção da disciplina na Alemanha. O autor é um realista, que via a sociedade enquanto um organismo, e sua ideia de sociologia é compreender o que permite às sociedades surgirem e entrarem em declínio.

A sociologia e a história possuem o mesmo objeto, e as leis históricas são sempre leis sociais. O autor tem uma concepção do estudo da história (e assim da sociedade) enquanto um grande objeto, onde as sentenças ditas sobre quaisquer abordagens a respeito da história devem ser complementares umas às outras: “A história é apenas uma” (Barth, 1922, p. 136). Sendo assim, ao contrário das ciências naturais, que se dividem entre orgânicas e inorgânicas, e assim podem possuir verdades conflitantes, existe uma tendência de unificação do conhecimento da história enquanto ciência, o que torna desnecessária a divisão disciplinar estrita que existe nas ciências naturais. Dessa forma, o autor estabelece a relação entre sociologia e filosofia da história, sem igualá-las: “A sociologia cumprirá muito bem esse esforço filosófico por meio de suas leis gerais de desenvolvimento, de modo que, pelo menos em seus objetivos finais, a sociologia possa ser equiparada à filosofia da história” (Barth, 1922, p. 137). A sociologia enquanto ciência individual não seria suficiente. Esse é um dos pontos que ele critica, por exemplo, na sociologia de Simmel, que ele considera como psicologia social, que deveria ser considerada enquanto parte da psicologia (*Ibidem*, p. 150).

Isso lembra o modo como Schmoller também via um objetivo final que unificava as disciplinas das ciências sociais. De certa forma, os autores têm alguma relação. A ligação entre eles passa por Dilthey, já que este via a análise da realidade social enquanto objetivo final das suas *Geisteswissenschaften*. No entanto, Dilthey não era próximo à filosofia da história, e buscava superar a perspectiva comteana, à qual Barth estava intimamente ligado (assim como a Mill e Spencer, segundo o próprio Barth (1922, p. 154)). O entendimento de ciências sociais de Barth parte também de uma negação da posição de Rickert sobre a separação entre as ciências naturais e culturais a partir da noção de valor cultural (veja também Wiese (1922, p. 88-9)). Nesse sentido, é interessante também notar como o autor vê a repetição de fenômenos enquanto critério de seleção científica (Barth, 1913, p. 45-6).

Ademais, como apresentado no capítulo anterior, a partir da troca de cartas de Weber com outros membros da DGS, a intenção da associação no segundo *Soziologentag* era de discutir a noção de estado, dentro da ideia de que um dos papéis da sociologia era o de tornar compreensíveis certos conceitos que indicam ações conjuntas dos indivíduos. O que faz Barth (1913) neste contexto é a apresentação genética do conceito de nação, no sentido, assim como utilizado por Schmoller (ver seção 3.1), de sua evolução histórica, partindo das formas embrionárias de nação até a consolidação da noção moderna do conceito. Centrais para esta questão são os instintos que tornam necessária a vida em comunidade: instintos de sociabilidade (*Geselligkeitstrieb*), sexual (*Geschlechtstrieb*) e o amor dos pais pelos filhos

(*die elterliche Liebe zum Nachwuchse*). A ação baseada nestes instintos é o que gera a consciência da necessidade destes tipos de ação, e esse ganho de consciência, através de um processo histórico, é o que permitirá o surgimento da nação. A consciência da necessidade de interação em comunidade gera a noção de pertencimento, ponto inicial da nação. Com essa noção de pertencimento, a evolução desta consciência levará à equidade entre nação e povo, que terá em comum também aspectos religiosos e uma visão de mundo¹⁸⁰. Aqui fica mais claro como ele entende o que a sociologia deve estudar. A nação seria um objeto de estudo da sociologia exatamente porque ela é um dos fatores que dão concretude à sociedade¹⁸¹, que une um conjunto de indivíduos em povo. Outros aspectos são da mesma forma objetos de estudo da disciplina (tanto da sociologia quanto da filosofia da história), também por historicamente permitirem delimitar uma sociedade, tais como religião, língua, arte, etc.

Lembrando que o autor vê a filosofia da história e a sociologia como inseparáveis, contendo o mesmo objetivo, o próximo passo da análise seria aquilo que pode ser identificado como “estritamente sociológico”, mesmo que em sua análise isso não pode ser na prática separado. O ponto, para ele, é que para falar dessa questão em termos sociológicos, o que se faz é exatamente um juízo de valor: “O valor dessa ideia, como de todo fenômeno, só pode ser verificado em relação a um objetivo final para o qual serve a nacionalidade, assim como todos os eventos históricos.” (Barth, 1913, p. 43). Assim, a análise será então dependente da visão de mundo: católica ou protestante, socialista ou liberal. A noção de cientificidade dos neokantianos é rejeitada.

Temos, então, uma posição parecida com a de Schmoller, mas agora para a sociologia. Barth parte da análise histórica dos conceitos e vê a sociologia como uma análise ligada a um ideal de sociedade, capaz de ser alcançado independente de qual visão de mundo se adota (e nisso ele é mais aberto que Schmoller), já que todos fazemos parte da sociedade, do governo, e buscamos um bem comum. “Mas as pessoas não são apenas um ser físico, elas também

¹⁸⁰ “Esse estado forte coincide principalmente com a expansão de um povo, ou seja, a totalidade das pessoas que falam a mesma língua e que são ou acreditam ter a mesma origem. [...] Mas o estado não é a única propriedade que as pessoas têm em comum. Existem outros bens intelectuais como fundamentais, especialmente a visão de mundo comum, a religião.” (Barth, 1913, p. 25). Aqui ficam claros alguns dos diversos pontos em que o historicismo de Barth coincide com os pressupostos da EHAE, principalmente a visão de Schmoller.

¹⁸¹ Aqui também fica claro outro ponto a respeito do juízo de valor e que está relacionado aos desdobramentos da relação entre as ciências sociais e o nazismo na Alemanha. Reconhecendo que existem povos diferentes, e que povo se iguala a nação, Barth via uma superioridade no povo alemão: “Os alemães são a esperança de toda a raça humana” (Barth, 1913, p. 41)

formam uma sociedade, elas também são um organismo espiritual (*geistiger*). Como tal, têm uma vida comum de pensamento e uma vontade comum. A vontade comum aparece no estado nacional.” (Barth, 1913, p. 48). Em meio a estas definições, o que o autor busca, também, é combater a ideia de cosmopolitismo, onde poder-se-ia substituir o ideal do estado por um ideal universal.

O que impossibilita compatibilizar as visões Barth e Schmoller é, principalmente, a questão da tendência de Schmoller, como apontavam seus críticos, de querer que a economia política tenha um papel de ciência social, da contabilização de todas as relações sociais. Para Barth, a construção do conhecimento social é a construção do conhecimento histórico, e a economia política faria parte desta construção da mesma forma que a sociologia. Ainda assim, Barth seria o autor dentro da DGS mais próximo à visão schmolleriana de ciências sociais.

A crítica de Weber (1913, p. 51) a Barth focará mais no conteúdo, ignorando inclusive os claros desvios em relação à questão do juízo de valor. Sua principal crítica é a de que a nação não pode ser entendida como comunidade cultural (desfazendo assim a equidade nação/povo de Barth). Para se falar em sentimento nacional, deve-se ter a consciência de que se mistura sentimentos demasiadamente heterogêneos. Seu irmão, Alfred Weber (1913, p. 74), focará na crítica ao realismo ontológico de Barth não só como o principal defeito de sua análise, mas também como um perigo para as discussões sociológicas. Tönnies (1913, p. 49), por outro lado, foi mais duro com relação à apresentação de Barth. Além de criticar a questão de juízo de valor, igualando sua contribuição a discussões partidárias, para ele o foco demasiadamente histórico de Barth pouco contribui para as discussões da DGS. Alguns anos depois, Sombart (1923) deixaria claro como essa perspectiva de Barth é uma infeliz insistência naquela “ciência da sociedade” de Mohl, que nada tem a ver com a sociologia moderna.

Retornando às discussões durante o primeiro *Soziologentag*, já abordamos a palestra de Tönnies, mas do ponto de vista do juízo de valor. No entanto, o foco principal do autor nessa contribuição era o de apontar os objetivos da sociologia. O primeiro ponto para ele é criticar as noções de sociologia influenciadas por Comte, principalmente no contexto do que ele chama de sociologia filosófica:

“Nós não estamos lidando aqui com um sistema, nem com algumas teorias mais ou menos estabelecidas, nem com conceitos ou deduções, mas com pesquisa e investigação. O método é observação e indução. A tarefa é coletar experiências de diversos modos

diferentes e dá-las foco sociológico. Certamente, explicações conceituais, juntamente com problemas de sociologia pura, podem ser explicados dentro de uma associação, e nós realmente desejamos que isso possa acontecer. No entanto, o trabalho conjunto, a cooperação em seguir um plano é uma alternativa ao debate. É um fator necessário para se forjar uma organização forte.” (Tönnies, 2005 [1910], p. 65)

Nessa passagem fica claro como Tönnies busca se afastar de uma perspectiva que ele vê como inócua (e durante seu texto a separação entre história e sociologia é reiteradamente enfatizada), ao mesmo tempo em que entende que o objetivo da construção de uma associação passa por ignorar certas discordâncias. Sua proposta passa pelo estabelecimento de métodos rigorosos de pesquisa e verificação que, segundo ele, seria o único modo de tornar discussões a partir de perspectivas como o marxismo frutíferas.

A disciplina no formato que ele defende, sua sociologia pura (ou teórica), é uma parte do conhecimento social, assim como a economia política. Ademais, o modo como o autor coloca a relação entre as duas disciplinas é muito interessante para nossa análise:

“Economia política teórica é inseparável da sociologia pura ou teórica; é, de fato, parte dela, e a parte que está agora madura para os tratamento e discussão sociológicos. A doutrina da economia política (*Volkswirtschaftslehre*) pertence à sociologia empírica, mas também é parte integrante, na medida em que observa, analisa, descreve e examina a vida econômica real. No entanto, essa pesquisa não pode, em nenhum momento, ser completada sem primeiro ser estendida a outros aspectos da vida social.” (Tönnies, 2005 [1910], p. 68).

Aqui fica claro como a ideia de Tönnies de sociologia passa pela negação da perspectiva de Schmoller e seus partidários. A economia política é a disciplina mais bem desenvolvida e por isso disponibiliza o material mais completo para a análise sociológica. Esse papel da sociologia envolve, no entanto, relacioná-la com outros aspectos da vida, algo que Schmoller via como parte do trabalho do economista que tivesse a intenção de compreender de maneira correta as relações econômicas. Esse entendimento de Tönnies pode ser visto com proximidade à ideia de ordem em Weber, onde a sociologia teria como objeto de estudo as características sociológicas das ações econômicas, da jurisprudência e etc.¹⁸²

¹⁸² Além deste elemento, Bond (2012) também aponta para a preocupação com poder em geral (seja no caso do agente individual ou do estado), além da transformação ética do indivíduo e suas relações historicamente em meio a transformações sociais. A autora também enfatiza a diferença na visão de liberdade de valor entre os dois autores (*Ibidem*, p. 30).

A característica final da sociologia de Tönnies é sua busca pela matematização, principalmente baseada no uso da estatística, como forma de se aproximar da precisão das ciências naturais e fugir dos desvios causados pelo juízo de valor (Tönnies, 2005 [1910], p. 72). Essa característica faz com que Schulze-Gävernitz (1911, p. 88 e 145) entenda que Tönnies defende a sociologia enquanto uma ciência natural, apoie essa característica de sua ideia sobre a sociologia, e aponte que também a economia política é uma ciência natural (e que de fato está tomando parte do objeto de estudo que deveria pertencer à sociologia). Como já mostrado, Kantorowicz vê a sociologia como ciência cultural, mas que busca por conceitos gerais (o que pode ser visto como característica de ciência natural).

Outras noções de sociologia certamente existiam na DGS, mesmo que não tenham sido expostas de maneira clara durante os dois primeiros encontros que analisamos. O que nos importou aqui foi mostrar como as discussões da sociologia estavam próximas e eram influenciadas pela economia política, e até que ponto essa influência se dava pela proximidade de seus objetos, com a necessidade de uma re-delimitação da disciplina ou o favorecimento de alguma perspectiva que permitisse uma apropriada divisão do trabalho, ou pelo papel central que a economia política tinha nas ciências sociais, tornando-se palco de discussões mais amplas que seu próprio escopo que seriam cruciais para as demais disciplinas. O juízo de valor também se torna discussão onipresente, visto aqui a partir de uma discussão das ciências sociais em geral, e não de uma discussão da economia política herdada pela sociologia.

Apesar de uma pluralidade em relação às perspectivas de sociologia, há um viés em favor da disciplinarização. Podemos dizer que a ideia de um grande campo das ciências humanas é rejeitada por praticamente todos os membros da DGS. Esse aspecto ganha força também na busca pela neutralidade axiológica. A correta delimitação dos campos de pesquisa e o modo como eles interagem em meio ao trabalho científico é o que permite o entendimento de um campo específico do estudo normativo da sociologia, ou mesmo da economia política (e economia social), ligado à ética, como nos casos de Weber e Dietzel. Sendo assim, a disciplinarização é fator relevante na superação do entendimento de ciência de Schmoller, o qual influenciou de forma contundente a teoria econômica ao longo do último quartel do século XIX.

Todos os debates detalhados ao longo desta tese fizeram parte da modificação do entendimento sobre ciências sociais e sua divisão do trabalho, fator diretamente ligado tanto ao fim do domínio da EHAE quanto ao surgimento da sociologia moderna. Como apontado

ao longo deste trabalho, a ideia de uma especialização do modo buscado pela maioria dos autores da DGS era incompatível com o método histórico da EHAE defendido pela nova EHAE, em especial por Schmoller.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos nesta tese foi compreender os diferentes aspectos da relação da economia com suas disciplinas limítrofes, em especial com a sociologia. Tendo em mente as questões contemporâneas sobre imperialismo econômico, em suas diferentes versões (ver Ben Fine (2000)), o ganho de relevância de temas inter- ou transdisciplinares, especialmente a ideia de sustentabilidade (Zaman; Goschin, 2010), e os movimentos de reforma da disciplina da economia pós-crise de 2008, o tema aqui abordado nos permite aprofundar o entendimento do processo de disciplinarização das ciências sociais, com especial foco na economia.

A Alemanha da virada entre os séculos XIX e XX nos proporciona um cenário muito propício para a discussão que buscamos levantar. O primeiro ponto é a identificação de grandes nomes da sociologia clássica, muitas vezes vistos como pais da sociologia, especialmente Max Weber, que se dedicaram ao estudo da economia política em boa parte de sua carreira. Além disso, o contexto da crise do historicismo, com importantes debates sobre a possibilidade do conhecimento histórico, em um país marcado pelo domínio do método histórico na economia política, é outro fator contextual importante. Como esperamos ter ilustrado ao longo da tese, estas questões estão profundamente imbricadas, em particular considerando que a economia política, vista como uma espécie de disciplina líder das ciências da sociedade e da política social, tornou-se palco para a incorporação de debates filosóficos dessa natureza. Estas características nos permitiram reconstruir a história do pensamento econômico como parte das ciências sociais, focando nas inter-relações entre o entendimento do conjunto da ciência social e suas partes constituintes. Aqui o surgimento da sociologia como forma de intensificação da divisão do trabalho científico torna-se central, reverberando sobre as formas de pensar e delimitar o próprio conhecimento econômico.

Tendo isso em mente, apresentamos no segundo capítulo o debate do *Methodenstreit*, focando nos atores principais, Menger e Schmoller. Essa análise nos permitiu observar a cisão entre método histórico e abstrato que se tornava cada vez mais central nas discussões de economia política daquele país. Não obstante, ao trazer o posicionamento de von Treitschke em debate anterior e a contextualização da criação do *Verein* enquanto instituição que disputava lugar com a associação de economistas liberais KddV, pudemos situar o *Methodenstreit* em meio ao desenvolvimento da economia política na Alemanha até aquele

momento. Em geral, a razão principal de iniciar a discussão da tese com este recorte foi o de enfatizar diversas disputas e desenvolvimentos teóricos e metodológicos que seriam centrais no surgimento da sociologia moderna. O *Methodenstreit*, mesmo que não tenha sido a origem de todos os temas abordados, os concentrou e catalisou. Além disso, como enfatizado ao longo deste trabalho, em um momento de pouca especialização no campo das ciências sociais, a economia política se tornara palco relevante de disputa metodológica. Buscamos esclarecer este ponto principalmente ao relacionar e comparar as posições metodológicas e epistemológicas com o de importantes autores da filosofia daquele tempo, com atenção especial a Dilthey, autor chave no pensamento historicista da segunda metade do século XIX e no esforço para a justificativa da cientificidade da história e, assim, das ciências humanas. Posteriormente, sua teoria viria a ser comparada a de Rickert, autor neokantiano crucial para a obra da novíssima EHAE.

Na introdução apresentamos como a ideia comteana de sociologia – e também de seus sucessores von Stein, Mohl, Schäffle e outros – viria a ser considerada anticientífica. Ainda no segundo capítulo, enfatizamos um dos aspectos que viriam a ser evitados na busca por superar essa ideia de sociologia, as analogias biológicas, principalmente a ideia de organismo social. Como colocado, Menger já apontava para o problema de se importar estruturas causais das ciências naturais através de algumas destas analogias, mesmo que não seja qualquer tipo de comparação ou cruzamento entre as áreas de conhecimento (ciências naturais e humanas) que tenha este resultado indesejado. Rickert também viria a desenvolver este ponto em um contexto de crítica à Filosofia da Vida.

Também ligado ao domínio do pensamento historicista, a Alemanha nos permite observar uma grande disputa pelos rumos da disciplina. A *Nationalökonomie* já surge enquanto crítica metodológica à perspectiva clássica, oferecendo assim uma visão comparativa desde cedo. A isso soma-se o pleito de Menger e as tentativas de síntese que incluem uma volta mediada à economia política britânica, como no caso de Dietzel. O terceiro capítulo teve a intenção de apresentar a obra de Dietzel a partir desta perspectiva. Dentre as buscas por uma síntese entre o conhecimento histórico e abstrato que surgem neste momento, a contribuição de Dietzel nos é especialmente relevante por, na tentativa de reestabelecer a tradição clássica na Alemanha, enfatizar a especialização científica através da estrita delimitação do fenômeno econômico e do escopo de sua disciplina, a *Sozialökonomik*. O autor é responsável pela popularização deste termo, que influenciará a obra de Weber, assim como sua separação

entre o “ser” da economia social teórica e o “dever ser” da economia social prática, onde a ética econômica aparece como algo desenvolvido a partir de disciplinas auxiliares.

Nestas disputas ficou claro como o método histórico, principalmente o método radical de Schmoller, deveria ser superado para que se pudesse falar em uma sociologia mais próxima do nosso entendimento corrente, dado que a especialização científica e a separação entre o teórico e o histórico eram passos cruciais. A ideia de ciência de Schmoller implicava que a economia política seria tão mais científica quanto mais fenômenos fosse capaz de explicar. A delimitação da possibilidade de explicação científica não estava no fenômeno a ser explicado, mas sim no alcance da generalidade da explicação. Isso era traduzido em uma busca pela compreensão de todos os aspectos da ação humana dentro de um contexto cultural que, somada à inter-relação dos órgãos e instituições e ao etapismo de sua evolução, resultava na impossibilidade de uma especialização científica que permitiria o surgimento da sociologia moderna. Ademais, seu método histórico, onde a observação minuciosa permitia a formação de leis baseadas na realidade, tornava esse objetivo virtualmente possível. Derrubar, então, o método que sustentava a referida visão de ciência era prerrogativa para se avançar na direção da especialização científica.

Aqui, no entanto, não desenvolvemos todas as perspectivas de sociologia possível. Focando nos debates que moldaram a institucionalização da sociologia e sua aceitação no mundo acadêmico, deixamos de lado o pensamento marxista. Em nossa narrativa, esta perspectiva só apareceu enquanto algo que os autores buscavam evitar, mesmo aqueles que em certo momento possam ter se identificado com o marxismo, muitas vezes em busca de uma cientificidade que viam não ser possível alcançar com o materialismo histórico. Lukács (1981) enfatiza o objetivo da sociologia de Weber, Simmel, Rickert e outros, como uma busca por suplantando o pensamento marxista. Sua proximidade à teoria da utilidade marginal, por exemplo, estaria ligada à uma tentativa de refutar a teoria da acumulação primitiva de Marx. O foco na modernidade e nas origens do capitalismo também seria uma busca por superar o materialismo histórico. Os objetivos políticos por trás dos desenvolvimentos teóricos podem ser reforçados pela centralidade da política social nas discussões que apresentamos, com o reformismo sendo uma característica marcante da EHAE. A neutralidade, a separação entre a economia prática e teórica, como fica mais escancarado em Dietzel, buscam, por sua vez, ignorar os fatores que permitiram a emergência da configuração social a ser analisada. Isto não implica necessariamente no fim das discussões a respeito dos problemas estruturais do capitalismo, mas certamente foi fator preponderante

na busca destes autores pelo entendimento da economia enquanto ferramenta técnica, que apenas reforça e desimpede os mecanismos de mercado sem discutir se o resultado destes mecanismos é socialmente desejável.

Como dito, o *Methodenstreit* foi o ponto de partida para nossa discussão. Este debate se tornou um clássico da história do pensamento econômico, sendo constantemente acessado nos momentos de crise disciplinar. Mas não só ele. Como coloca Oakes (1980, p. 70), as controvérsias sobre relativismo na história são também em larga escala vistas como uma reedição dos debates deste período, com a recepção do pensamento de Dilthey, a *Lebensphilosophie* e a crise do historicismo. As discussões ligadas à *Werturteilsstreit* também são recorrentes contemporaneamente. Há pouco tempo, Leonid Bershidsky (2019) publicou um artigo na Bloomberg onde criticava a ideia de que a diminuição da desigualdade deveria ser o guia da política econômica. Esse viés, um excesso de preocupação com o tema, seria resultado da influência do trabalho de autores com Thomas Piketty e Gabriel Zucman. Isso nos leva diretamente àquela parcela do debate sobre julgamento de valor que lida com o objetivo da política social, onde a existência de objetivos diferentes estava ligada a diferentes visões de mundo. Ao menos Bershidsky não propõe uma saída neutra para a questão. Mesmo assim, seu entendimento é que deveríamos buscar uma ideia de “felicidade” dos indivíduos, algo que, em sua visão, incluiria equidade, mas não se limitaria a isso.

A segunda parte da tese gira muito em torno da *Werturteilsstreit*. No segundo capítulo desta parte, a posição de Weber a respeito desta querela já começa a ser desenhada com a apresentação de seus escritos metodológicos. Antes disso, no entanto, foi necessário entender a obra de Heinrich Rickert. O filósofo neokantiano nos foi importante por sua influência e relação com Weber, mas também por contextualizar o debate filosófico daquele momento, especialmente por sua crítica a Dilthey. Como já colocado o autor também traz uma extensa discussão do problema da transposição das relações causais das ciências naturais para as culturais através do organicismo. Ademais, a justificativa para as ciências culturais de Rickert era divergente daquela de Dilthey, e resultado de uma reformulação da posição de seu antecessor, Windelband.

O quinto capítulo da tese, dedicado à obra de Max Weber, apresenta as modificações à percepção deste autor sobre a economia política e a sociologia, assim os aspectos que permitiram que ele fosse reconhecido, por muitos autores, como o pai da sociologia alemã. Normalmente, quando se fala em uma suposta sociologia weberiana, enfatiza-se a importância do desenvolvimento dos tipos ideais. Apontamos durante a tese (algo já

desenvolvido na literatura secundária), no entanto, como este aspecto da teoria de Weber estava ligado à formação de conceitos no sentido trabalhado na discussão sobre Rickert, e que este seria o *modus operandi* de todo o desenvolvimento teórico dentro das ciências da cultura. A ideia de valor cultural é também um gancho para a introdução de outros sentidos em que a discussão de valor e ciência aparecem naquele período. Antes de adentrar essa questão mais a fundo, no debate da *Werturteilsstreit*, apresentamos como a relação entre as disciplinas da sociologia e da economia varia ao longo da obra de Weber. O autor fora durante muito tempo crítico da ideia de uma disciplina da sociologia. Em um primeiro momento do estudo da sociologia em si, dado que este ainda estava muito ligado à ideia comteana. Depois, o autor diminui sua reticência a esse campo científico até o momento em que passa a reconhecer parte, e posteriormente o cerne, de seu trabalho dentro do campo sociológico. Mas é apenas no fim de sua vida, já próximo à década de 1920, que Weber admite a necessidade de uma especialização institucional dentro das universidades que permitiria a fundação de uma cátedra de sociologia. Como apresentado, sua própria noção de como delimitar o estudo da sociologia muda ao longo do tempo, ficando claro que aquilo que hoje chamamos de sociologia econômica, o estudo sociológico dos fenômenos econômicos (entendido enquanto uma parcela da disciplina da economia social), só irá aparecer claramente em seus escritos do período próximo à Primeira Guerra (em meios aos seus esforços de edição do GdS).

O último capítulo da tese discute a *Werturteilsstreit* e a fundação da DGS. A *Werturteilsstreit* é um debate que guarda forte relação com o *Methodenstreit*, e parte da discussão que ocorre no primeiro já fora adiantada no último com a oposição entre teoria e prática. O debate é também um tópico comum nas duas associações aqui abordadas (e assume lugar central na DGS), sendo utilizado então enquanto fio condutor. Sendo assim, iniciamos o sexto capítulo apresentando a ligação entre a *Werturteil*- e o *Methodenstreit*. A figura de Schmoller é novamente central, mas seus algozes são agora os autores da novíssima EHAE, em especial Weber e Sombart. Ao apresentar a posição de cada um dos autores nesta querela, pudemos diferenciar os diferentes aspectos como aparece o juízo de valor neste momento. Primeiramente, existe o ponto de se determinar o objetivo das políticas sociais. Aqui, não haveria, para Weber, impedimento de juízos de valores determinarem tais objetivos. Weber apenas enfatizaria a necessidade de se explicitar sua posição, ao passo que Schmoller faria objeção a certas visões de mundo, em específico as marxistas e smithianas (ou, melhor, daquilo que ele via como EM).

Sombart é quem traz, a princípio, uma posição mais problemática, sendo criticado por apontar a possibilidade de se retirar da teoria um juízo de valor a ser seguido pelas políticas sociais. Aqui começa o problema principal do debate de juízo de valor, a relação entre valor e ciência. Sombart posteriormente abandona esta posição, mas outras questões surgem. O que buscamos enfatizar neste aspecto foi a utilização da visão de mundo enquanto um guia para a pesquisa teórica, sendo a existência de várias visões de mundo concorrentes dentro da pesquisa teórica aquilo que possibilitaria a superação do juízo de valor na ciência. Aqui fica claro como a busca desta nova geração de economistas/sociólogos por tentar delimitar a influência de juízos de valor na pesquisa científica era por si só um entrave ao método histórico de Schmoller.

Posteriormente, ainda no capítulo seis, pudemos entrar em mais detalhes a respeito das visões concorrentes de sociologia, dando ênfase, quando possível, a sua relação com as ideias de natureza da economia política apresentadas anteriormente. É importante ter em mente que esta tese tem sempre a intenção de compreender como os desenvolvimentos da economia política influenciam o surgimento da sociologia, mas também como uma ideia de economia política está ligada a concepções de natureza e divisão das ciências sociais que poderiam resultar em diferentes tipos de sociologia. É claro que, na prática, o sociólogo do período não construiu necessariamente uma concepção de economia política para daí desenvolver uma ideia de sociologia. Mas, dado que o debate destas disciplinas, neste período de pouca especialização científica, estava significativamente imbricado, discutir uma das disciplinas implicava em pensar um modo de se fazer pesquisa social em geral.

A relação entre as ideias de sociologia e economia política de Weber foi trabalhada em maior profundidade, principalmente no capítulo cinco. No entanto, pudemos observar em outros autores uma relação distinta, em especial em Paul Barth. Este autor tem uma ligação com o método histórico, e sua concepção de sociologia vai muito ao encontro daquilo que Schmoller entendia por economia política, mesmo que seja difícil determinar até que ponto estas disciplinas seriam para eles concorrentes. Ademais, dentro da DGS a pluralidade era uma característica marcante. Mesmo que Barth tenha sido algumas vezes criticado por sua “sociologia enquanto filosofia da história”, a busca pelo fortalecimento da incipiente disciplina tornava a convivência de perspectivas muito divergentes algo corriqueiro. No que diz respeito a um pluralismo metodológico, este ponto era buscado de forma mais consciente. Era comum o entendimento de que a análise de um mesmo objeto a partir de diferentes métodos possibilitava uma melhor interpretação do fenômeno (visão claramente contrastante

com a de Schmoller). Esse pluralismo também foi característica da economia política, principalmente durante o período entreguerras, quando o domínio da EHAE já havia diminuído sensivelmente. No entanto, após o fim da Segunda Guerra Mundial e a retomada paulatina da normalidade das instituições alemãs, fica claro o avanço neoclássico no país. Sendo assim, ocorreu uma demarcação mais profunda entre sociologia e economia. A sociologia continuou próxima a esse pluralismo, muitas vezes reivindicando a independência das ciências sociais em relação às ciências naturais. A ciência econômica, por outro lado, seguiu o caminho do monismo, onde interpretações que divergiam da teoria neoclássica eram marginalizadas ou incorporadas dentro de seu arcabouço. Aqui também ficou marcada a volta da cientificidade baseada na similaridade com as ciências naturais, principalmente a física.

Ademais, a questão central da tese recai então sobre o surgimento do ponto de vista sociológico, seu reconhecimento. Este surge, ao menos na perspectiva de Weber, como uma alternativa ao *Methodenstreit*, já que ele permite isolar os aspectos tratados pelo método da EHAE, diferenciando-os da teoria econômica. Neste sentido, enfatizamos a relação entre as disciplinas da economia e da sociologia. No entanto, este esforço nos dá subsídio para um segundo tipo de análise a respeito da interação entre as disciplinas, conforme mediada pela sua delimitação. Aqui o trabalho de Geary (2010) pode ser utilizado como base para alcançar este objetivo.

Em um estudo que busca analisar a relação entre a economia e a sociologia na academia estadunidense pós-1945, Geary elenca quatro possíveis modos de relacionamento, caracterizados por complementariedade ou competição. Dois deles têm mais ligação com os fenômenos com os quais as disciplinas se ocupam: a) uma complementariedade característica da maturidade de ambas as disciplinas, onde cada uma tem tanto seu objeto de pesquisa quanto seu método claramente definidos – uma ideia de divisão do trabalho acadêmico completa; e b) uma competitividade onde, apesar de suas abordagens distintas, as disciplinas compartilham alguns dos fenômenos explicados. As demais têm a ver com a relação entre as disciplinas e o discurso público: c) uma complementariedade no sentido de ambas serem vistas como parte do discurso das ciências sociais como um todo, que seria responsável por auxiliar no esclarecimento de questões sociais e prover soluções para questões práticas de sua contemporaneidade para o público em geral; e, por fim, d) uma disputa de caráter mais ideológico, onde a visão de sociedade propagada por uma economia

dominada pelo neoclassicismo seria antagônica à propensão contra o domínio das relações sociais pelo mercado.

Em um ambiente em que a divisão do trabalho acadêmico está ainda se formando, o trabalho de caracterização feito por Geary se torna mais complexo. Mesmo assim, essa perspectiva ainda pode ser útil como resumo das interações que descrevemos ao longo da tese.

Primeiramente, pensamos no método histórico de Schmoller. Dada sua ideia de uma disciplina da economia política que busque compreender todos os determinantes da ação econômica, a ideia de uma sociologia como a de Weber seria invariavelmente competitiva, em todos os sentidos. Na construção de tipos da ciência social weberiana é necessário que a ideia de teoria de Schmoller seja desfeita para que possa existir o que se trata enquanto relação da ordem econômica com outros aspectos da vida, a sociologia econômica enquanto parte da própria economia. Disciplinas abrangentes como a de Schmoller invariavelmente disputam espaço com a especialização científica. Isso fica mais claro se pensarmos em uma ciência ainda mais abrangente, que estuda toda a unidade da realidade social. Neste sentido, vale lembrar como apontamos que Comte via a economia política como uma disciplina supérflua. Com relação ao debate das políticas sociais e o discurso público, basta lembrar que o ecletismo de Schmoller é limitado a perspectivas divergentes que utilizam o método histórico.

A sociologia de Barth, por outro lado, é diferente. O autor busca uma ciência histórica, onde as disciplinas pertencentes teriam o mesmo objetivo final, e nesse sentido seriam equiparadas à filosofia da história, ponto onde diverge de Dilthey e Schmoller. Ademais, é interessante ter em mente que, para Barth (1922, p. 622), a economia política tem um papel de construção da concepção econômica da história. Sendo assim, as disciplinas seriam complementares - seus conhecimentos seriam, inclusive, interdependentes em objetivo final.

O rumo das ciências sociais na Alemanha, no entanto, foi outro. A especialização disciplinar foi o caminho seguido. E mesmo que posteriormente se tenha afastado da perspectiva dos primeiros sociólogos, a crítica destes autores foi crucial neste ponto. As perspectivas a respeito do que é a sociologia são distintas, podendo mudar ao longo do tempo na obra de um mesmo autor, como é o caso de Weber. Não é possível, assim, analisar como de fato poderia ser a relação entre esta sociologia e economia mais além do que em termos de especialização científica, de as sociologias propostas pelos autores que viriam a ser considerados como os primeiros sociólogos alemães (como Weber, Sombart, Tönnies e

Simmel) serem incompatíveis com a perspectiva schmolleriana, mas compatíveis com autores que delimitam o conteúdo das disciplinas. Ainda assim, elas poderiam carregar alguma relação competitiva, dado que o próprio Weber assume que a sociologia teria uma tendência de cruzar os limites disciplinares. É pouco provável, no entanto, que se esperaria algo como um imperialismo econômico (nos termos de hoje) invertido. Do lado oposto, era preocupação de diversos economistas traçar e evitar ultrapassar os limites da disciplina, algo latente em autores como Dietzel.

No que diz respeito ao debate público, se pensarmos no ideal sob o qual foi constituída a DGS, ao menos neste espaço não haveria razão para preocupação com a concorrência em relação à VfSP no que diz respeito à política social. Seu estatuto buscou limitar o trabalho ao científico, evitando buscar justificativas para políticas sociais dentro da sociologia, obedecendo, assim, a liberdade em relação ao julgamento de valor. Esta discussão política caberia a outros espaços. Sombart, por exemplo, foi parte da *Gesellschaft für Soziale Reform* (Sociedade para reforma social), que existiu entre 1901 e 1914.

Finalmente, esperamos que esta tese tenha esclarecido os diversos aspectos da relação entre economia e as ciências sociais do período, em especial a sociologia, e os determinantes internos e externos da disputa pelo formato e conteúdo da disciplina. A especialização científica se dá em um contexto de busca pelo entendimento de uma realidade complexa, mas perde quando deixa de lado o entendimento da unidade da realidade social. Muito do pluralismo que se busca hoje passa, na verdade, por uma interdisciplinaridade. Não se trata apenas de considerar aspectos das teorias de Keynes, Marx ou Kalecki, mas também de aceitar o trabalho etnográfico e outros métodos de outras ciências sociais, como a sociologia, em busca da compreensão de aspectos da realidade que a perspectiva dominante não é capaz de assimilar, ou mesmo considera irrelevante. Na epígrafe desta tese está reproduzido um trecho do discurso de Jacob Viner onde ele aponta para o problema da especialização científica, que só se intensificou desde então. Tal problema pode ter uma raiz comum a diversas outras questões científicas: a crença de que aquilo que vinga, que sobrevive ao escrutínio do tempo, é sempre a melhor opção. Acreditamos que um dos papéis da história do pensamento econômico é exatamente este: compreender o real desenrolar do avanço científico em nossa disciplina, e talvez nos permitir reavaliar algumas verdades supostamente universais. Com isto não queremos indicar, de modo algum, que a conclusão desta tese é a de que a derrocada do pensamento da EHAE foi um equívoco, ou algo similar. Mas que, para além de nos permitir acessar debates importantes e apresentar os complexos

determinantes da formação de nossa disciplina, há sempre a possibilidade de forjar material que permita enriquecer os debates contemporâneos, que muitas vezes tomaram forma similar no passado.

REFERÊNCIAS

ADAIR-TOTTEFF, C. Max Weber as Philosopher: The Jaspers–Rickert Confrontation. **Max Weber Studies**, v. 3, n. 1, p. 15-32, 2002.

_____. **Sociological Beginnings**: The First Conference of the German Society for Sociology, Liverpool: Liverpool University Press, 2005.

ARENA, R. On the relation between economics and sociology: Marshall and Schumpeter. In: SHIONOYA, Y.; NISHIZAWA, T. **Marshall and Schumpeter on Evolution**: Economic Sociology of Capitalist Evolution. Cheltenham: Edward Elgar, 2008, p. 65-92.

ARNDT, P. Obituary: Heinrich Dietzel. **Economic Journal**, v. 45, n.4, p. 797-798, 1935.

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Alfragide: Dom Quixote, 2010 [1965].

BACKHAUS, J. G. The University as an Economic Institution: The Political Economy of the Althoff System, **Journal of Economic Studies**, v. 20, n. 4/5, p. 8-29, 1993.

BACKHAUS, J. G.; HANSEN, R. Methodenstreit in der Nationalökonomie. **Journal for General Philosophy of Science**, v. 31, p. 307-336, 2000.

BACKHAUS, J. G.; WAGNER, R. E. From Continental Public Finance to Public Choice: Mapping Continuity. **History of Political Economy**, v. 37, Supplement 1, p. 314-332, 2005.

BACKHOUSE, R. E.; MEDEMA, S. G. Defining Economics: The Long Road to Acceptance of the Robbins Definition. **Economica**, n. 76, p. 805-820, 2009.

BACKHOUSE, R. E.; FONTAINE, P. Introduction: History of Economics as History of Social Science. **History of Political Economy**, 42 annual Supplement, 2010.

BAKKER, J. I. Wilhelm Dilthey: Classical Sociological Theorist. **Quarterly Journal of Ideology**, v. 22, n. 1, p. 43-82, 1999.

BALABKINS, N. What did Schäffle teach Schumpeter? In: BACKHAUS, J. (Ed.) **Albert Schäffle (1831-1903)**: The Legacy of an Underestimated Economist. Frankfurt am Main: Haag Herchen Verlag, 2010, p. 35-53.

BANNISTER, R. C. Sociology. In: PORTER, T. M.; ROSS, D. **The Cambridge History of Science**, vol. 7: The Modern Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 329-353.

BÁRBARA, L. B. A vida e as formas da sociologia de Simmel. **Tempo Social**, v. 26, n. 2, p. 89-107, 2014.

BARTH, P. **Die Philosophie der Geschichte als Soziologie**. Leipzig: O. R. Reisland, 1922.

_____. Referat „Die Nationalität in ihrer soziologische Bedeutung“ bei den Verhandlungen des Zweiten Deutschen Soziologentages. Vom 20.-22. Oktober 1912 in

Berlin. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, II. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1913, p. 21-49.

BAUR, N.; KORTE, H.; LÖW, M.; SCHROER, M. (eds.) **Handbuch Soziologie**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.

BECKERATH, E. **Heinrich Dietzel als Nationalökonom und Soziologe**. Bonn: Abteilung Verlag, 1944.

BETZ, H. K. How does the German Historical School fit? **History of Political Economy**, v. 20, n. 3, p. 409-430, 1988.

BERNART, Y. Die Rezeptionsgeschichte Auguste Comte in Deutschland (1859-1997). In: SCHWENGEL, H. **Grenzenlose Gesellschaft?** Pfaffenweiler: Centaurus Verlag, 1999, p.39-42.

BERSHIDSKY, L. Opinion: Economists Care Too Much About Inequality. **Bloomberg**. 7 de Janeiro de 2020. Politics and Policy. Disponível em: < <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2020-01-07/economists-debating-piketty-care-too-much-about-inequality>>.

BOCK, M. Auguste Comte (1798-1857) In: KAESLER, D. (Ed.) **Klassiker der Soziologie: von Auguste Comte bis Alfred Schütz**. München: Verlag C. H. Beck oHG, 2006, p. 39-57.

BÖGENHOLD, D. Economics, Sociology, History: notes on their loss of unity, their need for re-integration and the current relevance of the controversy between Carl Menger and Gustav Schmoller. **Forum for Social Economics**. v. 37, n. 2, p. 85-101 2008.

_____. Soziologie des Wirtschaftlichen - Alte und neue Fragen. In: BÖGENHOLD, D. (Ed.) **Soziologie des Wirtschaftlichen - Alte und neue Fragen**. Wiesbaden: Springer VS, 2014, p. 7-27.

_____. The order of social sciences: sociology in dialogue with neighboring disciplines. **The Journal of Philosophical Economics**, v. XI, n. 1, .27-52, 2017.

BÖHM-BAWERK, E. v. Grundzüge der Theorie des wirtschaftlichen Güterwerts. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 47, n. 1/6, p. 1-82/477-541, 1886.

_____. The historical vs. the deductive method in political economy. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 1, n. 2, p. 244-271, 1890.

_____. Zur theoretischen Nationalökonomie der letzten Jahre. **Zeitschrift für Volkswirtschaft, Socialpolitik und Verwaltung**, v. 7, p. 400-432, 1898.

BÖHM, F. Die Philosophie Heinrich Rickerts. **Kant-Studien**, v. 38, n. 1-2, p. 1-18, 1933.

BOLLNOW, O. F. Wilhelm Dilthey. **Encyclopædia Britannica**. Encyclopædia Britannica, inc., 15 nov. 2018. Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/Wilhelm-Dilthey>>. Acessado em: 19/02/2019.

BOND, N. Ferdinand Tönnies and Max Weber. **Max Weber Studies**, v. 12, n. 1, p. 25-57, 2012.

BORCHARDT, K. Albert Schäffle als Wirtschaftstheoretiker. **Zeitschrift für die Gesamte Staatswissenschaft**, v.117, n.1, p. 610-634, 1961.

BOSTAPH, S. The Methodological Debate between Carl Menger and the German Historicists. **Atlantic Economic Journal**, v. 6, n. 3, p. 3-16, 1978.

BÖTTCHER, F. Diskussion bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911, p. 84-85.

BOURDEAU, M. Auguste Comte. In: ZALTA, E. N. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2018. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/comte/>>. Acessado em 19 de Dezembro de 2018.

BRAIN, R. M. The Ontology of the Questionnaire: Max Weber on Measurement and Mass Investigation. **Studies in History and Philosophy of Science Part A**, v. 32, n. 4, p. 647-684, 2001.

BREUER, S. Max Webers Staatssoziologie. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, n. 45, 1993.

BRUHNS, H. **Marx Webers historische Sozialökonomie. L'économie de Max Weber entre histoire et sociologie**. Wiesband: Harrassowitz Verlag, 2014.

BRUUN, H. H. Weber on Rickert: From value relation to ideal type. **Max Weber Studies**, v. 1, n. 2, p. 138-160, 2001.

_____. **Science, Values and Politics in Max Weber's Methodology**. Hampshire: Ashgate, 2007.

BURAWOY, M. For Public Sociology. **American Sociological Review**, v. 70, p. 4-28, 2005.

CAHNMAN, W. J. Tönnies and Weber: A Rejoinder. **European Journal of Sociology**, v. 22, n. 1, p. 154-157, 1981.

CALDWELL, B. There Really Was a German Historical School of Economics: A Comment on Heath Pearson. **History of Political Economy**, v. 33, n. 3, p. 649-654, 2001.

_____. **Hayek's Challenge: An Intellectual Biography of F. A. Hayek**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2004.

CAMIC, C. Departments in Search of a Discipline: Localism and Interdisciplinary Interaction in American Sociology, 1890—1940. **Social Research**, v. 62, n. 4, p. 1003-1033, 1995.

CASTI, J. L. Money is funny, or why Finance is too complex for physics. In: O'BRIEN, R. **Finance and the International Economy**, 5. Oxford: Oxford University Press, 1991, p.148-161.

COCKERHAM, W. C. Classical Sociology. **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Health, Illness, Behavior, and Society**, 2013, p. 1-4. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/9781118410868.wbehibs575>>. Acessado em 19 de Dezembro de 2018.

COHEN, I. B. Newton and the social sciences, with special reference to economics, or, the case of the missing paradigm. In: MIROWSKI, P. (Ed.) **Natural Images in Economic Thought**: “Markets read in Tooth & Claws”. Cambridge: Cambridge University Press: 1994, p. 55-90.

COHN, G. **Crítica e Resignação**: Marx Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COLLINI, S. “Discipline history” and “intellectual history” reflections on the historiography of the social sciences in Britain and France. **Revue de Synthèse**, v. 109, n. 3-4, p. 387-399, 1988.

COLLINS, R. The Transformation of Philosophy. In: HEILBRON, J., MAGNUSSON, L., WITTROCK, B. (Ed.) **The rise of the Social Sciences and the formation of Modernity**. Dordrecht: Springer, 1998, p.141-161.

COMTE, A. **Considérations philosophiques sur les sciences et les savants**. Système de politique positive, vol I, p. 465, 1825.

_____. **The Positive Philosophy of Auguste Comte**. Vol II. Kitchener: Batoche Books, 2000 [1842].

CURI, L. F. B. **Nationalökonomie nos trópicos**: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945). Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado – Departamento de História), 2018.

CZAYKA, L. **Formale Logik und Wissenschaftsphilosophie**: Einführung für Wirtschaftswissenschaftler. München: Oldenburg Wissenschaftsverlag, 2000.

DAHRENDORF, R.. **Pfade aus Utopia**: Zur Theorie und Methode der Soziologie. München und Zurich: Piper, 1974.

_____. Karl Marx (1818-1893). In: KAESLER, D. (Ed.) **Klassiker der Soziologie**: von Auguste Comte bis Alfred Schütz. München: C. H. Beck oHG, 2006, p. 58-73.

DAHMS, H.-J. Kontroversen in der deutschsprachigen Soziologie vor 1933. In: MOEBIUS, S.; PLODER, A. **Handbuch Geschichte der deutschsprachigen Soziologie**: Band 1: Geschichte der Soziologie im deutschsprachigen Raum, 2017, p. 1-28.

DE PAIVA SANCHIS, I. **Simmel e Goffman**: uma comparação possível. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 11, n. 3, p. 856-872, 2011.

DIETZEL, H. Der Ausgangspunkt der Socialwirthschaftslehre und ihr Grundbegriff. **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft**, v. 39, p. 1-80, 1883.

_____. Beiträge zur Methodik der Wirtschaftswissenschaften. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 43, p. 17-44 and 193-259, 1884a.

_____. Besprechung von: Menger, C. Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaft und der politischen Ökonomie insbesondere: Ein Beitrag zur Methodologie der theoretischen Wirtschaftswissenschaft. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 42, p.107-134 e 353-370, 1884b.

_____, Besprechung von: Sax, E. Das Wesen und die Aufgabe der Nationalökonomie. **Jährbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 42, p. 498-500, 1884c.

_____, Besprechung von: Schmoller, G. Zur litteraturgeschichte der Staats- und Sozialwissenschaft. **Göttingische gelehrte Anzeigen**, n.18, p. 721-741, 1889.

_____, Staatswissenschaften: Volkswirtschaftslehre und Finanzwissenschaft. In: LEXIS W. (Hg.) **Die Deutschen Universitäten**: Für die Universitätsstetung in Chicago 1893 unter Mitwirkung Zahlreicher Universitätslehrer. Berlin: Verlag von Asher, 1893, p. 566-583.

_____, Theoretische Socialökonomik. In: WAGNER, A. (Ed.) **Lehr- und Handbuch der Politischen Oekonomie**. Hauptabteilung 2, Band 1, Leipzig: Winter'sche Verlaghandlung, 1895.

_____, Free Trade and the Labour Market. **The Economic Journal**, v. 15, n. 57, p. 1-11, 1905.

_____, Individualismus In CONRAD, J. et al. **Handwörterbuch der Staatswissenschaften**, Band 5, Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1910, p. 590-606.

_____, Selbstinteresse und Methodenstreit in der Wirtschaftstheorie. In CONRAD, J. et al. **Handwörterbuch der Staatswissenschaften**, Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1911, p. 435-449.

DILTHEY, W. **Introduction to the Human Sciences**, Princeton: Princeton University Press, 1989 [1883].

DO VALLE, U. Cultura e História no pensamento de Weber. In: SENADA, N. C.; CUSTÓDIO, H. F. F. (Orgs.) **Max Weber: religião, valores, teoria do conhecimento**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2016, p. 235-254.

DOPFER, K. Das historische Element in der ökonomischen Theorie: Ein Thema der deutschsprachigen Nationalökonomie von Schmoller bis Eucken. In: SCHEFOLD, B. **Die Darstellung der Wirtschaft Wirtschaftswissenschaften und der Belletristik**. Studien zur Entwicklung der ökonomischen Theorie XI. Berlin: Duncker & Humblot, 1992, p. 281-300.

DÖRK, U. Die frühe Deutsche Gesellschaft für Soziologie. In: In: MOEBIUS, S.; PLODER, A. **Handbuch Geschichte der deutschsprachigen Soziologie**. Band 1: Geschichte der Soziologie im deutschsprachigen Raum, 2018, p. 809-829.

DÜE, T. **Fortschritt und Werturteilsfreiheit** - Entwicklungstheorien in der historischen Nationalökonomie des Kaiserreichs. Universität Bielefeld (Tese de Doutorado - Fakultät für Geschichtswissenschafts und Philosophie), 2001.

DUPRAT, G.-L. The International Institute of Sociology. **American Sociological Review**, v. 1, n. 3, p. 449-454, 1936.

EBNER, A. Ökonomie als Geisteswissenschaft? Grundzüge der Erklären-Vestehen-Kontroversen in den deutschen Wirtschaftswissenschaften. In: KURZ, H. **Die Ökonomik im Spannungsfeld zwischen Natur- und Geisteswissenschaften. Alte und neue Perspektiven im Licht des jüngsten Methodenstreits**. Studien zur Entwicklung der ökonomischen Theorie XXVIII. Berlin: Duncker & Humblot, 2014, p. 73-106.

ELIAESON, S. Influences on Max Weber's methodology. **Acta Sociologica**, v. 33, n. 1, p. 15-30, 1990.

_____. **Max Weber's Methodologies**. Cambridge: Polity Press, 2002.

_____. Max Weber's Methodology: an Ideal-Type. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 26, n. 3, p. 241-263, 2000.

ERIKSSON, B. The first formulation of sociology: a discursive innovation of the 18th century. **European Journal of Sociology**, v. 34, n. 2, p.251-276, 1993.

FEIX, N. **Werturteil, Politik und Wirtschaft**. Werturteilsstreit und Wissenschaftstransfer bei Max Weber. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1978.

FINE, B. Economics Imperialism and Intellectual Progress: The Present as History of Economic Thought? **History of Economics Review**, v. 32, n. 1, p. 10-35, 2000.

FONTAINE, P. Introduction: The Social Sciences in a Cross-Disciplinary age. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 51, n. 1, p. 1-9, 2015.

FORGET, E. L. **The Social Economics of Jean-Baptiste Say** – Markets and virtue. London and New York: Routledge, 1999.

FORM, W.; FARIS, R. E. L. Sociology. **Encyclopædia Britannica**, 2015. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/sociology>>. Acessado em 19 de Dezembro de 2018.

FREUND, J. German Sociology in the time of Max Weber. In: BOTTOMORE, T. and NISBET, R., **A History of Sociological Analysis**. London: Heinemann, 1979, p.149-186.

FRISBY, D. **Sociological Impressionism: A reassessment of Georg Simmel's Social Theory**. London: Heinemann, 1981.

GEARY, D. Economics and Sociology: From Complementary to Competing Perspectives. **History of Political Economy**, v. 42, annual supplement, 2010.

GELSENKIRCHEN, K. Das Verhältnis des Kartelle zum Statte. **Verhandlungen des Vereins für Sozialpolitik**, p. 272-292, 1906.

GIDE, C.; RIST, C. **A History of Economic Doctrines**. Boston: D.C. Heath, 1948.

GLAESER, J. **Der Werturteilsstreit in der deutschen Nationalökonomie** – Max Weber, Werner Sombart und die Ideale der Sozialpolitik. Marburg: Metropolis-Verlag, 2014

GLATZER, W. Deutsche Gesellschaft für Soziologie (DGS) – the academic association of sociologists in Germany since 1910. **Soziologie**, special edition 3, 1994, p. 216-231.

GOLDSCHMIDT, N. **Entstehung und Vermächtnis ordoliberalen Denkens**: Walter Eucken und die Notwendigkeit einer kulturellen Ökonomik. Münster: Lit, 2002.

GORGES, I. **Sozialforschung in Deutschland 1872-1914**: Gesellschaftliche Einflüsse auf Themen- und Methodenwahl des Vereins für Sozialpolitik. Königstein/Ts: Verlag Anton Hain, 1980.

_____. The History of the Verein für Sozialpolitik: An Unintended Contribution to the Pre-History of the Institutionalization of Sociology. In: MOEBIUS, S.; PLODER, A.

Handbuch Geschichte der deutschsprachigen Soziologie. Band 1: Geschichte der Soziologie im deutschsprachigen Raum, 2018, p. 791-808.

GOUDSBLOM, J.; HEILBRON, J. History of Sociology. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Science.** Amsterdam: Elsevier, 2001, Pp. 14574–80

GRECO, M. On the Vitality of Vitalism. **Theory, Culture & Society**, v. 22, n. 1, p. 15-27, 2005.

GRIMMER-SOLLEM, E. **The Science of Progress:** The rise of Historical School and Social Reform, 1864-1894. Doctoral Thesis (University of Oxford), 1998.

GRIMMER-SOLEM, E.; ROMANI, R. The Historical School, 1870-1900: A cross-national reassessment. **History of European Ideas**, v. 24, n. 4-5, p. 267-299, 1998.

HAGEMANN, H. German Economic Journals and Economic debates in the nineteenth century. **History of Economic Ideas**, v. 4, n. 3, p. 77-102, 1996.

_____. The Verein für Sozialpolitik from its foundation (1872) until World War I. In: AUGELLO, M.; GUIDI, N. **The spread of political economy and the professionalization of economists:** Economic Societies in Europe, America and Japan in the Nineteenth Century. London: Routledge, 2013. p. 166-189.

HAGEMANN, H.; ROSCH, M. Economic textbooks in the German language area. In: MASSIMO, M. A.; GUIDI, M. E. L. **The Economic Reader:** Textbooks, Manuals and the Dissemination of the Economic Sciences during the 19th and Early 20th Centuries. New York: Routledge, 2012, p. 96-123.

HARDIN, B. **The Professionalization of Sociology.** A Comparative Study: Germany – USA. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 1977.

HÄUSER, K. Historical School and "Methodenstreit". **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 144, n. 3, pp. 532-542, 1988.

_____. Das Ende der Historischen Schule und die Ambiguität der deutschen Nationalökonomie in den zwanziger Jahren. In: NÖRR, K. W.; SCHEFOLD, B.; TENBRUCK, F. (Eds.) **Geisteswissenschaften zwischen Kaiserreich und Republik.** Zur Entwicklung von Nationalökonomie, Rechtswissenschaft und Sozialwissenschaft im 20. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1994, p. 47-74.

HAUSRATH, A. The Life of Treitschke. In: TREITSCHKE, H.; HAUSRATH, A. (Ed.) **Treitschke:** His Life and Works. New York: Routledge, 2011 [1914], p. 9-138.

HEIDELBERGER, M. From Mill via von Kries to Max Weber: Causality, explanation, and understanding. In: FEEST, U. **Historical Perspectives on Erklären and Verstehen.** Dordrecht: Springer, 2010. p. 241-265.

HELLE, H. J. Dilthey's 'Verstehen' Sociology, Philosophy of Culture, and Ethics. In: KOSLOWSKI, P. (Ed.) **The Theory of Ethical Economy in Historical School:** Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and Contemporary Theory. Berlin: Springer-Verlag, 1997, p. 109-123.

HENNIS, W. **Max Webers Fragestellung**: Studien zur Biographie des Werks. JCB Mohr, 1987.

_____. The pitiless 'sobriety of judgment': Max Weber between Carl Menger and Gustav von Schmoller — the academic politics of value freedom. **History of the Human Sciences**, v. 4, n. 1, p. 27-59, 1991.

HENTSCHEL, V. **Die deutschen Freihändler und der volkswirtschaftliche Kongreß 1858 bis 1885**, Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1975.

HODGES, H. A. **The Philosophy of Wilhelm Dilthey**. Routledge & Kegan Paul, 1952.

HODGSON, G. M. The Mecca of Alfred Marshall. **The Economic Journal**, v. 103, n. 417, p. 406-415, 1993.

_____. **Natural Images in Economic Thought**: "Markets read in Tooth & Claws". Cambridge: Cambridge University Press: 1994. Cap. 1. Doing what comes naturally: four metanarratives on what metaphors are for, p. 3-19.

_____. **Economics and Evolution**: Bringing Life Back into Economics. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1996.

HOFWEBER, T. Logic and Ontology In: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2018. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/logic-ontology/>>. Acessado em 20 de Dezembro de 2018.

HOMAN, H. **Gesetz und Wirklichkeit in den Sozialwissenschaften**: vom Methodenstreit zum Positivismusstreit. Eberhard-Karls- Universität Tübingen (Tese de Doutorado - Fakultät für Sozial- und Verhaltenswissenschaften), 1989.

HORSTMANN, R-P. The Unity of Reason and the Diversity of Life: The Idea of a System in Kant and in Nineteenth-Century Philosophy. In: WOOD, A. W.; HAHN S. S. **The Cambridge History of Philosophy in the Nineteenth Century (1790-1870)**. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 61-94.

HORWERTH, I. W. Present Condition of Sociology in the United States. **Critical Sociology Review**, v. 3, n. 1, v. 5, p. 16-24, 1895.

HUTCHISON, T. W. Some Themes from 'Investigations into Method. In: HICKS, J. R.; WEBER, W. (Eds.) **Carl Menger and the Austrian School of Economics**, London: Oxford University Press, 1973.

HUTTER, M. Historicist Biologism and Contemporary Evolutionism: where is the difference? **History of Economic Ideas**, v. 1/2, n. 3/1, p. 179-196, 1993/1994.

IGGERS, G. G. Further Remarks about Early Uses of the Term "Social Science". **Journal of the History of Ideas**, vol. 20, no. 3, p. 433-436, 1959.

ISSC; IDS; UNESCO. **World Social Science Report. Challenging Inequalities**: paths to a just world. Paris: UNESCO Publishing, 2016.

JO, T.-H.; TODOROVA, Z. Households in heterodox economic theory, in: JO, T.-H.; CHESTER, L.; D'IPPOLITI, C. **The Routledge Handbook of Heterodox Economics**: Theorizing, Analyzing, and Transforming Capitalism. London: Routledge, 2018, p. 29-40.

JOHACH, H. **Handelnder Mensch und objektive Geist**: Zur Theorie der Geistes- und Sozialwissenschaften bei Wilhelm Dilthey. Meisenheim am Glan: Verlag Anton Hain, 1974.

JONES, D. V. **The racial discourses of life philosophy**: negritude, vitalism, and modernity, New York: Columbia University Press, 2010.

KAMMERER, O. Die Ursachen der Steigerung industrieller Leistungen. In: **Schriftliche Referate für die Generalversammlung des Vereins für Socialpolitik in Wien**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1909, p. 31-47.

KANTOROWICZ, H. Referat 'Rechtswissenschaft und Soziologie' bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911a, p. 275-310.

_____. Diskussion bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911b, p. 314.

KÄSLER, D. **Die fruhe deutsche Soziologie 1909 his 1934 und ihre Entstehungs-Milieus**. Eine wissenschaftssoziologische Untersuchung. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1984.

_____. Max Weber: an introduction to his life and work. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

_____. From Republic of Scholars to Jamboree of Academic Sociologists The German Sociological Society, 1909–99. **International Sociology**, v. 17, n. 2, p. 159-177, 2002.

KASPRZOK, C. **Der Sozialökonom Dietzel: Ein deutscher klassiker**. Marburg: Metropolis Verlag, 2005.

KEYNES, J. N. **The Scope and Method of Political Economy**. Kitchener: Batoche Books, 1999 [1890].

KENNEDY, G. Adam Smith's Use of the 'Gravitation' Metaphor. **Economic Thought**, v. 4, n. 1, p.67-79, 2015.

KERSCHAGL, R. **Einführung in die Methodenlehre der Nationalökonomie**, Wien: Hölder-PichlerTempsky, 1925.

KEYNES, J. N. **The Scope and the Method of Political Economy**. Kitchner: Batoche Book, 1999.

KOCKA, J. German History before Hitler: The debate about the German *Sonderweg*. **Journal of Contemporary History**, v. 23, p. 3-16, 1988.

_____. Civil Society in Historical Perspective. In KEANE, J. H. **Civil Society**: Berlin Perspectives. Berlin: Berghahn Books, 2006. p. 37-50.

KOHLER, G. Treitschke, Heinrich von (1834–96). In: STONE, J. *et al.* **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Race, Ethnicity, and Nationalism**, 1, Oxford, Wiley Blackwell, 2015. <https://doi.org/10.1002/9781118663202.wberen373>.

KÖNIG, R. Die Begriffe Gemeinschaft und Gesellschaft bei Ferdinand Tönnies. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, n. 7, 1955.

KRABBE, J. J. Roscher's organistic legacy. **Journal of Economic Studies**, v. 22, n. 3/4/5, pp.159-170, 1995.

KROMPHARDT, J. Der jüngste Methodenstreit. Alter Streit mit neuen Akzenten. In: KURZ, H. D. (Ed.) **Die Ökonomik im Spannungsfeld zwischen Natur- und Geisteswissenschaften**: Alte und neue Perspektiven im Licht des jüngsten Methodenstreits. Studien zur Entwicklung der ökonomischen Theorie XXXVIII. Berlin: Duncker & Humblot, 2014, p. 11-33.

KRÜGER, D. Max Weber and the „Younger“ Generation in the Verein für Sozialpolitik. In: MOMMSEN, W. J.; OSTERHAMMEL, J. **Max Weber and his Contemporaries**. London: Routledge, 2010, p. 71-87.

KRUSE, V. Von den historischen Nationalökonomie zur historischen Soziologie: Ein Paradigmenwechsel in den deutschen Sozialwissenschaften um 1900. **Zeitschrift für Soziologie**, v. 19, n.3, p. 149-165, 1990.

LAWSON, T. What is this 'school' called neoclassical economics? **Cambridge Journal of Economics**, v. 37, p. 947-983, 2013.

LAZEAR, E. P. Economic imperialism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 115, n. 1, p. 99-146, 2000.

LEMKE, T. Gesellschaftskörper und Organismuskonzepte. Überlegungen zur Bedeutung von Metaphern in der soziologischen Theorie. In: ENDRESS, M.; MATYS, T. **Die Ökonomie der Organisation – die Organisation der Ökonomie**. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010, p. 201-223.

LEPENIES, W. **Between Literature and Science**: The rise of Sociology. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LEPSIUS, M. R. Max Weber und die Gründung der Deutschen Gesellschaft für Soziologie. **Soziologie**, v. 40, n. 1, p. 7-19, 2011.

LESSING, H.-U. **Die Idee einer Kritik der historischen Vernunft**: Wilhelm Dilthey erkenntnistheoretisch-logisch-metodologische Grundlegung der Geisteswissenschaften. Freiburg/München: Verlag Karl Alber, 1984.

_____. 'Empirie und nicht Empirismus'. Dilthey und John Stuart Mill. In: DAMBÖCK, C.; LESSING, H.-U. **Dilthey als Wissenschaftesphilosoph**. Freiburg/München: Verlag Karls Alber, 2016, p. 41-62.

LEVINE, D. N. Introduction. In SIMMEL, G.; LEVINE, D. N. (Ed.) **On Individuality and Social Form – Selected Writings**. Chicago: University of Chicago Press, 1971, p. ix-lxv.

_____. The Organism Metaphor in Sociology. **Social Research**, v. 62, n. 2, p. 239-265, 1995.

_____. Revisitando Georg Simmel. **Sociologia & Antropologia**, v.05, n.01, p.31-52, 2015

LEXIS, W. (Ed.) **Die Deutsche Universitäten**: Für die Universitätsausstellung in Chicago 1893. Berlin: Verlag von A. Ascher & Co., 1893.

LICHTBLAU, K. Causality or Interaction? Simmel, Weber and Interpretative Sociology. **Theory, Culture & Society**, v. 8, p. 33-62, 1991.

_____. **Die Eigenart der kultur- und sozialwissenschaftlichen Begriffsbildung.** Wiesbaden: VS Verlag, 2011a.

_____. *Vergemeinschaftung and Vergesellschaftung* in Max Weber: A reconstruction of his linguistic usage. **History of European Ideas**, n. 37, p. 454-465, 2011b.

_____. Max Webers Verständnis von „Sozialökonomik“: werkgeschichtliche Betrachtungen zum Ursprung seiner Verstehenden Soziologie. In: PETER, G.; KRAUß, R.-M. (Ed.) **Selbstbeobachtung der modernen Gesellschaft und die neuen Grenzen des Sozialen.** Wiesbaden: Springer VS, 2012, p. 203-214.

_____. Max Weber's 'Sociology' as seen against the history of his work. **Max Weber Studies**, v. 15, n. 2, p. 232-247, 2015.

_____. Anfänge der Soziologie in Deutschland (1871-1918). In: MOEBIUS, S.; PLODER, A. (Ed.) **Handbuch Geschichte der deutschsprachigen Soziologie – Band 1: Geschichte der Soziologie im deutschsprachigen Raum.** Wiesbaden: Springer, 2017, p. 11-35.

LIEFMANN, R. Redebeitrag. In: **Verhandlung der Generalversammlung in Wien**, 27., 28., 29. September (Schriften des Vereins für Sozialpolitik, Band 132), Leipzig: Duncker & Humblot, 1909.

LIEFMANN, R. Grundlagen einer ökonomischen Produktivitätstheorie. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 43, n. 3, p. 273-327, 1912.

LINDENFELD, D. F. **The practical imagination: the German Sciences of state in the nineteenth century.** Chicago: Chicago University Press, 1997.

LOASBY, B. J. *Equilibrium and Evolution: An exploration of connecting principles in economics.* Manchester: Manchester University Press, 1991.

LOUZEK, M. The Battle of Methods in Economics: The Classical Methodenstreit—Menger vs. Schmoller. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 70, n. 2, p. 439-463, 2011.

LUFT, S. Diltheys Kritik an der Wissenschaftstheorie der Neukantianer und die Konsequenzen für seine Theorie der Geisteswissenschaften. Das Problem des Historismus. In DAMBÖCK, C. (Ed.) **Dilthey als Wissenschaftsphilosoph.** Freiburg/München: Verlag Karl Alber, 2016, p. 176-198.

LUKÁCS, G. Max Weber and German Sociology. **Economy and Society**, v. 1, n. 4, p. 386-398, 1972.

_____. **The Destruction of Reason.** Atlantic Highlands: Humanities Press, 1981.

MAGNUSSON, L. **Mercantilism: The Shaping of Economic Language.** London and New York: Routledge, 1994.

_____. **The tradition of free trade.** London and New York: Routledge, 2004.

MÄKI, U. Universals and the *Methodenstreit*: a Re-examination of Carl Menger's Conception of Economics as an Exact Science. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 28, n. 3, p. 475-495, 1997.

_____. Economics Imperialism - Concept and Constraints. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 39, n. 3, p. 251-380, 2009.

MAKKREEL, R. The cognition-knowledge distinction in Kant and Dilthey and the implications for psychology and self-understanding. **Studies in History and Philosophy of Sciences Part A**, v. 24, n. 1, p. 149-164, 2003.

MAKKREEL, R. A.; RODI, F. Introduction to volume 1. In DILTHEY, W. **Introduction to the Human Sciences**, Princeton: Princeton University Press, 1883 [1989], p.3-46.

MARSHALL, A. **Principles of Economics**. New York: Palgrave Macmillan, 2013 [1890].

MARCUZZO, M.C.; NETO, N.; SANFILIPPO, E.; ROSSELLI, A. Cambridge as a Place in Economics. **History of Political Economy**, v. 40, n. 4, 569-593, 2008.

MATA, S. Heinrich Rickert e a fundamentação (axio)lógica do conhecimento histórico. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 347-367, 2006.

_____. **A Fascinação Weberiana**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MAUS, H. Simmel in German Sociology. In: WOLFF, K, BECKER, H. P. **Essays on Sociology, Philosophy and Aesthetics**, New York: Harper & Row, 1965. p. 180-200.

_____. Zur Vorgeschichte der empirischen Sozialforschung In: MOEBIUS, S.; PLODER, A. **Handbuch Geschichte der deutschsprachigen Soziologie**. Band 1: Geschichte der Soziologie im deutschsprachigen Raum, 2018, p. 697-720.

MCCLOSKEY, D. **The Rhetoric of Economics**. Journal of Economic Literature, v. 21, n. 2, p. 481-517, 1983.

_____. **The Rhetoric of Economics**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

MENGER, C. **Die Irrthümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie**. Viena: Alfred Hölder, 1884.

_____. **Zur Kritik der Politischen Oekonomie**. Wien: Alfred Hölder, 1887.

_____. Grundzüge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 53, n. 1, p. 465-492, 1889.

_____. Toward a systematic classification of the economic sciences [1889] In: SOMMLER, L. **Essays in European economic thought**. New York: D. Van Nostrand Company, 1960 [1889], p. 1-38.

_____. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1871].

_____. **Investigations into the method of the Social Sciences with special reference to economics**. New York and London: New York University Press, 1985 [1883].

_____. **Principles of Economics**. Ludwig von Mises Institute, 2004 [1871].

MEYER, A. Mechanische und Organische Metaphorik Politischer Philosophie. **Archiv für Begriffsgeschichte**, v. 13, p. 128-199, 1969.

MEYER, W. Schmoller's Research Programme, His Psychology, and the Autonomy of Social Sciences. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, n. 144, p. 570-580, 1988.

MILFORD, K. **Zu den Lösungsversuchen des Induktionsproblems und des Abgrenzungsproblems bei Carl Menger**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1989.

_____, Roscher's epistemological and methodological position: Its importance for the Methodenstreit, **Journal of Economic Studies**, v. 22, n. 3/4/5, p. 26-52, 1995.

_____, The Empirical and Inductivist Economics of Professor Menger. In BACKHAUS, J. G. **Handbook of the History of Economic Thought**: Insights on the Founders of Modern Economics, 2012, p. 415-436.

MILL, J. S. **A system of logic**. Ebook version, Adelaide: University of Adelaide, [1843] 2011.

MILONAKIS, D.; FINE, B. **From Political Economy to Economics**: Method, the social and the historical in the evolution of economic theory. London and New York: Routledge, 2009.

MISCH, G. Die Idee der Lebensphilosophie in der Theorie der Geisteswissenschaften. **Kant-Studien**, v. 31, n. 1-3, p. 536-548, 1926.

MOMMSEN, W. **The age of Bureaucracy: Perspectives on the Political Sociology of Max Weber**. Oxford: Blackwell, 1974.

MOMMSEN, W. J. et. al. Einleitungen in: MOMMSEN, W. J. Et.al. **Max Weber Gesamtausgabe**. Abteilung III: Vorlesungen und Vorlesungsnachschriften, Band 1: Allgemeine („theoretische“) Nationalökonomie – Vorlesungen 1894-1898. Tübingen: J.C.B. Mohr, 2009b [1894-1898].

MOORE, G. John Neville Keynes's Solution to the English Methodenstreit. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 25, n. 1, p. 5-38, 2003

MIROWSKI, P. **More heat than light**. Economics as social physics: Physics as nature's economics. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MORGAN, M. Economic Man as model man: Ideal Types, Idealization and Caricatures. **Journal of the History of Economic Thought**, vol. 28, no. 1, p. 1-27, 2006.

MORK, G. R. Bismarck and the "Capitulation" of German Liberalism. **The Journal of Modern History**, v. 43, n. 1, p. 59-75, 1971.

MOULIN-STOŽEK, D. The social construction of character. **Theory of Social Behavior**, 2018.

MUCCHIELLI, L. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 41, 2001.

NARDINELLI, C.; MEINERS, R. Schmoller, the Methodenstreit, and the Development of Economic History. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 144, n. 3, p.543-551, 1988.

NAU, H. H. Von der historischen Nationalökonomie zur Wirtschaftswissenschaft. **Neue Politische Literatur**, v. 41, n. 1, p. 70-99, 1997a.

_____. **Eine "Wissenschaft vom Menschen"**: Max Weber und die Begründung der Sozialökonomik in der deutschsprachigen Ökonomie 1871 bis 1914. Berlin: Duncker & Humblot, 1997b.

_____. Eine "Wissenschaft vom Menschen": Max Weber und die Nationalökonomie der Historische Schule. In: MOMMSEN, W. J.; SCHWENTKER, W. **Max Weber und seine Zeitgenossen**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, p. 41-83.

_____. **Gustav Schmoller**: Historisch-ethische Nationalökonomie als Kulturwissenschaft. Marburg: Metropoli-Verlag, 1998.

NISBET, R. A. The French Revolution and the Rise of Sociology in France. **American Journal of Sociology**. V. 49, n. 2, p. 156-164, 1943.

NOORGARD, R. B. Economics as Mechanics and the Demise of Biological Diversity. **Ecological Modelling**, v. 38, n. 1-2, p.107-121, 1987.

NORDEN, G.; REINPRECHT, C. Geschichte der Soziologielehre an der k. k. Universität Wien. **Österreichische Zeitschrift für Soziologie**, n. 40, p. 429-439, 2015.

OAKES, G. Value Theory and the Foundations of the Cultural Sciences. Remarks on Rickert. In KOSLOWSKI, P. (Ed.) **Methodology of the social sciences, ethics, and economics in the newer historical school**: from Max Weber and Rickert to Sombart and Rothacker. Berlin: Springer-Verlag, 1997, p. 59-78.

_____. Weber and the Southwest German School: The Genesis of the Concept of the Historical Individual. In: MOMMSEN, W. J.; OSTERHAMMEL, J. **Max Weber and his Contemporaries**. London: Routledge, 2010, p. 435-446.

OBER, J. The 'Polis' as a society: Aristotle, John Rawls and the athenian social contract, In: HANSEN, M. H. (Ed.) **The ancient Greek city-state**. Copenhagen: Comissioner, 1993, p. 129-160.

OPPENHEIM, H. B. **Der Katheder-Sozialismus**. Berlin: Verlag von R. Oppenheim, 1872.

PADOVER, S. K. Treitschke: Forerunner of Hitlerism. **Pacific Historical Review**, v. 4, n. 2, p. 161-170, 1935.

PEARSON, H. Was There Really a German Historical School of Economics? **History of Political Economy**, v. 31, n. 3, p. 547-563, 1999.

PECK, D. L.; BRYANT, C. D. The Sociological Perspective. In: BRYANT, C. D.; BRYANT, C. D. **21st century sociology**: A reference handbook. California: Sage Publications, 2007, p. 2-14.

PEUKERT, H. Albert Schäffle: A precursor of General Sociology. In: BACKHAUS, J. (Ed.) **Albert Schäffle (1831-1903): The Legacy of an Underestimated Economist**. Frankfurt am Main: Haag Herchen Verlag, 2010, p.199-212.

PHILIPPOVICH, E. v. Über das Wesen der Volkswirtschaftlichen Produktivität und die Möglichkeit ihrer Messung. In: **Schriftliche Referate für die Generalversammlung des Vereins für Socialpolitik in Wien**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1909, p. 1-30.

PIERUCCI, A. F. Economia e Sociedade: Últimos achados sobre a “Grande obra” de Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 41-51, 2008.

PLESSNER, H. **Helmuth Plessner Schriften zur Soziologie und Sozialphilosophie - Gesamte Schriften X: suhrkamp taschenbuch wissenschaft**, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2003. Cap. 6. Der Weg der Soziologie in Deutschland, p.191-211.

_____. **Political Anthropology**. Evanston: Northwestern University Press, 2018. Cap. 6. Excursus - Dilthey's idea of a Philosophy of Life [1931], p. 31-38.

PLÖTZ, A. Referat „Die Begriffe Rasse und Gesellschaft und einige damit zusammenhängende Probleme“ bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911, p. 111-136.

POPPER, K. **The Logic of Scientific Discovery**. London and New York: Routledge, 2005 [1935].

PORTER, T. M. Genres and Objects of Social Inquiry, from the Enlightenment to 1890. In: PORTER, T. M.; ROSS, D. **The Cambridge History of Science**, vol. 7: The Modern Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 13-39.

PRIDDAT, B. P. Der nur halbe Smith: Modernisierungsschwierigkeiten der deutschen Nationalökonomie im 19. Jahrhundert. **Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte**, v. 33, n. 2, p. 147-168, 1992.

_____. Intention and Failure of W. Roscher's Historical Method of National Economics. In: KOŁOWSKI, P. (Ed.) **The Theory of Ethical Economy in the Historical School**, 1997, p.15-34.

_____. **Produktive Kraft, sittliche Ordnung und geistige Macht: Denkstile der deutschen Nationalökonomie im 18. und 19. Jahrhundert**. Marburg: Metropolis-Verlag, 1998. Chap 8. Volkswirtschaftspolizei bzw. -politik als kunstlehre der Beamten-Juristen. Zur Theorie und Prazis der „angewandten Volkswirtschaftslehre“ im frühen deutschen 19. Jahrhundert: K.H. Rau, p. 183-218.

PULTE, H. Gegen die Naturalisierung des Humanen. Wilhelm Dilthey im Kontext und als Theoretiker der Naturwissenschaften seiner Zeit. In: DAMBÖCK, C.; LESSING, H.-U. **Dilthey als Wissenschaftesphilosoph**. Freiburg/München: Verlag Karls Alber, 2016, p. 63-85.

QUARCK, M. Diskussion bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911, p. 91-95.

RADKAU, J. **Max Weber: A Biography**. Cambridge: Polity Press, 2009.

RAMMSTEDT, O. Wertfreiheit und die Konstitution der Soziologie in Deutschland. **Zeitschrift für Soziologie**, v. 17, n. 4, p. 264-271, 1988.

RANSOM, J. S. Forget Vitalism: Foucault and Lebensphilosophie. **Philosophy & Social Criticism**, v. 23, n. 1, p. 33-47, 1997.

REID, J. Dilthey's Epistemology of the Geisteswissenschaften: Between Lebensphilosophie and Wissenschaftstheorie. **Journal of the History of Philosophy**, v. 39, n. 3, p. 407-436, 2001.

REPPLINGER, R. **Auguste Comte und die Entstehung der Soziologie aus dem Geist der Krise**. Frankfurt: Campus Verlag, 1999.

REZENDE JR., J. O problema da experiência na disputa sobre o método científico: Dilthey, Windelband e Rickert. **Conjectura: Filosofia e Educação**, v.22, n.1, p.136-160, 2017.

REIF, M. Georg Simmel, Max Weber und die Deutsche Gesellschaft für Soziologie – aus den Briefen. In: ENDRESS, M.; LICHTBLAU, K.; MOEBIUS, S. **Zyklos 3**. Jahrbuch für Theorie und Geschichte der Soziologie. Wiesbaden: Springer Verlag, p. 113-149.

REINERT, S. A. Darwin and the Body Politic: A note on Schäffle, Veblen and the Shift of Biological Metaphor in Economics, In: BACKHAUS, J. (Ed.) **Albert Schäffle (1831-1903): The Legacy of an Underestimated Economist**. Frankfurt am Main: Haag Herchen Verlag, 2010, p. 129-152.

REISS, A. J. Sociology: The Field. In: SILLS, D. L. (ed.) **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Macmillan/Free Press, 1968, p. 1-22.

RICKERT, H. **The Limits of Concepts Formation in Natural sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986 [1896].

_____. **Die Philosophie des Lebens**. Darstellung und Kritik der philosophischen Modeströmungen unserer Zeit, Tübingen: Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1920.

_____. **Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft**. Tübingen: Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1926.

RITSERT, J. **Der erste Werturteilsstreit in der deutschen Soziologie**. Studienskript zur Logik der Sozialwissenschaft, Skript 1. Frankfurt, 1994.

RITZEL, G. **Schmoller versus Menger**: Eine Analyse des Methodenstreits im Hinblick auf den Historismus in der Nationalökonomie. Offenbach/Main: Bollwerk-Verlag, 1951.

ROBBINS, L. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science**, London: Macmillan, 1932.

ROJAS, F. Sociological imperialism in three theories of the market. **Journal of Institutional Economics**, v. 2, n. 3, p. 339-363, 2006.

ROSS, D. Changing Contours of the Social Science Disciplines. In: PORTER, T. M.; ROSS, D. **The Cambridge History of Science**, vol. 7: The Modern Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 205-237.

ROTH, G. History and Sociology in the Work of Max Weber. **The British Journal of Sociology**, v. 27, n. 3, p. 306-318, 1976.

_____, Introduction. In: WEBER, M. *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Berkley: University of California Press, 1978.

RUBIN, I. I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SAIEDI, N. Simmel's Epistemic Road to Multidimensionality. **The Social Science Journal**, v. 24, n. 2, p.181-193, 1987.

SAINI, A. **Superior: the return of race Science**. Boston: Beacon Press, 2019.

SALLEY, C. D. Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and the German rejection of positivism in Economics. **History of Economic Ideas**, v. 1/2, n. 3/1, p. 81-91, 1993/1994.

SAX, E. **Grundlegung der Theoretischen Staatswirthschaft**. Wien: Alfred Hölder, 1887.

SAY, J-B.; **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1803].

SCHÄFFLE, A. Besprechung von: Dietzel, H. Theoretische Socialökonomik. In: WAGNER, A. (Ed.) *Lehr- und Handbuch der Politischen Oekonomie*. Hauptabteilung 2, Band 1. **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft**, v. 56, n. 2, p. 342-246, 1895.

_____, **Aus meinem Leben**. Berlin: Ernst Hoffmann, 1905.

SCHEEL, H. Die politische Oekonomie als Wissenschaft. In: SCHÖNBERG, G. F. (Ed.) **Handbuch der politischen Oekonomie**. Tübingen: Verlag der H. Laupp'schen Buchhandlung, 1885 [1882], p. 67-106.

SCHEFOLD, B. Nationalökonomie und Kulturwissenschaften: Das Konzept des Wirtschaftsstils. NÖRR, K. W.; SCHEFOLD, B.; TENBRUCK, F. **Deutsche Geisteswissenschaften zwischen Kaiserreich und Republik**. Zur Entwicklung von Nationalökonomie, Rechtswissenschaft und Sozialwissenschaft im 20. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1994, p.215-242.

SCHLECHTRIEMEN, T. Die Metapher des Organismus und ihre Funktionen in frühen soziologischen Theorien. In: **Methoden der Metaphernforschung und-analyse**. Springer VS: Wiesbaden, 2014. p. 233-250.

SCHMOLLER, G. Zur Geschichte der national - ökonomischen Ansichten in Deutschland während der Reformations-Periode. **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft**, v. 3/4, p. 461-716, 1860;

_____, Offenes Sendschreiben an Herrn Professor Dr. Heinrich von Treitschke: über einige Grundfragen des Rechts und der Volkswirtschaft. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 23, n. 1, p. 225-349, 1874.

_____. Zur Methodologie der staats- und sozialwissenschaften. **Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich**, v. 7, p. 975-994, 1883.

_____. **Zur litteraturgeschichte der Staats- und Sozialwissenschaft**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1888a. Cap 9. Albert E. Fr. Schäffle (1879-88), p.221-232.

_____. **Zur litteraturgeschichte der Staats- und Sozialwissenschaft**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1888b. Cap 6. Wilhelm Roscher (1888), p. 147-171.

_____. **Die Volkswirtschaft, die Volkswirtschaftslehre und ihre Methode**. Frankfurt am Main: Vittorio Klosterman, 1893.

_____. **Wechselnde Theorien und feststehende Wahrheiten im Gebiete der Staats- und Socialwissenschaften und die heutige deutsche Volkswirtschaftslehre**. Rede bei Antritt des Rectorats gehalten in der Aula der Königlichen Friedrich-Wilhelms-Universität. Berlin: Druck von W. Büxenstein, 1897.

_____. **Grundriß der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre, Bd.1**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.

_____. Die Volkswirtschaft, die Volkswirtschaftslehre und ihre Methode. In: CONRAD, J. Et. al. **Handwörterbuch der Staatswissenschaften**. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1901, p. 543-580.

_____. Das Verhältnis des Kartelle zum Statte. **Verhandlungen des Vereins für Sozialpolitik**, p. 237-271, 1906.

_____. Die Jahresversammlung des volkswirtschaftlichen Kongresses und des Vereins für Sozialpolitik 1882 [1883] In: FLIEDER, W.; KARL, R. **Gustav Schmoller**: Kleine Schriften zur Wirtschaftsgeschichte, Wirtschaftstheorie und Wirtschaftspolitik, Leipzig: Zentralantiquariat der DDR, 1985, p. 359-375.

_____. Besprechung von Menger, Dr. Karl: Die Irrthümer des Historismus in der deutschen Nationalökonomie. 1884 In: FLIEDER, W.; KARL, R. **Gustav Schmoller**: Kleine Schriften zur Wirtschaftsgeschichte, Wirtschaftstheorie und Wirtschaftspolitik, Leipzig: Zentralantiquariat der DDR, 1986a, Teil 4, p. 333.

_____. Besprechung von: Schönberg, Dr. G., Professor, Handbuch der Politischen Oekonomie [1882], In: FLIEDER, W.; KARL, R. **Gustav Schmoller**: Kleine Schriften zur Wirtschaftsgeschichte, Wirtschaftstheorie und Wirtschaftspolitik, Leipzig: Zentralantiquariat der DDR, 1986b, p. 65-72.

_____. Besprechung von: Waentig, Dr. Heinrich: Augusto Comte und seine Bedeutung für die Entwicklung der Sozialwissenschaften [1894]. In: FLIEDER, W.; KARL, R. **Gustav Schmoller**: Kleine Schriften zur Wirtschaftsgeschichte, Wirtschaftstheorie und Wirtschaftspolitik, Leipzig: Zentralantiquariat der DDR, 1986c, p. 491-494.

SCHNEIDER, D. The creation of Business Economics as a discipline. **Journal of Economic Studies**, v. 20, n. 4/5, p. 262-274, 1993.

_____. Organische und mechanische Ansätze zur Theorienbildung über „Technik und Wirtschaft“ im 19. Jahrhundert. In: HAGEMANN, H. (Ed.) **Ökonomie und Technik**.

Studien zur Entwicklung der ökonomischen Theorie XXIII. Berlin: Duncker & Humblot, 2010, p. 94-133.

SCHNEIDER, L. Translator's Introduction. In: WEBER, Max. Marginal Utility theory and the "Fundamental Law of Psychophysics". **Social Science Quarterly**, June, p.21-36, 1975.

SCHÖN, M. Gustav Schmoller and Max Weber. In: MOMMSEN, W. J.; OSTERHAMMEL, J. **Max Weber and his Contemporaries**. London: Routledge, 2010, p. 59-70.

SCHÖNBERG, G. F. (Ed.) **Handbuch der politischen Oekonomie**. Tübingen: Verlag der H. Laupp'schen Buchhandlung, 1885 [1882].

SCHUMPETER, J. A. Gustav Schmoller und die Probleme von heute. In: **Schmollers Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reiche**, v. 50, n. 3, p. 337-388, 1926.

_____. **History of Economic Analysis**. New York, Oxford University Press, 1954.

SCHULZE-GÄVERNITZ, G. Diskussion. bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911, p. 88-91 e 143-145.

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. **An outline of the History of Economic Thought**. New York: Oxford University Press, 2005.

SELL, C. E. Max Weber e o átomo da sociologia: Um individualismo metodológico moderado? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, p. 323-347, 2016.

SERBAN, O. Thinking at the Interdisciplinary Frontier. An Institutional Analysis. **Annals of the University of Oradea, Economic Science Series**, v. 17, n. 2, 2008.

SHIONOYA, Y. **The Soul of the German Historical School: Methodological Essays on Schmoller, Weber and Schumpeter**. Boston: Springer, 2005.

SIMMEL, G. F. Sociology of Society. In: ADAIR-TOTTEFF, C. **Sociological Beginnings: The First Conference of the German Society for Sociology**, Liverpool: Liverpool University Press, 2005 [1910], p. 94-109.

_____. Fundamental Problems of Sociology. In: SIMMEL, G.; WOLFF, K. (ed.) **The Sociology of Georg Simmel**. Illinois: The Free Press, 1950 [1917], p. 1-86.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981 [1776].

SOMBART, W. Ideale der Sozialpolitik. **Archiv für soziale Gesetzgebung und Statistik**, v. 10, p. 1-48, 1897.

_____. Referat „Die Entwicklungstendenzen im modernen Kleinhandel“ bei den Verhandlungen des Vereins für Sozialpolitik 25., 26. Und 27. September 1899 in Breslau. In: **Schriften des Vereins für Socialpolitik**, v. 88, Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.

_____. **Sozialismus und Soziale Bewegung**. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1908.

_____. Diskussion bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911, p. 104-110 e 137.

_____. Die Anfänge der Soziologie. In: PALYI, M. **Hauptprobleme der Soziologie** – Erinnerungsgabe für Max Weber, I. Band. München und Leipzig: Duncker & Humblot, 1923, p. 3-19.

_____. **Noo-Soziologie**. Berlin: Duncker & Humblot, 1956. Cap. 5. Soziologie: Was sie ist und was sie sein sollte, 1921, p. 95-123.

_____. Technology and Culture. In: ADAIR-TOTTEFF, C. **Sociological Beginnings: The First Conference of the German Society for Sociology**, Liverpool: Liverpool University Press, 2005 [1910], p. 94-109.

SPADAFORA A. J. **Freedom from Value Judgments: Value-Free Social Science and Objectivity in Germany, 1880-1914**. Harvard University (Tese de Doutorado), 2013.

SPANN, O. **Untersuchung über den Begriff der Gesellschaft zur Einleitung in die Soziologie**. Inaugural-Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der hohen staatswissenschaftlichen Fakultät der Universität Tübingen. Tübingen: Buchdruckerei von H. Laupp jr., 1905.

_____. **Wirtschaft und Gesellschaft: Eine dogmenkritische Untersuchung**. Dresden: Verlag von O. V. Böhmert, 1907.

SPINNER, H. F. Althoff and the Changing Constitution of Science: Bureaucratic, Economical or Cognitive? **Journal of Economic Studies**, v. 20, n. 4/5, p. 134-166, 1993.

STEIGERWALD, J. Rethinking Organic Vitality in Germany at the Turn of the Nineteenth Century. In NORMANDIN, S.; WOLFE, C. **Vitalism and the Scientific Image in Post-Enlightenment Life Science, 1800–2010**. Dordrecht: Springer, 2013, p. 51-76.

STÖLTING, E. Institutionalization and Myth-Making: The Other History of Sociology in Germany. **Critical Sociology**, v.17, n.3, p.111-130, 1990.

STREISSLER, E. The influence of German economics on the work of Menger and Marshall. **History of Political Economy**, v. 22, n. 5, p. 31-68, 1990

_____. Carl Menger, der deutsche Nationalökonom. In: PRIDDAT, B. (Hg.), **Wert, Meinung, Bedeutung** – Die Tradition der subjektiven Wertlehre in der deutschen Nationalökonomie vor Menger. Studien zur Entwicklung der ökonomischen Theorie, Berlin: Duncker und Humblot, 1997, p. 33-88.

STREISSLER, E.; MILFORD, K. Theoretical and Methodological Positions of German Economics in the middle of the Nineteenth Century. **History of Economic Ideas**, v. 1/2, n. 3/1, Special Issue: Essays on Gustav Schmoller, p. 43-79, 1993/1994.

ŠUBER, D. **Die Begründung der deutschen Soziologie zwischen Neukantianismus und Lebensphilosophie**. Hamburg: Dr. Kovač, 2002.

SWEDBERG, R. **Economics and Sociology** – Redefining their boundaries: conversations with economists and sociologists. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. The Changing Picture of Max Weber's Sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 29, p. 283-306, 2003.

TAKEBAYASHI, S. **Die Entstehung der Kapitalismustheorie in der Gründungsphase der deutschen Soziologie**: von der historischen Nationalökonomie zur historischen Soziologie Werner Sombarts und Max Webers. Berlin: Duncker & Humblot, 2003.

TÖNNIES, F. Ways and Goals of Sociology. In: ADAIR-TOTTEFF, C. **Sociological Beginnings**: The First Conference of the German Society for Sociology, Liverpool: Liverpool University Press, 2005 [1910], p. 57-73.

_____. Diskussion bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911, p. 148-150, 192-196.

_____. Diskussion bei den Verhandlungen des Zweiten Deutschen Soziologentages. Vom 20.-22. Oktober 1912 in Berlin. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, II. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1913, p. 49, 73, 187.

_____. Die Deutsche Gesellschaft für Soziologie. **Kölner Vierteljahrshefte für Sozialwissenschaften**, v. 1, n. 1, p. 42-46, 1922.

TRIBE, K. Cameralism and the Science of Government. **Journal of Modern History**, n.56, p.263-284, 1984.

_____. **Governing Economy**: The reformulation of German economic discourse 1750-1840. Cambridge: University of Cambridge Press, 1988.

_____. Natural Law and the origins of Nationalökonomie: L.H. von Jakob In: HEILBRON, J., MAGNUSSON, L.; WITTRICK, B. (Eds.) **The rise of the Social Sciences and the formation of Modernity**, Springer, 1998. p. 189-205.

_____. **Strategies of economic order**: German economic discourse, 1750-1950. Cambridge University Press, 2007.

_____. Max Weber: the works. **Economy and Society**, v. 41, n. 2, p. 282-298, 2012.

_____. What is Social Economics? **History of European Ideas**, v. 40, n. 5, p. 714-733, 2014.

TROELTSCH, E. Stoic-Christian Natural Law and Modern Profane Nature Law. In: ADAIR-TOTTEFF, C. **Sociological Beginnings**: The First Conference of the German Society for Sociology, Liverpool: Liverpool University Press, 2005 [1910], p. 110-131.

TSOULFIDIS, L. Ricardo's Theory of Value is Still Alive and Well in Contemporary Capitalism. **MPRA Paper**, 2018.

TURNER, J. H.; BEEGHLEY, L.; POWERS, C. **The emergence of sociological theory**, Los Angeles: Sage, 2012.

VANDENBERGHE, F. Simmel and Weber as ideal-typical founders of sociology. **Philosophy & Social Criticism**, v.25, n.4, p. 57-80, 1999.

VERHANDLUNGEN DES ERSTEN DEUTSCHEN SOZIOLOGENTAGS. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911.

VINER, J. A Modest Proposal for Some Stress on Scholarship in Graduate Training. Address before the Graduate Convocation, Brown University, June 3, 1950. **Brown University Papers XXIV**, Providence Rhode Island: Brown University, 1950.

VOIGT, A. Referat ‚Wirtschaft und Recht‘ bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911, p. 249-265.

WAGNER, A. Besprechung von: Dietzel, Heinrich. Über das Verhältniss der Volkswirtschaftslehre zur Sozialwissenschaftslehre (Berlin, Dr. Dissertation). **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft**, v. 38, p. 771, 1882.

_____. Besprechung von: Schönberg, Dr. G., Professor, Handbuch der Politischen Oekonomie. **Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft**, v. 39, n. 1, p.258-272, 1883.

_____. Systematische Nationalökonomie. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. XII, 1886a.

_____. Wagner on the present state of Political Economy. **The Quarterly Journal of Economics**, v.1, n.1, p. 113-133, 1886b.

_____. **Lehr- und Handbuch der Politischen Oekonomie**. Erste Hauptabtheilung: Grundlegung der Politischen Ökonomie. Dritten Auflag, Leipzig: Winter'sche Verlaghandlung, 1892.

WAIZBORT, L. **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2013.

WALLERSTEIN, I. et al. **Open the social sciences**: Report of the Gulbenkian Commission on the restructuring of the social sciences. Stanford: Stanford University Press. 1996.

WEBER, A. Diskussion bei den Verhandlungen des Zweiten Deutschen Soziologentages. Vom 20.-22. Oktober 1912 in Berlin. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, II. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1913, p. 74.

WEBER, Marianne. **Max Weber**: a biography. New Brunswick: Transaction Books, 1988 [1950].

WEBER, M. Diskussion bei den Verhandlungen des Ersten Deutschen Soziologentages. Vom 19.-22. Oktober 1910 in Frankfurtam Main. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für Soziologie**, I. Serie, I. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1911, p. 95-101, 151-157, 196-202, 210-211, 265-270, 312 e 323-330.

_____. Diskussion bei den Verhandlungen des Zweiten Deutschen Soziologentages. Vom 20.-22. Oktober 1912 in Berlin. In: **Schriften des Deutschen Gesellschaft für**

Soziologie, I. Serie, II. Band. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1913, p. 49-52, 72-73, 74, 188-191.

_____. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922. Cap 1. Roscher und Knies und die logische Probleme der historischen Nationalökonomie [1903-1906], p. 1-145.

_____. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922. Cap 2. Die Objektivität sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis [1904], p. 146-214.

_____. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922. Cap 3. Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlich Logik [1906], p. 215-290.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967 [1921].

_____. Marginal Utility theory and the “Fundamental Law of Psychophysics”. **Social Science Quarterly**, v. 56, n. 1, p.21-36, 1975 [1908].

_____. Some Categories of interpretive Sociology. **The Sociological Quarterly**, n. 22, p. 151-180, 1981 [1913].

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Cap.2, parte 1. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política, p. 107-154, 1904.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Cap.3, parte 1. Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura, p. 155-210, 1906.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Cap.4, parte 2. Stammler e a Superação da Concepção Materialista da História, p. 211-261, 1907.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Cap.10, parte 2. O Sentido da “Neutralidade Axiológica” nas Ciências Sociais e Econômicas, p. 361-398, 1918.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999. Cap.12, parte 2. Ciência como Vocação, p. 431-453, 1919.

_____. Stock and Commodity Exchanges [Die B rse (1894)]. **Theory and Society**, v. 29, p. 305-338, 2000 [1894].

_____. **Sociologia da Imprensa**: um programa de pesquisa. Estudos em Jornalismo e Média, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2005a [1910].

_____. Business Report followed by The Comparative Sociology of Newspapers Association. In: ADAIR-TOTTEFF, C. **Sociological Beginnings**: The First Conference of the

German Society for Sociology, Liverpool: Liverpool University Press, 2005b [1910], p. 74-93.

_____. **A Psicofísica do Trabalho Industrial**. (Serie Ciências Sociais na Administração, Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração, FGV-EAESP). São Paulo: Alphagraphics, 2009 [1908].

_____. **Max Weber Gesamtausgabe**. Abteilung III: Vorlesungen und Vorlesungsnachschriften, Band 1: Allgemeine („theoretische“) Nationalökonomie – Vorlesungen 1894-1898. Tübingen: J.C.B. Mohr, 2009b [1894-1898].

_____. **Escritos Políticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014a [1895]. Cap. 1. O Estado-nação e a política econômica, p. 3-37.

_____. Debate acerca das negociações sobre a produtividade da economia no congresso da Associação de Política Social. In: FANTA, D. **A neutralidade normativa**: A posição de Max Weber sobre os juízos de valor. Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia), 2014b [1909], p. 123-130.

_____. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015 [1922].

_____. **Die protestantische Ethik und der „Geist“ des Kapitalismus**: Neuauflage der ersten Fassung von 1904-05 mit einem Verzeichnis der wichtigsten Zusätze und Veränderungen aus der zweiten Fassung von 1920. Herausgegeben und eingeleitet von Klaus Lichtblau und Johannes Weiß. Wiesbaden: Springer, 2016.

WEBER, M. et al. Das Verhältnis des Kartelle zum Statte – Fortsetzung und Schluss der Debatte. **Verhandlungen des Vereins für Sozialpolitik 1905**, p. 376-438, 1906.

WEBER, M.; LEVINE, D. Georg Simmel as Sociologist. **Social Research**, v. 39, n. 1, p. 155-163, 1972.

WEISS, R. Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, p. 113-137, 2014.

WHIMSTER, S. The Profession of History in the Work of Max Weber: Its Origins and Limitations. **The British Journal of Sociology**, v.31, n.3, p.352-376, 1980.

WICKSELL, K. **Selected Papers on Economic Theory**, London: Allen and Unwin, 1958. The New Edition of Menger's Grundsätze, p. 193-203.

WIESE, L. v. Die Lehre von der Produktion und von der Produktivität. In: SCHMOLLER, G. (Ed.) **Die Entwicklung der deutschen Volkswirtschaftslehre im neunzehnten Jahrhundert**: Gustav Schmoller zur siebenzigsten Wiederkehr seines Geburtstages. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908, III, p. 1-36.

_____. Bresprechung von Paul Barth: Die Philosophie der Geschichte als Soziologie. Erster Teil: Grundlegund und Kritische Übersicht. **Kölner Vierteljahrshefte für Sozialwissenschaften**, v. 2, n. 1, p. 88-90 e v. 2, n. 4, p. 76-79, 1922.

_____. **Soziologie, Geschichte und Hauptprobleme**. Berlin: Walter de Gruyter, 1926.

WIESER, F. v. Der Geldwert und seine Veränderung. In: **Schriftliche Referate für die Generalversammlung des Vereins für Socialpolitik in Wien**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1909, p. 119-162.

WINDELBAND, W. Rectoral Address, Strasbourg, 1894. **History and Theory**, v. 19, n. 2, p. p. 169-185, 1980.

WINDELBAND, W.; OAKES, G. History and Natural Science. **History and Theory**, v. 19, n. 2, p. p. 165-168, 1980.

WITTKAU, A. **Historismus**: Zur Geschichte des Begriffs und des Problems. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994.

WOLFF, K. H. (Ed.) **The Sociology of Georg Simmel**. Illinois: The Free Press, 1950.

WOLTERS, A. M. On The Idea of Worldview and Its Relation to Philosophy, In: MARSHALL, P. A.; GRIFFIOEN, S.; MOUW, R. J. **Stained Glass**: Worldviews and Social Science. Lanham: University Press, 1983, p. 14-25.

YAGI, K. Carl Menger and the historicism in economics. In: KOSLOWSKI, P. **Methodology of the Social Sciences, Ethics, and Economics in the Newer Historical School**. Springer, Berlin, Heidelberg, 1997. p. 231-258.

ZAMAN, G.; GOSCHIN, Z. Multidisciplinarity, Interdisciplinarity and Transdisciplinarity: Theoretical Approaches and Implications for the Strategy of Post-Crisis Sustainable Development. **Theoretical and Applied Economics**, v. 17, n. 12, p. 5-20, 2010.

Cartas

KNAPP, G. F. **Briefe an Gustav Schmoller**. Estrasburgo, 1 de Setembro de 1906. Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz Berlin, VI. HA NI v. Schmoller 130b.

WAGNER, A. Briefe von Adolph Wagner an Heinrich Dietzel. Berlim, 11 de Outubro de 1913. In: KASPRZOK, C. **Der Sozialökonom Dietzel**: Ein deutscher klassiker. Marburg: Metropolis Verlag, 2005, p. 459-462.

WEBER, M. Brife an Werner Sombart. Heidelberg, 18 de Maio de 1907. In: WEBER, M. **Max-Weber-Gesamtausgabe**. Briefe 1906-1908 (Lepsius, M. R.; Mommsen, W. J. (Ed.)). Tübingen: Mohr Siebeck, 2015, p. 287-289.

_____. Brife an Heinrich Rickert. Freiburg, 8 de Fevereiro de 1897. In: WEBER, M. **Max-Weber-Gesamtausgabe**. Briefe 1895-1902 (Aldenhoff-Hübinger, R.; Hinz, U. (Ed.)). Tübingen: Mohr Siebeck, 1990, p. 308-310.

_____. Briefe an Herman Beck. 19 de Novembro de 1911. In: WEBER, M. Briefe 1911–1912. **Max Weber Gesamtausgabe**. II/7-1, Tübingen: Mohr (Siebeck), 1998.

_____. Briefe an die Deutsche Gesellschaft für Soziologie. 21 de Março de 1912. In: WEBER, M. Briefe 1911–1912. **Max Weber Gesamtausgabe**. II/7-1, Tübingen: Mohr (Siebeck), 1998.

_____. Brief an Paul Siebeck. 2 de Abril de 1914. In: WEBER, M. Briefe 1913–1914. **Max Weber Gesamtausgabe**. II/8, Tübingen: Mohr (Siebeck), 2002.

_____. Brief an Georg von Bellow. 21 de Junho de 1914. In: BELLOW, G. **Der Deutsche Staat des Mittelalters**, Leipzig: Quelle und Meyer, 1925, p. xxiv.

_____. Brief an Robert Liefmann. 12 de Dezembro de 1919. In: WEBER, M. Briefe 1918–1920. **Max Weber Gesamtausgabe**. II/10-1, Tübingen: Mohr (Siebeck), 2012.

ANEXO

Neste anexo apresentamos a tradução do índice do projeto do *Esboço à aula sobre Economia Política Geral* (“*Teórica*”) de Weber, baseado no conteúdo de suas aulas e publicado em suas obras completas (WEBER, 2009b). Dado que há uma diferenciação intencional do autor entre as formas de economia ao longo do tempo, utilizamos traduções literais para *Volkswirtschaft* (economia do povo) e *Stadtwirtschaft* (economia da cidade) de modo a diferenciá-las e também da forma mais básica de economia (*Wirtschaft*).

Esboço à aula sobre Economia Política Geral (“Teórica”)

Introdução

§ 1. Tarefas e métodos da economia política (*Nationalökonomie*) teórica

Primeiro Livro. Fundamentos conceituais da Economia Política (*Volkswirtschaftslehre*)

§ 2. A Economia (*Wirtschaft*) e seus fenômenos elementares

1. O conceito de economia (*Wirtschaft*)
2. O dito princípio “econômico” e a construção teórica da economia
3. As necessidades econômicas
4. Os “bens”
5. Os bens econômicos
6. Categorias dos bens
7. O valor econômico
8. A medida de valor e o cálculo do valor
9. Os elementos da economia: a) A produção e os fatores de produção, - b) a troca econômica

§ 3. A economia do povo (*Volkswirtschaft*) e seus fenômenos elementares

1. O conceito de economia do povo (economia comercial – *Verkehrswirtschaft*)
2. O problema da contemplação científica da economia do povo
3. Elementos elementares da economia do povo

- 1) A autonomia da posse de bens e do comércio de bens (liberdade e propriedade);
- 2) O valor na economia do povo: a) preço e formação do preço, - b) Dinheiro de preço do dinheiro, - c) o valor comercial; - Apêndice: Crítica à teoria do valor da escola clássica e do socialismo;
- 3) A produção na economia do povo: a) o princípio regulador, - b) a divisão do trabalho, - c) os meios de produção: α . Bens materiais, - β . o trabalho – d) o empreendimento.

Segundo Livro. Fundamentos naturais da economia (*Wirtschaft*)

§ 4. As condições naturais da economia (*Wirtschaft*)

§ 5. A população

I. Fatos elementares da natureza da população (*Bevölkerungswesen*)

- a) Relações de gênero, - b) Divisão etária e quantidade de crianças, - c) aumento populacional

II. O significado econômico do aumento populacional

- a) O conceito de “superpopulação”, - b) A teoria malthusiana e o real significado do problema populacional

§ 6. Os fundamentos biológicos e antropológicos da sociedade

I. Raças e tipos

- a) Conceito de tipo e os dados típicos, - b) As típicas quantidades e números realmente observados

II. A seleção natural na sociedade humana e na vida econômica

- a) As hipóteses biológicas básicas, - b) Implicações para a vida humana em sociedade, especialmente para a teoria da economia.

§ 7. O relacionamento da economia com os demais fenômenos culturais, em especial o estado e o direito

Terceiro Livro. Os fundamentos históricos da economia do povo (*Volkswirtschaft*)

§ 8. Os estágios preliminares típicos da economia do povo

1. As mais antigas condições de vida da economia humana (*menschlichen Wirtschaft*)

2. as formas primitivas de comunidade humana

1) O direito materno

2) Teoria positiva

- a) Terminologia e tipos de comunidades primitivas. – b) Família e economia nos tempos primitivos: α . Organização da economia, β . Organização da família, γ . A diferenciação social dos tempos primitivos.

3. As colônias (*Siedlungs*) e o desenvolvimento da propriedade

- a) Significado do processo colonial. Diferenças do oriente e ocidente. – b) A organização das comunidades agrárias. – c) A propriedade privada. – d) Diferenciação social nas comunidades agrárias

4. O desenvolvimento do feudalismo e suas formas
5. As etapas de desenvolvimento típicas da indústria (*Gewerbe*)
6. O desenvolvimento troca (*Handel*)
7. A pré-história e o primeiro desenvolvimento do dinheiro
8. As formas primitivas da empresa
9. A cidade e a economia da cidade (*Stadtwirtschaft*). Economia da cidade e dominação básica (Oikos). Trabalho livre e não livre
10. O começo do desabrochar da economia monetária e do crédito

§ 9. O desenvolvimento econômico e a cultura costeira

1. O caráter geral e a condição econômica de existência das culturas antigas
2. O oriente
3. O desenvolvimento e degradação do estado helênico
4. O desenvolvimento econômico romano até o fim da República
 - a) Início sócia e econômico de Roma, - b) O desenvolvimento agrário, - c) O trabalho escravo, empresa (*Gewerbe*) e troca (*Handel*). – d) As despesas públicas
5. O Império Romano
 - a) Significado geral; transição para cultura interna. – b) desenvolvimento agrário e empresarial. – c) Gastos públicos e militares. – d) A divisão corporativa; o revés da economia natural e a desintegração do império

Anexo. A particularidade da cultura do oeste asiático e da américa antiga

§ 10. A base agrária da cultura interna medieval

1. As formas coloniais em geral
 - a) Os celtas. - b) Esclavos: 1. Esclavos do sul, 2. O Mir¹⁸³ russo. c) As colônias alemãs: 1. Caráter e técnica da colônia tradicional, 2. Território real e colonização, 3. O desenvolvimento do mercado comum
2. O desenvolvimento da dominação fundamental e do feudalismo.

§ 11. A economia da cidade (*Stadtwirtschaft*) e a origem da empresa moderna

1. Estágios preliminares da cidade
2. Conceito e significado econômico da cidade
3. A indústria da cidade e a origem da classe trabalhadora industrial
4. A política econômica da cidade e a economia da cidade

¹⁸³ Mir é um tipo de comunidade russa, em forma de vilarejo, também conhecida como Obschchina.

5. Surgimento e formas da empresa capitalista
 - a) Funções gerais da empresa. – b) O desenvolvimento da troca comercial. – c) A produção de mercado industrial: A produção descentralizada (*Verlagssystem*) e a indústria residencial. – d) As feiras
6. O desenvolvimento dos juros sobre o capital e as formas de renda monetárias
7. A reação agrária da economia monetária
8. Potências mundiais medievais e as lutas de interesses da idade média

§ 12. A formação da economia do povo (*Volkswirtschaft*)

1. Tipo e significado de sua formação
2. O moderno sistema de firmas industriais: manufatura e fábrica
3. O desenvolvimento do comércio e do capital
 - a) Tendência geral de desenvolvimento
 - b) O surgimento da bolsa de valores
 - c) O desenvolvimento dos títulos e dos meios de pagamento em papel
 - α. A troca. β. Títulos públicos. γ. Ações
 - d) O desenvolvimento dos bancos
4. O estado mercantilista
5. A transição para a liberdade econômica
 - a) Razões gerais para o triunfo do princípio da concorrência
 - b) O significado econômico e social da revolução tecnológica
 - c) A formas da firma agrária
 - d) As consequências econômicas gerais da liberdade de comércio
6. A econômica mundial inicial e os germes do retrocesso

Quarto Livro. Os estágios de desenvolvimento da teoria econômica

§ 13. A ciência econômica até o estabelecimento das teorias econômicas liberais

1. Condições do surgimento da ciência econômica. A apresentação do problema. Problemas teóricos e práticos e seu relacionamento um com o outro
2. Os pré-estágios da economia política científica
 - a) A antiguidade e o canônico
 - b) Os teóricos das finanças e da moeda
 - c) O panorama teórico na época do mercantilismo
3. A reação radical do individualismo

§ 14. A teoria econômica da assim chamada economia política clássica

§ 15. A base teórica para o socialismo científico

§ 15a. O moderno *mainstream* da teoria

Quinto Livro. Análise teórica da moderna economia comercial

§ 16. A produção e seu problema teórico

1. Conceito e essência da produção
2. As formas da firma
 - a) Na indústria
 - b) Na agricultura
3. Os meios de produção modernos (aquisição de capital e trabalho assalariado) na economia do povo

§ 17. O comércio e seus problemas teóricos

- I. As instituições do comércio
 1. Os meios de transporte
 2. O dinheiro
 3. A organização do crédito e dos bancos
 4. Mercado e bolsa e as formas legais dos negócios
- II. A teoria da formação dos preços

§ 18. Distribuição e consumo e seus problemas teóricos

- I. A posse e a ordem legal
- II. A renda
 1. Conceito e categorias
 2. As categorias de renda típicas da economia comercial
 - a) Gênese e modelo
 - b) Lucro empresarial
 - c) Renda da terra
 - d) Juros sobre o capital
 - e) O salário
 - f) A relação entre as típicas categorias de renda
 - g) Distribuição de renda
- III. Consumo de bens
- IV. O seguro

§ 19. O princípio regulatório e as formas de organizações da satisfação da demanda do comércio e da empresa em função de sua tendência de desenvolvimento

1. Razões gerais e significado da existência da liberdade econômica
2. As modernas formas de organização da satisfação da demanda do comércio
 - a) Formas de empresa individual e social
 - b) O cartel e o truste
3. A crise e o desemprego
4. As tendências de desenvolvimento na organização da economia do povo

Sexto Livro. Desenvolvimento e análise dos ideais econômicos e sociais¹⁸⁴

§ 20.

¹⁸⁴ Esse livro não é detalhado por Weber, mas pela comparação com a obra de Philippovich, espera-se que aqui seria introduzido os ideais socialistas, liberais e reformistas.